UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CONSIDÉRATIONS SUR LA FRANCE
DE
JOSEPH DE MAISTRE
REVISÃO (historiográfica) E TRADUÇÃO

José Miguel Nanni Soares

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Modesto Florenzano

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CONSIDÉRATIONS SUR LA FRANCE
DE
JOSEPH DE MAISTRE
REVISÃO (historiográfica) E TRADUÇÃO

José Miguel Nanni Soares

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

São Paulo
2009

Alla venerata memoria di Michele Nanni (1909-1996)

AGRADECIMENTOS

À maestrina Genoária Nanni, minha mãe, pelo inexaurível zelo educador e apoio nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, professor Modesto Florenzano, pela lhanza, confiança, paciência e imprescindível ajuda na pesquisa e redação desta dissertação. Muito do que aqui se encontra, exceto os possíveis erros, deve-se às suas observações eruditas e sensatas. Com seu exemplo, reinventei-me como pessoa.

Ao professor Richard Allen Lebrun que, à distância e com uma generosidade ímpar, disponibilizou materiais para a pesquisa, orientou e corrigiu nossas idéias e permitiu nossa participação em um importante colóquio internacional sobre Joseph de Maistre. Auxílio inestimável, vindo da maior autoridade no assunto.

Aos professores Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, José Leonardo do Nascimento e Elcio Verçosa Filho, pelas críticas e sugestões durante e após a qualificação do projeto desta tese.

Ao Departamento de História da USP, professores e funcionários, pelo auxílio e presteza ao longo do trabalho.

Ao CNPQ pela ajuda financeira, por intermédio de uma bolsa de mestrado.

Aos amigos, tios, primos e avós, pela compreensão e paciência nos momentos de ausência.

RESUMO

Esta dissertação visa realizar uma revisão historiográfica da obra *Considerações sobre a França* (1797), de Joseph de Maistre, que representa um dos primeiros ensaios de interpretação histórica do fenômeno revolucionário em língua francesa e do ponto de vista da contra-revolução. Neste ínterim, pretendemos oferecer uma visão de conjunto do uso que a historiografia da Revolução Francesa fez das *Considerações* de Maistre.

Simultaneamente, empreendemos uma síntese biográfica-intelectual do saboiano, com o objetivo de sublinhar a complexa natureza de sua reação à Revolução e ao Iluminismo – reação esta caracterizada por uma excêntrica interação entre ‘jesuitismo’, iluminismo e filosofia das Luzes.

Por fim, apresentamos ao público uma tradução dessa obra, ainda inédita em língua portuguesa.

ABSTRACT

The purpose of this study is to present a historical revision of Joseph de Maistre's *Considérations sur la France* (1797), which represents a pioneering attempt of historical interpretation of the revolutionary phenomenon in French language and from the point of view of the counter-revolution. In doing so, we intend to offer a panoramic view of the use made of Joseph de Maistre's most famous pamphlet in the historiography of the French Revolution.

It also provides a brief intellectual biography of the savoyard which tries to underline the complexity of the Maistrean reaction to the Enlightenment and the Revolution - marked by an eccentric interaction with certain currents of “jesuitism”, iluminism and the Enlightenment.

Last but not least, we present a translation of the pamphlet, heretofore neglected in Portuguese.

PALAVRAS-CHAVE / KEY WORDS

Revolução Francesa – Historiografia- Conservadorismo – Contra-Ilustração - Maistre
French Revolution – Historiography – Conservatism – Counter-Enlightenment- Maistre

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Abstract.....	05
Índice.....	07
Introdução.....	08
Parte I.....	15
Capítulo I	16
Capítulo II.....	99
Capítulo III.....	125
Conclusão.....	142
Bibliografia	156
Parte II	168

ÍNDICE

Introdução	08
-------------------------	-----------

Parte um

VIDA E OBRA DE JOSEPH DE MAISTRE (1753-1821):

UM LIVRE-PENSADOR CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

Capítulo 1 - Nem francês nem italiano: saboiano.....	16
<i>Sob o signo da dualidade</i>	16
<i>“Tempestade, Ímpeto e Sombras”</i>	28
<i>Primavera de um contra-revolucionário.....</i>	39
<i>Considerando “uma grande época”</i>	47
<i>Refúgios Temporários.....</i>	61
<i>Mil e uma “Soirées” de São Petersburgo.....</i>	71
<i>Último ato de um ultramontano.....</i>	87

Capítulo 2 – A arquitetura das <i>Considerações sobre a França</i>.....	99
--	-----------

Capítulo 3- As <i>Considerações sobre a França</i> na historiografia da Revolução Francesa.....	125
Conclusão.....	142
Referências Bibliográficas	156

Parte dois

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FRANÇA

Tradução	170
-----------------------	------------

INTRODUÇÃO

A fortuna póstuma da obra e do pensamento de Joseph de Maistre oferece um paradoxo surpreendente. De um lado, pouco depois de sua morte (fevereiro de 1821), começa-se a descrevê-lo como o “homem das doutrinas antigas, o profeta do passado”, defensor brutal de um mundo que desaparecia e “que se queria ressuscitar em vão”¹. No final do século XIX, tudo indicava que o retrato de Maistre seria esculpido no mármore negro que lhe dedicara Émile Faguet (1899): “Um ferrenho absolutista, um furioso teocrata, um intransigente legitimista, apóstolo de uma trindade monstruosa constituída pelo papa, pelo rei e pelo carrasco, sempre e em todas as partes o campeão do dogmatismo mais feroz, estreito e inflexível, uma figura sombria saída da Idade Média, parte doutor erudito, parte inquisidor e carrasco”².

Apesar de nuançado pelo avanço das pesquisas³, este júízo a respeito do saboiano tem sua razão de ser. Sua reação à filosofia das Luzes e à Revolução trouxe à luz uma “filosofia da autoridade” que só pode revoltar nossas suscetibilidades modernas.

Afinal, o que dizer de alguém que viu a *Declaração dos direitos do homem* de 26 de agosto de 1789 apenas como a ante-sala das potencialidades de um imperialismo que trazia consigo os germes do Terror? Como justificar um autor que classificava a democracia (ou, em seus próprios termos, “soberania do povo”) como um sistema condenado a produzir inexoravelmente a opressão da maioria por uma elite política oligárquica, cuja virtude pode ser medida em “miligramas de frumento”? Não fosse o bastante, como aludir a alguém que

¹ P.-S. Ballanche, *Essai de palingénésie sociale*, in: *Œuvres*, Paris-Genève, 1830, vol. III, p. 259.

² Émile Faguet, *Politiques et Moralistes du dix-neuvième siècle*. 1^a série, Paris, 1899, p. 1.

³ Cf. Owen Bradley, *A Modern Maistre: the Social and Political Thought of J. de Maistre*. London, University of Nebraska Press, 1999; Jean-Yves Pranchère, *L'autorité contre les Lumières: la philosophie de Joseph de Maistre*. Genève, DROZ, 2004; Cara, *The More Moderate side of Joseph de Maistre: views on Political Liberty and Political Economy*. Montreal, McGill-Queen's University Press, 2005; Philippe Barthelet (org.), *Joseph de Maistre*. Lausanne, L'Age d'Homme, 2005; Carolina Armenteros, “From Human Nature to Normal Humanity: Joseph de Maistre, Rousseau, and the Origins of Moral Statistics”, *Journal of the History of Ideas*, LXVIII, 1 (2007): 107-30, e “Parabolas and the Fate of Nations: Early Conservative Historicism in Joseph de Maistre's *De la souveraineté du peuple*”, *History of Political Thought*, XXVIII, 2 (2007): 230-252.

sugeria a Inquisição espanhola no lugar da tolerância religiosa, que, a seu ver conduzia à descrença e precipitava a sociedade na dissolução?

Como bem observou Pierre Manent⁴, a reação política de Maistre ao projeto construtivista revolucionário, fundado no direito natural, levou-o a rejeitar toda idéia de princípios universais valendo para o homem enquanto homem, razão pela qual rompeu mais radicalmente com a tradição da filosofia política clássica do que os próprios revolucionários. Leia-se, por exemplo, a seguinte fórmula provocativa presente nas *Considerações*:

“A Constituição de 1795, assim como suas predecessoras, foi feita para o *homem*. Mas não existe no mundo nada que se possa chamar de *homem*. Ao longo de minha vida, tenho visto franceses, italianos, russos, etc.; sei também, graças a Montesquieu, *que se pode ser persa*. Mas, quanto ao *homem*, afirmo que, em toda minha vida, jamais o encontrei; se ele existe, desconheço-o completamente” (*Considerações*, cap. VI).

Por mais que nesta “boutade” possamos encontrar alguns vestígios da prudência política clássica, que lança sua atenção às particularidades de cada corpo político, Maistre exagera este cuidado a ponto de subvertê-la. A atenção às condições de vida na cidade, permeada por um providencialismo historicista que se nutria das referências epistemológicas racionalistas de Newton, Descartes e Malebranche, levou-o a obliterar todo papel da universalidade em sua reflexão política.

A filosofia política clássica, dos gregos a São Tomás de Aquino, ao reservar uma maior atenção às considerações de prudência e às particularidades da política do que o Iluminismo, o fez em nome da cidade, justamente por considerá-la o espaço ideal e necessário da plena realização dos princípios universais (como o bem e o justo).

A reação maistreana ao universalismo jusnaturalista, deflagrada para reconquistar o domínio da razão prática invadida pelo doutrinismo revolucionário, anulará por completo esse domínio. Afinal, como salientou Karl Mannheim em seu clássico estudo sobre o pensamento conservador, o pensamento revolucionário “deriva sua força do desejo de realizar um tipo racionalmente bem definido de perfeição da ordem social e política. O pensamento conservador, oposto à realização desta utopia, está obrigado a pensar por que o estado da sociedade que realmente existe não corresponde àquele tipo racional... Enquanto o

⁴ P. Manent. ‘Introdução’ às *Considérations sur la France* de J. de Maistre (1988). Paris, Complexe, 2006, XIII.

pensamento revolucionário concebe essas irracionalidades [...] como imperfeições da realidade comparada com a norma da razão, o pensamento conservador – incorrendo num de seus meios favoritos, o paradoxo, atribui-lhes o caráter de super-racionalidade.”⁵ Em suma, a “História, reduzida ao seu essencial, não é mais do que uma experiência; e é na confiança na experiência mais do que no abstrato e no poder dedutivo em questões humanas que o conservadorismo baseia sua fé na história.”⁶

Esta atitude, porém, e especialmente na particularíssima articulação maistreana entre providencialismo e historicismo, desemboca numa atitude política que, a despeito da peculiar ferocidade de estilo dos seus escritos publicados - algo completamente distinto ocorre com suas cartas -, esconde uma tentação quietista consubstancial a seu pensamento: o que existe, mesmo que à primeira vista agrida à razão, é racional, uma vez que fora sancionado pela história, a única e válida “política experimental”.

Antimoderno, Maistre o é mais do que nenhum outro. Todavia, como sublinhou François Huguenin, a reação maistreana à Revolução reproduzia de certa forma o idealismo moderno dos revolucionários: “a onipotência e a impotência do homem são dois extremos do pensamento político que se revelam facilmente intercambiáveis. O marxismo não terá dificuldade em transformar a crença na impotência do homem numa mecânica no seio da qual o homem não será mais do que um balote arrastado pelo sentido da História. Não é apenas paradoxal considerar que Maistre realizou, no campo dos oponentes da Revolução, o que Marx empreendeu no campo de seus adeptos”⁷.

Paradoxalmente, e apesar de nossa cultura acadêmica não reconhecê-lo como um grande autor clássico, Maistre é frequentemente citado nas sínteses e antologias internacionais de história das idéias, filosofia política e literatura.

A razão disto encontra-se no seguinte fato: à diferença da maior parte dos numerosos autores de *Considerações e Reflexões* sobre a Revolução Francesa, para quem faltou, conforme nos indica Alice Gérard, a capacidade de retroceder no tempo e cultura histórica⁸, a inteligência maistreana foi uma das primeiras a inserir um grande evento como a

⁵ K. Mannhein. “El Pensamiento Conservador.” In: *Ensayos sobre Sociología y Psicología Social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 165.

⁶ R. Nisbet. *O Conservadorismo*, Lisboa, Estampa, 1987, p. 48.

⁷ F. Huguenin. “Souveraine Modernité de J. de Maistre”. In: Philippe Barthelet (org.). *Joseph de Maistre*. Lausanne, L’Age d’Homme, 2005, p.421.

⁸ Alice Gérard. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. (1970) trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999, p.17.

Revolução na longa duração histórica, inaugurando talvez uma tradição conceitual na historiografia que, enriquecida pelo avanço do método e das pesquisas (e/ou expurgada de suas implicações conservadoras), baliza o modo como interpretamos a gênese do mundo moderno (ao menos no Ocidente).

Nas palavras de um especialista, “Maistre descreve o movimento geral dos tempos modernos como a realização progressiva de um ideal cuja fórmula é dada pelas Luzes: protestantismo, ‘filosofismo’ e Revolução Francesa são apenas momentos de um único projeto, que se exprime na reivindicação protestante do ‘direito ao exame’, assim como no imperativo filosófico de ‘pensar por si mesmo’, ou ainda na vontade revolucionária de fundar o Estado sobre a soberania dos indivíduos”⁹.

Assim, a seu ver, Reforma, Ilustração e Revolução representaram momentos distintos do mesmo projeto moderno, caracterizado pela recusa da transcendência e pelo esforço de autonomia individual e coletiva. Ao elaborar uma das primeiras críticas globais a esse projeto, que ele pioneiramente identificava com o avanço do “individualismo”¹⁰ – o qual, por seu turno, produz dialeticamente sua própria negação, recaindo naquilo que ele não menos pioneiramente classificou como niilismo moderno (“riénisme moderne”¹¹) –, Maistre trouxe à luz temas destinados a um grande futuro nas ciências humanas.

Não por acaso, Adorno e Horkheimer referiram-se ao contra-revolucionário saboiano ao analisarem a “dialética do Esclarecimento”, reconhecendo na crítica maistreana à Ilustração – ainda que descartando suas conclusões autoritárias – alguns pontos de extrema lucidez. Concluíram que ao se realizarem, os ideais racionais de emancipação produziram sua própria negação, revertendo-se, na sociedade burguesa-industrial, numa mitologia científica reprodutora da reificação e alienação humanas, de modo que “o terror e a civilização são inseparáveis”¹². O progresso da razão instrumental – expressada pela hipertrofia da pedagogia técnico-científica –, a serviço dos processos reprodutores do sistema capitalista, não teria refinado as técnicas de dominação social e recrudescido o processo desumanizador e reificador do capitalismo, processo este verificado em todas as

⁹ J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 21.

¹⁰ Cf. *Oeuvres complètes de Joseph de Maistre*. Lyon, Vitte et Perussel, 1886, XIV:286 (de agora em diante referido como OC).

¹¹ OC, XIII:291.

¹² M. Horkheimer e T. Adorno. *La dialectique de la Raison* (1944). Trad. francesa de E. Kaufholz. Paris, Gallimard, 1983, p. 100 e 228. Cf. Também as páginas 25 e 271.

esferas da vida, do trabalho à clínica hospitalar? Não nos encontramos no limiar daquilo que Maistre caracterizou como o pior tipo de “estupidificação” ou “embrutecimento”, qual seja, o embrutecimento pela ciência?¹³

Da mesma forma, poderíamos encontrar o “insuspeito” Claude Lévi-Strauss convergindo com as críticas maistreanas a esse projeto de modernidade que, culminando com a Revolução Francesa, ainda estende suas luzes e sombras (admitamos sem receio) em nosso tempo.

Para Maistre, esse projeto revolucionário, traduzido pela ambição de se fundar a sociedade com base apenas na razão abstrata e na vontade dos indivíduos, era consubstancialmente despótico e fadado a destruir as verdadeiras liberdades individuais, uma vez que estas só encontram verdadeira expressão e proteção no círculo das tradições, e não através da elaboração de leis (aliás, as reservas de Maistre quanto à pletera legislativa da Revolução Francesa deveria ser leitura obrigatória nas academias de ciência política).

Ora, Lévi-Strauss não chegou ao ponto de suspeitar que a Revolução Francesa esteve nas origens das “catástrofes que caíram sobre o Ocidente” no século XX, em razão de ter disseminado a crença de que “a sociedade é uma questão de pensamento abstrato”, quando na verdade “é feita de hábitos e usos”? Esta razão “trituratora” e pulverizadora de tradições e usos sociais, que, na bela definição de Ortega y Gasset, são responsáveis pela “produção de homens” e pela reprodução da vida coletiva¹⁴, não teria facilitado o advento do totalitarismo ao reduzir os “indivíduos ao estado de átomos anônimos e intercambiáveis”?¹⁵ A propósito, esta é a tese de François Furet a respeito da Revolução Francesa antes do estratégico recentramento, em ocasião do bicentenário (1989): o historiador liberal de 1978 admitia uma identidade de projeto entre o gulag soviético e o Terror¹⁶, porém, diferentemente do saboiano – que ele, a nosso ver, estrategicamente omitiu neste polêmico

¹³ Cf. *Examen de la philosophie de Bacon*, OC VI:41 e *Essai sur le principe générateur...*, XXXIX.

¹⁴ “Ao seguir os usos, comportamo-nos como autômatos, vivemos por conta da sociedade ou coletividade... E, como a vida social ou coletiva consiste nos usos, essa vida não é humana, é algo intermédio entre a natureza e o homem, uma quase-natureza e como a natureza irracional, mecânica e brutal... Ao impor, por pressão, um determinado repertório de ações, - de idéias, de normas, de técnicas, - [os usos] obrigam o indivíduo a viver à altura dos tempos e injetam nele, queira ou não, a herança acumulada no passado. *Graças à sociedade, o homem é progresso e história* [grifos nossos]. A sociedade entesoura o passado.” In: José Ortega y Gasset. *O Homem e a Gente: intercomunicação humana* (1957). Trad. de J. Carlos Lisboa. RJ, Livro Ibero-Americano, 2ª edição, 1973, p. 49.

¹⁵ Claude Lévi-Strauss. *De près et de loin*. Paris, Odèle Jacob, 1988, p. 165.

¹⁶ F. Furet. *Penser la Révolution Française* (1978). Paris, Folio/Gallimard, 1985, p. 29.

livro -, escamoteava as origens revolucionárias daquelas liberdades “modernas” desfrutadas pela sociedade francesa no fim do século XX.

Maistre não diria numa de suas missivas que um dos efeitos duradouros desse projeto moderno, cristalizado na e pela Revolução Francesa, foi o de tornar a “instabilidade estável”¹⁷? De certa maneira e guardadas as devidas ressalvas, Maistre não teve o mérito de intuir que a dinâmica da Ilustração conduziria ao que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman designou – no seu célebre estudo da sociedade pós-moderna - como “modernidade líquida”¹⁸

Portanto, apesar de não exercer uma efetiva influência no pensamento contemporâneo, pode-se dizer que esse tradicionalista perfila como um espectro nos debates sobre a “crise da Ilustração” e o fim da modernidade, que opõe os pós-modernos e seus antagonistas racionalistas.

Neste ínterim, o pensamento maistreano atua como “fantasmagórico duplo” do relativismo pós-moderno: por um lado, assume a feição de uma “sombra ameaçadora que os racionalistas vêem por detrás desse relativismo”; de outro, constitui “a ilusória imagem de si mesmos que os defensores desse relativismo esforçam-se em dissipar”¹⁹.

Ao absorver a ruptura moderna na cadeia da tradição, o pensamento maistreano propõe-nos a árdua tarefa de genealogistas para refletir sobre o que vale a pena ser conservado deste projeto.

Pertinências ou impertinências à parte, chamamos a atenção do leitor para o fato de que é para as *Considerações sobre a França* e não para o esclarecimento do pensamento maistreano que este trabalho se dirige. Duas foram as razões por detrás dessa escolha:

¹⁷ OC, XI:33.

¹⁸Cf. Z. Bauman. *Modernidade líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001. Neste livro, o sociólogo polonês define a pós-modernidade como uma modernidade sem ilusões. Diferentemente da sociedade moderna anterior, designada por ele como “modernidade sólida”, que também estava sempre a desmontar a realidade herdada, a de agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo é temporário, daí o emprego da metáfora da “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna que, como os líquidos, caracteriza-se por uma incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades “auto-evidentes”. Como perceberam os jovens Marx e Engels, a vida moderna foi desde o início “desenraizadora”, “derretia os sólidos e profanava os sagrados”. Mas, adverte Bauman, enquanto no passado isso se fazia para ser novamente “re-enraizado”, agora as coisas todas -empregos, relacionamentos, know-hows etc.- tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis.

¹⁹ Jean-Yves Pranchère. “The Persistence of Maistrian Thought” (1996). In: R. Lebrun (ed.). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen’s University Press, 2001, p. 300.

primeiro, porque as *Considerações* sintetizam os principais elementos da doutrina maistreana; segundo, porque representam uma reflexão global e unitária do fenômeno revolucionário, elaborada ainda no calor do acontecimento. Por mais que a Revolução Francesa seja consubstancial à carreira intelectual de Maistre, apenas nas *Considerações* a mesma é abordada não em um de seus aspectos, mas em toda sua extensão e sentido.

Assim, a presente dissertação divide-se em duas partes. Na primeira, subdividida em três capítulos, o principal objetivo é explicar a importância da contribuição intelectual maistreana seja no que diz respeito à historiografia da Revolução Francesa – da qual ele, graças às *Considerações*, mas não só, foi um dos intérpretes mais originais e pioneiros –, seja no tocante à sua contribuição para a política, sobretudo por representar um dos autores seminais do conservadorismo francófono.

O primeiro capítulo (*Nem francês nem italiano: saboiano*) apresenta uma biografia intelectual de Joseph de Maistre, oferecendo ao leitor não familiarizado com a vasta obra maistreana um mosaico sintético de suas principais obras, mas sem nunca perder de vista os contextos lingüístico e social dos quais brotaram.

O segundo capítulo (*As ‘Considerações sobre a França’*) prossegue com uma apresentação dos capítulos, temas e argumentações que compõem a obra, e encerra-se com uma elucidação de seus conceitos e de suas intenções retóricas – razão pela qual empreendemos um esforço de interpretação estética.

O terceiro capítulo (*O lugar das ‘Considerações sobre a França’ na historiografia da Revolução Francesa*), como o próprio título anuncia, procura identificar os ecos deixados pelo panfleto contra-revolucionário na historiografia da Revolução Francesa.

Na *Conclusão*, buscamos analisar os elementos constitutivos de seu providencialismo-historicista, o qual permeia não só a argumentação das *Considerações* como também de todo seu sistema autoritário.

Finalmente, a segunda parte deste trabalho oferece uma tradução das *Considerações*. Aos leitores ainda recalcitrantes, vale a pena aludir o que escreveu Roland Barthes a respeito de Maistre: pode-se perfeitamente distinguir a fruição estética deste que constitui um dos mais belos textos já escritos em língua francesa da adesão ao seu discurso²⁰.

²⁰ R. Barthes. *Le plaisir du texte*. Paris, Éditions du Seuil, “Points”, 1973, p. 64.

I PARTE

VIDA E OBRA DE JOSEPH DE MAISTRE (1753-1821): UM LIVRE-PENSADOR CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

CAPÍTULO I

NEM FRANCÊS NEM ITALIANO: SABOIANO

I

Sob o signo da dualidade

Maistre nasceu, se formou e ultrapassou o “mezzo del cammin” de sua vida (39 anos) em Chambéry²¹, capital do ducado da Sabóia e uma das províncias do reino do Piemonte-Sardenha²² – quando foi atingido em cheio pela invasão das tropas revolucionárias francesas na Sabóia (setembro de 1792) – sob o signo da dualidade cultural, social e geopolítica.

Seu pai, o conde François-Xavier Maistre²³ (1706-1789), nascera em Nice, também província sarda, e apesar de seu título de nobreza, descendia de uma próspera família de comerciantes de tecidos daquela mesma cidade, cuja ancestralidade remontaria a um certo Jean Maistre (ou Maÿstre, de acordo com a pronúncia italiana do nome), um tropeiro de mulas analfabeto do início do século XVII que prosperou e adquiriu propriedades.

Magistrado de renome, foi transferido ao Senado da Sabóia em 1740, onde ocuparia, respectivamente, os cargos de senador e de segundo presidente, a partir de 1764. Em 1778, obtém a consagração da ascensão social da família ao receber o título de conde (em caráter hereditário) por meio de uma carta de patente real²⁴.

Casado desde 1750 com Christine Demotz (1727-1774), filha do juiz-mago (isto é, juiz de uma corte imediatamente inferior ao Senado) e senador Joseph Demotz - cuja família

²¹ Apesar de capital e maior cidade da província da Sabóia (a qual totalizava cerca de 400.000 habitantes em 1790), Chambéry mal chegava a ter 12.000 pessoas, dentre uma população de quatro milhões do reino do Piemonte-Sardenha.

²² Pelo Tratado de Utrech (1713), que marcou o fim da Guerra de Sucessão espanhola, o duque da Sabóia, Victor-Amadeus II, tornava-se rei da Sicília, situação esta que, diante das pressões austríacas, foi revertida pelo Tratado de Londres (1718), pelo qual o duque ficava com a Sardenha como compensação pela entrega da Sicília à Áustria. Portanto, a partir de 1720, o ducado da Sabóia passa a se chamar reino do Piemonte-Sardenha.

²³ A partícula “de”, segundo nos informa Richard A. Lebrun, só foi incorporada ao sobrenome da família durante a estada russa de Joseph de Maistre. In: R. Lebrun. *Joseph de Maistre: an Intellectual Militant*. Kingston and Montreal, McGill-Queen’s University Press, 1988, nota 1, p. 276.

²⁴ Dos 37 plebeus que adentraram no Senado da Sabóia entre 1700 e 1792, somente 16 lograram alcançar esse status. Dentre estes, somente três o adquiriram por meio de cartas de patente real (ou seja, pelo reconhecimento ou mérito) e não mediante a aquisição de feudos, como os 13 restantes. In: Jean Nicolas. *La Savoie au XVIII^e siècle: noblesse et bourgeoisie* (1978). Montmélian, La Fontaine de Siloé, 2003, p. 902-3.

pertencia à nobreza de toga desde 1598 - o casal teve quinze filhos, dentre os quais, Joseph, o mais velho (mas não o primogênito, pois antes dele o casal tivera duas meninas que morreram prematuramente), e Xavier de Maistre (1763-1852), mas só dez sobreviveriam à infância.

Maistre formou-se num meio ao mesmo tempo cultivado, patriarcal e ligado às práticas religiosas²⁵. Estudiosos como Jean Rebotton²⁶ e Jean-Louis Darcel²⁷ enfatizaram o peso exercido pelos jesuítas em sua *bildung*.

Mesmo expulsos da administração do Colégio Real em 1729, por determinação do rei Victor-Amadeus II (1666-1732), e suprimidos como ordem em 1773²⁸, os jesuítas continuaram a exercer uma considerável influência pedagógica na sociedade saboiana, fosse através de um colégio interno ou através de congregações religiosas sob sua orientação.²⁹

Embora seja impossível dizer ao certo onde Maistre adquiriu sua educação formal, é certo que tivera um preceptor jesuíta desde os cinco anos, e que este o conduzia duas vezes ao dia ao escritório de seu avô materno, um bibliófilo que lhe legaria uma importante biblioteca em 1769³⁰. Conforme assinalou Richard A. Lebrun, é bem provável que Maistre cumprira sua educação formal no Colégio Real de Chambéry (provavelmente entre 1762 e 1769), após um período de treinamento com os jesuítas, possivelmente no colégio particular.³¹

Certamente, a importância dos jesuítas na formação do futuro contra-revolucionário foi além da educação formal³² (onde os padres, além de enfatizar o aprendizado do latim e dos exercícios literários, ensinavam desenho, física newtoniana e matemática³³), pois foi

²⁵ Não por acaso, ao falar de si mesmo, o autor das *Considerações* sublinhou que fora criado “com toda a severidade antiga”. In: François Descostes. *Joseph de Maistre avant la Révolution* (1893). Paris, Elibron Classics, 2006, Tomo I., p. 77.

²⁶ J. Rebotton. “Maistre’s Religious Education” (1977). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 78-95.

²⁷ Jean-Louis Darcel. “The Sources of Maistrean Sensibility”(1980). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 110.

²⁸ Pela bula papal *Dominus ac Redemptor* de Clemente XIV.

²⁹ Em razão disso, Chambéry transformou-se numa verdadeira “fortaleza dos jesuítas”. In: J. Nicolas. *op. cit.*, p. 952.

³⁰ *Idem.*, p. 79 e 81.

³¹ Richard A. Lebrun. *op. cit.*, p. 12.

³² Como esta carta permite-nos entrever: “Enfim, meu caro amigo, não há nada que eu ame mais do que o espírito familiar: meu avô amava os jesuítas, assim como meu pai e minha sublime mãe; eu os amo, meus filhos os amam, meus netos os amarão, se o rei lhes permitir conhecer algum.” In: François Descostes. *Joseph de Maistre avant la Révolution. op. cit.*, p. 90.

³³ Jean Nicolas, *op. cit.*, p. 933.

possivelmente através deles que Maistre adquiriu o gosto pela teologia e pela controvérsia religiosa³⁴. Numa fase posterior de sua vida, Maistre revelaria que os jesuítas, além de terem sido os “amigos e instrutores” de sua juventude³⁵, impediram-no de se tornar “um orador da Assembléia Constituinte”³⁶.

De acordo com uma tradição familiar e social, Maistre freqüentava desde os sete anos a congregação de *Nossa Senhora da Assunção*, também conhecida como *Congregação dos Nobres e dos Senhores*, numa clara alusão ao caráter elitista desta instituição fundada pelos jesuítas, em 1611. Nela, os padres organizavam retiros espirituais guiados pelos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio e pregavam o exame diário de consciência, naquilo que um pesquisador chamou de “pedagogia baseada no terror”³⁷. Neste período, os discípulos de Santo Inácio preferiam enfatizar o caráter iníquo da natureza humana em detrimento de sua antiga confiança na benevolência da mesma, culminando numa espiritualidade obcecada pela culpa, punição e medo perante Deus, a qual, paradoxalmente, exibia muitas afinidades com o jansenismo, que Maistre combateria ferozmente no futuro³⁸. Além disso, desde os quinze anos e por estímulo de seu avô materno, Maistre participava da confraria dos “*penitentes negros*” ou confraria da *Sainte-Croix et de la Miséricorde*³⁹, que pregava aos leigos uma religião que ultrapassava o mero formalismo clerical e os levava à santificação por meio de práticas caritativas, tais como ajudar os enfermos nos hospitais, enterrar os mortos e assistir os condenados à morte em suas últimas horas – em mais de uma ocasião, conta-nos F. Descostes, Maistre recebera o sombrio encargo de assistir um condenado à morte em seus últimos instantes, experiência que teria lhe servido de inspiração para

³⁴ Jean-Louis Darcel. *op. cit.*, p.110.

³⁵ Carta de Maistre ao rei Victor-Emmanuel, 12 de novembro de 1811, *OC*, XII: 76.

³⁶ Carta de Maistre ao conde de Vallaise, 2 de janeiro de 1816, *OC*, XIII:204. Maistre estava habilitado a se candidatar para deputado na Assembléia, uma vez que estava em dia com os impostos territoriais de suas terras (herança materna) na comuna do Talissieu, em Bugey, que desde o tratado de Lyon (1601) pertenciam à França. In: Claude Boncompain e François Vermale. *Joseph de Maistre*. Paris, Éditions du Félin, 2004, p. 35.

³⁷ Jean Rebotton. *op. cit.*, p.82-83.

³⁸ Cf. J. Rebotton. *Idem.*; R. Lebrun, *op. cit.*, p. 15.

³⁹ Estabelecida pelo papa Clemente VIII em Chambéry, a confraria da *Sainte-Croix et de la Miséricorde* era a mais prestigiada da Sabóia, seja em razão de ter sido fundada por São Francisco de Sales (1594), seja porque, em mais de dois séculos de atividade (1594-1792), alistava seus membros entre os membros da elite. Com o tempo, a participação na confraria passou a ser identificada como um sinal de êxito ou ascensão social, de maneira que as tradicionais práticas de caridade cristã, que implicavam na *compaixão* e no compartilhar o sofrimento alheio (isto é, reconhecimento do sofrimento de Cristo nos padecimentos dos pobres e necessitados), cederam pouco a pouco o espaço para novas atitudes, como a filantropia.

elaborar a descrição do carrasco das *Soirées*.⁴⁰ As meditações e exames de consciência da congregação, somadas às práticas penitenciais da confraria foram responsáveis por mostrar-lhe que o *memento mori* (lembança da morte) e o *ars bene moriendi* (a arte de morrer bem) constituíam o cerne da existência cristã⁴¹.

Desse modo, Jean Rebotton⁴² chamou a atenção para o fato de que Maistre recebera a influência de duas correntes do catolicismo contraditórias e até mesmo contrastantes entre si. Por um lado, uma espiritualidade otimista que, baseada nos ensinamentos do também saboiano são Francisco de Sales, recorria a uma Providência divina compassiva, amorosa e benevolente para atingir a salvação⁴³; por outro, uma espiritualidade pessimista e de tonalidade trágica que enfatizava, no melhor estilo das Sagradas Escrituras, uma natureza humana corrompida em todas as suas fibras pelo pecado original, razão pela qual a mesma se expunha à fúria divina. Esta última, Maistre teria herdado da convivência com seu pai e avô materno (ambos, por serem magistrados, estavam em contato permanente com os lados sombrios da natureza humana) e do convívio com os jesuítas.

Para alguns autores, Maistre teria passado por uma espécie de crise religiosa no final de sua adolescência. Robert Triomphe, por exemplo, sustenta que nesta época o futuro autor das *Considerações* experimentara uma profunda crise de consciência anti-religiosa, a qual, sendo uma reação ao clima austero e patriarcal de seu meio, só seria resolvida mediante uma conversão abrupta, ainda em Turim⁴⁴. Jean-Louis Darcel⁴⁵ reconhece a possibilidade da existência dessa crise, embora acredite que a mesma tenha sido prontamente superada pela “aposta” tipicamente pascaliana na fé (na verdade intuitiva). À diferença de Triomphe, o autor teve o mérito de respaldar sua argumentação na consulta de uma fonte primária de suma importância, a saber, os “Registros de Leitura” de Maistre, que consistem numa

⁴⁰ F. Descostes, *J. de Maistre avant la Révolution. op. cit.*, p. 94-95.

⁴¹ R. Lebrun, *op. cit.*, p. 15; Jean-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 102.

⁴² Jean Rebotton. “Maistre’s Religious Education” (1977). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 78-95.

⁴³ O fato de Maistre ter sobrevivido a uma séria enfermidade aos nove anos apenas acentuou as profundas convicções católicas de seus pais, que atribuíram sua sobrevivência à concessão de uma graça pela Providência divina, conforme escreveu seu pai.

⁴⁴ Robert Triomphe. *Joseph de Maistre: étude sur la vie et sur la doctrine d’un matérialiste mystique* (1955). Genève, Droz, 1968, p.72-79. Apesar de sua inegável erudição, o “parti-pris” do autor em relação a Maistre compromete o seu julgamento em muitas passagens, como nesta. Triomphe parece emprestar do próprio Maistre o tratamento que dispensaria ao saboiano, a saber: “Não se faz nada contra as opiniões enquanto não se atacam as pessoas” (Maistre). In: R. Triomphe, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁵ Jean-Louis Darcel, *op. cit.*, p.119-121.

coleção de sete volumes de mais de 5.000 páginas de excertos, comentários, notas sem edição e ensaios, com referência a mais de 760 livros e citações em oito línguas (francês, latim, grego, inglês, italiano, espanhol, português e alemão), e cuja origem remonta ao período universitário em Turim.⁴⁶

Assim, segundo Darcel, nos quadros da crise de consciência europeia, marcada pelo recuo da autoridade clerical e expansão das Luzes – pelas quais, como demonstraremos no próximo item, sentia-se profundamente atraído –, Maistre poderia ter dado sinais de voltaireanismo e ter algumas certezas religiosas herdadas da infância desafiadas, mas nada que abalasse a estrutura de sua fé.⁴⁷ Para Rebotton – que também tomou por base os “registros de leitura” – isto não passou de um desdobramento da religiosidade dual do saboiano, a qual equilibrava a crença numa Providência consoladora com a visão de um Deus que inspirava temor⁴⁸.

Findo o período preparatório no Colégio de Chambéry (1769), Maistre é enviado por seu pai à Universidade de Turim, retornando aos 19 anos com o título de doutor em Direito, em 1772. De volta à Sabóia, realiza estágio bienal obrigatório no Bureau de l’Avocat des Pauvres do Senado. Em dezembro de 1774, o filho mais velho do senador François-Xavier debuta oficialmente na magistratura sarda, na função de Substitut Surnuméraire no Bureau de l’Avocat Général (assistente não-remunerado da promotoria pública). Aos 33 anos, recebe o primeiro salário, num total de 600 libras por ano. Após ser indicado como substituto pleno (deputado com a função de promotor público), em fevereiro de 1780, e reitor dos Substitutos, em 1785, recebe, em 1788, a nomeação de senador.

⁴⁶ Richard Lebrun. *op. cit.*, p. 16-17.

⁴⁷ “Uma proposição verdadeira não é aquela contra a qual não se pode fazer objeção, senão aquela que produz em nosso coração uma impressão que não conseguimos evitar, de modo que nosso coração diz *sim* quando nossa mente diz *não*; ainda que nossa mente pareça ter boas razões para dizer *não*, e faça de tudo para conseguir que nosso coração diga *não*.” Maistre, “Extraits F”, 1770 (?), p. 117 *apud* Jean-Louis Darcel, 1988 pp. 120. Para endossar sua tese de que a crise fora resolvida – e, poderíamos acrescentar, que o *pathos* religioso do saboiano estava formado – o autor apela à seguinte citação das *Soirées*, obra de maturidade de Maistre: “Trata-se de uma de minhas idéias favoritas o fato de o homem justo ser freqüentemente advertido, por meio de sentimento interior, da verdade ou da falsidade de certas proposições, o qual é anterior a qualquer exame”. Maistre, *OC*, IV: 14 *apud* Jean-Louis Darcel, 1988, p. 120.

⁴⁸ “Uma sombria visão do mundo. É verdade que essa visão, como todos os seus trabalhos, data da Revolução ‘satânica’ e suas conseqüências, de seus horrores desenfreados nos quais ele viu, com uma clarividência intuitiva, a justiça de Deus punindo os crimes dos homens e todos os tipos de pecado.” In: J. Rebotton, *op. cit.*, p. 84.

Neste ínterim, em setembro de 1786, Maistre desposa Françoise de Morand⁴⁹ (seis anos mais jovem), filha de um oficial do exército aposentado cuja família ostentava o brasão de nobreza desde o século XIV.

O casal teria três filhos – Adèle (1787), Rodolphe (1789) e Constance (1793) – e, pelo menos até a invasão da província pelos franceses, em setembro de 1792, esteve longe de conviver com problemas financeiros. Considerando-se os estímulos do senador François-Xavier e de seu filho Joseph – ambos administravam conjuntamente os bens da família –, conclui-se que os Maistre situavam-se entre as famílias mais aquinhoadas da província, com 7.400 libras/ano de salários, 5.000 libras/ano de juros e rendas dos bens da família, e um patrimônio superior a 100.000 libras (sem contar o dote da esposa de Joseph, que totalizava 22.000 libras).⁵⁰

Quanto ao desempenho de Maistre na magistratura, até R. Triomphe concorda que tenha sido um zeloso magistrado⁵¹. Suas atividades no Senado proporcionaram-lhe adquirir um extenso conhecimento a respeito das condições fiscais, legais e econômicas da província, uma vez que se envolveu em todos os âmbitos da lei, isto é, não apenas nas áreas cível e criminal, mas também nas esferas administrativa, constitucional e canônica. Segundo R. Lebrun, Maistre teria se tornado um *expert* em assuntos fiscais, empreendendo inclusive estudos comparativos entre os sistemas tributários francês e o local⁵². Envolveu-se na administração da educação (membro do Conselho de Reforma dos Estudos) e da saúde (propondo a reorganização da estrutura administrativa do hospital de Chambéry) públicas. Portanto, as teorizações subseqüentes estavam lastreadas por um amplo conhecimento

⁴⁹ Também conhecida como “Mme Prudência”, em razão do longo noivado de sete anos. Um dos prováveis motivos para essa demora foi o baixo salário de Maistre. Afinal, conforme demonstrou Jean Nicolas em seu minucioso estudo, os salários da burocracia saboiana mantiveram-se estáveis a partir de 1720, enquanto a inflação tendeu a aumentar. No mesmo estudo, o especialista constatou - para o mesmo período - que os casamentos entre os membros da elite passaram a ser mais tardios, bem como uma redução da taxa de natalidade por casal. In: J. Nicolas, *op. cit.*, p. 612 e p. 773.

⁵⁰ Compunham a segunda camada da elite nobiliárquica, dividida pelo estudioso J. Nicolas da seguinte forma: I. Famílias milionárias (très grosses fortunes): patrimônio superior a 300.000 libras; salários superiores a 9.000 libras/ano; dotes superiores a 36.000 libras, mas podendo chegar a 200.000; II. Famílias de grande fortuna (grosses fortunes): patrimônio entre 100.000 e 300.000 libras; salários entre 3.000 e 9.000 libras/ano; dotes entre 15.000 e 50.000; III. Nobreza média: patrimônio de 30.000 a 100.000 libras; salários entre 750-1000 a 3.000 libras/ano; dotes: acima de 7.500 e podendo chegar até 30.000 libras; IV. Pequena nobreza: patrimônio inferior a 30.000 libras e salários abaixo de 1.000 libras/ano. In: J. Nicolas. *op. cit.*, p. 783-785.

⁵¹ R. Triomphe, *op. cit.*, p. 87.

⁵² R. Lebrun. *op. cit.*, p. 24.

prático dos assuntos administrativos, conhecimento este que temperava sua paixão pelas aventuras filosóficas.

A respeito do Senado da Sabóia, é preciso lembrar que o mesmo não constituía um corpo representativo, assemelhando-se antes aos parlamentos provinciais franceses do Antigo Regime. Instituído após a invasão francesa do século XVI, encarregava-se pela administração de todas as esferas da vida provincial, ou seja, pela supervisão da moral, da religião e da educação, além da execução de tarefas administrativas e fiscais da província.

Devido às reformas absolutistas do começo do século XVIII, ainda que mantivesse o direito à admoestação, teve sua competência restringida quase que exclusivamente aos assuntos jurídicos. Entre 1717 e 1731, o rei Victor-Amadeus II, com o propósito de eliminar as fraquezas estruturais e dotar o Estado de uma estrutura mais eficiente, reorganizou o Conselho de Estado e reforçou a autoridade monárquica nas províncias por meio do envio de intendentes e funcionários piemonteses⁵³. Na esteira dessas reformas, as Constituições Reais de 1723 e 1729 eliminaram contradições das legislações prévias, “simplificando e ocasionalmente modificando em favor da autoridade real as caóticas jurisdições do passado”⁵⁴.

Essas medidas visavam sobretudo disciplinar a recalcitrante e orgulhosa nobreza saboiana, cujo histórico de atritos com a administração central piemontesa remontava a meados do século XVI, mais precisamente ao excepcional quadro de expansão do absolutismo da Casa de Sabóia após a assinatura do tratado de Cateau-Cambrésis (1559).

⁵³ Cf. Perry Anderson. *L'état absolutiste. L'europe de l'ouest* (1976). Paris, François Maspero, 1978, Tomo I, p. 181. Contudo, esta edição francesa assinala incorretamente o nome de Victor-Emmanuel (1820-1878) e não o de Victor-Amadeus II.

⁵⁴ Muitas dessas medidas objetivavam disciplinar a antiga nobreza feudal. Em 1720, o domínio real confiscou feudos adquiridos ilegalmente (sobretudo aqueles cuja origem se devia aos períodos de invasão estrangeira), obtendo grandes lucros com a venda dos mesmos aos recém-nobilitados da toga. O cadastro geral de terras ou “catasto”, publicado em 1731, ao estabelecer um novo sistema de avaliação e medidas das propriedades fundiárias, possibilitava uma base segura para o apetite fiscal do Estado. Isenções feudais e eclesiásticas foram concedidas apenas às propriedades com títulos comprovados e verificados. A burocracia administrativa foi reforçada pelo recrutamento de novos homens (como François-Xavier) e pelas reformas educacionais. A Universidade de Turim foi reorganizada e recebeu o monopólio do ensino superior (com isso, as elites provinciais deixaram de enviar seus filhos a Paris e, sobretudo, Lyon), enquanto os colégios provinciais submeteram-se à tutela estatal. O governo também criou um serviço diplomático extremamente hábil, além de um exército permanente de 24.000 homens, o qual, em tempos de guerra, poderia chegar a 44.000 (ou seja, um soldado a cada 95 habitantes e, no que tange à nobreza, essa proporção era de um soldado para dois). Ver: Stuart Woolf. *A History of Italy 1700-1860. The Social Constraints of Political Change* (1979). New York, Routledge, 1991, p.67.

Embora a primeira metade do século XVI fosse marcada por um acréscimo do poder monárquico no seu conjunto – exércitos (permanentes) mais fortes, maiores facilidades financeiras, uma organização administrativa mais eficaz e um controle mais estreito sobre a igreja nacional –, importa salientar, como fez J. H. Elliott, que “o monarca do século dezesseis era, apesar de tudo, pouco mais do que um *primus inter pares*, estando sua autoridade permanentemente sujeita ao desafio de nobres e que se considerassem com maior legitimidade de acesso ao trono... Não se punha, portanto, a questão de governar acima das facções. A arte da governo consistia em governar *através* delas, como Isabel demonstrou em Inglaterra”⁵⁵. Contudo, para Manuel Felisberto da Sabóia, “testa de ferro” de Filipe II e responsável pela vitória do exército espanhol sobre as tropas francesas de Henrique II na batalha de Saint-Quentin (1557), em Flandres, as condições eram diferentes: herdeiro de um Estado destruído e “estando as classes dirigentes desintegradas e desmoralizadas após meio século de ocupação estrangeira, não havia alternativa para uma política radical de reconstrução do Estado, pessoalmente dirigida por um duque absolutista. Mas o Piemonte era uma exceção...”⁵⁶.

Assim, em decorrência da Guerra Italiana (1551-1559) e da conseqüente assinatura do Tratado de Cateau-Cambrésis, a capital do ducado (título concedido ao conde Amadeus VIII pelo imperador do Sacro-Império Sigismundo, em 1416), foi transferida de Chambéry (desde 1295) para Turim, em 1563. Este tratado, extremamente favorável ao duque Manuel Felisberto da Sabóia (pois estabelece a devolução de suas antigas possessões na Sabóia e no Piemonte, invadidas por Francisco I em 1536⁵⁷), e as fracassadas políticas expansionistas à

⁵⁵ J. H. Elliott . *A Europa Dividida: 1559-1598* (1968). Trad. de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1985, p.55-57.

⁵⁶ *Idem*, p.56. No mesmo livro, Elliott oferece-nos maiores detalhes dessa excepcionalidade Piemontesa. Enquanto os reis da Europa eram confrontados com problemas financeiros graves e truculentos Estados Gerais que dificultavam a aprovação de impostos, a Casa da Sabóia, aproveitando-se do entusiasmo pela restauração do ducado em 1559, convocou os Estados do Piemonte e obteve deles uma contribuição “vasta e incondicional”, suficiente para manter um exército permanente de 24.000 homens. “Daí em diante nunca mais convocou os Estados, tendo conseguido força suficiente, com o auxílio do seu exército, para lançar impostos à vontade... Se o Piemonte do século XVI era um país miserável, com o campesinato esmagado sob o peso dos impostos, isso era talvez de somenos importância. O duque “testa de ferro” aumentara seus rendimentos de 100.000 para meio milhão de ducados por ano, e os seus contemporâneos estavam fortemente impressionados... No Piemonte, após longos anos de ocupação estrangeira, não existia centro sólido de oposição a um governo absolutista. O novo duque podia começar praticamente a partir de uma *tabula rasa*, se bem que mesmo ele considerasse necessário a conciliação com os nobres, procurando não intervir nas suas relações com o campesinato.”in: J.H. Elliott. *op. cit.*, p.66.

⁵⁷ A paz de 1559 confirmou o que já fora definido por uma série de guerras: a quase total exclusão da França da península italiana, em benefício da Espanha e seus aliados. De acordo com o tratado, o Piemonte e a

oeste do seu sucessor, Charles-Emmanuel I, orientaram definitivamente a política expansionista dos duques para a Península Itálica, a despeito das origens francesas (ou melhor, borgonhesas) e das suscetibilidades da aristocracia saboiana⁵⁸ - que desde então sente-se preterida em relação aos piemonteses, que passam a ocupar os melhores postos e cargos administrativos, militares e eclesiásticos do ducado.

No final do século XVII e início do XVIII – isto é, após a invasão francesa de 1690 sob a égide do “rei sol” -, o liame orgânico que ligava o Estado piemontês com seus súditos saboianos arriscava ser rompido, como testemunharam os comandantes e oficiais de ocupação franceses entre 1690 e 1703, recebidos e aclamados em Chambéry como “libertadores”⁵⁹.

Como todas as iniciativas dos duques voltavam-se para os domínios da Itália, a situação chegava às raias do anedótico para os observadores diplomáticos, a ponto de arrancar do magistrado francês Charles de Brosses, nos anos 1740, a seguinte “boutade”: a Itália era como uma “alcachofra” que a Casa de Sabóia devorava “folha a folha”⁶⁰.

No século XVIII, Victor-Amadeus II e seu filho, Charles-Emmanuel III (1730-1773), empreenderam reformas sob a inspiração de Luís XIV, isto é, com o objetivo de desenvolver todas as possibilidades das instituições monárquicas e demover toda e qualquer oposição à autoridade real. Não obstante o enquadramento e cerceamento da nobreza feudal, a auto-imagem que a monarquia fazia de si, persistiu sendo feudal⁶¹. “Com efeito, situada no cume

Sabóia voltavam ao seu possuidor legítimo, o duque Manuel Felisberto, que servira fielmente Filipe II como governador na Holanda e como general vitorioso em St. Quentin. Os franceses mantiveram algumas praças fortes no lado italiano dos Alpes, mas os seus dias como potência italiana estavam definitivamente contados. Nem o fato de Manuel Felisberto ser obrigado a desposar a irmã de Henrique II, Margarida de Valois, alterou o quadro favoravelmente à França: a lealdade desta para com o marido revelou-se mais forte do que a lealdade para com sua casa dinástica.

⁵⁸ Ou seja, Cateau-Cambrésis criou um pólo de tensão permanente entre a população da Sabóia, inclinada para as profundas raízes francesas (até as reformas absolutistas do século XVIII – vide abaixo -, suas elites eram educadas em Lyon ou em Paris), e a casa dinástica, que passou a orientar sua política para a península Itálica. Leia-se a bela definição de François Descostes: “A Casa da Sabóia aspirava a subir [a partir de Emmanuel Philibert]; subir, para ela, era descer..., descer ao país do sol e, por uma lei fatal de sua política, distanciar-se de seu berço nevado e deslocar seu centro de gravidade”. In: F. Descostes. *op. cit.*, p. 15.

⁵⁹ Situação que se repetiria durante a invasão espanhola de 1742-1748. Cf. J. Nicolas, *op. cit.*, p. 622-8 (particularmente página 622).

⁶⁰ *Idem*, p. 626-7.

⁶¹ Vale a pena lembrar o que escreveu Braudel a respeito do absolutismo francês: “Ora, a monarquia saiu do magma da feudalidade. O rei da França foi um senhor como os outros que, depois, se distinguiu dos outros, elevando-se acima deles, servindo-se da linguagem, dos princípios deles para os superar. A realeza ficou, assim, marcada pelas suas origens, ‘a nobreza é-lhe consubstancial’. Combate-a, mas não rompe com ela; aprisiona-a no fausto da Corte, mas não se aprisiona com ela. A monarquia desenraíza a nobreza e nada faz, pelo contrário, para lhe abrir francamente as portas do comércio. Mas com isso tomou-a a seu cargo.” –

de uma hierarquia única, ela [monarquia piemontesa-sarda] coroava uma estrutura nobiliárquica centralizada, ampliada a partir de então pelas elites plebéias cujos membros eram absorvidos um a um e transformados em células de execução do sistema administrativo e político. Como na Prússia de Frederico, no Piemonte o serviço civil desenvolvia-se ‘segundo uma concepção feudal da função pública’ e num espírito de completa lealdade em relação ao soberano.”⁶²

Jean Nicolas e Stuart Woolf sublinharam o fato de que a monarquia sarda, à diferença do que se passava na França – onde, na bela definição de Boris Porchnev, a burguesia fazia um jogo de “cobra-cega” com a monarquia⁶³ –, lograva amortecer os conflitos entre as diferentes ordens ao acomodá-las em seu grande regaço burocrático, num processo que culminava na formação de uma ética comum (“funcionalismo”) entre os membros daquela elite⁶⁴. Como diria futuramente o emigrado Maistre, “entre nós, todos serviam ao rei de alguma maneira, e aquele cuja inclinação não o atraía para o sacerdócio ou aos empregos civis, entrava ao serviço militar”⁶⁵.

Portanto, se por um lado essas reformas de caráter “prussiano” fizeram do reino subalpino “o mais eficientemente organizado, burocrático-militarista estado da Itália, com uma genuína tradição de lealdade para com a dinastia entre as classes dominantes⁶⁶”, por outro (e, paradoxalmente, devido ao êxito das mesmas), acabaram impermeabilizando o Estado para o surgimento de uma classe intelectual independente e crítica.⁶⁷ O momento em que Maistre inicia sua carreira legal foi marcado pelo começo do reino de Victor-Amadeus

Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo : séculos XV-XVIII (Os jogos das trocas)*. São Paulo. Martins Fontes, 1998, p. 491.

⁶² J. Nicolas. *op. cit.*, p. 596.

⁶³ “O absolutismo se esforçava por agarrar a burguesia, que reaparecia atrás de si. O absolutismo sangrava a burguesia, ao passo que a parte mais rica e influente da mesma sangrava o absolutismo”. In: Boris Porchnev. *Les soulèvements populaires en France au XVII^e siècle* (1963). Paris: Flammarion, 1972, p.399.

⁶⁴ Jean Nicolas observou que no século XVIII adentro a nobreza de toga saboiana, que no final do século XVI e início do XVII recorria aos mesmos argumentos de um Charles Loyseau e seu *Traité des seigneuries* (1608) para afirmar seu pertencimento à ordem nobiliárquica, não tinha mais necessidade de justificar seu estatuto de nobreza perante os pares de velha-cepa. In: J.Nicolas. *op. cit.*, p. 20.

⁶⁵ *Discours de consolation à la marquise de Costa*, 1794. OC, VII: 245-6. Anteriormente, na *Quatrième Lettre d'un royaliste savoisien a ses compatriotes* (1793), Maistre escrevera: “Mesmo na carreira militar, um terço dos oficiais é recrutado daquilo que se convencionou chamar de Terceiro-Estado”. In: OC, VII:173.

⁶⁶ S. Woolf. *op. cit.*, p.68.

⁶⁷ “Neste estado altamente centralizado, no qual nobres e burocratas rivalizavam-se em sua lealdade para com a coroa, havia poucas possibilidades para uma classe intelectual crítica e independente emergir e desenvolver-se. Seu caminho fora bloqueado pelo sucesso das reformas reais.”*Ibidem*. p.68.

III - conhecido como um rei “reacionário e fanático”⁶⁸ -, cujas reformas não só mantiveram as linhas mestras do absolutismo de seu avô, como, diante das crescentes pressões da nobreza feudal e das insatisfações camponesas, representaram um certo recuo (em favor da nobreza feudal) em relação aos governos anteriores.

Com efeito, por sua origem e meio social, Maistre era burguês e nobre a um só tempo: a magistratura saboiana da qual fazia parte não pertencia à nobreza nem à burguesia – afinal, uma vez admitidos àquele órgão, os magistrados eram impedidos de se envolver nas “vis” práticas mercantis. A nobilitação de sua família (1778) foi a coroação de um longo esforço de ascensão social de uma casa de comerciantes que logrou se enriquecer e integrar gradativamente seus rebentos no seio do funcionalismo estatal piemontês. De acordo com o próprio Maistre, “todos os dias” eram promovidos à nobreza homens que, “sem se tornar repentinamente iguais ao gentil-homem de raça”, obtinham por seu turno uma “ilustração marcante”, o que o levaria a caracterizar aquela monarquia como uma “aristocracia alternante”⁶⁹.

Sem nunca ter possuído um feudo, a família de Maistre oferece o maior exemplo de uma nobreza hereditária não-senhorial cujos rendimentos provinham em sua maior parte (cerca de 60%)⁷⁰ dos salários de seus cargos, e não, como ocorria com a aristocracia feudal, das exações sobre os camponeses em seus domínios (que representava pelo menos 2/3 dos ganhos). Por outro lado, detinham o signo distintivo da nobreza, qual seja, o privilégio ou isenção de tributos, mormente a talha real.

Apesar de cooptados pela nobreza hereditária, os Maistre sempre manifestaram oposição aos anacrônicos direitos feudais que ainda pesavam sobre as terras⁷¹, pelo que se depreende pela conclusão dada pelo filho Joseph a respeito de um julgamento de 1784, em que um pleiteante reclamava seus direitos feudais:

⁶⁸ *Ibidem.* p.121.

⁶⁹ Ao definir a monarquia como uma “aristocracia alternante” em que “todas as honras, todos os cargos são dispostos ao cabo de uma disputa na qual todos têm o direito de concorrer” (*Quatrième Lettre d'un royaliste savoisien a ses compatriotes*, in: *OC*,VII:226), Maistre tentará justificar a desigualdade do status social não pelas considerações de raça e sangue, mas pela desigualdade das funções.

⁷⁰ J. Nicolas. *op. cit.*, p. 613.

⁷¹ Adiante, mais um exemplo da má vontade que Triomphe dispensou a Maistre: “Um dia o jovem Maistre, por sua vez enobrecido, verá com receio os avanços da Revolução; então ele tomará para si os argumentos improvisados da nobreza decadente e tentará dotá-los de uma justificação filosófica. Mas enquanto esperam [1789]... Burgueses, Maistre e seu pai integram a classe ascendente..., interessada em liberar suas posses dessas obrigações anuais ou periódicas.” In: R. Triomphe, *op. cit.*, p.56.

“No lugar das Luzes, da Ordem, da Tranquilidade que reinam em nossos dias, é preciso imaginar os distúrbios, a anarquia, as devastações da Idade Média; é preciso lembrar da feroz independência dos nobres, a influência ilimitada do clero, a nulidade do povo e a ignorância de uns e de outros.”⁷²

Esse discurso, e outros com a mesma tonalidade que veremos mais adiante - cujo tom reformista encontra-se muito próximo do liberalismo - precisa, todavia, ser contemplado à luz da inserção de Maistre num Estado que lograra empreender (ainda que tardiamente) com êxito suas reformas absolutistas, num momento em que o continente estava sob o impacto de uma onda intelectual reformista. Toda a história de Maistre anterior à Revolução – que levou muitos autores a considerá-lo um autor liberal antes de 1789 - deve ser vista no interior desta dinâmica absolutista do regime piemontês.

“Nem francês nem italiano [lembrando que a Itália como realidade política ainda não existia], nem burguês nem senhor, Maistre encontra-se, enfim, tanto por sua educação e cultura como por sua profissão e experiências, entre as Luzes e sua negação”⁷³.

É o que pretendemos demonstrar a seguir, explorando os aspectos contrastantes de sua *bildung*, marcada pelo apaixonado envolvimento e combinação entre jesuitismo e iluminismo.

⁷² Maistre. Arquivos da Sabóia, B 1167, conclusões de 28 de julho de 1784 *apud* J. Nicolas, 2003, p. 1028.

⁷³ Jean-Yves Pranchère. *L'Autorité contre les Lumières: la philosophie de Joseph de Maistre*. Genève, Droz, 2004, p.39.

II

“Tempestade, Ímpeto e Sombras...”

Maistre tinha 44 anos quando redigiu as *Considerações sobre a França*, trabalho responsável por sua reputação literária e expressão de uma reação radical de um autor maduro contra os desdobramentos da Revolução Francesa na política Européia, especialmente na Sabóia.

Seremos incapazes de compreender sua escolha pela emigração⁷⁴ e pela contra-revolução – deixando para trás alguns laços familiares, profissionais e pessoais, além de suas posses - sem que antes analisemos sua formação intelectual nos vinte anos precedentes, isto é, desde que retorna da Universidade de Turim, em 1772.

Uma formação marcada por uma mente questionadora e curiosa que, apesar de aberta a certas influências de seu tempo, jamais renegara os ensinamentos e as sensibilidades cristãs da infância⁷⁵. Curiosidade favorecida pela herança sucessiva de duas bibliotecas, uma em 1769, de seu avô materno⁷⁶, e outra em 1791, do abade Joseph Victor⁷⁷.

Quanto à biblioteca maistreana, o que mais chamou a atenção dos especialistas foi a diversidade das áreas de interesse, assim como a pouca presença de livros relativos à profissão jurídica. Tomando-se por base as anotações feitas por Maistre nos seus registros de leitura entre 1769-1780, chegamos à seguinte categorização por áreas de interesse: belas-artes, 33%; artes e ciências (economia política inclusa), 38%; história, 15%; lei, 0%;

⁷⁴ Dos dezoito senadores da Sabóia, apenas três – Maistre e outros dois de origem piemontesa – decidiram demonstrar sua fidelidade para com a dinastia e emigrar.

⁷⁵ “[Caráter] questionador, atração pelos escritos de pelo menos alguns filósofos, ampla curiosidade, inclinação pela teorização de um tipo aventureiro e uma facilidade para retornar à intuição e à fé, são traços que caracterizam a personalidade de Maistre por toda sua vida. Abertura e espírito aventureiro foram predominantes antes da Revolução Francesa, insistência na importância da fé revelada, depois.” In: R. Lebrun. *Joseph de Maistre: an Intellectual Militant*. *op. cit.*, p.22-23.

⁷⁶ Quando inventaria sua biblioteca em 1788, Maistre informa possuir cerca de 1.400 volumes, num total de 5.200 libras piemontesas. Podemos inferir, como fez J.-Louis Darcel, que quase a totalidade desses livros pertenciam à coleção particular de seu bibliófilo avô, considerando-se que seu salário como substituto não superava 600 libras/ano. In: J.-Louis Darcel. “Maistre’s Libraries” (1985). In: R. Lebrun (org.). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 7.

⁷⁷ Em agosto de 1791, o já senador Maistre herda outros 1.132 volumes do abade Joseph Victor, totalizando 3.600 libras. Pouco se sabe da relação dele com Maistre. É muito provável que a amizade entre eles tenha começado na infância do senador, da qual o abade possivelmente tenha participado como educador, e se estendido pelo convívio na maçonaria em Chambéry. Abandona a Sabóia entre 1776-1777 para ir trabalhar como tutor do eleitor da Saxônia, Frederico-Augusto III (1750-1827), que ficaria conhecido por suas reformas ilustradas durante o período napoleônico. In: J.-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 8-9.

teologia, 13 %⁷⁸. O estudo das aquisições de livros por áreas interesse, entre 1788 1792, demonstra uma insignificante variação do quadro anterior: belas artes, 25%; artes e ciências, 47%; história, 15%; lei, 4%; teologia, 12%⁷⁹.

Além de incluir uma edição da *Encyclopédie*⁸⁰, toda a coleção de 180 volumes das *Mémoires de l'Académie royale des sciences* e o *Dictionnaire historique et critique* de Bayle, sua biblioteca possuía os principais textos do pensamento clássico (Platão, Aristóteles, Maquiavel, Thomas Morus, Jean Bodin, Pierre Charron, Descartes, Grotius, Jacques Bossuet) e “ilustrado”(Bacon, Locke, Fénelon, Voltaire, Condillac, Montesquieu, Turgot, Diderot, Abbé Raynal, Hume, Adam Smith, Gibbon, Robertson, Rousseau, Maupertius, Helvétius, Condorcet, Mably, Linguet, Necker, Mirabeau, Dupont de Nemours, Quesnay)⁸¹.

Importa também destacar que o interesse de nosso autor pela literatura circunstancial (jornais, panfletos, periódicos) era maior do que por romances e poesias. Por volta de 1792, a biblioteca maistreana abrigava 43 volumes do *Anné littéraire* de Fréron, 230 volumes do *Journal Encyclopédique* e 180 volumes das *Mémoires de l'Académie royale des Sciences*⁸².

Duas anotações, ambas de 1774, relativas às leituras de jornais merecem nossa atenção, pelo teor reformista e “liberal” dos comentários. A primeira expressa as simpatias de Maistre pela causa dos colonos norte-americanos:

“Estou simplesmente furioso pelo fato de que existam naquele país [Inglaterra] pessoas suficientemente vis que queiram subjugar esses pobres americanos”. O mesmo jornal (*La Gazette de Berne*) informou alguns dias depois a inauguração de um novo teatro em Varsóvia, notícia que mereceu o seguinte comentário de Maistre:

“Quando leio notícias deste tipo, sinto o sangue ferver em minhas veias; fico fora de mim. Como? Quando toda a Polônia encontra-se em chamas, quando soberanos estrangeiros

⁷⁸ J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 9-21.

⁷⁹ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 85.

⁸⁰ Adquiriu a edição completa de Genebra de 1788, em 45 volumes in-4º, por 159 libras.

⁸¹ J.-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 10-15.

⁸² Numa anotação sem datação de seus registros de leitura (provavelmente entre 1774-1775), Maistre tece o seguinte comentário sobre o jornalismo: “Eu amo os jornais: exploro-os buscando os fragmentos de verdade que devem ser encontrados neles. Ordinariamente, trabalhos deste tipo são compostos por brutos. Ao contrário, preferiria que os mesmos fossem feitos por homens de gênio e escritos num país em que a liberdade de imprensa fora estabelecida. Preferiria infinitamente ter uma coleção de 20.000 jornais verdadeiros, impressos em Londres ou Amsterdã, do que *O Espírito das Leis* ou qualquer outro livro de política que se possa imaginar”. In: “Extraits G”, 1774 ou 1775, p. 213-4 *apud* R. Lebrun, 1988, p. 37.

estão esmagando corajosos republicanos sem razão e impiedosamente, quando o rei da Prússia avança diretamente para as portas de Varsóvia, óperas são abertas nesta capital, e os magnatas poloneses são quem os conclamam e os protegem.”⁸³

Graças ao estudo de R. Lebrun, sabemos que Maistre demonstrara indulgência para com opiniões de tipo mais liberal ou reformista em mais de uma ocasião. Por exemplo, numa anotação de 1774 (com cerca de 40 páginas) de seus registros de leitura, ficamos diante de um inesperado jovem galicano e entusiasta leitor da história do veneziano Paolo Sarpi (1552-1623), notório por suas críticas aos jesuítas e ao poder papal:

“Os papas brincaram conosco durante quatro ou cinco séculos: desde então, temos obtido nossa vingança, talvez até com excesso de animosidade... Excelentes idéias sobre o poder dos papas. Se o papa possui essa ampla autoridade, quem a concedeu? Se ele a possui, por que seus predecessores não a exerceram por mais de mil anos? Como é possível que nem os concílios, os padres, os cânones, e nem tampouco os antigos historiadores nada tenham dito a esse respeito? Desde que os papas começaram a exercer o poder absoluto, os príncipes cristãos têm sempre oferecido alguma oposição, forçando os papas à moderação – algo de que eles certamente seriam incapazes... se a autoridade pontifical viesse de Deus.”⁸⁴

Outro dado a ser destacado é a participação de Maistre em atividades maçônicas por quase duas décadas, de 1773 a 1791. Afinal, seu envolvimento neste movimento, alvo de uma condenação dupla pela Igreja, em 1738 e 1751, e que, para certos autores, como Reinhart Koselleck⁸⁵ e François Furet⁸⁶, representava uma forma de sociabilidade

⁸³ Maistre, “Extraits G”, 1774, p. 210 *apud* Lebrun, 1988, p. 42.

⁸⁴ Maistre, “Extraits G”, 1774, p. 131 *apud* Lebrun, 1988, p. 40.

⁸⁵ Koselleck assim definiu o caráter ambíguo e o papel desempenhado pela maçonaria no esgotamento do Estado absolutista: “Os maçons não têm nada a ver, diretamente, com a política, mas vivem conforme uma lei que, uma vez em vigor, torna supérflua a revolução. Por um lado, separam-se do Estado, subtraem-se à autoridade e constituem um poder indireto que é uma ameaça à soberania – mas uma ameaça apenas moral. Por outro lado, sua virtude deixa de ser um ‘crime’, isto é, de ameaçar o Estado, quando ela mesma, em lugar do soberano, determina o que é justo e injusto. A moral é o soberano presuntivo... Diretamente apolítico, o maçom é, no entanto, indiretamente político. A moral permanece, de fato, não violenta e pacífica, mas enquanto tal – concebida como antípoda da política – questiona o Estado vigente. In: R. Koselleck. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1954). Trad.: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco; Rio de Janeiro: Ed.UERJ/Contraponto; 1999, p. 71 e 75.

⁸⁶ De acordo com F. Furet, a monarquia absolutista pressupunha “um certo tipo de sociabilidade política, através da qual toda a sociedade [era] ordenada concêntrica e hierarquicamente em torno dela, que [era] o centro da vida social. Ela se [encontrava] no cume de um conjunto hierárquico de corpos e comunidades cujos direitos [garantia], e por intermédio dos quais [circulava] de alto a baixo a obediência.” No século XVIII, os circuitos dessa sociabilidade política estão cada vez mais esvaziados de sua significação tradicional e de seu conteúdo simbólico, abrindo flancos para “um mundo novo, estruturado a partir do indivíduo, e não mais de seus grupos institucionais, mundo fundado sobre essa coisa confusa que se chama

democrática emergindo da erosão dos circuitos de sociabilidade da monarquia absoluta, não seria outro indício de que no período pré-revolucionário Maistre aderiria às opiniões liberais?

Tome-se como exemplo o manifesto francamente antiabsolutista que, na condição de Grande Orador da loja *Trois Mortiers* de Chambéry, assinara contra a sede do Grande Oriente de Londres⁸⁷:

“Vós, que jamais ouvistes ressoar em seus ouvidos a estrondosa voz de um soberano absoluto! Vós que podeis... tudo o que não é injusto! Imaginai que o universo é repleto de homens que não têm senão a vontade de serem livres, uma vez que não se conhece método para agrilhoá-la. Em Londres, quando o soberano levanta o braço, vós colocais a grande Carta entre vós e ele... Mas alhures, uma vez que o Mestre tenha falado, tudo que não se curva é esmagado, não havendo mais queixas a fazer nem tampouco distinções a propor: a glória encontra-se na obediência e a menor contravenção torna-se perigosa.”⁸⁸

Em 1775, naquela que será sua primeira composição formal, o *Eloge de Victor-Amédée III* (*Elogio a Victor-Amadeus III*), Maistre reitera a simpatia pela causa dos colonos norte-americanos, anuncia, como bom “burguês” ou nobre da toga⁸⁹, o fim das “instituições góticas” e reclama, em nome da aliança entre a monarquia e a filosofia, a abertura de uma biblioteca pública:

“As instituições góticas desaparecerão. Victor conduzirá a verdadeira filosofia pela mão; ordenará a extinção de velhas fórmulas; e a ignorância, perseguida, caçada, insultada em toda Europa, não mais se vangloriará de que somos seus últimos súditos... A Liberdade, insultada na Europa, fugiu para outro hemisfério; ergue-se sobre o gelo do Canadá, arma os

opinião e que é produzida nos cafês, nas lojas maçônicas e nas ‘sociedades’. Podemos chamá-la de sociabilidade democrática, mesmo que sua rede não se estenda ao povo todo, para exprimir a idéia de que as suas linhas de comunicação formam-se ‘embaixo’ e horizontalmente, no nível de uma sociedade desagregada, onde um homem iguala-se a outro homem, entre os indivíduos dessa sociedade”. In: F. Furet. *Pensando a Revolução Francesa* (1978). Trad. de Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 53-4.

⁸⁷ Pelo fato da loja-mãe londrina ter liberado a loja piemontesa *La Mystérieuse* (instituída pela iniciativa da loja chambéryana, em 1765) da jurisdição dos *Trois Mortiers*, sob a alegação de que os membros desta última eram negligentes em suas atividades doutrinárias.

⁸⁸ F. Descostes, *Joseph de Maistre avant la Révolution*, op. cit., p. 226-228.

⁸⁹ Neste discurso, Maistre também elogia a política militar do governo – apesar de, na sua opinião, os grandes exércitos representarem “uma terrível praga à humanidade” –, que alista e disciplina grande parte da nobreza, nos seguintes termos: “Seria mais prudente deixá-los em seus velhos *châteaux* onde ocupariam seu tempo em jogos destrutivos e atormentando as pessoas?” In: *Eloge de Victor Amédée III*, 1775, p. 50 apud R. Lebrun, 1988, p. 49.

pacíficos habitantes da Pensilvânia e, no meio da Filadélfia, exclama aos ingleses: ‘*por que me ultrajastes, vós que vangloriades de sua grandeza graças a mim?*’”⁹⁰

Essa postura reformista de Maistre fazia-se mais evidente nas conclusões judiciais que afrontavam os interesses feudais, consagrados pelo direito consuetudinário. Nelas, declarava que “os princípios da antiga jurisprudência de modo algum estavam fundados na razão”, não se podendo, pois “fundar o direito sobre o costume, sem antes se informar se o costume está fundado no erro”. Costume que ele identificava como a “anarquia” da Idade Média, caracterizada, por sua vez, pela “feroz independência dos nobres, influência ilimitada do clero, a nulidade do povo e a ignorância de uns e de outros”⁹¹.

No entanto, é preciso lembrar que este não é todo Maistre, que ao lado do magistrado ilustrado convivia um católico convicto e de disposições políticas conservadoras, de modo que seria precipitado julgá-lo como liberal tomando-se por base somente o valor de face dos excertos reproduzidos acima ou seu mero pertencimento à maçonaria.

Afinal, como demonstraram J. Rebotton⁹² e J.-Louis Darcel⁹³, não havia nada de herético no fato de um católico, no contexto de Maistre, aderir à maçonaria. À diferença do que se passava na França e na maior parte da Europa, onde, conforme observou F. Furet, “um circuito de sociabilidade não [tinha] nenhuma comunicação com o outro”⁹⁴, a vida religiosa da Sabóia apresentava interligação entre esses circuitos, de modo que as congregações não só conseguiram sobreviver e conquistar novos adeptos até a Revolução Francesa, como inúmeros membros de congregações e confrarias participavam também de atividades maçônicas – como o abade Joseph Victor⁹⁵.

Assim, o envolvimento maistreano na maçonaria deve ser atribuído em parte à sua curiosidade intelectual – a qual não se identificava com os rituais e doutrinas de uma religião desgastada, formalista e com a autoridade de seu líder em franco recuo, inclusive entre seus adeptos – e em parte à sua reação ao ateísmo filosófico das Luzes. Como lembrou

⁹⁰ *Idem*, p. 49. Posteriormente, em 1777, o então jovem magistrado de 24 anos pronuncia o *Discours sur la vertu* (*Discurso sobre a Virtude*) onde, em ocasião da abertura das atividades senatoriais e num estilo e sensibilidade tipicamente rousseauianas, evoca a fundação das sociedades por meio de um contrato originário no qual “todos consentem em dobrar suas vontades particulares sob o cetro da vontade geral”. Cf. Jean Roussel. *Jean-Jacques Rousseau en France après la Révolution: 1795-1830*. Paris, Armand Colin, p. 93-120.

⁹¹ Citado em Jean Nicolas., *op. cit.*, p. 1027-9.

⁹² Jean Rebotton. “Maistre’s Religious Education”, *op. cit.*, p. 95.

⁹³ Jean-Louis Darcel. “The Sources of Maistrean Sensibility”, *op. cit.*, p. 101-121.

⁹⁴ F. Furet. *op. cit.*, p. 54.

⁹⁵ Jean-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 114-116.

Jean-Yves Pranchère, “as luzes da maçonaria que conheceu Maistre não foram aquelas do pensamento ilustrado, mas sim de seu estranho duplo que é o iluminismo, que substitui ao projeto do *Aufklärung*, de uma emancipação pelas iluminações da razão, a vontade de uma *Verklärung*, de uma transfiguração de si na luz divina”⁹⁶. No mesmo *Eloge* em que critica as instituições góticas, a nobreza e a militarização dos estados modernos, Maistre repreende duramente os filósofos da Ilustração:

“Como são cruéis esses homens perigosos que tentaram nos afastar da religião! Dizei, filósofos infelizes! Quando tiverdes amesquinhado a esperança do homem de bem e o terror do malfeitor, que colocareis em seu lugar?”⁹⁷

A partir de 1778, Maistre e outros 15 membros dos Trois Mortiers transferiram-se para a “mística” e “reacionária”⁹⁸ *La Sincérité*, que seguia o Rito Escocês Retificado do mercador de tecidos de Lyon, Jean-Baptiste Willermoz (1730-1824), seguidor do martinismo de Martinès de Pasqually (1710?- 1774).

Não tardou muito para que “Joseph a Floribus” – alcunha que recebera durante sua primeira visita à Grande Loja de Lyon, em 1776, quando obteve o título de “Cavaleiro Benfeitor da Cidade Santa” - chamasse a atenção de seus superiores e ascendesse ao grau de Grand Profès, um dos mais altos da hierarquia maçônica⁹⁹. Porém, o saboiano não perdeu o espírito crítico e questionador que o distinguia dos demais membros da loja. A julgar pelas respostas que lhe enviavam os superiores, o Grand Profès “Joseph a Floribus” parece ter sido um discípulo simultaneamente respeitoso e cético¹⁰⁰.

⁹⁶ J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 43.

⁹⁷ Citado em R. Lebrun., *op. cit.*, p. 50. Posteriormente, não censuraria a filosofia de seu século naquele mesmo discurso “rousseauiano” de 1777, isto é, o *Discours sur la vertu*? “Senhores, não blasfememos contra o Ser dos Seres; não reclamemos de nada, pois Ele é o autor de todas as coisas; o mal é necessário porque ele existe. Homem frágil e ignorante, que pelo menos isto que vês te sirva a reverenciar o que és incapaz de compreender! Deixa de agitar seus grilhões, pois assim parecer-te-ão menos pesados: os malfeitores te revoltam, de que reclamas? Deus não te afastou nada, pois deixou a virtude para ti”. In: Robert Triomphe. *op. cit.*, p. 95.

⁹⁸ J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 43.

⁹⁹ A hierarquia maçônica da loja a que pertencia Maistre obedecia à seguinte classificação, por ordem crescente: 1. Aprendiz; 2. Companheiro; 3. Mestre; seguidos pelos três maiores degraus, respectivamente, 1. Maître Ecossais de Saint-André; 2. Ecuyer Novice; 3. Chevalier Bienfaisant de la Cité Sainte. Sobre essas ordens, sobrepunha-se uma escala hierárquica secreta formada respectivamente pelos Profès e pelos Grands Profès. Por fim, dentre os Grands Profès elegiam-se os Elus Cohen (padres eleitos). Cf. R. Lebrun. *op. cit.*, p. 57.

¹⁰⁰ Cf. Claude Boncompain e François Vermale. *Joseph de Maistre*. Paris, Éditions du Félin, 2004, p. 31. Os autores reproduziram a seguinte declaração (sem data) de Maistre sobre a maçonaria: “Tudo o que diziam de verdadeiro não era senão o catecismo envolto em palavras estranhas”.

Mas é sobretudo na *Mémoire au Duc de Brunswick*¹⁰¹ (*Memória ao duque de Brunswick*), de 1782, que vislumbramos a inserção de Maistre na maçonaria e na Ilustração. No centro do pensamento maistreano está a defesa do cristianismo, que se encontra sitiado pelo ataque filosófico, de modo que as lojas devem ser responsáveis pela “instrução dos governos”, pela organização das obras caritativas e de benevolência, e, sobretudo, pela restauração da unidade católica do cristianismo – e visando atender este fim, Maistre chega a propor uma sociedade de correspondência entre os padres das diferentes lojas espalhadas pela Europa, num tom ecumênico:

“É chegado o Tempo, meu Senhor, de apagar a vergonha da Europa e da mente humana. Qual a vantagem de possuir uma religião divina desde que rasgamos o inconsútil tecido e os adoradores de Cristo, divididos pela lei divina, são levados a excessos que fariam a Ásia ruborizar? O maometismo conhece apenas duas seitas; o cristianismo tem 30 delas; e, como se estivéssemos destinados a nos desonrar alternadamente por excessos opostos, após massacrarmos uns aos outros por razões dogmáticas, caímos, em tudo o que concerne à religião, na estúpida indiferença que chamamos *tolerância*. O gênero humano está degradado, a terra divorciou-se do céu. Nossos supostos sábios, ridiculamente orgulhosos por algumas descobertas infantis, escrevem doutamente a respeito do ar fixo, volatizam o diamante, ensinam às plantas o quanto devem durar... mas cuidam para não condescender em perguntar uma única vez em suas vidas o que eles são e qual o seu lugar no universo. O entusiasmo sendo um fanatismo mil vezes mais criminoso do que aquilo que eles nunca cessam de deplorar, golpeiam indiferentemente a verdade e o erro, sem conhecer outro modo de atacar a superstição senão pelo ceticismo.”¹⁰²

Aqui, o tom ecumênico do texto era uma necessidade e uma estratégia, jamais uma convicção. O propósito da maçonaria devia ser o de reunir as diversas seitas na religião católica. As lojas – que teriam por função iniciar seus membros na “ciência do homem”, que versa sobre a origem e o destino da humanidade – seriam um instrumento privilegiado dessa futura união, uma vez que as mesmas, ao sofrer as influências do século, acostumaram-se às

¹⁰¹ Líder do movimento maçônico de Estrita Observância Templária, o sobrinho do duque que seria derrotado na batalha de Valmy, em 1792, enviou às lojas um questionário que deveria ser respondido no congresso que se reuniria em 1782 na cidade de Wilhelmsbad (Alemanha). Como as respostas poderiam ser coletivas ou individuais, Maistre redigiu essa memória com a esperança de que a mesma chegasse às mãos do duque por meio do discípulo de Willermoz, Gaspar de Savaron, algo que provavelmente não ocorreu, em razão da censura imposta por sua loja.

¹⁰² Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 65.

controvérsias religiosas, permitindo a aproximação entre católicos e protestantes sem destruição mútua.

Ao recomendar o estudo da moral e da política, o magistrado Maistre o fez num tom diametralmente oposto ao que se propagava nos “circuitos de sociabilidade democrática”:

“Em política, jamais devemos deixar-nos levar por sistemas vãos, pois a metafísica nesta ciência, e em geral tudo o que não for claro e prático, é bom apenas para entreter escolas e cafês”¹⁰³.

Se por um lado a *Mémoire* de 1782 reduzia o Evangelho a um pequeno número de verdades práticas (como a caridade) que aprendera a cultivar desde cedo na congregação e na confraria – em certo sentido, ecoando o cristianismo sentimental e moralista de Rousseau, conforme expresso na *Profession de foi du Vicaire Savoyard* – por outro, não se pode esquecer que Maistre, desde meados dos anos 1770, assumia uma visão providencialista, tributária em grande medida dos ensinamentos de Pierre Charron, especialmente do seu livro *Les Trois Vérités* (1593), a qual lhe permitia articular o agnosticismo de seu tempo com a fé cristã¹⁰⁴.

Para Charron, é a razão que, pela confissão de seus próprios limites, justifica a religião: “o verdadeiro conhecimento de Deus é a perfeita ignorância d’Ele”, uma vez que “Deus é a própria, verdadeira e única infinidade”. Numa passagem anotada por Maistre, Charron afirma que “toda Deidade que se prova e se estabelece pela razão, a qual pode ser alcançada ou aproximada pela suficiência humana, é falsa e não verdadeira Deidade.”¹⁰⁵ Se a razão humana é insuficiente para apreender a essência de Deus, resta-nos contudo, a alternativa de compreender os efeitos da ação providencial.

Apesar de ter julgado seu investimento feito na *Mémoire* como algo inútil, nem por isso perdeu o interesse pelas investigações metafísicas das correntes místicas de pensamento¹⁰⁶. Nesta época, Louis-Claude de Saint-Martin, também conhecido como o

¹⁰³ *Idem.*, p. 63.

¹⁰⁴ Numa anotação de seus registros de leitura feita em 1774, lê-se: “Há, portanto, tacanhice tanto em acreditar em nada quanto em acreditar em tudo; a sabedoria consiste em duvidar... Senhores filósofos! Curai-vos desta estranha doença de negar tudo o que ultrapassa nossa inteligência mesquinha: procurai saber antes se não existe algum modo de explicar aquilo que achais fácil de negar.” In: “Extraits G”, 1774, p. 12, *apud* Lebrun, 1988, p. 41.

¹⁰⁵ *Les Trois Vérités*, I, 5.

¹⁰⁶ Futuramente, numa anotação de 1816, Maistre resumiria do seguinte modo sua experiência na maçonaria: “Outrora consagrei boa parte de meu tempo buscando conhecer esses senhores. Frequentei suas assembléias, fui a Lyon para vê-los em primeira mão, mantive certa correspondência com alguns de seus

“filósofo desconhecido”, figurava entre seus autores prediletos. Sua biblioteca continha três obras deste místico, a saber, *Des Erreurs ou de la vérité*, de 1775, que condenava o ateísmo dos filósofos da Ilustração; o *Tableau naturel des rapports qui existent entre Dieu, l’Homme et l’univers*, de 1782, que propunha a meditação Bíblica como maneira de antecipar a vinda do reino de Cristo; e o *l’Homme de désir* (*O Homem de desejo*), de 1790, que Maistre mais admirava e o qual afirmava, em termos próximos aos de Charron, a impossibilidade do conhecimento direto sobre Deus, mas não de suas leis.

No próximo texto de importância da lavra maistreana deste período, o *Discurso sobre o caráter exterior do magistrado* (1784), verificamos a mesma postura crítica perante a Ilustração: “... esses princípios, cavalheiros, que pertencem a todos os tempos, adquirem uma importância particular no século em que vivemos; este século, que tem feito e preparado tantas coisas grandiosas por meios errados, tem se destacado de todas as épocas por um espírito destrutivo que não preserva nada – tem atacado, abalado, tudo, e os danos se estenderão a limites que nós ainda não percebemos.”¹⁰⁷

Em 1788, e já sob a influência dos últimos eventos na França¹⁰⁸, redige duas memórias, respectivamente a *Mémoire sur la vénalité des charges* (*Memória sobre a venalidade dos cargos*) e a *Mémoire sur les Parlements* (*Memória sobre os Paramentos*)¹⁰⁹, nas quais revelava-se um partidário de uma reforma moderada e manifestava seu apoio à ofensiva aristocrática dos parlamentos franceses contra o regime absolutista.

Na primeira memória, amparando-se em Montesquieu, empreende a difícil tarefa de defender os cargos venais, criticados por substituir o mérito pela riqueza. Resumidamente, o sistema de venalidades, segundo Maistre, oferecia uma alternativa racional contra o patronato real, ao mesmo tempo em que representava uma barreira contra as usurpações da

principais personagens. Todavia, permaneci na Igreja Católica, apostólica, romana; não sem, porém, adquirir muitas idéias das quais tirei proveito.” In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 69.

¹⁰⁷ R. Lebrun. *op. cit.*, p.76-7. Outro indício do que pensava o magistrado no período que antecede a Revolução pode ser encontrado na carta-resposta que envia ao lugar-tenente do bailiado de Belley, o barão de Rubat, que solicitou sua opinião a respeito da introdução do *De l’administration des finances de la France*, 1784 (*Da administração das finanças da França*) de Jacques Necker. Nesta missiva de 1785, o saboiano manifesta aprovação pelas reformas do banqueiro genebrino, as quais - declarava num tom otimista - anunciavam uma grande revolução, insensivelmente e sem grandes dilacerações. *Ibidem.*, p. 78.

¹⁰⁸ A Assembléia dos Notáveis, convocada por Calonne, repudiara suas propostas de reforma e seu sucessor, Loménie de Brienne, tentava forçar o Parlamento de Paris a registrar um programa semelhante.

¹⁰⁹ Um objetivo implícito destas memórias era o de convencer os conselheiros de Victor-Amadeus III (então em idade avançada) a promovê-lo como senador, nomeação que ele obteria em 2 de maio daquele ano.

nobreza feudal¹¹⁰. Na memória seguinte, sobre os parlamentos, após comparar os modelos representativos da França e da Inglaterra, o autor conclui que na última, a admissão do Terceiro Estado no Parlamento teve o efeito de limitar o poder da monarquia, ao passo que na França, com o objetivo de se livrar da “tirania dos barões feudais”, o povo concedeu toda autoridade ao poder real.¹¹¹

Por fim, entre 1786-1789, Maistre redige seu primeiro diálogo (o próximo e último seriam as *Soirées*), no qual revela sua disposição intelectual ante a *Natural Law* (Direito Natural). No diálogo (sem título), um interlocutor francês (o “Presidente”, talvez uma alegoria a Antoine-Louis Séguier, conhecido por sua ferrenha oposição à *Encyclopédie* e à liberdade de imprensa) responde a um interlocutor inglês (“Mr. Dennis”, que lança mão de argumentos utilitaristas e jusnaturalistas para defender a liberdade de imprensa), numa argumentação que contém o germe do conceito de soberania que desenvolveria em trabalhos posteriores:

“Se existir alguma coisa evidente em política, é que em toda forma de constituição possível sempre deve haver um poder que não se justifica a ninguém e que não pode ser nem detido nem oposto em suas determinações. Este poder é o soberano... Se não houver um poder que possa se fazer obedecer invencivelmente, não haverá mais sociedade e teremos de retornar para a floresta.”¹¹²

Diante de tudo o que foi exposto, acreditamos que a melhor fórmula para defini-lo antes da Revolução, seja a oferecida por Richard Lebrun em sua biografia; “conservador ilustrado”¹¹³.

“Ilustrado” em razão de sua familiaridade com a filosofia das Luzes, sua paixão e curiosidade por livros, jornais e idéias, seu moderado galicismo, sua oposição à Luís XIV e defesa dos corpos intermediários - como o Senado da Sabóia -, seu desacordo ante os excessos de uma política militarista (apelidada por ele de *bâtoncratie*, ou “governo do porrete”) e centralizadora de Turim e, por fim, sua admiração pelo sistema parlamentar da Inglaterra¹¹⁴. “Conservador”, por sua adesão à Igreja Católica e crença na excelência das

¹¹⁰ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 88.

¹¹¹ *Idem.*, p. 89.

¹¹² *Ibid.*, p. 90.

¹¹³ *Ibid.*, p. 93.

¹¹⁴ Cujas liberdades, porém, eram associadas antes à Magna Carta do que às Revoluções do século XVII.

instituições monárquicas, por seu receio em relação aos excessos da democracia, pelas críticas ao filosofismo e, finalmente, pela convicção de que as reformas devem ser lentas e graduais, com observância das tradições e guardando o caráter absoluto da monarquia.

De uma forma ou de outra, estava fadado a ser incompreendido pelos radicais dos dois lados. Para aqueles que mantinham o poder pela herança e pela tradição – os reis piemonteses e sua nobreza hereditária –, o vigoroso e independente intelecto de Maistre só poderia gerar suspeitas, ainda mais em razão de seu histórico maçônico.

Apesar de sua hostilidade para com alguns aspectos da Ilustração, o magistrado saboiano manteve o otimismo pela realização das reformas liberais até 1788, razão pela qual Jean-Yves Pranchère classificou (mas somente neste período) seu pensamento como a expressão de “um conformismo não-conformista”.¹¹⁵

Otimismo que só era quebrado pela dura rotina de magistrado, a qual lhe tolhia o tempo necessário para fazer aquilo de que mais gostaria, isto é, dedicar-se à carreira literária. Numa carta de 1785, expõe sua angústia existencial por ter de conviver entre pessoas e ocupações que o afastavam daquilo que o atraía; a escrita política: “... na minha posição, o que se pode fazer é o mínimo comparado com o que se gostaria de fazer, e todo dia desperto com mil projetos. A mania de escrever (*scribomanie*) apodera-se de mim; sinto a cabeça e, às vezes, o coração, inchados, mas nada posso concluir e, por assim dizer, empreender. Descubro à noite que o dever consumiu todo meu tempo: é preciso adormecer como na véspera sem ter conseguido executar qualquer um de meus desígnios. Sem dúvida, podeis formar uma idéia bem clara deste tormento... Empurrado de um lado pela filosofia e de outro pela lei, creio que ‘escaparei pela diagonal’.”¹¹⁶

Sabemos, graças ao detalhado estudo de R. Lebrun, que Maistre pensara seriamente em abandonar sua profissão entre 1791 e 1792, à qual não raramente se referia como uma “escravidão”. Não seria preciso chegar a tanto. A Revolução provar-se-ia sua diagonal.

¹¹⁵ “Os textos que ele compõe antes de 1789 mostram-no dividido entre o agnosticismo e a gnose de uma parte, e entre o absolutismo monárquico e o liberalismo parlamentar de outro. Suas admirações de então – Charron, e Saint-Martin, Montesquieu e os fisiocratas – são, por assim dizer, os nomes próprios dos pólos de tensão de um pensamento que oscila entre diferentes elaborações teóricas de uma única e mesma posição de princípio – aquela de um catolicismo esclarecido em matéria de filosofia religiosa e de um liberalismo conservador em matéria de filosofia política.” In: J.-Yves Pranchère, *op. cit.*, p. 44.

¹¹⁶ Carta ao marquês de Barol de 24 de julho de 1785. Citado por R. Triomphe, *op. cit.*, p. 132.

III

Primavera de um contra-revolucionário

No verão de 1788, Maistre, como a maior parte da opinião pública européia, era um entusiasta dos parlamentares franceses e sua reivindicação pela convocação dos Estados Gerais. Não obstante sua identidade com a causa aristocrática francesa –afinal, era um nobre de toga-, seu entusiasmo pela Revolução até 1788 explica-se. Conforme observou Georges Lefebvre num estudo clássico, no verão de 1788, “era impossível prever que a burguesia iria intervir, em nome do Terceiro Estado, no conflito que questionaria o poder real e a aristocracia. Porém, com a notícia da convocação dos Estados Gerais, ela [burguesia] vibrou: pela primeira vez desde 1614, o rei a autorizava a falar. Além do mais, no primeiro momento não se oferecia uma perspectiva de luta; o rei convocava seus súditos porque queria ouvir suas queixas; a aristocracia pretendia falar em nome de todos os franceses; seus intérpretes auto-intitulavam-se *os nacionais*...”¹¹⁷

Suas memórias de 1788, alinhadas com a “reação aristocrática” francesa, mostravam-no, portanto, como um defensor da monarquia – desde que temperada pelos corpos intermediários - e um prudente reformista¹¹⁸.

Alguns biógrafos, como R. Triomphe¹¹⁹ e R. Lebrun¹²⁰, chegaram a sugerir que Maistre pensara efetivamente em se candidatar para deputado nas eleições para os Estados Gerais, uma vez que herdara de um tio materno uma propriedade em território francês.

¹¹⁷ Georges Lefebvre. *1789 : o surgimento da Revolução Francesa* (1939). Trad. de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008, p. 87. No mesmo livro, Lefebvre esclarece sobre a natureza dessa reação aristocrática: “Existe o hábito de caracterizar o século XVIII pela ascensão da burguesia e pelo triunfo da filosofia: mas ele também testemunhou a última ofensiva da aristocracia, e o início da Revolução foi apenas seu coroamento” (p.50-1)... “É incontestável que, em seus cadernos de queixas, a aristocracia exigiu formalmente a redação de uma Constituição, o voto do imposto pelos Estados Gerais e a entrega da administração a Estados provinciais eletivos. Preocupou-se igualmente em proteger a liberdade individual e a liberdade de imprensa, e até mesmo a liberdade de consciência. Em princípio, seus desejos eram formulados em benefício de toda nação, e seu sucesso, certamente, teria sido vantajoso ao Terceiro Estado” (p.69)... [No entanto] “a aristocracia se engajou na luta contra o absolutismo em nome da nação, mas com a firme vontade de governá-la e, sobretudo, de não se confundir com ela” (p.71).

¹¹⁸ Convencido, apesar de tudo, da excelência da monarquia sarda e de suas instituições, suas posições neste período devem também ser interpretadas nos quadros da relação bilateral entre a Sabóia e Turim, ou seja, refletiam a existência de um “sentimento comum saboiano de particularismo e hostilidade em relação aos piemonteses”. In: Jean Nicolas. *La Savoie au XVIII^e siècle: noblesse et bourgeoisie*, op. cit., p. 322.

Em outras palavras, as opiniões reformistas de Maistre expressavam as suscetibilidades de boa parte da aristocracia saboiana – sobretudo dos togados não-detentores de feudos -, que esperava recuperar o terreno político perdido nos últimos três séculos – de Cateau-Cambrésis às reformas de Victor-Amadeus II - para a administração absolutista piemontesa.

Contudo, à medida que o processo revolucionário se acelerava, o entusiasmo inicial pelo que transcorria na França era substituído pela apreensão. Numa rara evidência sobre o que pensava Maistre nos primeiros meses da Revolução, a saber, uma resposta de Henry Costa¹²¹ a uma carta profundamente pessimista enviada pelo amigo, verificamos uma mudança de atitude do magistrado em relação aos eventos da França:

“Meu caro amigo, por que regelastes com o porvir? Crede que essas discussões de Versalhes que vos inflamam não podem produzir senão um feliz nivelamento entre os homens que, a despeito de vós, querem o bem da França.”¹²²

Diante da falta de evidências, podemos admitir que Maistre perdera a fé na regeneração da França pelos Estados Gerais no exato momento da campanha pela duplicação dos membros do Terceiro Estado e do voto por cabeça.

Conforme sublinhou Richard Lebrun, não pode haver dúvidas quanto ao fato de que Maistre abominava o voto por cabeça e predizia uma série de infortúnios, com os Estados Gerais cedendo às pressões democráticas.

Pouco depois da famosa sessão de quatro de agosto, em que a Assembléia proclamou extinto o regime “feudal” na França, Maistre escreve a Costa em termos que não deixam dúvidas a respeito de sua reação emocional tanto pelo que transcorria na França, assim como pela sua situação na Sabóia, revelando inclusive o desígnio de redigir um livro sobre a Revolução:

“Ao escrever-me duas páginas sobre política, caríssimo amigo, jogastes uma bola incandescente num barril de pólvora... e inclusive vejo diante de mim doze ou quinze páginas escritas que demandam outras. Todavia, encontro-me só, mal situado, desencorajado; não vejo ao meu redor senão frieza, ignorância e essa odiosa inveja dos impotentes... Assim, oscilando entre o estupor, o desgosto e os acessos de entusiasmo, nada

¹¹⁹ R. Triomphe. *Joseph de Maistre...*, op. cit., p. 133.

¹²⁰ R. Lebrun. *Joseph de Maistre: an intellectual militant*, op. cit., p. 95.

¹²¹ Um dos três amigos íntimos de Maistre, à diferença do visconde Jean-Baptiste Salteur e do Chevalier Gaspard Roze, Costa não servia à magistratura, mas à seção topográfica do exército sardo. Descendente de uma família nobre estabelecida no castelo de Beauregard, estreitaria relações com Maistre quando se encontrou com o amigo no exílio suíço, diferentemente dos dois amigos citados acima, que decidiram permanecer na Sabóia. Detalhe: sob o Consulado, o conselho eleitoral do departamento de Mont-Blanc nomeou Salteur para o Senado francês, que depois seria condecorado por Napoleão com a “Legião de Honra”. Ora, se Maistre fosse movido por venalidade, como sugere R. Triomphe, o mesmo poderia muito bem ter ficado e recebido o reconhecimento que sempre lhe faltou de sua monarquia. Sabemos que não só Salteur, como também a maioria dos senadores, optaram por permanecer na Sabóia. Ver R. Lebrun, op. cit., p. 73.

¹²² Costa a Maistre, 15 de junho de 1789. Citada em R. Lebrun, op. cit., p. 96.

vejo claramente... Quem sabe se, por volta do início de outubro, não vereis chegar à sua morada Montesquieu, Bacon, e Mably, envolvidos em quatro pastas – e alguns farrapos de papel que vos lerei para saber o que pensais? Enquanto esperais, vede essa tirada que minha pena acaba de fabricar: ‘O filósofo, por um instante enganado pelos Sólon de colégio, aprende bem depressa a desprezá-los, e a noite de 4 de agosto não deixa para a Revolução francesa um único partidário sábio no universo. Entretanto, é essa sessão de 4 de agosto que ousam designar como Sessão Imortal! *Eis, dizem, o que a Assembléia Nacional fez em uma noite pela França e pela humanidade!* Sem dúvida, pode-se cometer grandes erros numa noite’.”¹²³

Ora, é preciso lembrar que a sessão de quatro de agosto¹²⁴ trouxe consequências práticas para a vida de Maistre, uma vez que, pela nova lei, devia pagar impostos ao governo francês (as terras herdadas de seu tio no Talissieu). Chegou inclusive a redigir uma “Mémoire”, em abril de 1790, contra a ameaça de confisco lançada àqueles que não pagassem devidamente seus impostos¹²⁵.

Enquanto não concretizava seu projeto de escrever um livro sobre a Revolução, continuava a acompanhar as notícias que vinham da França. Ao ser informado por um amigo de Jean-Joseph Mounier – então deputado pelo Delfinado, presidente da Assembléia e líder do partido monarquiano, o qual defendia reformas à inglesa para a monarquia

¹²³ Carta de Maistre a Costa de setembro de 1789. citada em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 97.

¹²⁴ A Assembléia – que, na célebre formulação de Barrington Moore Jr., tinha uma “pistola apontada contra sua cabeça” (In: *Social Origins of Dictatorship and Democracy: lord and peasant in the making of the modern world* (1966). Boston, Beacon Press, 1967, p.78-9) - visava com isso arrefecer os distúrbios rurais, também conhecidos como o “Grande Medo”, quando a população camponesa – verdadeiro “árbitro da Revolução” e sem o apoio da qual as forças propulsoras, como os parisienses *sans-culottes*, seriam incapazes de levar adiante suas políticas radicais (Cf. B. Moore Jr., *op. cit.*, especialmente páginas 77 e 89) - , entre o final de julho e o início de agosto de 1789, pressionada pelo recrudescimento da carestia e temendo uma conspiração aristocrática – alimentada, naquela atmosfera de suspeitas mútuas, pela infeliz conjunção de fome com depredações no campo perpetradas por hordas de desocupados -, insurgiu-se contra os símbolos e as fontes do poder aristocrático, invadindo castelos, mosteiros e celeiros, destruindo pombais e mansões senhoriais, exigindo a preservação e/ou devolução de terras comunais e a abolição de serviços ou tributos senhoriais, etc. Na verdade, o grande feito dessa sessão foi o de abolir o privilégio como princípio social e institucional. Com o decreto do dia 11, vieram abaixo toda uma estrutura de poder municipal e provincial e os dízimos pagos à Igreja pelos camponeses. Com respeito aos direitos feudais, a Assembléia foi profundamente conservadora ao estabelecer que os mesmos deveriam ser coletados até que se estipulasse um valor de indenização a seus possuidores. Afinal, eram propriedades, assim como os cargos venais, que demandavam uma compensação antes de serem abolidos. Consulte-se também: W. Doyle. *The Oxford History of the French Revolution* (1989). Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 116-117.

¹²⁵ Como observou François Descostes, este foi o primeiro encontro de Maistre com a Revolução triunfante. In: F. Descostes. *Joseph de Maistre pendant la Révolution: ses débuts diplomatiques, le marquis de Sales et les émigrés, 1789-1797*. Tours. A. Mame et fils, 1895, p. 53.

francesa – sobre os detalhes que cercaram as jornadas de cinco e seis de outubro, que culminaram na invasão do Palácio de Versalhes e no “seqüestro” da família real pela multidão parisiense, Maistre passa a manifestar aversão pela Revolução:

“Eis-me já ocupado em minhas importantes e esmagadoras funções; leituras, conversações, meditações, mesmo aquelas que versam sobre mim e vós, tudo está acabado até setembro de 1790... Acreditaríeis, meu caro amigo, que Mounier viu, com seus próprios olhos, as mulheres de Paris, que há pouco haviam roubado o pão da dispensa real, mergulhar esse pão no sangue dos guardas massacrados e então comê-lo? Simpático povo!.. Mas isto é o que julgo mais conforme à Declaração dos Direitos do Homem, que também inclui os da mulher, em virtude de sua natural igualdade... O que posso vos dizer, meu bom amigo? Minha fé está abalada. Ajudai-me! Socorrei-me! Minha cabeça fermenta todos os dias por causa de todos esses assuntos a ponto que, às vezes, nem consigo dormir. Jamais espetáculo mais interessante atingiu o gênero humano!... Abandonemos Paris!... Abandonemos esse abismo imundo onde Mirabeau vocifera como um verdadeiro Lúcifer.”¹²⁶

Em maio de 1790, a propaganda revolucionária começa a produzir seus efeitos na Sabóia¹²⁷, e Maistre apreende dos próprios emigrados franceses que “invadiram” Chambéry os relatos de massacres e violências que se seguiram às jornadas de julho, ao “Grande Medo” e à invasão do Palácio de Versalhes em outubro de 1789. A exemplo de seus contemporâneos, Maistre estava chocado pela “violenta irrupção da irracionalidade num século de racionalidade, de brutalidade e desumanidade num século de civilização e filantropia”¹²⁸.

Diante das crescentes perturbações populares, Maistre redige um memorando ao Senado, em 22 de junho de 1790, onde criticava a “política do porrete” (*bâtoncratie*) de Turim e sugeria penas brandas (e até a anistia) aos implicados em atos considerados subversivos:

“Parece que o rei ganhará deixando o Senado agir ao invés de agir diretamente por si mesmo. Isto tornará a autoridade do soberano mais branda e venerável sem despojá-la de

¹²⁶ Carta de Maistre a Costa de 7 de dezembro de 1789, citado em R. Lebrun., *op. cit.*, p. 98.

¹²⁷ Camponeses de Montmélian protestam contra o encarecimento dos gêneros básicos provocado pelo afluxo dos emigrados franceses, o qual aumentou após as jornadas de outubro e a aprovação da Constituição Civil do Clero (agosto de 1790).

¹²⁸ Jean-Louis Darcel. “Maistre and the French Revolution” (1977). R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 181.

sua força, e apagará o mais completamente possível da mente do povo a idéia da arbitrariedade... Parece-me, cavalheiros, que cabe a nós sermos os protetores destes que nada possuem, que são pobres, abandonados, e que não podem enviar representantes a Turim.”¹²⁹

A partir de 1791, as evidências sobre os juízos de Maistre a respeito da Revolução tornam-se mais abundantes. No final de janeiro, endereçou uma carta a seu amigo Costa, com quem estivera no último natal, onde além de reiterar suas críticas aos piemonteses, confessou sua admiração pela leitura das *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790) de Edmund Burke:

“Lestes Calonne, Mounier e o admirável Burke? O que pensais do modo com que este austero deputado refere-se à grande espelunca do Manège e a todos os legisladores bebês? Quanto a mim, estou encantado, e não saberia expressar o quanto ele reforçou minhas idéias antidemocráticas e antigalicanas. Minha aversão por tudo o que está sendo feito na França transforma-se em horror. Compreendo muito bem como sistemas, ao fermentarem em muitas cabeças, convertem-se em paixões. Crede-me, esta abominável assembléia não pode ser odiada o suficiente. Vede como trinta ou quarenta velhacos [referência ao clube bretão] conseguem o que o príncipe negro e a Liga foram incapazes de fazer. Massacres, pilhagens, incêndios, não representam nada – são necessários poucos anos para curar tudo isso -, mas o espírito público aniquilado, a opinião pública viciada num nível assustador, numa palavra, a França putrefata, eis o que estes senhores fizeram. E, o que é realmente deplorável, a doença é contagiosa e nossa pobre Chambéry já se encontra bem infectada... Todos os dias o poder recua, mesmo quando quer avançar, pois ele se emprega mal.”¹³⁰

Esta carta nos impõe a seguinte questão: qual foi o real peso exercido pelas idéias de Burke no desenvolvimento intelectual posterior de Maistre? Se para alguns autores, como R. Triomphe¹³¹ e Jean-Louis Darcel¹³², o saboiano foi grandemente influenciado pela leitura das *Reflexões*, isto não significa que o mesmo dependera das opiniões do irlandês para a formular sua própria tese sobre a Revolução. Do contrário, como explicar as missivas de 1789, nas quais já derramava sua bÍlis contra as tendências democráticas da Revolução –

¹²⁹ Citado em R. Lebrun., *op. cit.*, p. 99-100.

¹³⁰ Carta a Costa de 21 de janeiro de 1791. Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 100-101.

¹³¹ R. Triomphe. *op. cit.*, p. 139.

¹³² J.-L. Darcel. “Maistre and the French Revolution”, *op. cit.*, p.181.

muito antes, portanto, da publicação das *Reflexões*? Além disso, ao considerarmos todos os trabalhos posteriores de Maistre, seremos capazes de identificar poucas referências a Burke, conforme demonstrou R. Lebrun¹³³. Sem negar que existam temas comuns entre ambos, Lebrun admite como mais plausível a hipótese de que a influência do contra-revolucionário irlandês sobre Maistre tenha sido mais no âmbito emocional e estilístico do que no conceitual, isto é, como um “reconhecimento instintivo de uma repulsão emocional [à Revolução] semelhante à sua”¹³⁴.

Em 17 de fevereiro de 1791, envia outra carta a Costa, na qual disserta sobre a equivocada reação de seu governo à circulação de um panfleto anônimo intitulado *Le premier cri de la Savoie vers la liberté* (*O primeiro grito da Sabóia para a liberdade*). Depois de informar que o panfleto, muito bem redigido, fora publicado em Paris, condena aquilo que considerava a marca da estupidez das monarquias européias, e da sua em particular: a *bâtoncratie*, ou seja, o recurso ao arbítrio policial, que resulta no menoscabo da justiça, ao invés do recurso à contrapropaganda para refutar as idéias demagógicas do panfleto. A conclusão oferecida por Maistre expressa bem sua insatisfação: “Quos Jupiter vult perdere prius dementat” [Júpiter primeiro enlouquece aqueles que ele deseja destruir”, Eurípedes, *Fragmentos*]¹³⁵.

Posteriormente, em março daquele ano, quando na condição de membro do Conselho de Reforma (órgão responsável pela supervisão do ensino superior da Sabóia) ficou encarregado pela investigação de um ato subversivo no Colégio real, não só pôs em prática aquilo que pregara anteriormente a seu governo (anistia e moderação nas sanções), como

¹³³ Em mais de 5.000 páginas dos registros de leitura de Maistre, há apenas quatro (e breves) referências às *Reflexões*, três às *Letters on a Regicide Peace* (1796-7) e uma à *Letter to a Noble Lord* (1796). Nos trabalhos publicados de Maistre, Lebrun verificou referências (sempre breves) às *Reflexões*, ao *Appeal from the New to the Old Whigs* (1791), à *Letter to a Member of the National Assembly* (1791), além das *Letters on a Regicide Peace* e *Letter to a Noble Lord*. No entanto, a referência mais extensa e elogiosa a Burke não se encontra na carta supracitada, e sim num trecho das *Réflexions sur le Protestantisme* (1798) em que Maistre refuta o panfleto de Tom Paine (*Os Direitos do Homem*, 1791-2): “Sem dúvida, esse grande patriota, esse grande escritor, esse profeta célebre que discerniu a Revolução francesa, é culpado por não querer acreditar que o povo tenha direito a votar nas encruzilhadas para derrubar a constituição; porque ensina que a vontade reunida e legalmente verificada dos três poderes é um oráculo à voz do qual tudo deve se inclinar; porque acredita que os ingleses são ligados pelo voto a seus pais, que formaram, aceitaram, consagraram esta constituição, privando assim seus sucessores do direito de refazê-la e insolentemente arrogando a si a infalibilidade; [então] Burke é culpado; ele se aproxima de Roma. Acusação notável.” R. Lebrun. “Joseph de Maistre and Edmund Burke: a comparison” (1999). In: R. Lebrun (org.). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Kingston, McGill-Queen’s University Press, 2001. p. 158-160.

¹³⁴ *Idem.*, p. 158.

¹³⁵ R. Lebrun., *op. cit.*, p. 103.

voltou a sugerir uma reação no plano das idéias. Em 23 de abril, quando sugere ao ministro do interior, por meio de carta, a infiltração de um espião na célula do clube jacobino de Grenoble (o qual, segundo ele, fomentava espiritual e materialmente as perturbações sociais ocorridas em Chambéry e arredores), expressa o seguinte a respeito da Revolução: “A Assembléia Nacional... sabe muito bem que a sua força é apenas uma força relativa, fundada nas circunstâncias, que são indubitavelmente o resultado de um decreto especial da Providência... Pessoas prudentes acreditam que possam se lisonjear pelo fato de que não exista perigo nesta província, mas, se houvesse, isto não seria daquela parte que se chama povo, pois são a vaidade e a sede de poder que fazem as Revoluções ou que as iniciam, de modo que, quando o povo tem pão, nada mais deseja.”¹³⁶

Ao ser convidado pelo ministério do interior a exercer essa função, Maistre declinou, alegando excesso de atividades judiciárias e inexperiência para uma atividade tão arriscada. Contudo, a principal razão por detrás dessa recusa era a ambição por uma posição mais elevada em seu governo. Assim, em julho de 1791, candidata-se – sem sucesso - ao cargo de intendente-geral da Sabóia. No mesmo mês, e após o malogro de sua candidatura, corresponde-se com outro amigo, Vignet des Etoles, responsável pela reforma da justiça na Sabóia e futuro embaixador da monarquia sarda em Berna. A ele, manifesta seu pessimismo diante da aceleração do processo revolucionário, comparável apenas à Reforma protestante do século XVI:

“A situação é terrível. Digo-vos francamente: temo para o século XVIII um choque político igual ao que o século XVI experimentou em matéria de religião... Estamos fracos, e nosso passatempo predileto é devorarmos uns aos outros ao invés de combater o inimigo.”¹³⁷

O pessimismo maistreano acompanhava a evolução da dinâmica revolucionária. Tudo indicava que o que era ruim poderia piorar: a Constituição Civil do Clero (promulgada em agosto de 1790) e a imposição do juramento constitucional aos padres (início de 1791) produziram um cisma na Igreja e acrescentaram mais inimigos à Revolução. Não bastasse, após a mal-sucedida tentativa de fuga de Luís XVI em Varennes, a facção liderada por Brissot consegue direcionar a política da Assembléia Legislativa para a guerra. Em novembro de 1791, a Assembléia decretou que todos os franceses que se encontravam no

¹³⁶ *Idem.*, p. 105.

¹³⁷ Carta a Vignet des Etoles de oito de julho de 1791. Citado em Lebrun. *op. cit.*, p.106.

exterior deveriam retornar até o final do ano ou seriam declarados traidores. O rei vetou este ato, mas houve crescentes hostilidades e ameaças contra os estados que acolhiam os emigrados, dentre eles o reino do Piemonte-Sardenha. Quando a Assembléia votou pela guerra contra o reino sardo, em 20/09/1792, todos na Sabóia sabiam que a invasão era uma questão de tempo. Nesta mesma data, Maistre e sua família já haviam recolhido o máximo que podiam (prataria, dinheiro e, sobretudo, livros) e partido para os Alpes. No dia 22, as tropas do general Dumouriez invadem a Sabóia, sem nenhuma resistência das até então temíveis forças piemontesas.

A antipatia pela Revolução¹³⁸ e a lealdade para com seu rei – apesar de tudo - eram demasiado grandes para tergiversar com o novo regime, como faria a maior parte de seus colegas do Senado, Salteur incluso. Além disso, como observou Jean-Louis Darcel¹³⁹, a decisão de Maistre podia ser interpretada como um chamado à aventura, uma oportunidade única de expansão para seu espírito que não suportava mais o “enorme peso do nada” da vida provincial, como ele próprio confessaria numa missiva¹⁴⁰.

¹³⁸ É curioso observar que a opção contra-revolucionária – com tudo que ela implicava, como o vigor, o entusiasmo, a ferocidade tipicamente “revolucionária de seus escritos - se deveu tão ou mais às suas origens burguesas do que nobres. Afinal, a Revolução arruinou um lento e trabalhoso processo de nobilitação familiar que se arrastou por quase três séculos.

¹³⁹ J.-Louis Darcel. “Introduction” a J. de Maistre. *Considérations sur la France*. Genève, 1980, Édition Critique, p. 21.

¹⁴⁰ Citado em R. Triomphe. *op. cit.*, p. 34. A julgar pela declaração feita por Maistre numa carta ao rei Victor-Emmanuel IV de 16 de julho de 1814, não seria incorreto admitirmos ambas hipóteses: “Abandonei o meu país e virei as costas para a Revolução por satisfação própria e porque tudo o que estavam fazendo me chocava”. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 109.

IV

Considerando “uma grande época”

Os próximos quatro anos (1793-1797) seriam os mais importantes da carreira intelectual de Maistre¹⁴¹. Poucas semanas após abandonar Chambéry pela segunda vez, o saboiano lançou-se numa nova carreira de panfletário contra-revolucionário que culminaria na publicação das *Considerações*, na primavera de 1797. Neste panfleto, responsável por sua reputação de defensor do trono e do altar – embora Maistre só viesse a assumir explicitamente posições ultramontanas a partir de *Du Pape* (1819) –, obra de um autor maduro e de posse de um refinado estilo literário, já se encontram *in nuce* os principais argumentos que desenvolverá em outras obras.

Infelizmente para o saboiano, para que o intelectual contra-revolucionário desabrochasse, era preciso que sua ambição diplomática naufragasse. Após instalar sua família em Aosta, o senador emigrado parte a Turim, com o objetivo de obter um cargo político ou diplomático na capital do reino. Não fez muito esforço para perceber que os refugiados saboianos eram mal vistos no Piemonte, algo que só piorou diante da celeridade com que a antiga província do reino sardo integrou-se à Revolução e à França.¹⁴²

No final de dezembro de 1792, após mais uma tentativa fracassada de obter um cargo, Maistre viu-se forçado a retornar à Sabóia para encontrar-se com a esposa (então grávida do terceiro e último filho do casal, Constance), que retornara a Chambéry a fim de evitar o confisco das propriedades da família pela Convenção Nacional francesa.

¹⁴¹ “Joseph de Maistre e a Revolução” não se trata apenas de um Maistre “anterior” ou “posterior” à Revolução, mas, sobretudo, de um Maistre “pela” Revolução, pois, como bem lembrou Jean-Louis Darcel, foi o imenso acontecimento “que revelou Maistre a si mesmo como escritor político e religioso. Foi o Terror, irrupção da irracionalidade na história, rompendo com as possibilidades de inteligibilidade, que fez de Maistre o escritor do paradoxo, da alegoria e do sublime”. In: J.-Louis Darcel. “Présentation” de Joseph de Maistre, *Écrits sur la Révolution*. Paris, Quadriage, 1989, p.13.

¹⁴² Logo após a invasão, os franceses organizaram eleições para deputados em todos os distritos da Sabóia, dando origem à Assembléia Nacional dos Allobroges. O primeiro ato desta assembléia, que se reuniu em 21 de outubro de 1792, foi enviar à Convenção Nacional de Paris uma petição unânime requerendo a incorporação do país à França. Diante disso, a Assembléia foi dissolvida e o poder entregue a um comitê executivo, cujo primeiro ato foi o de ordenar um inventário das propriedades da Igreja e ameaçar com o confisco todos os emigrados que não retornassem até 1º de janeiro de 1793 (posteriormente, a data passou a 31 daquele mês). Em 18 de novembro de 1792, a Convenção Nacional promulgou um decreto que unia a Sabóia à França, passando-se a chamar Departamento de Mont-Blanc.

No curto período em que ficou na Chambéry francesa e republicana, isto é, entre 12 de janeiro e 22 de fevereiro de 1793, Maistre deparou-se com uma ordem política e social inteiramente nova. O antigo palácio ducal havia sido ocupado pelo general Kellerman, que o entregou a Hérault de Séchelles, encarregado pela Convenção da administração do novo departamento. O convento das ursulinas havia sido expropriado por razões militares e a “irmã” Eulália, ou melhor, Marta de Maistre, teve de ser acolhida na residência de seu irmão mais velho, Joseph. Até os nomes das ruas haviam mudado: a Place Saint-Léger passou a se chamar Place de la Liberté. Uma transformação que demorara quatro anos para ser efetivada na França, não demandou mais do que poucos meses para se completar na antiga província do rei piemontês-sardo.

Neste período, Joseph de Maistre demonstrou pouca ou nenhuma intenção em simular aquiescência com a nova ordem. Recusou-se a fazer uma doação voluntária em apoio à guerra e expressava publicamente, sempre que podia, a revolta pelo que considerava o assassinato de Luís XVI. Talvez por este motivo, um comitê de segurança invadiu-lhe a residência na noite de 25 de janeiro, fato este que precipitou o nascimento de Constance (cujo batizado assumira o aspecto de uma cerimônia clandestina¹⁴³). Alguns dias depois, Maistre ficaria escandalizado pelo que viu no funeral do pai de seu amigo Salteur, o antigo Primeiro Presidente do Senado: homens portando o barrete frígio cantarolaram a Marselhesa no interior da catedral.¹⁴⁴

Antes de abandonar a Sabóia pela segunda e definitiva vez, redigiu seu primeiro panfleto contra-revolucionário, o *Adresse de quelques parents de militaires savoisiens à la Convention Nationale des Français*, provavelmente no final de fevereiro de 1793. Tratava-se de um apelo à Convenção Nacional francesa contra o confisco das propriedades dos refugiados saboianos, uma vez que os mesmos, na opinião de Maistre, não podiam ser confundidos com os emigrados franceses, que abandonaram seu país quando Luís XVI ainda reinava. Mas, conforme ele próprio confessaria ao publicista contra-revolucionário suíço Jacques Mallet du Pan, o verdadeiro objetivo daquele panfleto era o de defender o regime

¹⁴³ Afinal, seu batismo coincidiu com a imposição do juramento constitucional ao clero saboiano.

¹⁴⁴ Numa carta ao conde de Vallaise de 8 de outubro de 1814, Maistre admite que nunca se esqueceu deste incidente: “A Sabóia foi invadida em meio a um grande paroxismo; era preciso ver igrejas fechadas, padres perseguidos, os retratos do rei sendo esfaqueados em cerimônias públicas; era preciso escutar a Marselhesa ser cantada no púlpito (eu o escutei); meu coração não era forte o bastante para suportar tudo isso.” In: Albert Blanc. *Correspondance Diplomatique de Joseph de Maistre (1811-1817)*. Paris, Michel Lévy Frères, 1860, tomo II, p. 34.

pré-revolucionário da Sabóia junto a seus compatriotas e preparar o espírito deles para uma futura retomada sarda. Além disso, o *Adresse* podia ser interpretado como uma tentativa de recuperação de sua imagem, a qual ficou bastante abalada em Turim por seu envolvimento na maçonaria e pela colaboração de seu cunhado, François-Hyacinthe de Constantin, com os franceses (o qual, no entanto, seria preso por se opor ao juramento constitucional do clero).

Após obter condicional para sua irmã - presa em consequência da fuga de seu marido, Constantin¹⁴⁵ – e diante das crescentes suspeitas das autoridades francesas em torno da autoria do *Adresse*, não lhe restou outra alternativa senão emigrar, desta vez para Lausanne, na Suíça.

Mais do que as vantagens da língua (francófona) e da geografia (podia manter contato com a família, que permanecera na Sabóia¹⁴⁶), o que mais o atraiu para essa dependência de Berna, foi a oportunidade de iniciar a carreira de publicista, livre das perturbações dos franceses e, sobretudo, de seu governo¹⁴⁷. Outro fator que deve ter pesado nesta decisão, foi a presença de seu amigo Vignet des Etoles, antigo intendente da Sabóia e recém-nomeado embaixador da monarquia sarda em Berna.

Dois dias após sua chegada, no dia 15 de abril de 1793, encontra-se com Mallet du Pan, que muito provavelmente o convenceu a iniciar a redação de um panfleto contra-revolucionário, a saber, as quatro primeiras *Lettres d'un royaliste savoisien à ses compatriotes* (*Cartas de um realista saboiano a seus compatriotas*), publicadas entre maio e agosto daquele ano.

No dia 20, após ser informado por Vignet des Etoles de que fora acusado de jacobinismo pelas autoridades piemontesas - de fato, desde 1791 membros de algumas lojas de Chambéry (como os da loja *Sept Amis*, subordinada ao Grande Oriente de Paris), veiculavam o programa do clube jacobino ou *Sociedade dos Amigos da Constituição* na província –, inicia a redação de uma memória, a *Mémoire sur la Franc-Maçonnerie* (finalizada no dia 30), que mais parecia uma defesa da maçonaria do que dele próprio, e na qual argumentava que as lojas saboianas eram “honestas sociedades” dedicadas a atos de benevolência, de modo que a “igualdade” maçônica não passava de puro simbolismo. Nela,

¹⁴⁵ O mesmo Constantin, alvo de uma crítica velada no *Adresse*, fora preso em 23 de março de 1793 por se opor ao confisco dos bens do clero na Sabóia.

¹⁴⁶ Apenas em setembro de 1793, diante da iminência das ofensivas austro-sardas, é que a esposa e os filhos se juntam ao marido.

¹⁴⁷ Robert Triomphe. *Joseph de Maistre... op. cit.*, p. 156.

Maistre não omitiu seu passado maçônico, embora tenha evitado fornecer detalhes de seu envolvimento (o qual, conforme demonstrou Jean Rebotton¹⁴⁸, prosseguiu até o início de 1793, mesmo após a proibição formal de seu governo, em dezembro de 1791).

Se, por um lado, era praticamente impossível negar-lhes (aos maçons) participação em atividades revolucionárias, por outro, Maistre se esforça em demonstrar que isto se deu de forma indireta, ou seja, com os maçons fornecendo o modo de organização aos clubes, uma vez que alguns de seus membros eram maçons. Quanto às lojas da Sabóia, o Grand Profès “Josephus” admitiu que existissem lojas “burguesas” que acolhiam membros envolvidos em atividades sediciosas, mas negou qualquer envolvimento de sua loja nas mesmas.¹⁴⁹ Por fim, seguindo a tradição de que a melhor defesa é o ataque, dispara a seguinte crítica a Vignet des Etoles:

“Se o rei não fosse servido por tolos nesta matéria como em todas as demais, teria sido fácil usar as lojas reformadas para inspecionar as outras e descobrir um sem-número de coisas; porém, com a prevalência do fatal sistema do medo e da desconfiança geral, os bons súditos, paralisados pela suspeita, limitaram-se a resmungar, enquanto os perversos agiram a seu bel-prazer, sem que o rei de nada soubesse.”¹⁵⁰

Não se sabe ao certo o que Vignet des Etoles fez com esta memória, mas o fato é que o passado maçônico de Maistre prejudicava sua imagem junto ao governo de Turim. Em dezembro de 1793 (após o fracasso da invasão da Sabóia pelas tropas austro-sardas), Vignet submeteu o mesmo objeto a Maistre que, irritado, elevou ainda mais o tom de sua resposta, alegando que a maçonaria não passava de um movimento tolo e sem alguma importância, de modo que o uso deste argumento servia apenas de pretexto para seu governo mantê-lo num cargo menor:

“O que mais me aborrece é verdes falar seriamente sobre esse absurdo maçônico, uma puerilidade universal deste lado dos Alpes e do qual você teria feito parte se habitasse entre nós... Mas meus bons amigos de Turim não hesitavam em chamar-me de “irmão Joseph”, enquanto pronunciava tranquilamente minhas sentenças em Chambéry. Não me surpreendo

¹⁴⁸ J. Rebotton. “Josephus a Floribus During the Revolution”. In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 145.

¹⁴⁹ Conforme observou Richard Lebrun, preocupado em dissipar as suspeitas de participação em “conspirações maçônicas” que pesavam sobre si, Maistre omitira o fato de que advogara abertamente pela causa das reformas na memória de 1782, onde propunha, dentre outras coisas, “a instrução dos governos” pela maçonaria. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 121.

¹⁵⁰ “Memória sobre a Franco-Maçonaria” de 30 de abril de 1793. Citado em R. Lebrun, *op. cit.*, p. 121.

que num país cujo vício capital é o de atribuir grande importância a nada, tenha-se falado excessiva e repetidamente desta insignificância; mas estou pasmo diante do fato de que não tenhais percebido de imediato que isto foi apenas um pretexto para ridicularizar minhas esperanças por uma posição.”¹⁵¹

Em meio a tudo isso, começara (meados de abril) a redação das quatro primeiras *Cartas saboianas*, que tinham o duplo objetivo de convencer as autoridades sardas a reconquistar a antiga província (pois havia uma queda de braço entre o partido piemontês, contrário à intervenção armada na Sabóia e advogando a causa da expansão em solo italiano, e o partido saboiano – minoritário-, defensor da intervenção) e galvanizar os habitantes locais a se juntarem às tropas austro-sardas, cuja invasão estava programada para o verão de 1793¹⁵².

O aspecto mais curioso desta peça de propaganda realista designada para circular na Sabóia e composta sem a autorização do governo, era a defesa da monarquia sarda em termos utilitários e racionais, e não mediante os apelos tradicionais à honra e ao dever¹⁵³. No Prefácio à 2ª edição (1793), em que o autor reagrupou as quatro primeiras cartas publicadas separadamente, Maistre explicitou suas intenções:

“Outrora, a autoridade podia dispensar a ciência, e a obediência, a reflexão: hoje, produziu-se uma grande transformação nos espíritos, e essa transformação é obra de uma nação extraordinária, infelizmente muito influente (...). Nossa situação... é bem melhor do que a vivida pelos franceses: a revolução é um fruto estranho trazido pela França e que ainda não está, a bem dizer, aclimatado entre nós (...). É preciso trabalhar sobre a opinião; desmistificar as teorias metafísicas aos povos..., ensinar-lhes a perceber as vantagens daquilo que possuem; mostrar-lhes o perigo de buscar um melhor imaginário sem calcular os infortúnios com os quais pagará pelo mesmo.”¹⁵⁴

¹⁵¹ Maistre a Vignet des Etoles, 9 de dezembro de 1793. In: Lebrun. *op. cit.*, p. 122.

¹⁵² Um terceiro e implícito objetivo dessas cartas era o de convencer seu governo adotar medidas mais “liberais”.

¹⁵³ Conforme observou Jean-Yves Pranchère, a sugestão maistreana de restaurar a monarquia pela ciência denota uma aporia de seu tradicionalismo, uma vez que o projeto de restaurar a autoridade pela ciência é formalmente homólogo ao projeto revolucionário de uma reconstrução social pela via racional e abstrata. Ao contrário de Burke, os contra-revolucionários continentais não podiam apelar à *prescription*, a uma reforma que tivesse por base a tradição. In: Pranchère, *op. cit.*, p. 78.

¹⁵⁴ Citado em J.-Louis Darcel, “Apresentação” de Joseph de Maistre. *Écrits sur la Révolution*. Paris, PUF, 1989, p. 21.

Nas duas primeiras *Lettres*, Maistre habilmente denuncia as práticas revolucionárias em nome dos mesmos princípios que as animaram: em nome da Liberdade, da Igualdade e dos Direitos do Homem, violam as liberdades, as consciências, e a justiça, resultando naquilo que Maistre designaria como “guerra civil do gênero humano”, o solapamento do Estado de Direito que ele, bem ou mal, identificava com a monarquia absolutista sarda¹⁵⁵. Mas o crime revolucionário por excelência, dirá no “Prefácio” da primeira carta, não era tanto o Terror quanto o desbaratamento simbólico da autoridade política. Numa passagem em que demonstra o pleno domínio da escritura polêmica e dos recursos de linguagem disponíveis a um panfletário, compara os revolucionários franceses a uma criança que estragou o próprio brinquedo ao tentar desvendar seu funcionamento:

“(…) no momento em que se oferece a uma criança um desses brinquedos que executam, por meio de mecanismos internos, movimentos inexplicáveis a ela, após ter se divertido por algum tempo, quebra-o, para vê-los de fora. É assim que os franceses trataram seu governo. Quiseram ver de fora: expuseram os princípios políticos, abriram os olhos da multidão sobre objetos a respeito dos quais jamais suspeitara examinar, sem refletir que existem coisas que se destroem ao mostrá-las.”¹⁵⁶

Em contraste com a interpretação providencialista das *Considerações*, as análises e as sugestões presentes nas *Lettres* tinham como base os fatores imanentes da dinâmica política. Ainda que se refira à Providência nas cartas, nem de longe esta ocupa o mesmo espaço que obterá no *Discurso à Madame Costa* (1794) e nas *Considerações*.

Assim, na interpretação oferecida pelas *Lettres* a Revolução Francesa é retratada como uma consequência dos abusos e fraquezas do Antigo Regime e da sedução da opinião pública pelos homens de letras¹⁵⁷.

¹⁵⁵ “O fato é que a Revolução interveio na vida de Maistre sob a forma de uma incessante ameaça militar, obrigando-o a deixar a Sabóia e depois o Piemonte e, ademais, lançando a sua sombra até a Rússia, de maneira que a identidade entre os princípios revolucionários e a guerra foi para ele um dado da experiência permanente... A Declaração dos Direitos do Homem de 1789 destruiu o direito, pois continha em si mesma uma declaração de guerra contra os princípios de legitimidade monárquica, em outras palavras, contra os princípios do direito que então reinavam na França e na Europa... Assim, é em nome do “direito público” que Maistre condenará até o fim de seus dias a Revolução e suas consequências”. In: J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 55-61.

¹⁵⁶ OC, VII:36.

¹⁵⁷ “Os governos da Europa tinham envelhecido e sua decrepitude era bem conhecida apenas para aqueles que queriam tirar proveito da situação para a execução de seus projetos mortais. Não havia mais coesão, espírito público, energia; uma revolução era inevitável”. OC, VII: 84.

Infelizmente para Maistre, além de fracassarem em seus objetivos (pouquíssimos exemplares das cartas chegaram à Sabóia pela escassez dos meios), as *Lettres* trouxeram-lhe mais desventuras em relação a seu governo. Este não apenas ignorou a mensagem implícita sobre a necessidade das reformas, como proibiu sua venda no Piemonte por considerá-las antimonarquistas¹⁵⁸.

Apesar da precariedade de sua situação, o Correspondente sardo em Lausanne¹⁵⁹ recusava-se a alterar suas convicções políticas. No início de dezembro, na mesma carta em que negou qualquer significação política a seu envolvimento na maçonaria, confidenciou a Vignet des Etoles a seguinte crítica a seu governo:

“A meu ver, o projeto de engarrafar a água do lago Genebra é menos insano que o de restaurar as coisas precisamente sobre as mesmas bases em que estavam antes da Revolução... O governo militar é algo que sempre detestei, que detesto agora e detestarei pelo resto de minha vida; todavia, prefiro isto ao jacobinismo. É melhor do que a coisa mais execrável do mundo, eis o único elogio que se possa fazê-lo... Se este belo governo, que é a morte da monarquia, for restaurado, direi o que sempre afirmei: “Obedeça”. Desculparei os excessos mais escandalosos com o mais filial dos tons. Porém, se por acaso a monarquia for restaurada e separada da *bâtoncratie* [governo do porrete], espero que me permitais ficar contente.”¹⁶⁰

Noutra missiva do início de 1794, Maistre reitera as críticas a seu governo situando-o num quadro mais amplo, de crise do Antigo Regime e de incapacidade de regeneração do mesmo diante de uma revolução total:

“Há muito que sabeis meu modo de pensar. Por muito tempo suspeitei e agora acredito estar em posição de afirmar que estamos experimentando uma grande época, uma Revolução geral... Para ser franco (e que isto fique entre nós), acredito firmemente que a Monarquia foi irremediavelmente golpeada (refiro-me à monarquia absoluta) e que resta apenas um meio de se salvar, que é o de se transformar e ganhar as mentes dos povos.

¹⁵⁸ Numa carta a Vignet des Etoles de 1798, confessaria ter queimado os manuscritos das *Lettres*, pois os mesmos, segundo ele, foram escritos numa época em que não possuía “a menor iluminação sobre a Revolução francesa, ou melhor, européia.” In: J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 36.

¹⁵⁹ Nomeado em três de agosto de 1793, o cargo equivalia à função de cônsul e garantia-lhe um pífio salário de 100 libras ao ano, apesar do trabalho acachapante a que era submetido – leitura e redação de correspondências e memorandos para informar Turim sobre as condições da Sabóia, prestação de ajuda humanitária aos emigrados, etc.

¹⁶⁰ Carta de Maistre a Vignet des Etoles de nove de dezembro de 1793. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 129.

Infelizmente, é justamente isto que não fará. Pensa apenas em não recuar. Vereis onde isso nos conduzirá. O julgamento imposto à monarquia é visível.”¹⁶¹

O tom irônico, a franqueza e, sobretudo, uma visão política avançada sobre a crise de seu tempo, levaram-no a ser visto com reservas até por seu amigo Vignet des Etoles, que ao redigir uma carta de recomendação de Maistre a Hauteville (ministro dos assuntos estrangeiros), o fez nos seguintes termos:

“Parecer-me-ia valioso ter à vossa disposição uma pena capaz... Duas palavras indicando-lhe vossa idéia ou vosso propósito bastariam para que seu espírito esgotasse a matéria com o toque mais apropriado ao objeto... Como os homens não têm boas qualidades sem uma mistura de defeitos, a amizade não deve esconder... aqueles que podem influenciar em seu serviço. Assim, eu vos previno que o Sr. Maistre expõe em demasia seu espírito, podendo fazer uso inconsiderado do mesmo nas companhias em que é muito estimado, razão pela qual é preciso afastá-lo das mesmas. É por causa desta superioridade que atraiu para si tantos inimigos...”¹⁶²

Resignado em sua condição de correspondente e testemunha das atrocidades praticadas na Sabóia e em Lyon, Maistre opta por dedicar seu raro tempo livre à redação da quinta *Lettre*, com o propósito de defender a instituição monárquica dos ataques que lhe desferiam os defensores da soberania do povo. No final de março de 1794, envia o rascunho desta carta a François de Bovet, antigo bispo de Sisteron, que lhe recomenda as leituras do *Discurso sobre a desigualdade dos homens* e do *Contrato Social*, uma vez que as idéias de Rousseau pouco apareciam em seu panfleto. Assim, entre julho 1794 e meados de 1795, Maistre trabalhou simultaneamente em dois tratados políticos de refutação a Rousseau, os quais nada mais são senão desdobramentos da *Quinta Carta saboiana*: o *De la souveraineté du peuple* (Da soberania do povo) e o *Examen d'un écrit de J.-J. Rousseau sur l'inégalité des conditions* (Exame de um escrito de Rousseau sobre a desigualdade de condições)¹⁶³, ambos inacabados e publicados postumamente, em 1870.

¹⁶¹ Carta de Maistre a Vignet des Etoles de sete de janeiro de 1794. In: Lebrun. *op. cit.*, p. 130.

¹⁶² Carta de Vignet des Etoles a Hauteville de 31 de janeiro de 1794. In: Lebrun. *op. cit.*, p. 130-1. A resposta de Hauteville foi a seguinte: “Conheço seus dotes: é, como dizeis, um homem de muito espírito. Não creio, todavia, que seja possível obter de sua pena, por melhor que ela seja, todas as vantagens que vós imaginais”. *Idem.*, p. 131.

¹⁶³ Também conhecido como *De l'État de Nature* (Do Estado de Natureza).

No seu tratado anti-rousseauiano mais completo, *De la souveraineté du peuple*, Maistre não só reitera as críticas aos filósofos¹⁶⁴, como alicerça sua defesa historicista da monarquia contra os propositores de teses contratualistas, mormente Rousseau e Thomas Paine. Logo nos primeiros capítulos, após refutar a hipótese de que a sociedade tivesse origem num contrato original entre “homens naturais” – uma impossibilidade demonstrada tanto pela história como pela “zoologia” (aquilo que hoje designamos como antropologia) humanas, uma vez que a própria idéia de contrato pressupõe a existência de uma sociedade, a qual, por sua vez, é congênita à soberania, sem a qual não haveria contrato ou associação –, Maistre expõe sua teoria constitucional contra os propositores da democracia e do contrato originário¹⁶⁵.

Os motivos que o levaram a não publicar os tratados anti-rousseauianos deveram-se menos a uma alteração dos conceitos políticos – o que em absoluto não houve, dado que neles já assumia a hipótese providencial¹⁶⁶ – do que às circunstâncias políticas francesas após o 9 Termidor, que culminaram na queda de Robespierre e numa releitura crítica das teses de Rousseau pelos próprios herdeiros da Revolução.

Paralelamente, entre o final de 1793 e março de 1794¹⁶⁷, e talvez como um antídoto para não entrar em desespero existencial diante do fracasso da ofensiva austro-sarda e do recrudescimento do Terror na França, Maistre começa a amadurecer sua leitura providencialista do fenômeno revolucionário que o tornaria célebre. Esta interpretação ganhou sua versão completa no *Discurso de consolação à Mme. Costa*, redigido entre 29 e 31 de maio de 1794, em ocasião da morte de seu filho Eugênio, ferido mortalmente enquanto servia ao exército sardo durante a ocupação francesa do Piemonte.

¹⁶⁴ “O tigre que ataca faz seu *métier*: o verdadeiro culpado é aquele que o libera e o lança à sociedade... Escutai uma verdade: onde quer que estejais e onde quer que se tenha a infelicidade de vos escutar, haverá semelhantes monstros, pois toda sociedade abriga celerados que não esperam senão pelo momento de atacá-la, de se verem livres das rédeas da lei; mas, sem vós, Marat e Robespierre não teriam feito nada de mal, posto que teriam sido contidos por este freio que vós rompestes” (*De la souveraineté*, Livro I, cap. XIII).

¹⁶⁵ E Maistre não argumenta apenas contra Rousseau e Paine, mas também contra Hobbes, que fundou sua teoria do Estado (“Leviatã”) numa argumentação contratual.

¹⁶⁶ Veja-se especialmente o Livro II, cap. VIII do *De la souveraineté*...

¹⁶⁷ Numa carta a Vignet des Etoles (22 de março de 1794) faz o seguinte comentário a respeito dos massacres de Lyon: “Aguardo apenas infortúnios até que verdadeiros milagres restaurem a ordem”. Noutra carta (26 de abril de 1794) ao mesmo destinatário faz o seguinte pronunciamento, após relatar a invasão francesa ao Piemonte: “O julgamento de Deus segue seu curso... Não vos espanteis pela cegueira geral, mesmo da parte dos padres e nobres: esta cegueira é necessária para a execução dos desígnios da Providência”. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 132).

Publicado posteriormente em Lausanne, em agosto do mesmo ano, o discurso deixava claro que seu autor atingira uma interpretação original da Revolução. No entanto, a versão publicada suprimiu diversas partes do manuscrito original que antecipavam alguns temas presentes nas *Considerações*.

Por exemplo, a primeira passagem omitida anuncia algumas abordagens críticas ao projeto construtivista e constitucional moderno comuns tanto às *Considerações* como ao *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques* (*Ensaio sobre o princípio gerador das constituições políticas*), publicado em 1814: “a razão humana, reduzida às suas forças individuais, é perfeitamente incapaz não apenas da criação, mas também da preservação de qualquer associação religiosa ou política, uma vez que só engendra disputas enquanto o homem, para ser conduzido, não necessita de problemas, mas de crenças”¹⁶⁸.

Maistre também suprimiu uma passagem que avançava (implicitamente) um dos principais argumentos das *Considerações*, qual seja, a idéia de que a Revolução fora um castigo divino imposto à humanidade – através da França – que, ao aderir ao orgulho filosófico, quis desfazer seu vínculo com Deus:

“... [remetendo-se a um discurso pronunciado em 1793 pelo arcebispo da Tarentaise]: ‘Com seu orgulho, a Filosofia exclamou: “A mim pertence a sabedoria, a ciência e o domínio, a mim pertence a conduta do homem uma vez que sou Eu quem o ilumina”. Para puni-la, cobri-la de opróbrio, Deus tinha de condená-la a reinar por um momento.’ Com efeito, ela reinou, e reinará novamente, sem dúvida, e isto foi apenas *um momento para o senhor dos momentos*. Neste período, experimentou a onipotência humana, e em todos os atos da Revolução francesa pode-se ouvir a voz da divindade a dizer: “Quero mostrar-vos o que podeis fazer sem mim.” Nunca o orgulho humano foi mais longe, nunca foi mais ridículo.”¹⁶⁹

Todavia, a passagem suprimida de maior importância é a que ocorre no final do discurso, quando o saboiano conceitua a Revolução como uma época:

“É preciso ter a coragem de admiti-lo, Madame: por muito tempo não compreendemos a Revolução de que somos vítimas; por muito tempo a julgamos como um acontecimento.

¹⁶⁸ Maistre, “Carta à Mme Costa”, 1794, *apud* R. Lebrun. *op. cit.*, p. 133.

¹⁶⁹ *Idem.*, p. 134.

Estávamos errados: é uma época, e infelizes as gerações que assistem às épocas do mundo...”¹⁷⁰

Após anunciar que o Terror, por uma espécie de arдил da Razão Providencial, participava dos desígnios divinos¹⁷¹, Maistre propõe que o sofrimento do inocente (Eugênio) redima os pecadores, tema que viria a ser o leitmotif de sua teodicéia, das *Considerações às Les Soirées de Saint-Pétesbourg* (1821):

“Percebo que a razão humana estremece ante a visão dessas torrentes de sangue inocente que se mistura ao dos culpados. Não é sem timidez, Madame, e mesmo sem uma espécie de terror religioso, que me sinto obrigado a tratar, ou melhor, a tocar num dos pontos mais profundos da metafísica divina. Os cegos disseram que tudo é bom; recusaram-se a ver em todo universo um estado violento e forçado, absolutamente contra a natureza... Ora, no estado deplorável de degradação ao qual estamos condenados, os homens de todos os séculos acreditam que os padecimentos do inocente teriam a dupla força de reprimir a ação do mal e de expiá-lo.”¹⁷²

Diante disso, está claro que a admissão da tese providencialista por Maistre não se deveu a uma “conversão” ou “iluminação” repentina, mas a uma gradual e lenta evolução intelectual interagindo com os fatos a seu redor. Coube à Revolução semear um solo propício, ao submeter-lhe a duas influências concomitantes: as leituras dos contra-revolucionários e a convivência com os padres refratários nos círculos emigrados da Suíça.

¹⁷⁰ Leia-se a continuação: “O homem é livre, sem dúvida, mas ele é dependente e a esfera de suas faculdades nem sempre possui as mesmas dimensões. Está ligado ao trono do Dominador universal por uma corrente flexível que se retrai para mais ou para menos. É suficientemente livre em seus movimentos para adquirir ou perder mérito, mas não o suficiente para poder derrogar os planos universais... Nos tempos ordinários, essa corrente possui toda a extensão possível: o homem sente menos sua dependência porque dispõe de um número maior de atos abandonados à sua ação, e ao reger sua conduta pelas decisões de sua razão, vê apenas que sua ação produziu os resultados que dela esperava... Mas nos momentos de Revolução, a potência dominadora se aproxima bruscamente do homem e o aperta mais de perto. O movimento da Revolução nos carrega como uma leve palha em meio a uma tempestade. Todos os nossos projetos são vãos, todos os nossos cálculos são falsos, toda nossa sabedoria é insuficiente, todo nosso poder é nulo; sentimos, tocamos, por assim dizer, uma força recôndita que se opõe às nossas empresas e as dirige contra nós mesmos. Em suma, todos os poderes reunidos contra a Revolução francesa são como um barco à vela contra uma tromba d’água.” Citado em Jean-Louis Darcel, “Introduction” a J. de Maistre. *Considérations sur la France*. Genève, Slaktine, 1980, p. 31

¹⁷¹ “... tomaram quase todos [isto é, os responsáveis pelo Terror] sob a lâmina nacional... É claro que a justiça humana jamais poderia atingir os culpados: faltar-lhe-iam tempo, coragem, prova ou forças? Ademais, a punição assemelhar-se-ia em demasia à vingança, a justiça seria infalivelmente desonrada, e um grande número teria escapado como sempre.” *Idem.*, p. 32.

¹⁷² *Ibidem.*

Quanto à primeira delas, é certo que o autor das *Considerações* foi influenciado pelas interpretações contra-revolucionárias anteriores, a começar por Burke, passando depois por Jacques Mallet du Pan (*Considérations sur la nature de la révolution et sur les causes qui en prolongent la durée*, 1793), Augustin Barruel (*Histoire du clergé pendant la Révolution Française*, 1793), conde Ferrand (*Considérations sur la révolution sociale*, 1794), conde de Montgaillard (*l'État de la France au mois d'avril*, 1794), Louis-Claude de Saint-Martin (*Lettre à un ami ou Considérations politiques, philosophiques et religieuses sur la Révolution française*, 1795)¹⁷³. No mesmo período e ainda no âmbito das leituras, é possível retratar (nos registros de leitura) um crescente interesse pela leitura da Bíblia, especialmente dos *Salmos*, do *Apocalipse*, e dos profetas Isaías, Ezequiel e Jeremias¹⁷⁴.

Outra importante influência foi a convivência com os refugiados católicos em Lausanne, sobretudo os padres refratários à Constituição Civil do Clero. Neste contexto permeado por uma religiosidade fervorosa, Maistre pode ter afinado seus pendores antijansenistas e antigalicanos.¹⁷⁵

Foi graças à entusiasmada reação dos padres ao *Discurso à Mme. Costa* – relação esta que estaria na origem da supressão de algumas passagens do discurso – que Maistre se sentiu mais do que nunca inclinado a redigir um tratado providencialista sobre a Revolução Francesa. Sendo assim, por que não o fez, se já dispunha de todos os elementos para empreendê-lo?

Além da excessiva carga de trabalho como correspondente¹⁷⁶, Maistre demonstrava certa hesitação em publicar uma interpretação providencialista da Revolução, a qual pode ter

¹⁷³ Contudo, devemos a Darrin McMahon a advertência de que a tese da Revolução como realização filosófica e, conseqüentemente, castigo Providencial, era comum entre os católicos franceses em 1789. Na década de 1780, engendrou-se na França uma linha de publicação crítica à Ilustração (verdadeiras “jeremiadas”) pronta a ser convertida em discursos contra-revolucionários quando fosse chegada a hora. Assim, em grande medida o discurso contra-revolucionário derivou do discurso contra-Iluminista do último quarto do século XVIII. In: Darrin McMahon. *Enemies of Enlightenment: The French Counter-Enlightenment and the Making of Modernity*. New York, Oxford University Press, 2001, p. 57-58.

¹⁷⁴ J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 33; R. Lebrun. *op. cit.*, p. 139.

¹⁷⁵ Triomphe. *Joseph de Maistre... op. cit.*, p. 166-7. Graças a esta relação com os padres, envolve-se na retratação (redigindo o texto que depois seria lido por Pio VI), em 1795, de François-Thérèse Panisset, antigo bispo constitucional do departamento de Mont-Blanc (o qual devia sua eleição à imposição da Constituição Civil do Clero à Sabóia), e redige um panfleto contra-revolucionário, intitulado *Adresse du maire de Montagnole à ses concitoyens*, no qual exortava – abusando da ironia e do sarcasmo – os saboianos a não darem seu voto nas assembleias primárias daquele ano aos candidatos que defendiam a incorporação da Sabóia à República francesa. In: Lebrun. *op. cit.*, p. 145.

¹⁷⁶ De acordo com Jean-Louis Darcel, entre abril de 1793 e fevereiro de 1797, Maistre lera e/ou redigira mais de 2.000 cartas, 180 delas apenas a Vignet des Etoles. In: J.-Louis Darcel. “Introduction”. *op. cit.*, p. 25.

sido dissipada pela leitura da *Lettre à un ami* de Saint-Martin, publicada em 1795 (à qual referiremos no segundo capítulo).

Somente em meados de 1796 é que os escrúpulos cedem às circunstâncias. Ironicamente, Maistre elaborou sua tese num momento em que a Revolução encerrava seu ciclo radical, após o 9 termidor (28 de julho de 1794), que pôs fim à ditadura de Robespierre e deu origem à reação termidoriana: fechou-se o clube dos jacobinos (12 de novembro de 1794); desarmaram-se, por decreto, os “extremistas” (10 de abril de 1795) e, após as jornadas do 12 germinal (1º de abril de 1795) e 1º prairal do ano III (20 de maio)¹⁷⁷, elevou-se o clamor público em favor de uma constituição e da abolição do governo revolucionário. Assim que a Convenção se dissolveu, em 4 brumário do ano III (26 de outubro de 1795), para dar lugar ao Diretório, o partido dos moderados prevaleceu sobre os extremistas de esquerda, reacendendo as pretensões do partido realista, que se reorganizou após o fragoroso fracasso do *coup d'état* de Quiberon (20-21 de julho de 1795). A partir daí, os realistas, cada vez mais infiltrados na administração, adotam a via legal como estratégia, aproveitando-se do refluxo da cultura revolucionária.

Diante desse risco, a Convenção, antes de se dissolver, promulga o decreto dos 2/3 – verdadeira aberração constitucional, estabelecia que 2/3 do futuro Diretório seriam formados por membros da atual Convenção – e a Constituição do ano III (22 de agosto de 1795).

Assim que assume, o Diretório descobre que lhe faltava apoio popular. Após o fracasso da Conspiração dos Iguais de Babeuf, em maio de 1796, a vitória realista nas eleições do germinal do ano V (março de 1797) parecia líquida e certa.

Neste ínterim, a publicação de um panfleto de Benjamin Constant, *Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo*¹⁷⁸ (maio de 1796) em favor da República e dos ideais liberais consagrados pela Revolução Francesa, representou a fagulha

¹⁷⁷ No 12 germinal do ano III a Convenção foi invadida pelos sans-culottes, que ocuparam as salas de reuniões. Suprimido sem dificuldade após a prisão e exílio de alguns de seus membros, o movimento ataca novamente, desta vez em maior número, no primeiro prairal, quando reivindica “pão” e a Constituição de 1793. Tratou-se de uma invasão muito mais grave, a qual chegou a assumir o aspecto de uma insurreição. Após esta crise, os termidorianos não puderam mais eludir a questão do retorno a um governo constitucional e regular.

¹⁷⁸ Benjamin Constant. “Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo.” In: *Revista de História* 145 (2001). Tradução de Josemar Machado de Oliveira.

de que precisava Maistre para pôr-se a redigir as *Considerações sobre a França*¹⁷⁹ – no que foi apoiado por Mallet du Pan, William Wickham (embaixador britânico em Berna) e Louis Fauche-Borel, editor de Neuchâtel, todos empenhados em favorecer a causa realista nas eleições do germinal do ano V.

Mais do que uma obra de refutação política¹⁸⁰, as *Considerações* (da qual trataremos mais detalhadamente no segundo capítulo) são um manifesto atemporal em que Maistre expõe suas certezas de católico e realista.

Todas as evidências apontam para o fato de que começara a redigir seu principal panfleto no final do verão de 1796, logo após a publicação de um opúsculo intitulado *Mémoire sur les prétendus émigrés savoisiens* (*Memória sobre os pretensos emigrados saboianos*)¹⁸¹.

Infelizmente para a causa realista, as *Considerações* só ficaram prontas após as eleições, isto é, no final de abril. Além disso, o golpe de estado de 18 frutidor (4 de setembro de 1797) frustrou a esperança imediata numa Restauração. Apesar de o Diretório ter proibido a venda e a circulação da obra na França, o panfleto ganhou imediata popularidade nos círculos emigrados em que circulou - fato comprovado pelas quatro edições pirateadas e uma segunda edição em menos de oito meses.¹⁸²

¹⁷⁹ Devemos o atual título da obra à advertência dirigida a Maistre por Mallet du Pan, para quem o qualificativo de “religiosas” do título original – *Considerações religiosas sobre a França* - afastaria muitos leitores do panfleto.

¹⁸⁰ Além de uma carta (de 30 de agosto de 1797) ao conde d’Avaray (conselheiro de Luís XVIII) em que confessa ter sido estimulado pela leitura do “desprezível panfleto” do “engraçadinho” (petit drôle) Constant, nas próprias *Considerações* existem evidências suficientes para demonstrar o quanto a publicação do panfleto republicano do genebrino estimulou a concepção da obra (isto fica claro sobretudo nos capítulos finais das *Considerações*).

¹⁸¹ Após a invasão do Piemonte pelas tropas de Bonaparte na primavera de 1796, Victor-Amadeus III é forçado a assinar com o Diretório o Tratado de Paris (5 de maio de 1796), pelo qual o rei mantinha sob seus serviços os nobres e os militares saboianos, mas era obrigado a reconhecer a apropriação e a venda da propriedade dos mesmos pela República francesa. Para Maistre, isto representou a perda efetiva de todas as suas posses, razão pela qual redigiu o panfleto.

¹⁸² R. Lebrun. *op. cit.*, p. 154.

V

Refúgios Temporários

Após a assinatura do Tratado de Paris pelo periclitante Victor-Amadeus III e o Golpe de Estado do 18 frutidor, a missão diplomática na Suíça perdera a razão de ser. Com a ascensão ao trono de Charles-Emmanuel IV (1751-1819)¹⁸³, em outubro de 1796, tudo fazia crer que a sorte de Maistre junto à corte piemontesa iria mudar.

No início de 1797 (28/01), recebe uma carta de Turim solicitando seu retorno ao Piemonte, onde passaria a receber 2.000 libras anuais. Quando tudo indicava que o saboiano ocuparia um alto cargo na administração do rei, o mesmo foi forçado a abdicar de seu trono e a refugiar-se na Sardenha (dezembro de 1798) após a assinatura do segundo Tratado de Paris, em abril de 1797.

Mas as circunstâncias políticas não eram as únicas a perturbar os projetos pessoais de Maistre. Como demonstraram Robert Triomphe¹⁸⁴ e Richard Lebrun¹⁸⁵, o maior obstáculo à sua ascensão era ele próprio. Henry Costa assim descreveu o que aconteceu a seu amigo logo à sua chegada em Turim:

“Maistre viu os poderosos que já concluíram que ele é muito veemente e mordaz... É sempre o mesmo; abundando em boas qualidades e em todas as ciências, mas com aquele dogmatismo e inflexibilidade, isto é, pouco apto a triunfar aqui, onde não se sabe nada, mas por sua vez, as espinhas têm a flexibilidade de um vime.”¹⁸⁶

Enquanto aguardava uma definição do governo, Maistre redige, em junho de 1797, uma memória de 39 páginas sobre o papel-moeda no Estado do Piemonte, intitulado *Intorno allo stato del Piemonte rispetto alla carta moneta, aggiuntevi alcune riflessione generali sovra quel punto di economia politica (A respeito do papel-moeda relativo ao estado do Piemonte, acrescido de algumas reflexões gerais sobre este ponto da economia política)*, a qual seria enviada a seu amigo, o marquês de Barol, e publicada em 1798.

¹⁸³ Ou Carlo-Emanuele, em italiano.

¹⁸⁴ R. Triomphe. *op. cit.*, p. 174.

¹⁸⁵ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 156.

¹⁸⁶ R. Triomphe. *op. cit.*, p. 174.

Neste escrito, em que demonstrou grande conhecimento na ciência emergente¹⁸⁷, Maistre advoga pela inconvertibilidade do papel-moeda, vale dizer, que o Estado deixasse de reembolsar os credores numa determinada data pelo valor nominal do dinheiro, tendo os metais preciosos por base. Na contramão do que era admitido na época – quando o papel-moeda era considerado um expediente emergencial e provisório aos governos e setores privados em crise, mas cujo uso extensivo considerava-se a causa de falências e liquidações de bancos além do aumento da dívida pública – Maistre demonstra, com base nos estudos dos ciclos dos preços (desde o século XVII) e das políticas monetárias inglesa e francesa (revolucionária), que o problema não estava no papel-moeda em si, mas no uso inadequado que se fazia dele. Por exemplo, criticava a convertibilidade dos papéis pelo Estado (em ouro e prata) pelo valor de face dos mesmos da data de suas emissões: como os Estados eram incapazes de saldar a dívida nestes termos, a confiança pública nos papéis despencava, o valor dos papéis evaporava e a dívida pública (e os juros) iam às alturas. Maistre pensava que o melhor antídoto para solucionar o problema consistia em substituir a convertibilidade pela inconvertibilidade, de maneira que os papéis fossem trocados por outros papéis (dinheiro) com base em análises feitas diariamente pelo mercado. Assim, nas palavras do próprio autor, o papel-moeda representaria “um crédito da nação para a nação” e não uma promessa (falsa) de garantia pelo tesouro público.

A esse respeito, Cara Camcastle escreveu: “Maistre propõe em 1797-9 o que viria a ser universalmente aceito em todo o mundo no século XX. Notas bancárias ou papéis-moeda governamentais não mais operariam sob a premissa de que são oficialmente conversíveis em metais preciosos.”¹⁸⁸

¹⁸⁷ Lembremos que a “economia” ainda engatinhava no sentido de se tornar uma área de conhecimento autônoma, como a própria nomenclatura da época indicava (“economia-política”). Não obstante, isto não invalida a afirmação de que o saboiano era profundamente versado nesta “ciência”, a ponto de merecer a classificação de erudito. Além dos clássicos da fisiocracia, como Turgot, Quesnay, Dupont de Nemours, Mirabeau pai, Maistre lera uma tradução francesa de 1790 de *As Riquezas das Nações* (1776), de Adam Smith, além de o *Essay on the History of Civil Society* de Adam Ferguson (1767) - o qual não era propriamente um livro de “economia”. Mas o autor que exerceu maior influência sobre sua formação econômica foi indubitavelmente Necker, cujos *De la législation et du commerce des blés* (1775) e *De l'administration des finances de la France* (1784), possuía e lera.

¹⁸⁸ Cara Camcastle. *The More Moderate Side of Joseph de Maistre. Views on Political Liberty and Political Economy*. McGill-Queen's University Press, Montréal & Kingston, 2005, p. 99. Jean Denizet expressou juízo semelhante: “A julgar pelo que escreveu sobre Economia, Maistre era digno do seguinte elogio de Schumpeter: ‘raros são os homens que podem se transferir para domínios tão diferentes uns dos outros sem correr o risco de desastre’”. In: J. Denizet. “Joseph de Maistre Economist”(1990). In: R. Lebrun (org.). *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. McGill-Queen's University Press, Montréal & Kingston, 2001, p.

Finalmente, em setembro de 1797, recebe uma animadora notícia do conde d’Avaray, favorito de Luís XVIII: o pretendente ao trono francês lera e aprovara as *Considerações*, predispondo-se a subsidiar uma segunda edição da obra para distribuí-la na França. Impaciente por não obter reconhecimento de seu governo, Maistre oferece seus serviços à causa do rei da França.

No mesmo mês, porém, recebeu boas notícias de Turim. No dia 26, foi informado da admissão de sua família à corte, e no dia seguinte, Hauteville comunicou que o rei estaria disposto a lhe conceder a mais alta honraria do reino (a Ordem de St. Maurice). Não se sabe o motivo dessa mudança repentina de sorte, mas é muito provável que se devesse ao êxito das *Considerações*.

Contudo, no dia 28 de outubro de 1797, soube de um incidente que certamente anularia sua projeção política. Tropas francesas, sob o comando de Napoleão, interceptaram em Milão uma carta de d’Avaray, na qual o conselheiro de Luís XVIII informava que os eventos do frutidor tornavam impossível uma nova edição da obra em solo francês. Enviada a Paris, a carta foi publicada nos órgãos de imprensa do Diretório para ilustrar a existência de complôs realistas subterrâneos e justificar o golpe de estado.

Desvendada a autoria das *Considerações sobre a França*, a ascensão política de Maistre passou a ser politicamente inviável a seu governo, uma vez que isto equivaleria a uma declaração de guerra contra o Diretório. Consciente deste fato, Maistre sugere a d’Avaray que poderia trocar Turim pela Suíça, e solicita o apoio do pretendente ao trono

104. Como o assunto ultrapassa os desígnios desse trabalho, vale a pena mencionar, ainda que sumariamente e sob o risco de barateamento, que antes Maistre escrevera uma *Mémoire sur le commerce des grains entre Carouge et Genève*, em 1790 (*Memória sobre o comércio dos grãos entre Carouge e Genebra*).

Nesta memória, em que relata a situação de Carouge (um importante centro comercial de uma zona agrícola muito produtiva da Sabóia, especializada na produção de trigo e leite) a Turim, Maistre vai de encontro às práticas mercantilistas de seu governo, as quais julgava responsáveis pelas crises cíclicas dos preços, pela carestia e, em última análise, pelas revoltas populares que abundavam numa “era” de “revolução democrática”.

Próximo aos fisiocratas e dividindo com Smith e Burke um entusiasmo pelo livre-comércio e seus benefícios para além da economia, o saboiano não ignorava, porém, que o Estado deveria intervir gradual e discretamente no jogo do mercado, a fim de evitar, como ele próprio dissera, o sofrimento dos mais pobres – e isto era tão ou mais necessário num momento em que o contágio revolucionário já se fazia sentir na Sabóia.

Maistre concordava com Adam Smith que a moral poderia ser aperfeiçoada pelo comércio e que a economia como um todo progredia, mas não acreditava na possibilidade de a “mão-invisível” do mercado solucionar as crises e impasses engendrados por sua ação. Na definição de Cara Camcastle, que reproduziu esse documento inédito e o estudou cuidadosamente, o pensamento de Maistre explica como o liberalismo econômico podia acompanhar um moderado conservadorismo político sem a necessidade de ser politicamente liberal (Camcastle, 2005, p. 165).

francês para empregá-lo como tutor em alguma alta corte do norte europeu (como fizera seu amigo Joseph Victor), mas sem êxito.

Diante desse forçado *otium*, dedicou-se à leitura¹⁸⁹ e à redação – que se daria em 1798 – das *Réflexions sur le Protestantisme dans ses rapports avec la Souveraineté* (*Reflexões sobre o protestantismo em suas relações com a soberania*).¹⁹⁰

As *Reflexões* são um visceral ataque ao protestantismo (e, em menor escala, ao jansenismo)¹⁹¹, descrito como um *sans-culottismo* da religião e uma “heresia civil”, que, por haver minado a unidade religiosa da Europa e colocado a “discussão no lugar da autoridade”(o “julgamento particular do indivíduo no lugar da infalibilidade dos dirigentes”), foi o causador direto da Revolução Francesa:

“O grande inimigo da Europa que é preciso sufocar por todos os meios que não sejam criminosos, a úlcera funesta que se fixa em todas as soberanias e que as corrói sem descanso, o filho do orgulho, o pai da anarquia, o dissolvente universal, é o protestantismo.”¹⁹²

Uma questão impõe-se de imediato: por que razão Maistre, ao cabo de uma estada de três anos na protestante Suíça, onde, por sinal, foi muito bem acolhido, escreve este requisitório?

Para Jean-Louis Darcel, há duas hipóteses possíveis. Em primeiro lugar, a atribulada atmosfera política que vivenciou em Lausanne, permeada pela constante ameaça de guerra civil entre os berneses e os valdenses¹⁹³. Em segundo lugar, sua malograda atividade missionária junto aos calvinistas suíços, a qual resultou na redação da *Lettre à une dame protestante sur la maxime qu'un honnête homme ne change jamais d'opinion* (*Carta a uma dama protestante sobre a máxima de que um homem de bem jamais muda de religião*), em

¹⁸⁹ De autores como Ovídio, *Metamorfose*; Orígenes, *Contra Celsius*; Santo Agostinho, *Cidade de Deus*; Pierre Charron, *De la sagesse* (1601); Johann August Ernesti, *Opuscula Theologica* (1773); Saint-Martin, *l'Homme de désir* (1790); etc.

¹⁹⁰ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 159.

¹⁹¹ Se, como demonstrou McMahon, a associação entre Reforma protestante e Revolução Francesa não foi uma exclusividade de Maistre, por outro lado, não se pode negar que em nenhum outro escrito contra-revolucionário do gênero encontra-se a mesma violência e eloquência da acusação. In: McMahon. *op. cit.*, p. 77-83.

¹⁹² Joseph de Maistre. “Réflexions sur le Protestantisme”(1798). In: Joseph de Maistre. *Écrits sur la Révolution*. Textos introduzidos e organizados por J.-Louis Darcel. Paris, PUF, 1989, p. 219.

¹⁹³ Jean-Louis Darcel. “Présentation” a J. de Maistre. *Écrits... op. cit.*, p. 25.

agosto de 1797¹⁹⁴. Diante do insucesso do seu proselitismo e tendo em vista a cultura de acusação aos protestantes e jansenistas pela Constituição Civil do Clero que lastreava os círculos emigrados, é provável que Maistre tenha formulado essa teoria por indução¹⁹⁵.

Importa observar que o manuscrito só seria publicado em 1870 - quase cinco décadas após o falecimento do autor - assim como que o argumento seria retomado apenas em *Du Pape* (1819) e em *De l'Eglise Gallicane* (1821), mas não com a mesma ferocidade¹⁹⁶.

De volta a 1798, entre março e junho os franceses lograram conquistar sucessivamente Roma, Gênova e Turim. Com a ocupação francesa do Piemonte e a fuga do rei Charles-Emmanuel IV em dezembro do mesmo ano (respectivamente a Parma, Florença e Sardenha), Maistre atravessa com sua família o vale do Pó para ganhar Veneza, numa interminável viagem (iniciada em 26 de dezembro de 1798 e concluída somente em 22 de janeiro de 1799) marcada por desventuras e pânico do início ao fim¹⁹⁷.

Os sete meses vividos em Veneza, não obstante terem sido os únicos momentos de sua vida marcados pelas dificuldades financeiras, foram de considerável importância para a sua biografia. Logo à sua chegada, conhece o cardeal Maury¹⁹⁸ (por quem, no entanto, não desenvolveria grande simpatia) e se interessa pelo rito oriental grego de São João

¹⁹⁴ Publicada somente em 1820, sem autorização do autor. Devo ao Prof. Richard Lebrun esta observação.

¹⁹⁵ A reação conservadora à Constituição Civil do Clero já contava com uma tradição ideológica de acusação aos protestantes, jansenistas e filósofos que antecedia à própria Revolução. Assim, a Revolução apenas lançou mais combustível nesta ideologia de direita católica, que não tardou em adaptar a teoria conspiratória do “parti dévot” de meados do século XVIII para o contexto revolucionário. Os protagonistas desta longa conspiração foram facilmente identificados durante as discussões pertinentes à Constituição Civil do Clero: os calvinistas, nas pessoas de Barnave, Necker e Rabaut de Saint-Etienne; os filósofos, representados por Mirabeau; e, finalmente, os jansenistas – sem o surpreendente auxílio dos quais, adverte Dale Van Kley, a Assembléia Nacional jamais teria conseguido aprovar uma reforma tão radical na organização da igreja católica francesa -, liderados por Camus e Fréteau de Saint-Just. Cf. Dale K. Van Kley. *The Religious Origins of the French Revolution: From Calvin to the Civil Constitution, 1560-1791*. New Haven: Yale University Press. 1996. p. 366-367.

¹⁹⁶ O que teria provocado essa evolução de sua sensibilidade vis-à-vis os protestantes? Como sugere Darcel, é bem provável que um longo e amistoso convívio com os mesmos em São Petersburgo, o qual foi acompanhado, desta vez, pelo êxito de sua atividade missionária, o tivesse induzido a mitigar algumas daquelas críticas e a jamais publicar as *Reflexões*. In: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 26.

¹⁹⁷ A embarcação de Maistre – que portava um falso passaporte de mercador de Neuchâtel - atravessava o vale do Pó em meio ao fogo-cruzado de franceses e austríacos quando foi interrompida e saqueada pelos soldados franceses, que levaram quase todos os objetos de valor dos Maistre.

¹⁹⁸ Conhecido por defender o clero e a nobreza na Assembléia Constituinte e por haver cunhado o termo “sans-culotte” aos revoltosos populares de Paris.

Crisóstomo. Posteriormente, e graças a mais um período sabático forçado, investe seu tempo em mais leituras e reflexões¹⁹⁹.

Dedica-se também à escritura, redigindo um discurso e um pequeno ensaio. O primeiro, *Discours du citoyen Cherchemot* (*Discurso do cidadão “Busca-palavra”*), que também foi o único dos dois escritos a ser publicado, lançava mão da ironia para ridicularizar a Revolução Francesa pela voz de um honesto cidadão imaginário (Cherchemot), que reproduzia num tom quixotesco os principais lemas revolucionários.

O segundo, intitulado *Essai sur les Planètes* (*Ensaio sobre os Planetas*, também de 1799) e que se encontra apenas nos registros de leitura, é muito mais interessante, pois expressa opiniões metafísicas e epistemológicas posteriormente desenvolvidas em trabalhos como as *Les Soirées de Saint-Pétersbourg* (1821). Apesar do nome, a astronomia moderna servia apenas de pretexto para Maistre comunicar seus pontos de vista filosóficos e religiosos. Seu principal interesse neste tratado era o de questionar a filosofia e a ciência modernas, as quais, a seu ver, empenhavam-se em diminuir a dignidade humana por meio de uma epistemologia materialista (e isto era particularmente evidente na astronomia moderna, que procurava demonstrar através das enormes distâncias do espaço que o universo não fora concebido para o homem). O argumento de Maistre, posteriormente retomado nas *Soirées*, postulava que “tudo fora criado pela e para a inteligência”²⁰⁰, de modo que não haveria razão para Deus criar a matéria se não fosse para o usufruto do homem. Um segundo axioma, que constituía o argumento central da teodicéia maistreana, admite, à guisa de são Paulo, que o universo é apenas “um sistema de coisas invisíveis manifestadas visivelmente”²⁰¹. Condena a filosofia moderna e seu método científico por restringir o círculo de conhecimento e a própria razão em seu afã de materializar tudo: livre de preconceitos, diz o saboiano, a própria razão admite a necessidade da Revelação, uma vez que o homem é feito à semelhança de Deus. Após revezar citações de Homero, do Velho e do Novo Testamentos, de Orígenes e de Milton, Maistre, conforme destacou Richard Lebrun, sustenta que “mesmo o fato de que o homem possa contrariar os planos do Criador,

¹⁹⁹ Como, por exemplo, a *Demonstratio evangelica* (1679), de Pierre-Daniel Huet, a *Palingénésie philosophique* (1769) de Charles Bonnet, e a *Carta aos romanos*, de são Paulo. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p.162.

²⁰⁰ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 163.

²⁰¹ *Carta aos Hebreus*, 11:3.

...possa ofender a Deus através do pecado e, portanto, requerer a encarnação para sua redenção, atesta a grandeza do homem”.²⁰²

No final de julho de 1799, tropas austro-russas derrotam os franceses em Turim, permitindo à família de Maistre deixar Veneza, em 26 de agosto. Posteriormente, em 19 de setembro, o autor das *Considerações* é informado por seu governo que fora nomeado ao cargo de regente da ilha da Sardenha, com um salário de 20.000 libras anuais.

O recém-nomeado regente parte então para Florença, onde se encontrava Charles-Emmanuel IV – os austríacos haviam-no impedido de retornar à sua antiga capital -, e assim que foi recepcionado pelo casal real (18 de setembro), negocia cargos para membros de sua família²⁰³ e presta consultoria jurídica sobre uma delicada matéria política: o que fazer com aqueles súditos que durante a ocupação francesa colaboraram com os invasores ou manifestaram inclinações republicanas?

A resposta de Maistre, uma vez mais, foi política (isto é, flexível, moderada) e humana:

“Amar o governo republicano não é um crime, uma vez que não somos responsáveis por nossos sentimentos. A própria verdade e justiça suprema não diz “amar”, mas sim “respeitar nossos pais”, posto que o amor não pode ser ordenado. Do mesmo modo, cada um está obrigado a honrar, mas não a gostar do governo sob o qual nasceu, devendo-lhe obediência e fidelidade até a morte... numa monarquia, um homem que não aprecia esta forma de governo, contanto que a obedeça e a apóie com toda sua força, está dentro da lei. Mais do que nunca a monarquia precisa de amigos. Nunca os ganharemos através da provocativa severidade.”²⁰⁴

Assim que o regente – responsável por todos os serviços judiciais da ilha, incluindo a esfera civil, criminal e mercantil (marítima) – pôs os pés naquela ilha “selvagem”, “retardatária”, “infestada pela malária” e às voltas com uma violência endêmica entre facções²⁰⁵, em janeiro de 1800, a euforia pela nomeação deu lugar ao desânimo e à irritação diante do imenso trabalho que teria pela frente: revoltas populares, violência entre facções,

²⁰² R. Lebrun., *op. cit.*, p. 164.

²⁰³ Além de obter a anistia para Xavier de Maistre - que sem expressa autorização real alistara-se às tropas russas do general Suvorov -, favorece a nomeação do cunhado, Alexis de Saint-Réal, para a intendência e a transferência de seu irmão, Nicolas, para um regimento da ilha.

²⁰⁴ Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 166-7.

²⁰⁵ R. Triomphe. *op. cit.*, p. 185.

contrabando inglês (patrocinado pela marinha britânica, controladora do Mediterrâneo)²⁰⁶, tudo muito diferente da relativamente pacífica atmosfera de Chambéry.

Contudo, o maior desafio à governabilidade de Maistre veio justamente da oposição que lhe fizera o vice-rei da Sardenha, Charles-Félix, irmão do rei. Defensor de uma monarquia militarizada e opressora (“bâtonocratie”), não demorou muito para que o Vice-Rei entrasse em rota de colisão com o Regente saboiano— o qual, no exercício de suas funções, insistia que o melhor remédio para a anarquia sarda não era a repressão violenta e sim a manutenção dos procedimentos legais civis (e Maistre inspecionava dossiês, concedia *habeas corpus* àqueles que julgava vítimas de vingança judicial local, visitava os interrogatórios para se certificar de que não havia tortura, etc.).

Diante das insistentes reclamações de Charles-Félix contra Maistre, o novo rei, Victor-Emmanuel I²⁰⁷ (que assumira em 1802, após a abdicação do irmão Charles-Emmanuel IV), decide nomeá-lo, em 23 de outubro de 1802, para o cargo de “Envoyé extraordinaire” (embaixador) da monarquia sarda na corte do czar, em São Petersburgo, que ficara vago.²⁰⁸

Antes disso, graças à Paz de Amiens (maio de 1802) que reduziu a lista dos emigrados, “madame Prudência” e seus filhos retornam à Sabóia, enquanto o vice-regente da Sardenha solicitava em carta ao embaixador francês do reino de Nápoles, Charles Alquier, que intercedesse junto aos cônsules para ter seu nome riscado da lista dos emigrados, tendo em vista que pela lei do 6 floréal (26 de abril de 1802) os mesmos (saboianos incluso) deviam retornar à França sob pena de confisco dos bens. Nesta missiva, Maistre reiterava os argumentos de 1793 e 1796, ou seja, insistia no fato de que, à diferença dos emigrados franceses que abandonaram o país enquanto Luís XVI reinava, ele abandonou o seu país pelo vínculo de honra que o ligava a seu monarca. A resposta de Alquier, que viria somente

²⁰⁶ Isto explica em parte a radical antipatia que adquiriu pela população local: “Não conheço nada no universo abaixo dos molentes. Nenhuma raça humana é mais estranha a todos os sentimentos, a todos os gostos, a todos os talentos que honram a humanidade. Possuem estudos sem ciências, uma jurisprudência sem justiça, e um culto sem religião. O sardo é mais selvagem que o selvagem, pois o selvagem não conhece a Luz, enquanto o sardo a odeia. É desprovido do mais belo atributo humano, a perfectibilidade”. In: R. Triomphe. *op. cit.*, p. 189.

²⁰⁷ Vittorio-Emanuele I (1759-1824), em italiano.

²⁰⁸ Devido ao decreto de 10 messidor (29 de junho de 1802), que obrigava todos os piemonteses ausentes a retornar imediatamente a seu país (reocupado pelas tropas francesas desde junho de 1800) sob pena de confisco das propriedades, o conde de Vallaise, embaixador sardo em São Petersburgo, teve de retornar à Itália, deixando Victor-Emmanuel I sem representação na capital russa, o que era insustentável — uma vez que os reis sardos dependiam diretamente dos subsídios ingleses e russos para o custeio administrativo de seu Estado (reduzido então à Sardenha) entre 1800-1814.

após o saboiano deixar Cagliari, surpreendeu o governo sardo que tivera acesso à mesma: não só o nome de Maistre fora proscrito da lista dos “émigrés”, como estava autorizado a servir seu rei a despeito da plena cidadania francesa. Em razão disso, Maistre não se cansaria de explicar aos membros do governo sardo (que passaram a referi-lo pejorativamente como *Il Francese*) que só solicitara a supressão de seu nome da lista de emigrados, de modo que a plena cidadania francesa não passava de mera gratuidade da parte do embaixador francês.

Nos últimos dias em que esteve em Cagliari, Maistre ainda teve tempo para a leitura das *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme* (1797-9), de Augustin Barruel²⁰⁹, cuja argumentação considerou falsa e inocente. O que mais irritara Maistre foi observar que o antigo redator do *Journal Ecclésiastique* não fazia distinção entre os iluminados bávaros (estes sim, verdadeiros conspiradores) e os iluminados discípulos de Saint-Martin²¹⁰. Além disso, Maistre julgava estranho e incompreensível o fato de um autor que outrora abraçara a tese providencialista, declarar agora que a Revolução se devia à ação de conspiradores. Do ponto de vista do autor das *Considerações*, uma coisa anulava a outra.

²⁰⁹ Nascido em 1741 de uma família nobre do Vivarais, tornou-se padre jesuíta em 1756 e ensinou em Tournon, até 1764, quando a ordem foi expulsa da França e, em decorrência disso, partiu para o exílio na Áustria, Boêmia e Itália. Retorna à França em 1773, tornando-se, em 1777, editor do jornal antifilosófico *L'Année Littéraire*. Antes das *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme* (1797), que Barruel redige no exílio londrino (exílio que se deu após os massacres de setembro de 1792), seus *Le Patriote véridique, ou Discours sur les vraies causes de la Révolution* (1789) – no qual concilia uma leitura providencialista, isto é, da Revolução como castigo de Deus (como as más colheitas, a carestia, a fome, e a desordem pública, testemunhavam), com a tese do complô – e *Histoire du clergé pendant la Révolution française* (1793) – uma diatribe contra a Constituição Civil do clero de agosto de 1790, na qual não poupa a aristocracia filosofante, nem o clero que se juntou ao Terceiro Estado e, tampouco, a burguesia parlamentar, que aderiu aos princípios subversivos dos enciclopedistas – adquiriram destaque. De acordo com as *Mémoires*, havia três formas de conspiração: a “conspiração da impiedade”, contra Deus e a religião cristã; a “conspiração da rebelião”, contra reis e magistrados; e, finalmente, a “conspiração da anarquia”, contra a sociedade civil no seu todo. Resumidamente, os maçons ofereceram o exemplo para a estrutura das sociedades secretas, espalhando lojas por toda a Europa e estabelecendo uma organização interna que, embora proclamada como apolítica, afrontava os princípios políticos do Antigo Regime. Os illuminatis (membros de uma sociedade secreta fundada na Bavária, em 1776, por Adam Weishaupt - professor de direito da Universidade de Ingolstadt – e que pregavam o igualitarismo e o racionalismo, bem como a forma republicana de governo, sendo descobertos e suprimidos pelas autoridades bávaras em 1785) funcionaram como uma radicalização do movimento contra o trono e o altar, atraindo a adesão de mais pessoas para as lojas. Finalmente, uma vez desencadeada a Revolução, bastou aos jacobinos aproveitar o modelo das organizações maçônicas, expandindo seus clubes por todo o território francês e até no exterior, e aplicar as doutrinas contra a sociedade civil. Sobre a obra de Barruel, ler Jacques Godechot. *La Contre-Révolution. Doctrine et Action. 1789-1804*. (1961). Paris, PUF, 1984, 2ª edição. Sobre o aspecto político desempenhado pela maçonaria e os efeitos de sua crítica no dismantelamento do Antigo Regime, ver Reinhart Koselleck. *Le règne de la critique*. (1959). Tradução francesa de H. Hilckenbrand. Paris, Minuit, 1979.

²¹⁰ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 171.

No dia 23 de março de 1803 – após uma visita ao papa Pio VII em Roma – o “*Envoyé extraordinaire*” da majestade sarda parte a São Petersburgo, aonde chega em 13 de maio. Teria início o período de sua vida marcado por uma atividade verdadeiramente febril, como veremos a seguir.

VI

Mil e uma “Soirées” de São Petersburgo...

As perspectivas para o novo diplomata sardo não eram as melhores naquela importante corte européia. Desde a vitória de Napoleão em Marengo (junho de 1800) e a subsequente anexação do Piemonte à França, não restara ao rei Victor-Emmanuel I mais do que a ilha da Sardenha. Expulsa de Florença, a pequena corte sarda instalou-se em Roma, sob a proteção papal, até que o decreto do 10 messidor reduziu ainda mais o seu número. Ademais, o rei era demasiadamente influenciado pela esposa Marie-Thérèse, filha da imperatriz austríaca Maria-Theresa, o que era motivo de apreensão por Maistre, que nutria pela Áustria um horror que jamais lograra demonstrar pela França (apesar da Revolução)²¹¹.

Entre 1804-1806, a corte sarda – forçada pelo papa a abandonar Roma em face da exigência de Napoleão – se estabeleceu em Gaeta, mas após a invasão francesa do reino de Nápoles, em fevereiro de 1806, não lhe restou outra opção senão a Sardenha, onde ficaria até 1814. Neste quadro, a situação financeira do reino sardo era tão ou mais agonizante que o seu prospecto político: o rei era altamente dependente da venda de títulos de nobreza e dos subsídios anglo-russos para manter seu Estado.

Neste ínterim, coube a Maistre a dupla missão de mendigar por mais subsídios e de assegurar a proteção de seu Estado pelo czar. Para o exercício desta função, receberia 20.000 libras anuais, o mesmo que recebera como vice-regente da Sardenha, com a diferença de que o padrão de vida em São Petersburgo era incomparavelmente mais caro. Por razões de decoro público e privado, viu-se impossibilitado, diante dos poucos salários, de levar consigo a família, que permaneceu em Turim.²¹² Este não seria o único desgaste em relação a seu governo. Além de suas origens saboianas, do passado maçônico e das suspeitas de francofilia, o ardor e a eloquência do embaixador inquietavam e aborreciam as

²¹¹ Tanto que a importante publicação, em 1858, da correspondência diplomática de Maistre coube quase que inteiramente à iniciativa antiaustríaca do primeiro-ministro do reino do Piemonte-Sardenha, o conde Cavour, que autorizou Albert Blanc da Universidade de Turim a consultar os arquivos do estado.

²¹² Contudo, em 1805 Maistre convenceu a corte sarda a empregar seu filho Rodolphe como secretário de sua embaixada, função que exerceria até 1807, quando, graças às boas relações com o almirante russo Chichagov, obteve-lhe um cargo na Guarda Imperial Russa. Foi também graças a Maistre que Xavier obteve um posto de relativa importância como diretor do departamento científico do Almirantado russo.

autoridades sardas²¹³. A despeito das reiteradas admoestações de seus superiores, Maistre relutava em alterar uma vírgula de seu comportamento, para o qual alegava o seguinte:

“Recebi da natureza o talento (o qual tem seus defeitos como tudo o que é humano) de expressar minhas idéias de uma maneira viva e pitoresca. Certamente, nada é mais estranho ao estilo de nossos velhos oficiais, mas não é possível [ao homem] ser refeito. Cada um é aquilo que é.”²¹⁴

Mais do que o estilo, as convicções moderadas do saboiano opunham-no a seus dirigentes. Numa carta ao Chevalier de Rossi (assistente de François Gabet, secretário de estado de assuntos exteriores), de sete de dezembro de 1804, desabafa ironicamente: “*não se pode inovar nunca*: isto é o que às vezes chamo ironicamente de *turinismo*, e isto em grande parte é o que nos trouxe até aqui. Quando não arriscamos inovar e nossos inimigos inovam sem temor e sem medidas, somos logo jogados por terra”²¹⁵.

Com uma notável consciência dos prós e contras de sua personalidade, o embaixador da Sardenha sabia que a única avenida aberta para um pobre representante de uma monarquia impotente era ganhar a confiança e a amizade de pessoas influentes do círculo diplomático russo e, se possível, do próprio czar. Afinal, a expectativa de reaver seus bens espoliados, passava pela restauração dos Bourbons na França, a qual dependia da coalizão antifrancesa formada por Áustria, Inglaterra e Rússia. Inevitavelmente, a Rússia e o czar Alexandre I eram os principais candidatos para o projeto de salvação do reino do Piemonte-Sardenha²¹⁶.

²¹³ A ponto de o primeiro-ministro Roburent manifestar-se da seguinte maneira ao Chevalier de Rossi, amigo de Maistre: “Pelo amor de Deus, escreva ao conde Maistre para redigir despachos e não dissertações.” Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 314.

²¹⁴ Carta a François Gabet, 30 de outubro de 1803. Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 177. Em outra missiva expressou: “Cada disposição tem suas desvantagens. Acrediteis que não estou ciente de que bocejo quando estou entediado; de que uma espécie de sorriso mecânico às vezes diz ‘dizeis como um tolo’; de que em minha maneira de falar há alguma coisa de original, de *vibrante*, como dizem os italianos, algo cortante, que parece, particularmente nos momentos de exaltação e inadvertência, anunciar uma certa altivez de opinião à qual, a exemplo de qualquer outro homem, não tenho algum direito? Sei perfeitamente bem, Madame: a natureza que se expulsa pela porta retorna pela janela”. In: Carta à baronesa de Pont, 20 de maio de 1805. OC.IX:400.

²¹⁵ Citado em R. Lebrun. *op. cit.*, p. 178.

²¹⁶ Maistre sempre suspeitou das ambições austríacas sobre os domínios da Casa da Sabóia na Itália, as quais se transformaram em aversão a partir de 1793. Quanto à Inglaterra, apesar de sua admiração pela política interna e por alguns traços de sua cultura, o saboiano condenava sua política externa: “Admiro seu governo (sem acreditar, no entanto, que se possa transportá-lo a outra parte). Prostro-me diante de suas leis criminais, suas artes, sua ciência, seu espírito público, etc. Todavia, tudo isto é arruinado na política exterior pelos insuportáveis preconceitos nacionais e um orgulho desmesurado e imprudente que revolta outras nações, demovendo-as de se unirem a ela pela boa causa”. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 315.

Decidido, portanto, a fazer o melhor uso possível de seu “capital”, qual seja, sua brilhante conversação, inteligência, memória e uma reputação de porta-voz do conservadorismo, não demorou muito para que Maistre ganhasse destaque na corte do czar. Alexander Stourdza, que futuramente se oporia ao proselitismo católico do embaixador sardo em solo russo²¹⁷, assim se referiu a Maistre:

“Ainda posso ver diante de mim aquele nobre e velho homem, a caminhar sempre de cabeça erguida e coroada por um cabelo esbranquiçado graças à natureza e ao capricho da moda. Sua grande fronte, sua face pálida marcada por figuras tão impressionantes quanto seus pensamentos, também marcados pelas desventuras de sua vida, seus olhos azuis meio turvos pelos profundos e laboriosos estudos e, finalmente, a rematada elegância de seu vestuário, a urbanidade de sua linguagem e de suas maneiras... O sr. de Maistre foi, sem sombra de dúvidas, a mais destacada personagem do tempo e do lugar em que vivemos, a saber, a corte do Imperador Alexandre e o período entre 1807 e 1820... Éramos todos ouvidos quando, sentado em sua poltrona, de cabeça erguida... o conde de Maistre abandonava-se ao límpido curso de sua eloquência, gargalhando, argumentando com graça, animando e governando a conversação.”²¹⁸

Com essa estratégia, o saboiano conquistou a amizade de dois experientes membros daquela comunidade diplomática, o duque de Serra-Capriola, representante dos Bourbons de Nápoles, e o barão de Stedingk, embaixador sueco. O primeiro era conhecido por promover animadas festas aos corpos diplomáticos; o segundo, por sediar reuniões maçônicas em sua embaixada, das quais Maistre participou informal e intermitentemente de sua chegada, em 1803, até 1811²¹⁹.

²¹⁷ Em 1816, como reação às atividades missionárias dos jesuítas (e também de Maistre) na Rússia, publicou *Considérations sur la doctrine et l'esprit de l'Eglise orthodoxe*, na qual defendia, num tom nacionalista, a igreja ortodoxa contra as “impurezas heterodoxas trazidas pelos estrangeiros”. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 315.

²¹⁸ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 183. Isaiah Berlin demonstrou que na obra-prima de Tolstói, *Guerra e Paz* (1865-8), existem profundos ecos do pensamento de Maistre (o qual chega a ser citado no volume IV, parte III, cap. 19, da obra). Para o filósofo liberal, Maistre e Tolstói estavam “unidos pela incapacidade de escapar do mesmo paradoxo trágico: eram ambos por natureza raposas de olhar perspicaz, inevitavelmente conscientes das simples diferenças *de facto* que dividem e das forças que desintegram o mundo humano, observadores totalmente imunes aos enganos de muitas estratégias sutis, de sistemas, credos, e ciências unificadoras, pelos quais os superficiais ou os desesperados procuravam ocultar o caos de si mesmos e dos outros”. I. Berlin. “O ouriço e a raposa”. In: H. Hartig e R. Hawsheer (orgs.). *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios* (1997). Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Cia das Letras, 2002, p. 447-505.

²¹⁹ Jean Rebotton sustentou que Maistre freqüentava a loja maçônica do embaixador sueco (“Josephus a Floribus During the Revolution”. *op. cit.*, p. 135), enquanto Richard Lebrun, amparado em dados mais

Foi graças a um jantar na residência de Stedingk, em meados de agosto de 1803, que o embaixador sardo caiu nas graças do ministro russo para assuntos exteriores, Czartoryski. Daí ao czar, faltava apenas um passo. Só que Maistre saltou: em abril de 1804, o Envoyé já podia ser visto pelas principais ruas da capital em diálogos com o czar.

Com respeito à sua atividade diplomática, a mesma acompanhou os passos das relações entre a França napoleônica e a Rússia. Em sua chegada, todas as esperanças incidiam sobre o papel da Rússia na Restauração dos Bourbons, de modo que suas expectativas aumentavam na medida em que havia beligerância entre as potências. Porém, com a derrota russa e o Tratado de Tilsit (1807), suas esperanças de uma restauração imediata caíram por terra. Entre 1807-1812, sendo a Rússia uma aliada formal de Napoleão, restou-lhe apenas assegurar a manutenção dos subsídios a seu soberano. Nestas circunstâncias, naturalizou-se como “súdito” do czar para evitar problemas diplomáticos entre França e Rússia.

Exatamente neste período que se seguiu à assinatura do Tratado de Tilsit, é que Maistre cultivou a extravagante idéia de uma entrevista pessoal com Napoleão. Pouco se sabe a respeito dessa malograda empreitada, uma vez que as únicas evidências remanescentes são as cartas do embaixador ao general Savary, representante de Napoleão na corte do czar, e ao Chevalier de Rossi.

Após Tilsit, Maistre aproximou-se de Savary, que concordou em remeter uma memória do saboiano ao imperador francês. Nesta memória, Maistre tinha em vista ir a Paris para confrontar pessoalmente o “Tamerlão”²²⁰, ao qual exporia seus pontos de vista sobre a Europa e a situação do reino sardo²²¹. Apesar dos esforços, a iniciativa naufragou. Não se sabe se Savary despachou ou não a memória, mas o certo é que a mesma reacendeu as desconfianças de seu governo, que o desautorizou expressamente.

concretos, logrou demonstrar que o saboiano não participara senão de alguns encontros maçônicos sediados na embaixada sueca, que o saboiano, metaforicamente, designava como “loja”. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 315, n.41. Um dado curioso sobre Stedingk, é que o fato dele ser luterano não atrapalhou a amizade com Maistre, que inclusive o defendeu das suspeitas de jacobinismo lançadas por Rossi em nome do governo sardo. Para Maistre, acoimá-lo de jacobinismo era tão despropositado quanto acusar Pio VII de calvinismo.

²²⁰ OC.X: 453.

²²¹ Robert Triomphe sugeriu tendenciosamente que a defesa da monarquia sarda por Maistre serviria apenas como um pretexto ao sonho megalomaniaco do saboiano, expressão de uma visão mística e romântica que o fazia enxergar-se como o “homem necessário” que iria derrubar (ou domesticar) Napoleão. In: R. Triomphe. *op. cit.*, p. 231-3.

Diante da derrota de Napoleão em 1812 e da liderança exercida pela Rússia na coalizão que levou à derrota final dos franceses em 1814, Maistre aguardava receber a incumbência de representar os interesses de seu Estado no Congresso de Viena, em 1814. Contudo, para seu total desapontamento, soube no verão de 1813 que seu nome fora preterido, e que para esta missão Victor-Emmanuel delegara o chevalier Gâetano Balbo.

Maistre recebeu essa informação como um acinte – logo ele que simplesmente garantira a preservação do reino ao assegurar por todos estes anos o envio dos subsídios russos -, jamais aceitando as justificativas do rei, que alegava razões práticas e logísticas para a escolha. Em junho de 1814, Rodolphe, que desde maio estava em Turim, descreveu ao pai a situação do reino e de sua família, recomendando-lhe a viagem imediata de sua mãe e irmãs a São Petersburgo, no que foi prontamente atendido assim que o embaixador recebera a carta. Às vésperas do Natal de 1814, Maistre pôde rever Mme. Prudence, Adèle e Constance, que só conhecia o pai através de cartas.

Todavia, a ano de 1814 traria outra amargura a Maistre, a saber, a ruína de seu status como conselheiro extra-oficial de Luís XVIII. Aliás, a relação de Maistre com o pretendente e futuro monarca representou um capítulo à parte de sua trajetória russa. Uma relação iniciada com a publicação das *Considerações*, em 1797, e retomada no verão de 1804, quando o pretendente em pessoa convida-lhe a redigir uma carta de desagravo à coroação de Napoleão como imperador (maio daquele ano). Numa carta a Rossi, Maistre expressa as dificuldades de seu providencialismo, que passou a duvidar da possibilidade da Restauração diante dos êxitos e da inclinação monárquica de Bonaparte:

“Todos sabem que existem revoluções ditosas e usurpações completamente criminosas em seus princípios, às quais, todavia, a Providência julgou por bem afixar o selo da legitimidade pela longa posse. Quem pode duvidar de que Guilherme de Orange foi um usurpador completamente culpável? No entanto, quem pode duvidar de que Jorge III seja um soberano absolutamente legítimo? Se a casa de Bourbon estiver proscrita (*quod abominor*), é bom que o governo esteja consolidado na França. Prefiro Bonaparte como um rei do que como um simples conquistador. Esta farsa imperial não acrescenta em nada seu poder, e extingue o que se chama propriamente de *Revolução Francesa*, vale dizer, o espírito *revolucionário*, uma vez o soberano mais poderoso da Europa terá tanto interesse em mitigar este espírito quanto teve em apoiá-lo... quando precisou do mesmo para alcançar

seus desígnios... Chegou a Casa de Bourbon ao ponto de repetir a queda inevitável dos carolíngios? É isto que os partidários do *novo* homem estão a dizer em Paris, mas tenho boas razões para crer no seu contrário. Os Bourbons não são inferiores a nenhuma dinastia governante... mas embora considere-os absolutamente capazes de *exercer* a realeza, não os considero capazes de *restabelecê-la*. Certamente, apenas um usurpador de gênio possui a mão firme e dura o suficiente para a execução deste trabalho... Retorno a meu terrível dilema: ou a casa de Bourbon está esgotada e condenada por um daqueles julgamentos da Providência... e, neste caso, é bom que uma nova dinastia inicie uma sucessão legítima (não importando qual seja); ou esta augusta família deve readquirir seu lugar e nada pode ser mais útil para isso do que a transitória ascensão de Bonaparte, que apressará sua própria queda e restabelecerá todas as bases da monarquia sem que isto desfavoreça em nada o príncipe legítimo.”²²²

Entusiasmado pelo convite do pretendente ao trono francês, mas receoso em ser prejudicado por isso (afinal, seu estilo não representava segredo a ninguém), como sucedeu em 1797, Maistre aceitou oferecer ajuda, desde que a mesma obedecesse a seus termos. Enquanto descreve o conteúdo do discurso, o saboiano deixa claro que se opõe à intransigência e à inflexibilidade dos realistas franceses:

“Estou absolutamente de acordo com a opinião de Cícero. A primeira qualidade do estadista é a de saber como se transforma uma cabeça. Uma idéia qualquer, considerada absurda há dez anos, deixou de sê-la hoje. Não que o rei deva agradar aos tolos através do abandono de seus princípios; tem necessidade infinita deles. Mas o tecido social não é composto de linhas duras e inflexíveis, pelo contrário, estiram-se e rompem-se apenas sob uma tensão excessiva. Assim é que deve ser num sistema de seres livres e ignorantes que nunca param de errar.”²²³

Em setembro de 1804, o conde (futuramente duque) de Blacas (então com 33 anos) foi enviado a São Petersburgo por d’Avaray para redigir, ao lado de Maistre, a declaração de Luís XVIII. A partir desta experiência em comum, Maistre e Pierre-Louis Blacas, futuro conselheiro de Luís XVIII e representante não-oficial do Bourbon na corte russa (entre 1804-1808), iniciaram uma longa amizade, só interrompida pela morte do primeiro.

²²² Maistre a Rossi, 16 de junho de 1804. *OC*, IX: 187-8.

²²³ Maistre a d’Avaray, 15 de julho de 1804. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 192.

Amizade que serviu de inspiração a Maistre redigir um livro sobre o papa, o qual daria origem ao *Du Pape* (1819) e, posteriormente, ao *De l'Eglise Gallicane* (1821). Afinal, o contra-revolucionário convencia-se cada vez mais de que os Bourbons ainda aderiam às doutrinas galicanas, responsáveis a seu ver pela destruição do “sistema religioso europeu” (catolicismo). A monarquia francesa preparou o leito da Revolução ao encorajar os padres a insistir nas “liberdades galicanas”, ao tolerar as usurpações dos parlamentos nas jurisdições da Igreja e ao impor seus próprios interesses sobre os assuntos eclesiásticos. Desse modo, pode-se admitir que o *Du Pape* (*Do Papa*) foi concebido a partir da troca de correspondências entre Maistre e Blacas até 1814, nas quais o saboiano se esforçava em dissuadir Blacas e seu soberano das convicções galicanas²²⁴.

Logo após a primeira Restauração de 1814, tudo indicava que o saboiano receberia a tão sonhada recompensa de seu amigo Blacas, recém-nomeado ministro da Casa Real e novo favorito do rei: uma embaixada francesa em Roma, para servir de intermediário entre Luís XVIII e o papa. Infelizmente, o destino pregara-lhe uma nova peça.

Em fevereiro de 1815, recebe a informação de que uma nova edição francesa de 1814 das *Considerações sobre a França*²²⁵, confiada a ninguém menos do que a Louis de Bonald²²⁶, trazia em anexo uma cópia do *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques* (*Ensaio sobre o princípio gerador das constituições políticas*), o qual, no contexto da aprovação da Carta (4 de junho de 1814), foi interpretado por Luís XVIII como uma crítica pessoal. Joseph de Maistre lamentou profundamente o ocorrido e atribuiu a culpa a Blacas, que repassara uma cópia do manuscrito a Bonald sem sua autorização.

No entanto, o *Essai* – uma profissão de fé conservadora que nada mais era senão um desdobramento das teses anticonstitucionais já avançadas pelas *Considerações* – dizia respeito a outro capítulo da trajetória russa de Maistre, a saber, seu envolvimento na política

²²⁴ Lebrun nos informa que a maior parte do *Du Pape* foi composto entre 1815 e 1816, uma vez que o manuscrito já estava pronto quando o autor abandonou São Petersburgo. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p.194.

²²⁵ A qual pode muito bem ser considerada a primeira edição da obra em solo francês, devido às dificuldades político-editoriais enfrentadas no ano de sua publicação, em 1797.

²²⁶ Vale a pena reproduzir o que Bonald escreveu a Maistre em carta de 7 de outubro de 1814, quando o informa da publicação das *Considérations*: “A obra foi impressa antes mesmo da promulgação da lei sobre a liberdade de imprensa. Não obstante, foi preciso mostrá-la à censura. Enquanto isso, ela circula, para a satisfação de todos os bons espíritos... Trata-se de um livro excelente; são as vossas belas *Considerações*, sois vós, Monsieur, e vós por inteiro; diria também que sou eu, pois nela encontro todos os meus sentimentos e todas as minhas opiniões: repito-o, trata-se de um livro de ouro”. In: *Lettres et opuscules inédits du comte Joseph de Maistre*. Paris, A. Vatton, 1851, 2 volumes, Tomo II, p. 65.

daquele país, que coincidiu com a ascensão política do reformista Michael Speransky, conselheiro pessoal do czar para assuntos domésticos entre 1808-1812. Foi portanto em resposta às propostas de reforma “ocidentais” de Speransky²²⁷ que Maistre redigiu o *Essai*²²⁸.

Após circular com sucesso o *Ensaio* entre as frações conservadoras e anti-reformistas da aristocracia russa, Maistre foi solicitado pelo novo ministro da instrução pública, Alexis K. Razumovsky, a expor seu ponto de vista sobre um projeto de reforma educacional, sobretudo para o liceu onde estudavam os irmãos do czar. Maistre então respondeu através de uma série de cartas datadas entre junho e julho de 1810, nas quais criticava a ênfase dada às ciências naturais e a negligência para com os ensinamentos morais²²⁹. No lugar da educação científico-enciclopédica, sugeriu o tradicional currículo pré-Iluminista, com ênfase em lógica e no latim, e advertiu sobre os riscos representados pelos professores estrangeiros (sobretudo protestantes alemães) à moral dos jovens. Um novo currículo para o liceu imperial foi redigido, o qual excluía o grego, a história natural, a arqueologia, a astronomia, a química, e a história.²³⁰

Poucos meses depois, o mesmo Razumovsky fez uma consulta ao saboiano a respeito da candidatura de Ignatius Fessler²³¹ para a cadeira de hebraico e antiguidades eclesiásticas

²²⁷ Mesmo sem ser um democrata ou um liberal na acepção do termo – alternativas impossíveis naquele período –, seus projetos constitucionais visavam, grosso modo, introduzir alguns elementos da nova estrutura napoleônica da França na Rússia. Pretendia estabelecer os limites e as funções do governo, codificar leis e aperfeiçoar o sistema tributário.

²²⁸ Concluído em maio de 1809.

²²⁹ Reunidas e publicadas na edição Vitte das *Obras Completas de Joseph de Maistre (OC)* sob o título de *Cinq lettres sur l'éducation publique en Russie (OC, VIII:161-232)*. Eis algumas passagens: “A ciência torna o homem preguiçoso, inábil aos negócios e às grandes empresas, disputador, teimoso em suas próprias opiniões e desprezador das opiniões alheias, observador crítico do governo, inovador em essência, desdenhador da autoridade e dos dogmas nacionais ... Acreditou-se que a educação científica representava a educação, quando a mesma era apenas uma parte incomparavelmente menos interessante e que só possui algum valor quando repousa sobre a moral... É uma pena que esta grande nação ainda participe do erro de estimar em demasia a ciência, de querer possuí-la bruscamente e de se humilhar, uma vez que se sente, a esse respeito, atrasada em relação às outras nações. Nunca um preconceito foi mais falso e perigoso. Os russos poderiam ser a primeira nação do mundo sem possuir talento algum para as ciências naturais... Todo esforço para naturalizar a ciência na Rússia não será apenas inútil como perigoso para o Estado, pois este esforço tende apenas a extinguir o bom senso nacional – o qual é o conservador universal de todos os países – e a encher a Rússia de uma multidão incontável de meio-sábios, mil vezes pior que a própria ignorância, espíritos falsos e orgulhosos, desgostosos de seus países, eternos críticos do governo, idólatras dos gostos, das modas, das línguas estrangeiras, e sempre prontos a derrubar o que menosprezam, ou seja, tudo”.

²³⁰ O czar aprovou-o em agosto de 1810.

²³¹ Nascido na Hungria e educado pelos jesuítas, tornou-se capuchinho e aderiu à maçonaria em Viena, obtendo o favor de José II e sendo nomeado professor de exegese hebraica em Lemberg. Após a morte do

no seminário de Nevsky de São Petersburgo. A resposta de Maistre foi dada em 9 de março de 1811, sob a forma de uma longa carta intitulada *Observations critiques sur le Prospectus Disciplinarum ou Plan d'étude proposé pour le Séminaire de Newsky par le professeur Fessler*.²³² Nas *Observations*, Maistre comunicava que era contrário à indicação de Fessler pelo fato de identificar nele “o veneno de Kant concentrado e sublimado”, isto é, a concepção kantiana de que Deus é uma verdade apriorística impossível de ser provada pela razão, uma posição que o saboiano julgava equivalente ao ateísmo.

Ainda que pudesse aceitar a posição kantiana de “razão pura” – na medida em que representa uma defesa das idéias inatas²³³ –, Maistre não podia concordar com a distinção kantiana entre “as verdades da intuição que existem na mente do homem anteriores à toda experiência” (designadas “verdades objetivas”) e as “verdades do raciocínio que sustentamos a partir da experiência” (“verdades subjetivas”). Conforme salientou R. Lebrun, Maistre podia não possuir um conhecimento profundo de Kant, mas era-lhe familiar o suficiente para identificar suas idéias no prospecto do professor Fessler²³⁴.

Finalmente, há o envolvimento de Maistre com os jesuítas, que desde a primeira partição da Polônia (1772) marcavam presença no império russo²³⁵. Em outubro de 1811, o novo mandatário da ordem na Rússia, o padre Tadeusz Brzozowski, solicitou ao conde Razumovsky e ao príncipe Alexander Golitsyn (superprocurador do Santo Sínodo)

imperador austríaco, muda-se à Silésia, onde se torna luterano e se casa. Desembarca na Rússia em 1809, tornando-se um dos freqüentadores do círculo de Speransky.

²³² *Observações críticas sobre o Prospecto Disciplinar ou Plano de estudo proposto para o seminário de Newsky pelo professor Fessler* (OC, VIII: 230-265).

²³³ Para Maistre, a defesa das idéias inatas equivalia a defender a espiritualidade e a imortalidade da alma, a existência de Deus e do mundo espiritual, a moral cristã contra a epistemologia lockeana (prevalecente no século XVIII) que, ao materializar a origem das idéias, trazia no seu bojo o “fatalismo”, ou seja, uma negação à liberdade humana e ao livre-arbítrio. Na teoria maistreana, em contraste com a de Locke (cujo nome era alvo de um trocadilho irônico da parte de Maistre, a saber, “Locked-in”, por haver trancado a mente humana no materialismo), a experiência sensorial é apenas uma causa ocasional e instigadora das idéias, e não a causa produtora (vale dizer, a experiência sensorial evoca uma reação que é determinada pelas idéias inatas ou primeiros princípios próprios à natureza humana). Voltaremos a esse assunto quando tratarmos do *Examen de la philosophie de Bacon* e das *Soirées*. Quanto a Fessler, sua candidatura já havia sido rechaçada antes de Maistre redigir as *Observações*.

²³⁴ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 201.

²³⁵ Mesmo após a supressão da ordem pelo papa Clemente XIV, em 1773, os jesuítas foram autorizados por Catarina II (1729-1796) a manter e expandir suas instituições de ensino, numa estratégia que visava obter o apoio das populações católicas das áreas conquistadas e usá-los contra o papa, que se opunha à incorporação de boa parte da Polônia pela Rússia. Inicialmente confinados à base de Polotsk, na “Rússia branca” (Bielo-Rússia), conseguiram expandir-se até São Petersburgo nos últimos anos do reinado de Catarina, a qual via nos jesuítas um poderoso aliado contra a filosofia e a Revolução. Durante o reinado de Paulo I (1754 - 1801), os jesuítas obtiveram autorização para abrir um colégio na capital do império. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 202-3.

autorização para que a escola de Polotsk adquirisse o status de universidade autônoma, tornando-se assim o centro administrativo das instituições de ensino jesuíticas. Para reforçar a petição dos jesuítas, Maistre endereçou em 19 de outubro uma *Mémoire sur la liberté de l'enseignement public* (Memória sobre a liberdade do ensino público) a Golitsyn, na qual defendia a utilidade político-pedagógica dos padres - ferrenhos opositores daqueles que pretendiam derrubar os tronos e a cristandade – e criticava o monopólio estatal do ensino público, o que faria do ministro da educação e das universidades sob seu controle um Estado dentro do Estado. Os monopólios eram sempre perigosos ao Estado e, no caso da Rússia, o czar deveria conceder autonomia aos jesuítas, visando seus próprios interesses.

Golitsyn ficou tão admirado pela memória que interveio em favor dos padres junto a Alexandre I (o qual aquiesceu à solicitação em janeiro de 1812) e estimulou o embaixador saboiano a escrever mais sobre a Rússia, no que foi correspondido pela redação dos *Quatre chapitres sur la Russie* (Quatro capítulos sobre a Rússia), de 28 de dezembro de 1811.

Resumidamente, os *Quatre chapitres* tratam da liberdade (sobre os riscos de se libertar servos ignorantes e sobre os quais a moral cristã não exercia alguma influência), da ciência (sobre os riscos, especialmente para a Rússia, em exaltar a educação científica em detrimento da educação religiosa e moral)²³⁶, da religião (dos riscos de se permitir o avanço do protestantismo) e do iluminismo (criticando Augustin Barruel por não estabelecer a distinção entre os “conspiradores” iluminados da Bavária e os discípulos de Saint-Martin). Numa conclusão à parte, Maistre reduziu o conteúdo a um “catecismo conservador” para a Rússia: restrição à liberdade dos servos (mas com supressão dos abusos); cuidados com o enobrecimento de novos homens (preferindo o mérito e a riqueza fundiária ao comércio); restrições à educação científica (a qual deveria ser desencorajada entre as classes baixas da

²³⁶ “A atitude de Maistre perante as reformas na Rússia demonstram que ele quer introduzir a ciência gradualmente..., devido às condições sociais e políticas particulares do país... Maistre não está dizendo que a ciência nunca deva ser introduzida na Rússia, mas apenas que ‘devemos mover-nos com lentidão em direção aos objetivos da ciência, não podemos voar diretamente para eles!’. Teme que os russos ao abraçarem a ciência, se não estiverem preparados para isto, façam o que alguns filósofos da Ilustração fizeram, [isto é] rejeitar completamente a religião e a consciência social. A história da Rússia durante a Revolução, a era comunista, e as tentativas [fracassadas] democráticas desde Gorbatchev demonstram que seus temores eram bem fundados. Maistre crê que a religião tem um útil propósito político; cultiva um sentido de dever e respeito pela autoridade que... julgava necessário à preservação da ordem social.” In: Cara Camcastle. *op. cit.*, p. 127. Assim expressou-se Maistre: “Esses servos, ao receberem a liberdade, estarão nas mãos de instrutores mais do que suspeitos e sacerdotes sem força ou reputação. Assim expostos, sem preparação, eles infalível e repentinamente passarão da superstição ao ateísmo, da obediência passiva à ação desenfreada”. *OC*, VIII:291-2.

população e deixar de ser um pré-requisito para os cargos civis e militares); aproximação entre as igrejas católica e ortodoxa (com restrição ao avanço do protestantismo); e supervisão aos professores estrangeiros (especialmente os protestantes alemães)²³⁷.

Como resultado dos *Quatre chapitres*, Maistre foi investido para a função de redator de todos os documentos públicos e privados do czar – algo que só consentiu em fazer após obter autorização expressa de seu monarca, que demonstrou entusiasmo pela idéia.

Quando tudo levaria a crer que finalmente poderia ser politicamente decisivo para a fortuna política de seu pequeno reino, a invasão francesa de 1812 estragou suas pretensões ao provocar um recrudescimento do sentimento nacional russo, representado numa atitude profundamente hostil e xenofóbica a tudo que remetesse ao ocidente, inclusive os jesuítas, que terminaram sendo expulsos do império, em 1816²³⁸.

Maistre, que pensara em se estabelecer na Rússia com a chegada de sua família às vésperas do natal de 1814, viu-se obrigado a abandonar os domínios do czar quando soube que Alexandre I exigira seu retorno a Turim, em abril de 1816. O saboiano, assim como os jesuítas, pagava o preço pela bem-sucedida atividade missionária desempenhada na corte russa, convertendo figuras eminentes como a condessa de Rostopchin (esposa do governador de Moscou), a condessa Tolstoy (esposa do mestre-de-cerimônias da corte), a condessa Golovine (dona de um freqüentado salão) e Mme. Sophie Swetchine (que se tornaria uma figura influente nos círculos intelectuais católicos franceses do século XIX)²³⁹.

Paradoxalmente, conforme ilustrou David Edwards²⁴⁰, os mesmos ortodoxos suscetíveis que expulsaram os jesuítas viram os ministros do czar adotarem em seu país a principal proposta de Maistre relativa à educação, isto é, a união entre religião (ortodoxa,

²³⁷ “Se os russos, que têm certa tendência a levar tudo na brincadeira (não quero dizer com isso que zombem de tudo), brincarem também com essa serpente [Ilustração], nenhum povo terá sido mais cruelmente picado por ela.” *OC*, VIII:354. Podemos ler estas linhas como uma previsão literária (afinal, em pouco tempo a Rússia produziria uma das melhores literaturas do século XIX) e política (uma Revolução mais radical do que a francesa).

²³⁸ As principais razões envolvidas na expulsão foram: a) conversão ao catolicismo de vários aristocratas; b) falta de entusiasmo pelas ações da Sociedade Bíblica, bastante incentivada pelo czar e por Golitsyn; c) restauração da ordem pelo papa Pio VII em 1814, submetendo-a, pois, a um “soberano estrangeiro” e rival às pretensões do czar na Europa; d) constantes conflitos entre os jesuítas e o eslavófilo arcebispo católico da Bielo-Rússia, que criticava a insubmissão dos primeiros. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 222.

²³⁹ J.-Louis Darcel lembra que o fator financeiro não pesou menos na decisão de retornar a Turim, pois seu governo não poderia mais pagar as 600.000 libras que lhe concedia desde a vinda da família. In: J.-Louis Darcel. “Introduction” a J. de Maistre. *Écrits sur la Révolution*. Paris, PUF, 1989, p. II.

²⁴⁰ David W. Edwards. “Count Joseph de Maistre and Russian Educational Policy, 1803-1828”. *Slavic Review*, 36 (1977): 54-75.

porém) e educação (com ênfase para os clássicos e ensinos religiosos). De Razumovsky a Golitsyn, Shushkov e Uvarov, todos conheciam e admiravam as teses educacionais do saboiano. A influência de Maistre sobre a Rússia produziria outro paradoxo: se Vera Miltchyna estiver correta ao afirmar que as poderosas idéias e imagens do saboiano serviam de inspiração literária até mesmo àqueles que poderiam não seguir suas opiniões – levando-o a ser descrito tanto na Rússia como na França do século XIX como um Rousseau conservador ou um “Voltaire às avessas” -, como Tolstói (*Guerra e Paz*) e Dostoiévski (*Irmãos Karamozov*), então Maistre seria um dos responsáveis diretos por aquilo que temia acontecesse à Rússia nos *Quatre chapitres*, a saber, o gosto pelos livros, que no espaço de uma geração transportou o país da “extrema barbárie” para um lugar de destaque da produção literária europeia e mundial²⁴¹. Na opinião de Maistre, uma vez que o russo adquirisse o gosto pelos livros, a Revolução seria uma questão de tempo.

O período russo que se encerrava também foi marcado por uma produção intelectual impressionante. Além de uma volumosa correspondência pessoal e diplomática, o saboiano escreveu cinco trabalhos extensos e mais de uma dezena de trabalhos menores nos quatorze anos em que habitou a capital russa. Destes, apenas dois foram publicados antes de seu retorno a Turim, o *Essai sur le principe générateur*, publicado em Paris em 1814, e o *Sur le Délais de la justice divine* (*Sobre os Prazos da justiça divina*), publicado em Lyon em 1816. Outro grande trabalho concebido na Rússia e publicado em vida foi *Du Pape*, em 1819. As *Soirées* e o *De l'Eglise Gallicane* foram publicadas alguns meses após sua morte, em 1821. O *Examen de la philosophie de Bacon* não foi publicado até 1836, enquanto os trabalhos menores foram sendo publicados alternadamente, entre 1822 e 1884²⁴².

²⁴¹ Vera Miltchyna. “Joseph de Maistre’s Works in Russia: a look at their Reception”(2001). In: R. Lebrun (org.). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Kingston, McGill-Queen’s University Press, 2001, p. 242-3.

²⁴² Richard Lebrun demonstrou que tanto *Du Pape* –e, por extensão, o *De l’Église Gallicane* – quanto as *Soirées* foram elaboradas na Rússia. Um registro de leitura de 1798, intitulado “Religion E”, mostrava que o saboiano já tinha em vista escrever um trabalho sobre o catolicismo, cujo primeiro rascunho (semelhante às páginas conclusivas de *Du Pape*) seria finalizado em janeiro de 1806. Assim, a relação com Blacas e o contexto político-intelectual da Restauração apenas catalisaram o desígnio maistreano de redigir um livro em defesa de opiniões ultramontanas. Quanto às *Soirées*, cuja redação teve início em 1809, Lebrun identificou desígnios para escrevê-las desde 1806. Em 1813, de acordo com o próprio Maistre, boa parte do manuscrito encontrava-se concluído. Antes de sua partida da Rússia, na primavera de 1817, submetera o trabalho à revisão de seu irmão, Xavier de Maistre. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 216-7.

O primeiro dos trabalhos russos menores teve início em 1807 e tratava-se de uma crítica a uma nova edição das cartas de Mme. de Sévigné²⁴³, que ele via como uma precursora da Ilustração e uma escritora medíocre²⁴⁴.

Em 1810, as ações proselitistas de Maistre deram à luz uma *Lettre a une dame Russe sur la nature et les effets du schisme et sur l'unité Catholique* (Cartas a uma dama russa sobre a natureza e os efeitos do cisma e sobre a unidade Católica), datada em 20 de fevereiro de 1810. A exemplo da *Lettre a une dame protestante sur la maxime qu'un honnête homme ne change jamais de religion* (Carta a uma dama protestante sobre a máxima de que um homem de bem jamais muda de opinião) de 1797, a carta a uma dama russa combinava apologética religiosa (com argumentos similares a *Du Pape*) com prudentes conselhos sociais (isto é, aconselhava discrição para as convertidas).

Do mesmo ano eram o tratado sobre os *Prazos da Justiça Divina* - o qual, grosso modo, tinha o mesmo objeto das *Les Soirées de Saint-Pétersbourg* (Diálogos de São Petersburgo) - e o *Éclaircissement sur les sacrifices* (Esclarecimento sobre os sacrifícios), cujo título paradoxal e irônico (“Esclarecimento”) visava demonstrar, como já havia feito no terceiro capítulo das *Considerações*, que a humanidade sempre acreditou nos poderes expiatórios do sangue, fundamento do cristianismo.

Redigiria ainda um prefácio à edição de 1812 de *Voyage autour de ma chambre* de Xavier de Maistre e a polêmica *Lettres sur l'Inquisition espagnole* (Cartas sobre a inquisição espanhola), em 1815²⁴⁵, dentre outros. Um trabalho tipicamente maistreano (por não se furtar à defesa do indefensável), as *Cartas sobre a inquisição* ofereciam uma vigorosa defesa da instituição mais abominada pela opinião pública europeia do século XVIII, cuja imagem caricata (obra de protestantes e filósofos), escondia (sempre segundo Maistre) muitos benefícios às nações que a adotaram, mormente a Espanha: afinal, manteve a unidade nacional espanhola e evitou os horrores da guerra civil (que assolaram a

²⁴³ *Lettres de Mme. de Sévigné à sa fille et à ses amis*, 1806.

²⁴⁴ *Observations critiques sur une édition des Lettres de Madame de Sévigné* (Observações críticas sobre uma edição das cartas de Madame de Sévigné), publicadas em 1884, nas *Obras Completas* da edição Vitte. Importante para quem quiser descobrir as opiniões de Maistre sobre o papel da mulher na sociedade.

²⁴⁵ Publicadas em Paris no ano de 1822.

Alemanha, a França e a Inglaterra) dos séculos XVI e XVII e da Revolução Francesa do século XVIII²⁴⁶.

Por fim, entre 1806 e 1816 empreendeu a pesquisa e a redação do *Examen de la philosophie de Bacon*, que só viria a ser publicado em 1836. Como vimos, quase todos os escritos maistreanos, dos primeiros registros de leitura às *Soirées*, são atravessados por uma tensão entre, de um lado, uma curiosidade intelectual pelas novas descobertas e explorações da ciência no mundo físico e, de outro, por uma profunda desconfiança quanto aos impactos potencialmente negativos da ciência moderna sobre o tecido social. Muito antes da Revolução Francesa, Maistre advertia sobre o potencial destrutivo de algumas correntes da Ilustração, e a memória maçônica (1782) já continha uma diatribe maistreana contra as “descobertas infantis” de uma ciência que, a seu ver, ignorava o principal conhecimento humano, a saber, o metafísico-religioso. Nas *Considerações*, há uma passagem em que critica os “sábios” – aqui entendidos como cientistas naturais – por terem apoiado a Revolução.²⁴⁷

Mas o desenvolvimento completo deste tema aparece no *Examen*, que é um desdobramento das discussões epistemológicas presentes nas *Soirées*. No *Examen*, Maistre procura desqualificar o método indutivo da ciência moderna - em razão de seu materialismo, o qual, na opinião de Maistre, conduzia inevitavelmente ao fatalismo moral e à negação da espiritualidade da alma – e defender o inatismo intelectual.²⁴⁸

Em contraste com Bacon e Locke, Maistre refuta que a experiência possa ser a causa formal do conhecimento. Segundo ele, o aspecto mais importante a respeito do processo de aprendizado é o fato de que os seres humanos reagem à experiência sensorial de um modo determinado pelas idéias inatas ou primeiros princípios (idéia que obtém da leitura de

²⁴⁶ O apreço de Maistre pela civilização espanhola deveu-se à sua admiração pelo embaixador espanhol em São Petersburgo, o general Benito Pardo de Figueras, um erudito helenista e crítico de arte que possuía vasta e inédita documentação sobre a Inquisição em seu país. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 220.

²⁴⁷ Como Sylvain Bailly, matemático e astrônomo, e Antoine-Laurent Lavoisier, famoso cientista e físico, ambos guilhotinados pelo Terror.

²⁴⁸ Por idéias inatas – cuja definição sistemática Maistre não nos fornece – compreendia as noções originais comuns a todos os homens, sem as quais não seriam humanos, e os quais são conseqüentemente acessíveis, ou melhor, naturais a todas as mentes (ver *Soirées*, diálogos V e VI). Em linguagem mais técnica, Maistre poderia dizer: “uma disposição cognitiva radical da natureza, compreendendo tanto forma quanto conteúdo, real e potencial, determinando tanto a forma pela qual a natureza é receptiva cognitivamente ao ser quanto a extensão do ser cognoscível a uma determinada natureza”. In: A. R. Caponigri. “Some aspects of the philosophy of Joseph de Maistre” (1942) *apud* R. Lebrun. “Introduction” a J. de Maistre. *An Examination of the Philosophy of Bacon*. Montreal & Kingston, McGill-Queen’s University Press, 1988, p. XXXVI.

Orígenes) da natureza humana. Insiste no fato de que toda doutrina racional fundamenta-se sobre um conhecimento prévio e que o silogismo e a indução sempre procedem de princípios previamente conhecidos. A negação das idéias inatas implicaria, portanto, na negação ou impossibilidade da prova, uma vez que esta é sempre derivada de um princípio (o qual é anterior, evidente, não-derivado, indemonstrável e causa em relação à conclusão)²⁴⁹.

Assim, Bacon é atacado como ídolo da filosofia moderna experimental (nas *Soirées*, o principal alvo seria *Locke*), que conduziu ao “ateísmo prático” do século XVIII (isto é, uma crença invencível nas leis inexoráveis da natureza que tornam os homens indiferentes à religião – “afinal, para que orar?” – e irresponsáveis na esfera moral) e à Revolução Francesa. Na opinião desta “Cassandra” da ciência, a epistemologia moderna seria apenas mais uma etapa (a mais perigosa, porém) do processo de negação da transcendência da autoridade, o qual iniciara com a Reforma e prosseguira com a filosofia das Luzes e a Revolução. Maistre descreve a história desta vontade, que genuinamente interpreta como um desdobramento do niilismo²⁵⁰, como uma história que produz dialeticamente sua própria negação, em virtude de uma “regra divina e invariável” que estipula que o erro “sempre se estrangule a si mesmo”²⁵¹. É assim que as *Considerações* interpretam a Revolução: não como uma conquista da autonomia, mas como uma perda radical dela (no seu afã de reconstruir o mundo político, os homens mais poderosos eram levados pela correnteza revolucionária como leves palhas); a soberania popular é um belo eufemismo para a “lei de ferro” da oligarquia sob a democracia (uma minoria organizada sempre governará a maioria)²⁵²; o projeto de autonomia (em todas as esferas, sobretudo na ciência) engendra uma má heteronomia que, por sua vez, enseja uma heteronomia fundada na transcendência

²⁴⁹ De acordo com R. Lebrun, a defesa do inatismo por Maistre distanciava-o epistemologicamente dos tradicionalistas Bonald e Lamennais, apesar das semelhanças. Como eles, Maistre preocupava-se com os “abusos” da “razão individual” e insistiu no inescapável papel da autoridade no estabelecimento e defesa das crenças políticas e religiosas. Mas refutava que a razão humana fosse absolutamente incapaz de alcançar uma verdade por outra via senão através da tradição. Maistre julgava esta posição perigosa por separar a fé da razão e por tolher todas as bases racionais de demonstração à tradição (quando se tratava justamente do contrário: a razão, através do estudo da história -a “política experimental”-, demonstra a razoabilidade e a necessidade da tradição). In : R. Lebrun. “Maistrean Epistemology.”(1980). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 215.

²⁵⁰ Maistre emprega a palavra *rienisme*, que na época era sinônimo de niilismo, ao denunciar o niilismo moderno. *OC*, XIII:291.

²⁵¹ *OC*, XIII:189.

²⁵² *De la souveraineté du peuple*, Livro II, cap. III.

da vontade divina – cujo mecanismo ou lógica, presentes *in nuce* nas *Considerações*, será detalhado nas *Soirées*.

Do seu retorno a Turim, em 1817, a seu falecimento, em 26 de fevereiro de 1821, dedicaria a maior parte de sua energia às publicações de *Du Pape* e das *Soirées*, como veremos a seguir.

VII

Último ato de um ultramontano...

Antes de pisar em solo piemontês, Maistre e sua família desembarcaram em Calais, na França, em 21 de junho de 1817, donde partiram imediatamente a Paris²⁵³. O saboiano não guardaria boas recordações desta passagem (a única de sua vida) à capital da França. Nos dias sete e oito de julho, foi recebido friamente por Luís XVIII, ainda em decorrência do *Essai*. Blacas, Bonald e Chateaubriand encontravam-se fora de Paris durante sua visita, que ainda lhe reservaria uma situação constrangedora no salão da duquesa de Duras: sentiu-se embaraçado, tímido, um provinciano de língua-presa ao escutar o francês pronunciado pela elite da capital. Deixaria Paris no dia sete de agosto, confessando posteriormente a Bonald que vira tudo, mas não se lembrava de nada²⁵⁴.

Após uma semana desalentadora na Chambéry republicana, o sexagenário ex-embaixador dirige-se a Turim, onde é recebido fraternalmente por seu rei, em 17 de agosto de 1817.

A indefinição de sua situação na corte – restabelecida em Turim após o Congresso de Viena –, despertou novamente o interesse por um cargo diplomático em Roma, uma obsessão que remontava a 1814 e aos contatos com Blacas²⁵⁵.

Somente em dezembro de 1818 teve a situação definida ao ser nomeado como ministro de estado e “Régent de la Grande Chancellerie” (acumulando as funções de vice-chanceler e de ministro da justiça). Apesar do desapontamento gerado pela nomeação – Maistre esperava por algo mais –, cumpriu seriamente suas responsabilidades, as quais se prolongaram até 24 de julho de 1820, quando uma repentina crise de saúde condenou-o a ficar em casa até o fim de seus dias²⁵⁶.

²⁵³ Sua filha, Constance, informou que o pai distribuía pão e esmolas em cada estação onde paravam.

²⁵⁴ Carta a Bonald, 15 de novembro de 1817. *OC*, XIV:112-3.

²⁵⁵ Neste período, um Maistre como sempre irônico confessara a seu amigo Costa que, não fosse pelas filhas, convenceria a esposa a entrar num convento e se ordenaria padre. In: Maistre a Costa, 14 de abril de 1816. *OC*, XIII:317.

²⁵⁶ Rodolphe relata que uma das últimas atitudes de Maistre como ministro de estado foi o de sugerir oposição a um projeto de reforma constitucional de seu reino nos moldes das Cortes espanholas. In: Rodolphe de Maistre. “Notice biographique”. *OC*, I: XLI.

Contudo, seu impacto como político foi pequeno se comparado à repercussão obtida pelos trabalhos publicados no período. Destes, o que demandou maior esforço e tempo foi *Du Pape*. Afinal, transcorreram-se quase dois anos entre a entrega do manuscrito à duquesa de Duras (a qual, incumbida de entregar o manuscrito a Chateaubriand, esqueceu-se de fazê-lo), em 1817, e a publicação do mesmo, em 1819. Apesar do esquecimento da duquesa, do atraso dos serviços postais e, sobretudo, da indisponibilidade e recusa de Chateaubriand (alegando a enfermidade da esposa e o receio de “adulterar a pintura do mestre”), a quem Maistre inicialmente investira da função de editor, o verdadeiro motivo para o atraso foi o caráter polêmico e temerário da obra nos quadros da Restauração francesa.

Derrotados e exilados pela Revolução, monarquia, aristocracia e clero retornam na condição de aliados pela primeira vez na história francesa. Diante da nova França, que herdara os valores e as instituições da Revolução, os “aliados” aprenderam a lição: desunidos no passado, tinham de se manter unidos²⁵⁷.

Diante do radical deslocamento do eixo político provocado pela Revolução e pelos vinte e cinco anos do exílio, não restou aos liberais senão apelar à história para provocar fraturas naquela frágil aliança. Em 1817, os liberais ganharam um presente dos céus, na bela definição de Stanley Mellon²⁵⁸. A proposta de uma concordata em 1817 entre o papa e o monarca provoca a segunda fratura da relação após a Carta. Os liberais percebem que a unidade entre o trono e a Igreja pode ser quebrada precisamente nos mesmos termos em que ambos se dividiram no passado, ou seja, as pretensões de Roma contra a defesa das liberdades galicanas pelo rei. Apesar de tacitamente unidos até 1817, a proposta de reforçar os laços entre ambos por meio de uma concordata trouxe à tona uma série de problemas referentes à relação do Estado com a Igreja, em outras palavras, o galicanismo.

O típico argumento da campanha liberal contra a concordata afirmava, a exemplo de Benoît (*De la liberté des cultes et du Concordat*, 1818), que na história francesa a aliança entre o trono e o papa era uma artificialidade, diferentemente da aliança entre o rei e a igreja galicana, antiga e estável.

²⁵⁷ Em 1816, Chateaubriand argumentou em *De la monarchie selon la Charte* (1816) que não havia nada de extraordinário nesta tríplice aliança, no que foi criticado pelo ex-ministro de guerra de Napoleão (e agora historiador) Jubbé de la Perrelle (*Lettre à M. le vicomte de Chateaubriand*, 1816), para quem a versão de Chateaubriand era falaciosa, uma vez que os anais da história francesa atestam a turbulência, a ambição, a ingratidão, e as “rebeliões criminosas do clero”, bem como as disputas sangrentas entre os reis e a nobreza.

²⁵⁸ S. Mellon. *The Political uses of History. A Study of historians in the French Restoration*. Stanford. Stanford University Press, 1958, p. 103.

A partir deste ângulo, forja-se uma das mais decisivas alianças da Restauração, a saber, a união entre os liberais e os galicanos (uns lutando pela liberdade política, os outros pelas liberdades religiosas). Por toda a Restauração, a estratégia liberal consistirá em convencer os membros do clero galicano a juntar forças no combate contra o ultramontanismo.

É neste contexto que temos de situar *Du Pape* e o *De l'Eglise gallicane*²⁵⁹. A realidade da Restauração mostrou a Maistre que a Revolução estava “em pé”²⁶⁰, posto que no seu entendimento o verdadeiro crime revolucionário (maior ainda que o Terror, mera consequência) persistia, a saber, o solapamento do “sistema da autoridade”²⁶¹, a negação dos princípios políticos, religiosos e metafísicos da sociedade que compunham a *artificialidade*²⁶² da natureza humana e a impediam de recair num estado pré-social marcado pela violência.²⁶³ Primeiramente democrática (1789-1794), depois oligárquica (1794-1799) e tirânica (Napoleão), durante a Restauração a Revolução assumiu uma feição real²⁶⁴. E isto graças ao galicanismo, com o apoio da monarquia²⁶⁵.

²⁵⁹ Originalmente concebido como o livro V de *Du Pape*, foi publicado como a 2ª parte daquela obra em 1821, após o falecimento ao autor.

²⁶⁰ “A Revolução está em pé, e não apenas está em pé, como ela marcha, corre, escoiceia. [...] A única diferença que percebo entre esta época e a do grande Robespierre, é que naquela época as cabeças caíam enquanto que hoje elas se viram”(OC, XIV:156); “A Revolução é bem mais terrível que no tempo de Robespierre; educando-se, ela se refinou.” (OC XIV, p. 148).

²⁶¹ No último e inconcluso diálogo das *Soirées* (undécimo diálogo) declara que a “autoridade é a base de nosso sistema”. Leia-se o que declarou nas Considerações (cap.V): “Não há mais costume, nem autoridade; o espírito de cada homem está encerrado em si mesmo. Desde que a filosofia corroeu o cimento que unia os homens, já não existem agregações morais.”

²⁶² “Repitamos que a natureza de um ser não é senão a reunião das qualidades atribuídas a este ser pelo Criador. Mr. Burke foi profundo ao dizer que é impossível admirar o suficiente ‘que a arte é a natureza do homem’: sim, indubitavelmente, o homem com todas as afecções, todos seus conhecimentos, todas as suas artes, é verdadeiramente o homem da natureza, de modo que a tela do tecelão é tão natural quanto a teia da aranha.”In: *De la souveraineté du peuple*, Livro I, cap. II.

²⁶³ “Uma nação ilustre, chegada ao máximo degrau de civilização e urbanidade, ousou, todavia, num acesso de delírio diante do qual a história não oferece outro exemplo, suspender formalmente esta lei [a “lei do amor” cristão]: o que vimos? Num piscar de olhos, os costumes dos iroqueses e dos alonquinos, as leis sagradas pisoteadas, sangue inocente cobrindo os cadafalsos... Eis aí o homem natural!”In: *Eclaircissement sur les sacrifices*, OC, V:387. É curioso observar, como fez Owen Bradley, que enquanto certos autores como A. Cochin e F. Furet explicam (grosso modo) a Revolução e o Terror nos termos de uma hipertrofia dessa artificialidade, produto da ação ideológica dos clubes revolucionários sobre a sociedade francesa, Maistre os explica em termos precisamente contrários: ao promoverem seus ideais, os clubes e as sociedades não mais fizeram senão despojar a sociedade de todos os artifícios que cimentam a ordem social. In: Owen Bradley. *A Modern Maistre: the social and political thought of Joseph de Maistre*. Lincoln-London, University of Nebraska Press, 1999, p.209

²⁶⁴ “Não terminaria sem observar à Vossa Excelência que se enganaria infinitamente quem acreditasse que Luís XVIII reascendeu ao trono de seus ancestrais. Reascendeu apenas ao trono de Bonaparte, o que já constitui um grande bem à humanidade: mas estamos muito distantes do repouso. A revolução foi num primeiro momento democrática, depois oligárquica, e tirânica: hoje, ela é real, porém sempre segue seu curso.

O único meio de se extinguir a Revolução, era afirmando o princípio contrário, qual seja, o princípio de autoridade, tanto na esfera política como religiosa, e que tinha por bases o cristianismo e a igreja católica. Mas como fazê-lo sem incorrer no risco de “ferir uma divindade ao perseguir o inimigo”, como ocorrera com Diomedes nos muros de Tróia?²⁶⁶

Para executar esta tarefa, Maistre recorreu ao erudito laico Guy-Marie de Place²⁶⁷, versado em filosofia, teologia e história eclesiástica, a quem coube o mérito de chamar a atenção do saboiano para os erros factuais e doutrinários do manuscrito de *Du Pape*. Mas apesar das admoestações do colaborador sobre o caráter polêmico do trabalho, o saboiano manteve-se inflexível em dois aspectos: estava decidido a escrever uma obra de “honesto proselitismo”²⁶⁸ contra o galicanismo e, para isto, não alteraria seu estilo.

Com efeito, o galicanismo para Maistre nada mais era senão um disfarce para o jansenismo, um desdobramento do protestantismo na França (vide as *Reflexões sobre o protestantismo*) e o responsável pela Revolução naquele país²⁶⁹. No contexto da Restauração, representava uma constante ameaça à monarquia, pois os mesmos jansenistas que “infectaram” os parlamentos durante a regência e produziram a Constituição Civil do Clero, tentavam demover o monarca de sua aliança com Roma, sob o pretexto das liberdades galicanas e da neutralidade em matéria de religião. Porém, se as liberdades galicanas, consagradas pela Declaração de 1682, levaram num primeiro momento à licenciosidade parlamentar e à submissão do clero perante o “sultão” Luís XIV, na regência, deram o aval

A arte do príncipe é de reinar sobre ela e sufocá-la levemente enquanto a abraça.” A. Blanc. *Correspondance Diplomatique de J. de Maistre: 1811-1817*. Paris, Lévy, Tomo I, p. 379.

²⁶⁵ “Longa vida ao rei, a despeito dele próprio”, assim resumiríamos o programa político de Maistre no polarizado contexto da Restauração: “Se me sentasse numa das duas Câmaras, defenderia até a última palavra este farrapo de Carta, uma vez que não há outro meio de salvar a França senão marchando com o rei. Do contrário, o Estado lembrará uma carroça cujos cavalos tomam sentidos opostos.” In: A. Blanc. *op. cit.*, Tomo II, p. 268.

²⁶⁶ *Du pape*. “Discurso Preliminar.”

²⁶⁷ Não fez questão de ganhar nada pelo trabalho.

²⁶⁸ *Du pape*. “Discurso Preliminar.”

²⁶⁹ “Grandes revoluções, grandes convulsões morais, religiosas ou políticas, sempre deixam algo por detrás delas. O calvinismo nasceu na França; sua terra natal, vigorosa o suficiente para vomitar o veneno, ficará, no entanto, notavelmente afetada por isso. Observa-se, então, o que acontece em todas as revoluções: elas acabam, mas o espírito que lhes deu vida sobrevive... O espírito do século XVI foi nutrido e propagado na França principalmente pelos Parlamentos, e especialmente pelo de Paris... Protestante no século XVI, rebelde e jansenista no século XVII, e, finalmente, filosófico nos últimos anos de sua vida, o Parlamento mostrou-se assiduamente em contradição com as verdadeiras máximas fundamentais do Estado [ou seja, proteção à fé católica e união com Roma]... O germe calvinista, nutrido neste grande corpo [Parlamentos], tornou-se muito mais perigoso quando sua essência alterou o nome e designou-se jansenismo.” *De l'Eglise gallicane*. Livro I, cap. II.

aos parlamentos sitiarem e destruírem o anteparo da monarquia absolutista (isto é catolicismo, através da expulsão dos jesuítas, em 1763), preparando a grande Revolução.

Ao criticar a subserviência do clero em relação à monarquia sob o galicismo (subserviência que os liberais traduziam como “lealdade”), Maistre sabia que caminhava sobre um campo minado: precisava encontrar um meio para criticar o galicismo que não fosse muito atraente nem à monarquia (que poderia incorrer num absolutismo cego) nem à nobreza²⁷⁰ (que poderia incorrer numa estratégia “zelote” e “revolucionária” como a de Bonald, que nos *Pensées sur divers sujets*, 1817, sugeriu que os ultras poderiam atacar a realeza em nome da legitimidade religiosa, como nos tempos da Liga católica do século XVI). A solução encontrada foi mostrar que a lealdade ao papado se revertia, em última análise, na lealdade para com a monarquia.

Após demonstrar historicamente que o exercício da autoridade papal sobre o poder temporal não constituía uma usurpação (como gostavam de argumentar os galicanos-liberais)²⁷¹ - uma vez que os papas lutavam contra os abusos de soberanos particulares e jamais contra a soberania dos monarcas em si (ao contrário dos filósofos, que lisonjeavam os monarcas particulares enquanto ridicularizavam a instituição)²⁷² - Maistre se depara com o delicado problema da soberania, que atravessa toda a discussão.

O fato de que o homem precisa de soberania não representava dificuldade alguma para o saboiano: o homem, “...ao mesmo tempo moral e corrompido, justo em sua inteligência e perverso em sua vontade, deve ser necessariamente governado; de outro modo, ele será ao mesmo tempo sociável e insociável, e a sociedade será simultaneamente necessária e impossível... Sendo o homem necessariamente associado e governado, sua vontade não participa em nada no estabelecimento do governo.”²⁷³

²⁷⁰ “Ao apoiar deste modo o sacerdócio, a nobreza francesa pagará uma imensa dívida que contraiu junto à França... e à Europa. O maior sinal de respeito e estima que se lhe possa fazer, é o de lembrá-la que a Revolução Francesa, a qual pagou indubitavelmente com todo seu sangue, foi, no entanto, em grande parte obra sua.” In: *Du Pape*. “Discurso Preliminar.”

²⁷¹ Antes, foram os “tutores dos reis, os guardiões e os professores da Europa” durante a barbárie da Idade Média; era natural que os papas, por possuírem mais “sabedoria” e “ciência”, no papel de mantenedores da civilização européia durante um estágio de extrema flutuação de poder e violência, em que uma soberania temporal se sucedia à outra, tivessem seu poder e influência reforçados durante este período. Neste quadro, era necessário não só à monarquia, mas à civilização européia que os papas interviessem nos abusos do poder temporal. *Du Pape*, especialmente Livro II, cap. VI. e Livro II, cap. X.

²⁷² *Du Pape*, Livro II, cap. V.

²⁷³ *Du Pape*, Livro II, cap. I. Vale lembrar que a justificativa de Maistre para a existência do Estado é diametralmente oposta às posições defendidas respectivamente Paine (*O Senso Comum*, 1776) e Kant, em

A dificuldade para todos os elementos envolvidos na discussão estava em defender e legitimar a soberania após a Revolução Francesa. Como fazê-lo sem cair nos dois “abismos”, representados respectivamente pelo despotismo monárquico e pela “soberania do povo”²⁷⁴? O pensamento liberal havia compreendido que alguma coisa de absoluto na lógica soberana era responsável pelas dilacerações revolucionárias. Por natureza, a soberania tende a concentrar o poder num só, seja ele monarca ou povo. Diante disso, os teóricos políticos liberais da Restauração, como, por exemplo, os *doutrinários*, tentaram eliminar o próprio conceito de soberania, considerado abstrato e teológico.

Contra isso e prevenido quanto aos inconvenientes do absolutismo – que para ele não possuía uma conotação “despótica”, caracterizando-se antes como um sistema dispensador de direito público²⁷⁵ - Maistre propõe uma “diagonal” política: a união de todas as soberanias monárquicas em torno de uma “república universal sob a supremacia do poder espiritual supremo” e infalível dos papas.²⁷⁶ Noutras palavras, o papa passaria (voltaria) a arbitrar a relação dos povos com seus respectivos soberanos, reduzindo o direito de resistência a um direito à oposição (mas só em casos muito especiais e com muita prudência²⁷⁷) e estabelecendo limites ao poder temporal, que se beneficiaria com isto²⁷⁸: as analogias entre o poder real e o poder espiritual são tantas, diz Maistre, que a agressão de um implica no ferimento do outro²⁷⁹.

Idéia de uma história universal sob o ponto de vista cosmopolita, de 1784. Enquanto para o saboiano era impossível dissociar a sociedade da soberania (sinônimo mesmo de Estado e condição para a ordem e prosperidade), para Paine, “a sociedade é produzida pelas nossas necessidades, e o governo por nossa maldade; a primeira promove nossa felicidade de maneira positiva, unindo nossas afeições, e o segundo [Estado] de maneira negativa, cerceando nossos vícios(...). A sociedade, em qualquer estado, é uma bênção, enquanto o governo, mesmo em seu melhor estado, não passa de um mal necessário” (Thomas Paine. “Common Sense” in: *Rights of Man, Common Sense and other Political Writings*. Oxford, Oxford University Press, 2008, p. 5).

²⁷⁴ *Du Pape*, Livro II, cap. II.

²⁷⁵ Michel Foucault. *La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976, p.115.

²⁷⁶ *Du Pape*, Livro II, cap.X

²⁷⁷ *Du Pape*, Livro II, cap. IV. Leia-se também: “Uma nação grande e poderosa acaba de fazer sob nossos olhos o maior esforço que já se fez no sentido da liberdade, e o que ela obteve? Cobriu-se de ridículo e de vergonha por colocar finalmente sobre o trono um gendarme corso no lugar de um rei francês; e, junto ao povo, a servidão no lugar da obediência... O dogma católico, como todo mundo sabe, proscreve toda espécie de revolta sem distinção...; o protestantismo, ao contrário, partindo da soberania do povo, dogma que transportou da religião para a política, não vê no sistema de não-resistência senão o último aviltamento do homem...” *Du Pape*, Livro II, cap.II.

²⁷⁸“(...) Para manter as soberanias em seus limites legítimos, isto é, para impedir que violem as leis fundamentais do Estado, das quais a Religião é a primeira, a intervenção mais ou menos ativa da supremacia espiritual seria um meio tão plausível quanto todos os demais.” *Du Pape*, II, cap. IV.

²⁷⁹ *Du Pape*, II, cap.V.

Maistre não ofereceu muitos detalhes sobre a relação que deveria existir entre os poderes, mas acreditava que o reconhecimento pelos monarcas do poder arbitral do papa, traria um justo e sólido equilíbrio à política européia.

A longo prazo, *Du Pape* provou ser um dos mais importantes e influentes trabalhos do saboiano. Nas palavras de G. P. Gooch, trata-se de seu “testamento político, figurando entre os clássicos da filosofia política e social como os trabalhos de Burke e Locke, Rousseau e Marx, todos os quais, designados para alterar a perspectiva da Europa, têm influenciado profundamente o curso da história”²⁸⁰.

Apesar dos elogios de Chateaubriand, Lamennais, Bonald e até de Lamartine, a obra exerceu pouco impacto no momento de sua publicação. A última coisa que a monarquia francesa queria em 1820, era a divulgação de opiniões ultramontanas contra seus aliados galicanos. Com efeito, Maistre era mais “liberal” do que os ultramontanos franceses, considerados por ele politicamente irresponsáveis, mas, ao fim e ao cabo, sua obra era lida como um endosso à tese desses “zelotes” da legitimidade religiosa.

Contudo, em meados dos anos 1840 e especialmente depois de Fevereiro de 1848, a popularidade de *Du Pape* alcançou seu pico: ajudou - sobretudo através do jornalista ultramontano Louis Veuillot (1813-1883) - a “preparar a opinião católica francesa a aceitar a declaração da infalibilidade papal do Concílio do Vaticano I [1870]”²⁸¹ e a erradicar o galicanismo político na França.

Nos derradeiros anos de sua vida (1819-1820), duas coisas preocupavam-no sobremaneira: o casamento do filho Rodolphe, e a conclusão e publicação das *Soirées*.

Quanto ao primeiro aspecto, após muito investimento de tempo e retórica, conseguiu promover o casamento de Rodolphe com Azélie de Sieyès - filha do marquês Plan de Sieyès, antigo oficial da marinha francesa -, em cinco de junho de 1820. Para tanto, precisou contar com sua enorme reputação de escritor e diplomata para convencer a família de Azélie, pois a Revolução o despojara de quase todos os seus bens.

A segunda preocupação do contra-revolucionário, e a qual nos interessa mais, dizia respeito à finalização das *Soirées*, obra na qual ele confessara ter literalmente “vertido a cabeça”²⁸².

²⁸⁰ G.P.Gooch. *French Profiles: Prophets and Pioneers*. London, Longmans, 1961, p. 175-6.

²⁸¹ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 241.

²⁸² Maistre a De Place, 11 de dezembro de 1820. *OC*, XIV:250.

O manuscrito encontrava-se quase pronto desde seu retorno a Turim, em 1817, mas a exemplo do que ocorreu com *Du Pape*, Maistre hesitou em publicá-lo. Designado como um “casamento solene entre a filosofia e o Evangelho”, o autor confessou o seguinte ao solícito De Place:

“Este livro é tudo o que posso fazer e tudo o que posso saber. Mas o que posso fazer e que coisa sei? Não cabe a mim decidir... O trabalho é endereçado... a todos. Vereis, Monsieur, como decidi fazer a filosofia (a antiga, especialmente) caminhar com a teologia, e como tornei o trabalho dramático e sentimental. Em suma, Monsieur, este é meu grande trabalho; infelizmente, o pronome possessivo estraga tudo, uma vez que o grande trabalho de um homem só pode ser um átomo diante da razão universal.”²⁸³

Única obra de Maistre publicada sob a forma de diálogo²⁸⁴, o grande assunto das *Soirées*, como o próprio subtítulo anuncia, é o governo temporal da Providência²⁸⁵, tendo como ponto de partida “esse grande escândalo da razão humana”²⁸⁶, a saber, “a felicidade dos maus” e a “infelicidade dos justos” (*Soirées*, 1º diálogo).

Redigido nos moldes do diálogo platônico e com três personagens, o “Conde”²⁸⁷, o “Senador”²⁸⁸ e o “Chevalier”²⁸⁹, as *Soirées* representam o pináculo de uma reflexão

²⁸³ Maistre a De Place, 9 de julho de 1818. In: Lebrun. *op. cit.*, p. 255.

²⁸⁴ O diálogo entre “Mr. Dennis e Sr. Presidente” (entre 1786-1789) nunca foi publicado.

²⁸⁵ *Les Soirées de Saint-Pétersbourg ou Entretiens sur le gouvernement temporel de la Providence*.

²⁸⁶ Um escândalo popularizado por Voltaire em seu *Poema sobre o terremoto de Lisboa*. Como demonstrou Jean Starobinski, o procedimento de Voltaire para criticar o otimismo filosófico-religioso, consistia em “isolar o acontecimento, desgarrá-lo do projeto que lhe teria dotado de algum sentido, fazê-lo existir por si mesmo”, de maneira a suscitar o sentimento de absurdo: Voltaire “busca inspirar o sentimento de uma desproporção, de uma dissonância entre os acontecimentos que, ainda que dependentes e permitindo entrever em última análise uma ligação causal, atestam a incoerência do mundo da maneira em que ele caminha”. (*Le remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières*. Paris, Gallimard, 1989, p.137-139 e 155-6). Como observou Jean-Yves Pranchère, Maistre nas *Considerações* empregou o mesmo artifício de *Cândido* para refutar o otimismo racionalista dos filósofos e revolucionários: “em ambos os casos, coloca-se em evidência a desproporção entre efeitos e causas que explode com a cegueira da ‘filosofia moderna que diz que tudo está bem’... A incomensurabilidade entre efeitos e causas demonstra uma irracionalidade de conjunto que nenhuma racionalidade de detalhe pode produzir...”. Mas enquanto Voltaire pretende refutar a ordem providencial através da absurdidade do mundo, Maistre pensa que a “absurdidade e a violência da história demonstram precisamente o contrário do que acreditava Voltaire: precisamente porque não podem suscitar senão um *terror sagrado*, demonstram a *existência de uma ordem providencial*.” In: Jean-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 394-5. Complemento das *Considerações*, as *Soirées* são uma justificativa metafísica deste procedimento providencial.

²⁸⁷ Representando o próprio Maistre e suas opiniões ultramontanas.

²⁸⁸ Basile Stepanóvitch Tamara, senador sob o reinado de Catarina II, conhecera Maistre na Rússia, em 1809, e conhecido pelo envolvimento em atividades maçônicas e pela oposição à filosofia das Luzes. Pode representar o pensamento “maçônico” de Maistre, o qual, é bom que se diga, não conflita com as opiniões do “Conde”.

teológico-política desenvolvida desde 1794 e amadurecida nas *Considerações* – que, no entanto, foram concebidas como obra de circunstância, “limitando-se” a “considerar” a Revolução Francesa e a defender a monarquia como regime político.

Das *Considerações sobre a França* - que avançam uma defesa do “cristianismo” sem identificá-lo ao catolicismo - a *Du Pape* - que faz do papa e do catolicismo a base de um “sistema divino”(Du Pape, I, cap. XI)²⁹⁰ -, o centro de gravidade do pensamento maistreano foi deslocado. Após a Restauração, a defesa da monarquia absoluta temporal subordinou-se à defesa da “monarquia absoluta espiritual”; a defesa da autoridade, tendo a monarquia como base, cedeu espaço à defesa da autoridade, tendo o catolicismo como centro. As circunstâncias da Restauração, demonstrando cada vez mais a impossibilidade da consecução de seus projetos políticos²⁹¹, encaminharam-lhe a elaborar uma filosofia cristã da história para salvar seus ideais e refutar toda pretensão de durabilidade e realidade à Revolução Francesa, razão pela qual emprestou-lhe a forma de uma teodicéia.

Para tentar compreender a existência do mal sobre a terra, os interlocutores das *Soirées* pretendem demonstrar que Deus não estaria na sua origem, cuja existência deveria ser buscada no homem, criatura inteligente e livre. A lei moral, fundamento da ordem universal, postula que todo crime atrai sobre si um castigo apropriado, que o sofrimento humano é

²⁸⁹ François-Gabriel de Bray, cavaleiro da Ordem de Malta, emigrou da França após a jornada de 10 de agosto de 1792, quando abraçou a carreira diplomática e partiu à Rússia, onde conheceu Maistre em 1809. Personagem crucial na economia da obra, pois representa um “tipo-ideal” de leitor ao qual se dirige a obra, a saber, a elite política francesa responsável por fazer a Restauração funcionar, mas que nada compreendera do caráter providencial por detrás da Revolução Francesa. Galicano e ainda sob influência do ceticismo das Luzes, demonstra certa impermeabilidade às verdades cristãs, exigindo todo o esforço pedagógico do “Maistre-ultramontano” e do “Maistre-maçom”. Sua presença também serve de pretexto pedagógico e missionário para a obra: no segundo diálogo, o “Chevalier” expõe as razões para este didatismo (trata-se de um nobre com formação prático-militar, portanto pouco afeito aos sistemas e longos tratados) que também é uma justificativa para a forma literária eleita (diálogo no estilo do *symposium* platônico).

²⁹⁰ Como sublinhou Pranchère, este “sistema divino” é teórico e institucional: designa tanto o aparato intelectual da teologia católica quanto o sistema positivo das instituições da Igreja e das instituições políticas, das quais esta última é solidária. Simultaneamente religioso e político, tem como pólos a soberania monárquica (*De la souveraineté du peuple, Considérations, Essai sur le principe générateur*) e a infalibilidade papal, ambos fundados em Deus. Tomados em seu conjunto, os trabalhos maistreanos possibilitam a seguinte classificação: a) defesa política da autoridade monárquica (*De la souveraineté; Considerações; Essai sur le principe...*); b) defesa epistemológica da autoridade religiosa (*Réflexions sur le protestantisme; Examen de la philosophie de Bacon; Du Pape; De l'Eglise Gallicane*); defesa metafísica da autoridade divina (*Soirées; Eclaircissement sur les sacrifices*). In: J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 109.

²⁹¹ Ou seja, pela percepção de que uma Europa monárquica e católica estava com os dias contados e que por muito tempo ainda a Europa estaria condenada à “estável instabilidade” da Revolução. Razão pela qual sua correspondência a partir da Restauração (especialmente após seu retorno a Turim) ficou marcada por um profundo pessimismo: “Morro com a Europa, estou em boa companhia” (Carta ao conde Marcellus, 9 de agosto de 1819. *OC*, XIV:183).

proporcional aos vícios cometidos. Isto, esclarece o “Conde”, é válido inclusive para as enfermidades. Assim como o soberano que estabelece sanções para os transgressores da lei, Deus é o autor das sanções para os que transgridem as leis divinas (ou seja, é autor do mal que “pune” e “corrige” mas não do mal que leva à transgressão). Sob este ponto de vista, o “Conde” recorda que o castigo é benéfico aos homens (1º diálogo), pois o pavor que o mesmo lhes inspira mantém a ordem. Neste fato reside a importância social do carrasco, figura paradoxal, escarnecida e isolada pela sociedade, é o terror que cimenta a associação humana (1º diálogo)²⁹². Portanto, cabe apenas ao homem – o pior inimigo de si mesmo – evitar cair sob a ação correcional da lei providencial, domando seus impulsos. A filosofia estoica, resumida nas máximas *SUSTINE ET ABSTINE*, não se distancia muito da lei cristã que prega a vitória sobre nossos impulsos²⁹³.

Porém, a Providência não apenas permite ao homem lutar contra os males que o assolam, como lhe faculta a possibilidade de evitá-los, por meio da oração. Aqui, Maistre rejeita a idéia calvinista e jansenista da predestinação que privaria os mortais de toda a liberdade (desencorajando o maior bem que Deus concedeu aos homens, a *perfectibilidade*) e condena o “belo sistema de leis invariáveis”, pelo qual os filósofos modernos conduzem seus seguidores ao fatalismo moral (*Soirées*, 5º diálogo). Longe de ser uma estátua fincada no mármore, o ser humano dispõe de imensas possibilidades na ordem espiritual: basta-lhe orar, fazer uso dessa [única] “dinâmica confiada ao homem” (*Soirées*, 5º diálogo). A oração não apenas aperfeiçoa quem a pratica como atenua ou anula a sanção divina para um crime já perpetrado. Combinada com a ação superior da Providência, essa causa secundária é capaz de anular senão a ação pecaminosa, pelo menos seu resultado.

O próximo passo da argumentação tratará de desmistificar a idéia de que a inocência é sofredora neste mundo, o que faria do mesmo um local injusto. Contra isto, o “Conde” responde que “a maior massa de felicidade, mesmo temporal, pertence não ao homem virtuoso, mas à virtude” (*Soirées*, 1º diálogo). Para que exista uma lei moral e para que a mesma seja justa, basta que esta lei seja um princípio válido universalmente, que a virtude seja recompensada e não necessariamente o indivíduo virtuoso. Pois onde estaria a virtude se tivéssemos certeza de que receberíamos uma recompensa imediata pelos bons atos? O

²⁹² *Soirées*, 1º diálogo: “Afastai do mundo este agente incompreensível e no mesmo instante a ordem dará lugar ao caos, os tronos sucumbirão e a sociedade desaparecerá”.

²⁹³ *Idem*.

mérito do homem de bem está em pautar sua ação livre e desinteressadamente, sem expectativa de recompensa. A negação disso implicaria na destruição da ordem moral. Ademais, a virtude, mesmo vilipendiada, será sempre preferível ao vício. O justo não terá motivos para invejar a sorte temporal dos viciosos, que seriam os carrascos de si próprios (*Soirées*, 3º diálogo).

Mais adiante, o “Conde” argumenta em favor da positividade do sofrimento, sem o qual o homem se esqueceria da existência de Deus (*Soirées*, 8º diálogo). O sofrimento exerce uma função purificadora, limpando os males do passado e garantindo a salvação no outro mundo. Por isto é que o justo de verdade não se queixa jamais de sua fortuna e acolhe com benevolência seu sofrimento – e apenas o sofrimento recebido com boa vontade purifica.

Neste ponto, é preciso desfazer a imagem de um Deus despótico e sanguinário transmitido pela filosofia das Luzes. A isto, o “Conde” objeta que uma ordem de coisas pode parecer injusta aos homens sem que Deus mereça essas recriminações. O motivo para isto encontra-se no pecado original: após a queda, o mal se espalhou entre os homens por contágio, como um vício hereditário que se perpetua de geração em geração.

Em virtude deste princípio, um Deus justo é capaz de fazer com que os homens de bem sofram – pois os mesmos trazem consigo o germe do pecado - para operar a redenção universal (*Soirées*, 2º diálogo). É a natureza humana que sofre, jamais o homem, que nunca é punido por ser justo (*Soirées*, 8º diálogo).

Contra a acusação filosófica de que Deus não passaria de um “justiceiro” desprovido de misericórdia, Maistre apela ao sacrifício de Cristo, que foi enviado à terra para redimir os pecadores, prova inequívoca da misericórdia divina. Tomando Jesus como exemplo de virtude sacrificada, os interlocutores das *Soirées* demonstram que todo justo que sofre à imagem de Cristo redime a culpa de seus irmãos, em razão do princípio da reversibilidade das penas.

Finalmente, a guerra. Como explicá-la?

Aparentemente uma atrocidade inexplicável, seu caráter é, não obstante, justo e misericordioso. Trata-se certamente de um mal, mas de um mal que, a despeito de seu caráter maléfico, concorre para o bem segundo a vontade de Deus. Devido ao pecado original, são necessários meios extraordinários e radicais para livrar o homem de suas

manchas. A guerra é um desses meios dos quais se serve a Providência para salvar o gênero humano, salvação que só se obtém ao preço do sangue.

Devemos enxergar nesta postura de Maistre, como fez Isaiah Berlin, uma apologia da violência, um prenúncio do fascismo?²⁹⁴ Em absoluto. Conforme destacou Pierre Glaudes, “se Maistre considera a guerra como um decreto divino, esse flagelo ocorre sobretudo... em decorrência das insuficiências da justiça humana. É o pecado presente em todas as partes nos corações que torna a guerra necessária, ao atrair sobre a massa dos homens um justo castigo. Mas Deus não consente nesta violência senão com dificuldade: condição da regeneração moral dos povos, a guerra simultaneamente castiga e salva as criaturas pecaminosas que caem sob o golpe deste furor sagrado”²⁹⁵.

Assim, diante de todos os paradoxos que recobrem a existência humana, Maistre procurava transmitir uma fé indefectível na esperança cristã, num Deus benevolente e amoroso que nunca se esquecia de suas ovelhas, mesmo quando estas, como foi o caso da Revolução, decidiram se voltar contra o pastor. Jean-Yves Pranchère observou corretamente que apesar de Maistre admitir a visão agostiniana de pecado original, o mesmo não aprovava a violência teológica do bispo de Hipona, que julgava a humanidade uma *massa damnata*. Pelo contrário, o Deus maistreano – e esta é a principal tese de seu providencialismo, das *Considerações às Soirées* – luta “para salvar por todos os meios, mesmo os mais sangrentos”, suas ovelhas²⁹⁶.

Maistre falecera no dia 26 de fevereiro de 1821, antes de completar o undécimo diálogo das *Soirées*. O saboiano gozara de boa saúde pelo menos até dezembro de 1820, quando foi acometido possivelmente por um derrame que afetou inicialmente suas pernas e depois se espalhou progressivamente pelo corpo. Mesmo nos últimos dias, conservou um cérebro ativo, ditando cartas ou solicitando a leitura de trechos da Bíblia à sua filha Constance. No dia 25, pediu para que não lhe dessem mais medicamentos, pois queria morrer em paz. Solicitou a leitura do “Evangelho de São João” e dos Salmos. Morreu como viveu: católico ardoroso e místico.

²⁹⁴ I. Berlin. “De Maistre e as origens do fascismo”. in: *Limites da Utopia. Capítulos da história das idéias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

²⁹⁵ P. Glaudes. “Introduction” de *Les Soirées de Saint-Petersbourg*. In: Joseph de Maistre. *Oeuvres*. Paris, Robert Laffont, 2007, p. 420.

²⁹⁶ J.-Yves Pranchère. *op. cit.*, p. 415.

CAPÍTULO II

A arquitetura das *Considerações sobre a França*

Antes das *Considerações*, Joseph de Maistre havia publicado as quatro *Lettres* saboianas (entre maio e agosto de 1793), o *Discours à Mme Costa* (1794), o *Adresse du maire de Montagnole à ses concitoyens* (1795), a *Rétractation de Panisset* (1795) e a *Mémoire sur les prétendus émigrés savoisiens* (1796)²⁹⁷. De comum entre estas publicações, a preocupação pelos desdobramentos políticos da Revolução na Sabóia. Como, então, Maistre passou a ocupar-se das coisas da França?

Desde sua instalação em Lausanne, em 13 de abril de 1793, começa a redigir – instigado por Mallet du Pan e pelo barão Vignet des Etoles – as quatro primeiras *Cartas saboianas*, que marcarão o início de sua trajetória política contra-revolucionária.

Profundamente inspiradas pela leitura das *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790) de Edmund Burke, as *Lettres* denunciam os crimes perpetrados pelos revolucionários – descritos como “raça bárbara”²⁹⁸ –, em nome “desses sistemas aéreos fundados unicamente naquilo que se denomina ‘a razão’ ”²⁹⁹, bem como empreendem uma apologia dos “excelentes preconceitos”³⁰⁰ – oriundos da sabedoria das nações e dos particularismos locais, são os responsáveis, no domínio do direito, por adaptar as leis “ao gênio dos povos”³⁰¹ – e da história, que demonstra a impossibilidade da igualdade e a inevitabilidade de uma aristocracia hereditária³⁰².

À guisa de Burke, Maistre conclui que o governo monárquico pode ser submetido a prudentes reformas, desautorizando, portanto, a pretensão daqueles que pretendem derrubá-lo “para refazê-lo com base em teorias ideais”³⁰³.

²⁹⁷ Vide capítulo I.

²⁹⁸ *Lettres d'un royaliste savoisien à ses compatriotes*. In: *OC*, VII:186 (4^a Lettre).

²⁹⁹ *Idem.*, p. 166 (4^a Lettre).

³⁰⁰ *Ibid.*, p.154 (3^a Lettre).

³⁰¹ *Ibid.*, p.151 (3^a Lettre).

³⁰² *Ibid.*, p.225 (4^a Lettre).

³⁰³ *Ibid.*, p.154 (3^a Lettre).

A quinta *Carta saboiana*, que Maistre negou-se a publicar, representa uma inflexão na perspectiva intelectual maistreana, na medida em que nela os problemas políticos da Sabóia cedem espaço à refutação das teses revolucionárias, sobretudo de seu “evangelho”, a saber, o *Contrato Social* de Rousseau. Redigida no início de 1794, inscreve-se no mesmo âmbito teórico de refutação a Rousseau do *De la souveraineté du peuple*, redigido entre julho de 1794 e meados de 1795. Ambos escritos antecipam a reflexão política maistreana presente nas *Considerações*.

Em 1794, e como um contraponto à intensa atividade diplomática, o pensamento maistreano sofre uma profunda transformação, em que uma análise estritamente política da convulsão revolucionária, inspirada pelo liberalismo conservador de Burke, dá lugar a uma teologia política, responsável por subsumir o fenômeno revolucionário na ação Providencial. A morte de Eugênio Costa, somada às notícias que vinham da França a respeito do recrudescimento do Terror (e do sofrimento infligido a tantos inocentes), conduziu-o a pensar sobre um sentido superior por detrás daquela Revolução, o qual ultrapassava a mera causalidade humana. No *Discours à Mme Costa*, publicado em agosto de 1794, já se encontra plenamente elaborada sua interpretação Providencial da Revolução Francesa.

Em dezembro do mesmo ano, a leitura de algumas obras aumentou seu interesse por se envolver na política francesa. Por exemplo, confessara a Vignet des Etoles que a leitura do *Coup d'oeil sur la Révolution française* (1794), do emigrado general Montesquiou³⁰⁴, motivara-lhe uma obra de refutação, a qual, no entanto, era inviabilizada pela desgastante atividade diplomática³⁰⁵. A leitura de outros publicistas contra-revolucionários, como o conde Ferrand (*Considérations sur la Révolution sociale*, 1794) e o conde de Montgaillard (*l'état de la France au mois d'avril*, 1794), que propunham uma restauração monárquica vingativa, apenas confirmou seu designio de escrever sobre a Revolução para os franceses.

Afinal, graças à leitura das *Considérations sur la nature de la révolution et sur les causes qui en prolongent la durée* (1793) de Jacques Mallet du Pan, Maistre admitia que a Revolução era um fenômeno europeu e que os esforços dos exércitos coligados e dos emigrados franceses provocavam o efeito reverso. Diferentemente de todos os fenômenos

³⁰⁴ Nesta obra, Montesquiou defendia o retorno à monarquia e à Constituição de 1791 como maneira de encerrar a Revolução.

³⁰⁵ Maistre a Vignet des Etoles, 16 de dezembro de 1794. In: R. Lebrun. *J. de Maistre: An Intellectual Militant... op. cit.*, p. 143.

políticos e sociais, a revolução obedece a uma dinâmica própria e incompreensível à primeira vista, razão pela qual sua marcha torrencial foi aperfeiçoada pelos esforços dos próprios inimigos: de acordo com essa dinâmica implacável, ninguém será capaz de dirigi-la e cedo ou tarde seus líderes serão devorados como os filhos de Saturno. Seguindo o exemplo de Mallet du Pan e invocando a evolução das mentalidades, Maistre considera impossível uma restauração pura e simples do Antigo Regime, e condena o desmembramento da França em caso de vitória dos coligados – desmembramento este que estaria na origem de novos e intermináveis conflitos.

Contudo, diferentemente do contra-revolucionário genebrino, Maistre recusa-se a explicar um evento excepcional como a Revolução Francesa pelo encadeamento causal humano, preferindo integrá-lo no interior de uma meta-história que, a exemplo da Revelação judaico-cristã, atribui à história uma função declarativa e não constitutiva.

Os principais autores maistreanos concordam em dizer que as *Considerações* não oferecem uma “história” da Revolução propriamente dita – isto é, um ensaio de interpretação sobre suas causas, nem tampouco limitam-se a um panfleto refutação às teses de Benjamin Constant. Ao apresentarem um “diálogo trágico entre a liberdade absoluta de Deus e a liberdade relativa dos homens”³⁰⁶, assumem o caráter de um tratado filosófico atemporal.

Outra obra que desempenhou um importante papel na gênese das *Considerações* foi a *Lettre à un ami* (1795) de Saint-Martin, onde se lia que a Revolução anunciava o reino da igualdade entre os homens e expressava um justo castigo imposto pela Providência ao Antigo Regime francês e suas elites corrompidas. Não seria demasiado arriscado afirmar que o célebre panfleto termidoriano de Maistre respondia tacitamente a esse “irmão” místico, extraviado pelas ‘falsas teorias democráticas’.

Na primavera de 1795, Mme de Staël – que Maistre conhecera pessoalmente no exílio suíço em dezembro de 1793 e com quem desenvolvera uma relação de admiração mútua –

³⁰⁶ Jean-Louis Darcel. “Introduction” às *Considérations sur la France*. Genève, Slatkine, 1980, p.19. Manifestaram opinião semelhante sobre as *Considerações* os seguintes aurores: Richard Lebrun. “Introduction” às *Considerations on France*. Montréal, McGill-Queen’s University Press, 1974, p. IV; J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p.18-19; Stéphane Rials. “Des ‘Considérations sur la France’ aux ‘Soirées de Saint-Pétersbourg’” In: *Les Soirées de Saint-Pétersbourg*. Edição crítica dirigida por J.-Louis Darcel, Genève, Slatkine, 1993, p.32; Jean-Yves Pranchère. *L’Autorité contre les Lumières... op. cit.*, p. 392-3; Pierre Glaudes. “Introduction” às *Considérations sur la France* in: *Joseph de Maistre: Oeuvres*. Paris, Robert Laffont, 2007, p. 184-185.

publica em Paris as *Réflexions sur la paix intérieure*, convidando os realistas constitucionais, decepcionados pela Declaração de Verona de Luís XVIII (24 de junho de 1795), a se unirem aos “republicanos amigos da ordem”, em nome do mesmo ideal da liberdade.

Maistre, que mantinha correspondência com os realistas de Paris e considerava Stäel peça-chave numa eventual restauração monárquica – afinal, no início de 1795, a autora dava indícios de que poderia servir à “boa causa” da monarquia ao criticar abertamente o “quimérico sistema da igualdade”, propagado pelos “partidários da tirania demagógica...”³⁰⁷ -, ficou profundamente desapontado com a manifestação pró-republicana da filha de Necker, que ele defendera num opúsculo de 1788. Para o saboiano, esse extravio ideológico de Germaine Necker só podia ser obra de Benjamin Constant – que Maistre jamais perdoaria pelo fato de, graças às suas relações com os homens do Diretório, haver tirado proveito dos bens confiscados dos emigrados -, com quem a mesma se aliara a partir de setembro de 1794.

Quando, em maio 1796, o *Moniteur* (órgão de imprensa do governo) publica o panfleto pró-republicano de Benjamin Constant (no qual percebia-se também a “mão” de Mme de Stäel), *Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo*, Maistre, visando as eleições francesas de março de 1797, sentiu-se impelido a redigir uma obra de refutação, no que foi incentivado por William Wickham (embaixador britânico em Berna), Mallet du Pan e Louis Fauche-Borel (célebre editor de Neuchâtel e um dos principais agentes da contra-revolução européia), responsáveis pela organização da campanha realista de Paris.

Conforme destacamos no capítulo anterior, aquele momento caracterizava-se por um profundo desencantamento dos franceses pela República – especialmente pelo governo do Diretório -, que resultou na vitória dos realistas para os dois conselhos legislativos nas eleições de março de 1797. Não fosse pelo *coup d'état* do Frutidor (4 de setembro de 1797), a primeira experiência republicana francesa teria chegado a seu termo, paradoxalmente pela via eleitoral.

Portanto, o estopim para que Maistre redigisse as *Considerações* veio com a publicação do panfleto pró-republicano de Benjamin Constant. Pois naquela atmosfera pré-eleitoral, ninguém melhor do que Constant soube defender não somente o regime

³⁰⁷ *Réflexions sur la Paix adressées à M. Pitt et aux Français*. Citado em J.-L. Darcel. *op. cit.*, p. 40.

republicano, mas sobretudo, os princípios (como a igualdade civil) e os resultados da Revolução³⁰⁸.

Nesta defesa do governo do Diretório, Constant salienta que, se a república pós-termidoriana sobrevivera aos ataques de todos os seus adversários (“terroristas” ou realistas), é porque o governo já representava uma ordem social estável e legítima. Ademais, o governo republicano apoiava-se no número e nos poderosos interesses da sociedade. Com lucidez e avançando um argumento de brilhante futuro, Constant demonstra que não era mais possível recuar diante das conquistas da Revolução, ou seja, que a mera tentativa de anular esses direitos adquiridos, precipitaria a nação numa “nova revolução”³⁰⁹. Nestas circunstâncias, a prudência política tipicamente conservadora – a qual repudia as transformações políticas súbitas e violentas – recomendava o apoio ao governo republicano do Diretório, pois, do contrário, o retorno das querelas despertaria paixões políticas ainda mais violentas, uma vez que os defensores da república apoiavam-se em princípios e não somente em interesses pessoais³¹⁰.

Amparado numa análise sutil da relação de forças entre os partidos do contexto pós-termidoriano, isto é, da dinâmica da esquerda e da direita em relação ao governo, Constant demonstra em primeiro lugar que os realistas dificilmente poderiam se ater a um programa de “conservação”. De um lado, a relação de forças políticas impossibilitava um compromisso aceitável para os dois partidos em disputa (os radicais de esquerda e os realistas) nos quadros de uma monarquia constitucional (cap. III); de outro, a lógica da “reação” – dominante nos círculos emigrados – implicava numa simples inversão da

³⁰⁸ “O momento atual é um dos mais importantes da Revolução. A ordem e a liberdade estão de um lado, a anarquia e o despotismo, do outro. Restam poucos momentos ainda para se pronunciar; é preciso se apressar em renunciar às lembranças e aos ódios, ou amanhã estes ódios serão substituídos por inúteis arrependimentos, aquelas lembranças por amargos remorsos... Desejo ardentemente ver terminar a Revolução, porque doravante ela só pode ser funesta à liberdade; e é uma das minhas razões para desejar ardentemente também o fortalecimento da República, à qual, de resto, me parece ligar tudo o que há de nobre e de grande nos destinos humanos”. In: Benjamin Constant. “Introdução” a *Da força do governo...*; Tradução de Josemar Machado de Oliveira. *Revista de História* 145 (2001), 181-230.

³⁰⁹ “Aqueles que querem derrubar a República, são curiosamente vítimas das palavras. Viram que a Revolução foi uma coisa terrível e funesta, e concluem que o que chamam uma contra-revolução seria um evento feliz. Não se dão conta de que essa contra-revolução apenas seria ela mesma uma nova revolução”. B. Constant. *op. cit.*, cap. III.

³¹⁰ “Aqueles que ligaram sua sorte à República têm a defender, no lugar de preconceitos, o que vêem como princípios, no lugar de interesses pessoais, o que é para eles uma religião, no lugar da vaidade, um orgulho, seja, mas um orgulho mais profundo, mais viril, mais inerente à sua natureza, mais caro ao seu coração, pois é para eles a reabilitação de sua classe, o fruto de uma conquista, a desculpa de sua conduta, e a garantia de sua segurança. Eles têm a defender sua fortuna e além disso sua vida. Qual não seria o abalo de uma semelhante reviravolta?” B. Constant. *op. cit.*, cap. II.

revolução anterior, a saber, traria consigo as vinganças e lançaria o “terror branco” contra todos aqueles que de uma maneira ou de outra tomaram parte na Revolução³¹¹.

Diante desse quadro contra-revolucionário, os republicanos moderados e os “amigos do repouso” viam-se forçados a forjar uma aliança com os radicais de esquerda e reabrir um novo ciclo revolucionário, uma vez que somente com a ajuda deste “exército de reserva” poderiam defender os princípios e as conquistas da Revolução³¹².

Longe de representar um encerramento da Revolução, a vitória da monarquia não apenas reacenderia a guerra civil como colocaria em risco a integridade territorial francesa ante as potências estrangeiras que exigiriam reparações. O regime produzido pelo Termidor era o único capaz de neutralizar os extremos internamente – posto que encontrava apoio nos moderados dos dois lados -, bem como de manter a integridade territorial francesa contra as pretensões dos exércitos coligados – e isto graças ao entusiasmo republicano do “exército de reserva” (extremistas de esquerda)³¹³.

Portanto, os verdadeiros amigos do repouso, da constituição, da ordem, em suma, os “conservadores” conscientes deveriam cerrar fileiras em torno do governo do Diretório, como conclui Constant em seu panfleto:

“E vós, franceses, todos igualmente detestados pelos inimigos da República, seja por que a haveis sustentado com vossa coragem, ou sancionado com vossa presença, uni-vos.

³¹¹ “A Realeza absoluta, isto parece estranho dizer, não teria talvez de início tantos inimigos. Como atrairia a si imediatamente um dos dois partidos extremos, o partido mediano poderia a ela se unir... Uma multidão de homens, fatigados das convulsões, resignar-se-ia ao jugo na esperança enganosa do repouso. Mas os inimigos que a realeza teria de menos, ela não tardaria a criá-los... Os partidários do antigo regime protestam antecipadamente contra toda espécie de acomodamento, de indulgência, de mitigação... Para eles não há prescrição. Seu ódio se exasperou envelhecendo, e sua necessidade de vingança tornou-se mais imperiosa, na proporção em que foi por mais tempo comprimida... Remontaram dos agentes do Diretório aos Convencionais, dos Convencionais aos Jacobinos, destes à Gironda, da Gironda aos Feuillants, dos Feuillants aos Legislativos, dos Legislativos aos Constituintes, dos Constituintes aos Monarquistas, dos Monarquistas a todos os culpados do 14 de julho de 1789.” In: B. Constant. *op. cit.*, cap. III.

³¹² “Vendéias republicanas se formariam, menos atrozes, mas não menos temíveis que a Vendéia católica. A verdade seria sua religião, a história sua legenda, os grandes homens da Antigüidade seus santos, a liberdade sua outra vida. Eles não esperariam ressuscitar em três dias, mas combateriam e morreriam livres... A guerra civil, eis o que traria à França toda espécie de realeza.” In: B. Constant. *op. cit.*, cap. III.

³¹³ “Existe, enfim, para o governo francês, um terceiro e terrível recurso, que ele rejeitaria sempre nos momentos de calma, que a todos fará estremecer ao utilizá-lo e sobre o qual acreditaria dever guardar silêncio, se pela salvação pública não fosse preciso, enfim, olhá-lo uma vez fixamente... Os terroristas são essa artilharia do governo, sempre escondida, mas sempre temível, e que, todas as vezes que ele for obrigado a empregá-la, reduzirá a pó seus adversários... Eles poderiam destruir o governo, mas não podem suportar de nenhuma maneira que seja destruído por mãos estrangeiras: são contra o governo, quando este não é atacado, porque são contra tudo o que pesa sobre suas indóceis cabeças...; mas estarão com ele desde que seja atacado, porque sentem que os agressores são ainda mais seus inimigos do que os da constituição estabelecida...” In: B. Constant. *op. cit.*, cap. II.

Trata-se de se pronunciar entre o embrutecimento do homem e sua reabilitação, entre a superstição e as luzes, entre o século XI e o século XIX. Trata-se de mais ainda, mais, não para os homens, que preferem a morte à servidão, mas para essas almas egoístas e tímidas, que só pedem o repouso e que não sentem que o repouso sob o despotismo é só a impotência no desespero; trata-se de encontrar esse repouso na República ou de recomeçar em sentido inverso, a rota terrível que a França percorreu, e de retornar à tirania, subindo o rio de sangue que se viu correr em nome da liberdade.”³¹⁴

Não obstante terem sido escritas com o propósito de refutar as teses de Constant, as *Considerações* caracterizam-se antes como um manifesto político-religioso em defesa não só da monarquia, mas sobretudo de uma filosofia cristã da história; em outras palavras, Maistre nas *Considerações* não empreende uma história propriamente dita da Revolução Francesa, mas sim uma “Teodicéia”, isto é, uma história sobre a intervenção da Providência divina no mundo, especialmente durante o fenômeno revolucionário. Assim procedendo, Maistre elaborou uma reflexão que, apesar de contra-revolucionária, negou-se a ver a Revolução como algo essencialmente negativo, e isto graças à função providencial que atribuiu à mesma: não foi só um castigo, mas também um meio de que se serviu a Providência para regenerar a França e decretar uma “revolução” religiosa.

Logo nas primeiras linhas das *Considerações*, Maistre resume o essencial de sua Teodicéia:

“Estamos todos presos ao trono do Ser Supremo por uma corrente flexível que nos detém sem nos escravizar. O que há de mais admirável na ordem universal das coisas, é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livremente escravos, agem a um só tempo voluntária e necessariamente: fazem realmente o que querem, mas sem poder transtornar os planos gerais. Cada um desses seres ocupa o centro de uma esfera de atividade, cujo diâmetro varia segundo o arbítrio do *eterno geômetra*, que sabe estender, restringir, paralisar ou dirigir a vontade, sem alterar sua natureza” (cap. I).

Richard Lebrun sugeriu que este parágrafo pode ser lido também como uma refutação das linhas iniciais de *Do Contrato Social* (1762), de Jean-Jacques Rousseau, onde se afirma que “o homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros.”³¹⁵ Ao invés da

³¹⁴ B. Constant. *op. cit.* cap. VIII (Conclusão).

³¹⁵ J.-Jacques Rousseau. *Do Contrato Social*, Livro I, cap. I.

preocupação rousseauiana da dependência do homem em relação a seu semelhante, “Maistre respondeu que o mais importante para o homem era reconhecer sua dependência para com Deus”³¹⁶.

Esta dependência fez-se milagrosamente aparente durante a Revolução. Assim como S. Agostinho e Bossuet³¹⁷ vislumbraram um terrível julgamento da Providência por detrás das ruínas do Império romano, Maistre destacou que “nos tempos de revolução, a corrente que ata o homem se encurta bruscamente, sua ação diminui e seus meios o iludem” (cap. I). Maistre apropria-se de um conceito expresso por Mallet du Pan nas suas *Considérations* (agosto de 1793), a saber, de que a Revolução conduzia os homens mais do que era conduzida por eles, e o integra na sua lógica providencialista:

“O que mais impressiona na Revolução francesa é essa força arrebatadora que derruba todos os obstáculos. Seu turbilhão arrasta como uma leve palha tudo o que a força humana soube lhe opor: ninguém contrariou sua marcha impunemente... Constatou-se, com muita razão, que a Revolução Francesa conduz os homens mais do que é conduzida pelos mesmos. Essa observação é da maior exatidão e, ainda que possamos aplicá-la mais ou menos a todas as grandes revoluções, nunca, contudo, isso foi mais evidente do que nesta época” (cap. I)³¹⁸.

Ao subsumir toda iniciativa humana nos desígnios providenciais, Maistre paradoxalmente formula uma teoria das circunstâncias para o Terror *avant la lettre* – a qual, como destacaremos no próximo capítulo, não foi ignorada por alguém como Mathiez:

“Jamais Robespierre, Collot ou Barère pensaram em estabelecer o governo revolucionário e o regime do Terror. Foram levados a isso, insensivelmente, pelas circunstâncias e algo parecido jamais voltará a se repetir. Esses homens, excessivamente medíocres, exerceram sobre uma nação culpada o mais terrível despotismo de que a história

³¹⁶ R. Lebrun. *Joseph de Maistre. An Intellectual Militant. op. cit.*, p. 148.

³¹⁷ Compare-se o parágrafo inicial das *Considerações* com o seguinte trecho do *Discours sur l’histoire universelle* (1681) do bispo de Meaux: “Deus mantém no mais alto dos céus as rédeas de todos os reinos; detém todos os corações em sua mão: ora refreia as paixões; ora afrouxa seu cabresto, e através disso move todo o gênero humano.” *Discours...*, Parte III, cap. VII.

³¹⁸ “Enfim, quanto mais se examinam os personagens aparentemente mais ativos da Revolução, mais claramente divisa-se neles alguma coisa de passivo e mecânico. Nunca será demasiado repetir: não são os homens que conduzem a revolução, é a revolução que utiliza os homens. Fala-se com precisão, quando se diz que *ela caminha sozinha*. Essa frase significa que jamais a Divindade se revelou de uma maneira tão clara em nenhum acontecimento humano. Se ela emprega os instrumentos mais vis, é porque pune para regenerar.” In: J. de Maistre. *Considerações...*, cap. I.

oferece testemunho, e certamente eram os homens mais assombrados com seu poder” (cap. I).

Futuramente, este argumento prejudicaria a recepção da obra nos círculos aristocráticos durante a Restauração, mas no contexto político pós-termidoriano servia para demonstrar que o único projeto de autonomia viável para a humanidade era a submissão às leis do “eterno geômetra” - que neste caso afrouxa as correntes -, pois, do contrário, submeter-se-ia novamente ao processo heteronômico da punição-regeneração providencial.

No segundo capítulo, somos informados de que a Revolução fora um castigo imposto à nação francesa pela Providência, pelo fato dela ter traído sua vocação cristã e abusado de sua prerrogativa de defender o “sistema religioso” da Europa – através do proselitismo de sua língua:

“Cada nação, como cada indivíduo, recebeu uma missão que deve cumprir. A França exerce sobre a Europa uma verdadeira magistratura, seria inútil contestar, mas da qual abusou da maneira mais repreensível. Encontrava-se, sobretudo, ao vértice do sistema religioso, de modo que, não sem razão, seu rei era designado como *cristianíssimo*: Bossuet não cometeu exageros neste ponto. Como ela se serviu de sua influência para contradizer sua vocação e desmoralizar a Europa, não é preciso surpreender-se pelo fato de que tenha sido a ela reconduzida pelos meios mais terríveis... Houve nações literalmente condenadas à morte, a exemplo dos indivíduos culpados, e sabemos o porquê. Estivesse nos desígnios de Deus a revelação de seus planos para a Revolução francesa, leríamos o castigo dos franceses como o decreto de um parlamento” (cap. II).

Deste modo, “todos aqueles que trabalharam para desatar o povo de sua crença religiosa; todos os que opuseram sofismas metafísicos às leis de propriedade” (cap. II); “quiseram a Revolução, e todos os que a quiseram foram, com muita justiça, suas vítimas” (cap. II).

Neste rol de culpados ilustres, Maistre singulariza a aristocracia – responsável pela aceitação e divulgação dos ideais filosóficos -, o clero³¹⁹, e seus prediletos “demi-savants”

³¹⁹ “Não se pode negar que o sacerdócio, na França, tinha necessidade de ser regenerado, e, ainda que me encontre longe de adotar as declamações vulgares contra o clero, parece-me não menos incontestável que as riquezas, o luxo e a inclinação geral dos espíritos para o relaxamento, fizeram decair esse grande corpo; que sob a túnica estivesse amíúde um cavaleiro no lugar do apóstolo; e, por fim, que nos tempos que precederam imediatamente a Revolução, o clero se encontrava despojado, a exemplo do exército, do lugar que havia ocupado na opinião geral.” In: J. de Maistre. *Considerações...*, cap. II.

(meio-sábios), a saber, os cientistas, que através de sua epistemologia materialista, corroeram os fundamentos religiosos e políticos da sociedade – inseparáveis no “sistema da autoridade” maistreano. Ademais, a nação inteira tinha de pagar um alto preço pelo regicídio que precipitou a sociedade francesa num abismo³²⁰.

Todavia, na Teodicéia maistreana o castigo jamais é gratuito e participa de uma economia divina para a humanidade, ou seja, antecipa uma regeneração³²¹ para a nobreza e ao clero, e “educa” o povo francês, fazendo-lhe sentir na pele que a vida sob a monarquia era mais branda que sob a república³²².

“Fenômeno espantoso”, “monstro de força, ébrio de sangue”, o jacobinismo foi investido pela Providência do papel principal na Revolução Francesa, na medida em que representou “ao mesmo tempo um castigo horrível imposto aos franceses, e o único modo de se salvar a França” (cap. II). Se a Revolução, a exemplo de Saturno, devorou seus filhos, foi porque a Providência divina – e aqui Maistre responde implicitamente a Constant³²³ – serviu-se da “desordem” para promover a “ordem”³²⁴, ou melhor, orientou as paixões anti-sociais e anti-religiosas dos próprios revolucionários para puni-los, uma vez que sob a restauração monárquica – sendo a monarquia o regime onde imperam as leis –, seria impossível aplicar um número tão grande de sanções sem incorrer no atropelo da ordem

³²⁰ “[...] todo atentado cometido contra a soberania, *em nome da Nação*, é sempre, em maior ou menor grau, um crime nacional; pois, de certo modo, é sempre uma responsabilidade da Nação se um dado número de facciosos logrou obter condições para cometer o crime em seu nome... Cada gota de sangue de Luís XVI custará torrentes da mesma para a França; quatro milhões de franceses, talvez, pagarão com sua vida o grande crime nacional de uma insurreição anti-religiosa e anti-social coroada por um regicídio.” *Idem*, cap. II.

³²¹ “A horrível efusão de sangue humano ocasionada por essa grande comoção é um meio terrível; todavia, é um meio tanto quanto um castigo, e pode dar lugar a reflexões interessantes”. *Ibidem.*, cap. II.

³²² “Era, pois, necessário que o poder usurpador agravasse por muito tempo a condição do povo para que o desgostasse. Até então, apenas assistira à Revolução: era preciso que a sentisse e saboreasse, por assim dizer, suas amargas consequências.” *Ibidem.*, cap. II.

³²³ Constant, em *Dos efeitos do Terror*, panfleto publicado em maio de 1797 (após as *Considerações*, portanto), procura demonstrar que o Terror foi desnecessário e criou grandes obstáculos à Revolução: “Proponho-me provar que o terror não foi necessário à salvação da república, que a república foi salva apesar do terror, que o terror criou a maior parte dos obstáculos aos quais se lhe atribui a derrubada, que aqueles que ele não criou teriam sido superados de uma maneira mais fácil e mais durável por um regime justo e legítimo; em uma palavra, que o terror só fez mal e que foi ele que legou à república atual todos os perigos que, hoje ainda, a ameaçam por todos os lados.” in: B. Constant. *Dos efeitos do Terror* (1797). Trad. de Josemar Machado de Oliveira. In: *Revista de História*, 146 (2002), p. 127.

³²⁴ “Uma vez mais, podemos aqui admirar a ordem na desordem; porque é evidente, por menos que se reflita a respeito, que os grandes culpados pela Revolução só podiam cair sob os golpes de seus cúmplices.” *Ibidem.*, cap. II. Ora, não podemos atribuir a Maistre o mérito de ter percebido pioneiramente que para suprimi-lo (o Terror), o governo revolucionário viu-se forçado a recrudesce-lo e a centralizá-lo (com o expurgo dos hébertistas da comuna, a neutralização dos *sans-culottes* e a supressão do Exército Revolucionário, entre março-abril de 1794)? A esse respeito, consulte-se William Doyle. *The Oxford History of the French Revolution* (1989). Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 271.

legal que se queria promover³²⁵. A Providência também lançou mão do entusiasmo e do fanatismo dos jacobinos para que os mesmos, através do governo revolucionário, vencessem a coalizão e mantivessem a integridade territorial francesa. Após se apropriar novamente da interpretação de Mallet du Pan – que atribuiu o jacobinismo e o governo revolucionário à míope política de agressão dos países coligados -, Maistre conclui que “uma vez estabelecido o movimento revolucionário, a França e a Monarquia somente poderiam ser salvas pelo jacobinismo” (cap. II).

A Revolução portanto, remete-nos à lança de Aquiles, que “possuía a virtude de curar as feridas que ela mesma causara”³²⁶: satânica em sua essência – como toda atualização do “pecado original”-, a Revolução foi colocada a serviço de Deus, mas sem que o Bem se comprometesse com o mal. Como bem observou Stephane Rials, se trocarmos o termo “Providência” por “Razão”, estaremos diante do “ardil da Razão” da dialética hegeliana³²⁷.

Este caráter paradoxal da Revolução, isto é, simultaneamente um castigo terrível e um meio para regenerar a França e a Europa, expõe-se com maior evidência no terceiro capítulo, intitulado “Da destruição violenta da espécie humana”.

Contra a filosofia Ilustrada, que apostava no progresso ilimitado da razão humana³²⁸ – o qual haveria de culminar na “Paz Perpétua” e na erradicação de todas as mazelas político-sociais –, Maistre argumenta que a “história prova, desgraçadamente, que num certo sentido a guerra é o estado habitual do gênero humano” (cap.III), desde que o mesmo “baixou sua nota tônica” pelo pecado original.

³²⁵ “Se apenas a força tivesse operado aquilo que se chama a contra-revolução e restabelecido o Rei sobre trono, não teria havido meio de fazer justiça... Ademais, a autoridade legítima conserva sempre uma certa moderação na punição dos crimes que têm uma multidão de cúmplices. Quando envia para a morte cinco ou seis culpados pelo mesmo crime, parece um massacre: se ultrapassar alguns limites, torna-se odiosa.” *Ibidem.*, cap. II.

³²⁶ OC, X:442.

³²⁷ S. Rials. “Lecture de Joseph de Maistre”(1984). In: S. Rials (org.). *Révolution et Contre-Révolution au XIX^e siècle*. Paris, Albatros et D.U.C, 1987, p.32.

³²⁸ “Clamemos, contudo, contra a guerra; tratemos de desaconselhá-la aos soberanos, porém, não sucumbamos aos sonhos de Condorcet, esse filósofo tão caro à Revolução, que empregou sua vida a preparar a desdita da geração presente, legando generosamente a perfeição a nossos pósteros.” Ou então: “Só há violência no universo; mas somos corrompidos por essa filosofia moderna que diz que tudo está bem, enquanto o mal contaminou tudo e, num sentido muito exato, tudo está mal já que nada está no seu lugar.” J. de Maistre. *Considerações...*, cap. III.

Após elaborar um terrível catálogo de guerras e massacres ao longo da história³²⁹ – do Império romano à Revolução Francesa –, o saboiano emenda que o único “meio de reprimir o flagelo da guerra” era “reduzir as desordens que levam a esta terrível purificação”(cap. III). No entanto, e a exemplo da Revolução, a guerra participava do desígnio divino, na medida em que servia como meio para a educação e regeneração de uma humanidade corrompida pelo pecado. Para o estupor dos leitores de ontem e de hoje, Maistre inverte a sentença emitida pelos humanistas comerciais escoceses do século XVIII contra a guerra, ao vislumbrar um efeito civilizatório por detrás da mesma³³⁰.

Por fim, Maistre reitera, ainda que sem entrar nos detalhes – algo que só faria nas *Soirées* – o tratamento da questão da “reversibilidade das penas do inocente em proveito dos culpados”, já apresentada no *Discours à Mme. Costa* (1794). Este grande “escândalo”, adverte Maistre, só pode ser compreendido nos quadros do dogma cristão, ou seja, do sacrifício de Cristo em proveito dos culpados. À luz da Revolução Francesa, os sacrifícios de Luís XVI e de sua irmã, Isabel – importa observar que Maistre, diferentemente de Burke nas *Reflections*, omite a figura de Maria Antonieta –, podem ter sido benéficos à França, pois “não há desordem que o Amor Eterno não dirija contra o princípio do mal. É consolador, em meio à subversão geral, pressentir os desígnios da Divindade” (cap. III).

O capítulo IV é uma resposta de Maistre ao panfleto de Constant, cujo capítulo VI intitulava-se “Das objeções extraídas da experiência contra a possibilidade de uma República em um grande Estado”. Para refutá-lo, Maistre lança mão em primeiro lugar da história que, através de suas “leis de geometria” e da “probabilidade”, demonstra a

³²⁹ Algo que, como observou Richard Lebrun, poderia chocar profundamente o leitor do século XIX, mas não o do extremo século XX. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 149.

³³⁰ “Ademais, é lícito duvidar que essa destruição violenta represente um mal tão grande como geralmente se atribui: pelo menos, é um desses males que participam de uma certa ordem de coisas onde tudo é violento e *contrário à natureza*, e que produzem compensações. Em primeiro lugar, quando a alma humana perdeu sua energia por causa da moleza, da incredulidade e dos vícios gangrenosos que acompanham os excessos de civilização, não pode ser reanimada senão pelo sangue... O que se observa com bastante clareza é como o gênero humano pode ser comparado a uma árvore que uma mão invisível poda sem trêgua e que melhora freqüentemente nesta operação... Mas o que realmente importa são as conseqüências da operação. Seguindo sempre a mesma comparação, o jardineiro habilidoso dirige o corte menos para a quantidade de vegetação do que para a frutificação da árvore: deseja frutos, e não folhas ou madeiras à planta. Ora, os verdadeiros frutos da natureza humana, a saber, as artes, as ciências, os grandes empreendimentos, os altos conceitos, as virtudes viris, dependem sobretudo do estado de guerra.” J. de Maistre. *Considerações...*, cap. III.

inviabilidade de um governo republicano durável para a França³³¹. Aqui e no capítulo VI, podemos observar que o alvo da crítica maistreana não é tanto Constant quanto Thomas Paine, que na segunda parte de *Os Direitos do Homem* (1792) amparou sua defesa do sistema republicano na descoberta do sistema representativo moderno³³².

Após observar que a descoberta do sistema representativo foi uma “produção” do “governo feudal” - e cuja iniciativa coube à autoridade real -, Maistre submete o sistema representativo francês (conforme definido pela Constituição de 1795) a uma severa crítica. Tudo que remeta às teses rousseauiano-paineanas de “soberania do povo” ou “democracia” é alvo de sátira, a começar pelo próprio povo, definido como “sempre criança, sempre louco e sempre ausente” (cap. IV), razão pela qual deve necessariamente ser representado, mas sem mandato eletivo. Em seguida, Maistre estabelece o seguinte comentário sobre a experiência estadunidense, que servia de modelo aos revolucionários europeus: trata-se de uma “criança no couro”, “deixemo-la crescer” (cap. IV). Mas, as passagens mais célebres deste capítulo são aquelas nas quais um Maistre sardônico calcula o “prodigioso número de soberanos condenados a morrer sem ter reinado” (cap. IV). Naquele sistema representativo francês, os direitos do povo limitar-se-iam a “nomear os que nomeavam”, de modo que sob a máscara de representantes da Nação ocultava-se um governo oligárquico, como o próprio Babeuf acusava³³³. Aqui se encontravam o reacionário Maistre e o democrata-liberal Paine³³⁴: ambos identificam no critério censitário para o voto³³⁵ a negação do sistema representativo a que a Revolução se propunha.

³³¹ “O que se pôde dizer aos franceses para induzi-los a crer em uma República de vinte e quatro milhões de homens? Duas coisas apenas: I. Nada impede que agora se veja o que nunca se viu; II. A descoberta do sistema representativo torna possível para nós o que estava interdito aos nossos antepassados.

Examinemos a força desses dois argumentos.

Se nos dissessem que em um dado, lançado cem milhões de vezes, nunca saíram mais do que cinco números, 1,2,3,4 e 5, poderíamos acreditar que o número 6 se encontra em uma de suas faces? Sem dúvida que não, e ficaria demonstrado, como se o tivéssemos visto, que uma das seis faces é branca ou que um de seus números se repete.

Pois bem, percorramos a história e veremos aquilo que se designa por *a Fortuna*, arremessando os dados, sem descanso, há quatro mil anos: Tirou alguma vez a Grande República? Não. Logo, esse número não estava no dado.” *Idem.*, cap. IV.

³³² Isto se torna claro pelo fato de Maistre empreender nos capítulos IV e VI uma crítica à república estadunidense, sobre a qual Paine fundamentou sua defesa no sistema republicano no capítulo III, da segunda parte, de *Os Direitos do Homem*. Da mesma forma, o recurso às leis matemáticas pelo saboiano não foi casual. O próprio Paine, na “Introdução” da 2ª parte, sustentou sua argumentação nas leis mecânicas de Arquimedes.

³³³ Muito antes de Robert Mitchels e seu clássico estudo sobre o Partido Social-Democrata alemão (SPD), a saber, *Sociologia dos partidos políticos* (1915), Maistre tinha bem claro para si que a própria dinâmica da democracia moderna propiciava a formação de grupos oligárquicos no poder.

³³⁴ Paine atacou o sistema censitário em sua *Dissertation on the First Principles of Government* (1795).

No encerramento deste capítulo, Maistre responde a Constant que o povo não “quer” o governo, mas o “sofre”³³⁶, e avança contra o mesmo – que separou uma “boa” Revolução (1789-1791) da “má”(1792-1794) - uma interpretação da Revolução-bloco de grande futuro:

“A Revolução francesa percorreu um período cujos momentos, sem dúvida, diferem entre si; porém, seu caráter geral jamais variou, e desde o berço dava sinais daquilo que viria a ser” (cap. IV).

Conclui à guisa de Montesquieu, sublinhando que o governo republicano, mais do que as outras formas de governo, necessita da virtude de seus membros, razão pela qual a república francesa não poderia durar: era uma república sem republicanos³³⁷.

Em sua “Digressão sobre o Cristianismo”, sub-título do quinto capítulo, Maistre salienta o caráter “satânico” da Revolução, na medida em que expressou um atentado contra a religião cristã – através da filosofia, “potência essencialmente desorganizadora”, e do próprio processo descristianizador, que se tornou a “política oficial” da Comuna de Paris entre outubro e dezembro de 1793³³⁸-, base de todas as instituições sociais (família) e políticas (monarquia) européias. Muitos historiadores provavelmente concordariam que os revolucionários incorreram num desastre político ao atacar a Igreja, uma vez que a resistência à Constituição Civil do Clero rompeu com a unidade revolucionária e contribuiu

³³⁵ “Pela Constituição de 1795, a condição para um homem adulto tornar-se um eleitor era a posse de um capital ou propriedade tributável no valor de 150 a 200 dias de trabalho: uma condição mais restritiva do que os três dias de trabalho (jamais aplicada) da Constituição jacobina de 1793, mas que ainda autorizava um eleitorado maior do que quaisquer constituições do Império e da Restauração.”in: Biancamaria Fontana. “The Thermidorian republic and its principles.”in: *The invention of the modern republic*. Cambridge- New York, Cambridge University Press, 1994, p. 126.

³³⁶ “A Nação francesa não quer esse governo; sofre-o e permanece submissa, ou porque é incapaz de sacudi-lo ou porque teme por algo pior. A República repousa apenas sobre essas duas colunas, que nada têm de real. Pode-se admitir que ela se sustenta inteiramente sobre duas negações. Assim, é bem digno de nota o fato de que os escritores da República não se empenhem em demonstrar a bondade de tal governo; estão cientes de que se trata do ponto fraco da armadura: limitam-se a dizer, tão atrevidamente quanto podem, que é possível, e, passando ligeiramente sobre a questão como quem atravessa um piso de carvão incandescente, dedicam-se somente a provar aos franceses que se exporiam aos piores males se voltassem ao seu antigo governo.” J. de Maistre. *Considerações...*, cap.IV.

³³⁷ “Se se compara esse quadro ao que nos oferece a França, como acreditar na durabilidade de uma liberdade que começa pela gangrena? Ou, para ser mais exato, como esperar que essa liberdade possa nascer (já que ainda não existe) e que, do seio da corrupção mais repugnante, possa sair essa forma de governo que requer mais virtudes do que qualquer outra? Quando se escuta esses pretensos republicanos falar de liberdade e de virtudes, cremos estar diante de uma cortesã murcha que, com um rubor pudico, dá os ares de uma virgem... A ignorância bárbara presidiu, sem dúvida, a inúmeros sistemas políticos; mas a barbárie sapiente, a atrocidade sistemática, a corrupção calculada e, sobretudo, a irreligião, jamais produziram nada. O verdor leva à maturidade; a podridão, ao nada.” *Idem.*, cap. IV.

³³⁸ W. Doyle. *op. cit.*, p.260.

para as revoltas federalistas e para o Terror. Todavia, Maistre estava mais interessado nas implicações metafísicas e sociológicas desse movimento descristianizador.

No plano metafísico, após observar que todas as instituições duradouras tiveram um princípio religioso por base³³⁹ e que a Revolução Francesa simbolizou uma luta mortal entre o “cristianismo” e o “filosofismo”, Maistre mantinha sua confiança na vitória do cristianismo, que ele identificava com a Restauração da monarquia.

O capítulo VI, “Da influência divina nas constituições políticas”, retoma os argumentos do *De la souveraineté du peuple* (1795-6) e avança o núcleo do que viria a ser o *Essai sur le principe générateur...* (1814)³⁴⁰. Pode-se resumir o cerne de toda argumentação política maistreana do seguinte modo:

“O homem pode modificar tudo dentro de sua esfera de atividade, mas não cria nada: essa é a sua lei, para a física como para a moral. Pode, indubitavelmente, plantar uma semente, fazer uma árvore crescer e aperfeiçoá-la por meio de enxerto ou centenas de podas diferentes; porém, jamais imaginaria que tivesse o poder de fazer uma árvore. Como imaginou que tivesse o de fazer uma constituição? Seria pela experiência? Observemos o que ela nos ensina... Todas as constituições livres conhecidas no mundo originaram-se de duas maneiras: algumas vezes *germinaram*, por assim dizer, de uma maneira insensível, pela reunião de uma multidão dessas circunstâncias que designamos como fortuitas; em outras, tiveram um autor único que apareceu como um fenômeno e fez-se obedecer” (cap. VI).

Refutando diretamente as proposições constitucionais de Paine – que “pretende que uma Constituição só exista na medida em que a mesma possa ser colocada no bolso” -, Maistre integra a teoria de Rousseau sobre o papel do legislador em sua dialética providencial:

“Uma vez que Deus não julgou conveniente empregar meios sobrenaturais nessa área, circunscreveu as ações humanas de tal maneira que, na formação das Constituições, as circunstâncias fazem tudo, não sendo os homens senão parte das mesmas. Inclusive, com

³³⁹ “Todas as instituições imagináveis repousam sobre uma idéia religiosa, ou estão condenadas à efemeridade. São fortes e duradouras na medida em que estão divinizadas, se me é permitido expressar assim. Não só a razão humana, ou o que se chama *filosofia* sem sabê-lo, é incapaz de suprir essas bases que se chamam *superstições* - igualmente sem saber o que se diz - senão que a filosofia é, pelo contrário, uma força essencialmente desorganizadora.” In: J. de Maistre. *Considerações...*, cap. V.

³⁴⁰ No “Prefácio” do *Essai*, lê-se o seguinte: “... desde 1797, data da primeira edição do livro que citamos [*Considerações*], nada ocorreu no mundo que pudesse levar o autor a se arrepender de sua teoria”.

muita frequência, quando perseguem um objetivo, obtêm outro diferente, como temos visto na constituição inglesa” (cap. VI)³⁴¹.

Após retomar nos parágrafos VIII, IX e XIII as principais teses já desenvolvidas no *De la souveraineté du peuple* sobre o papel e os limites impostos à ação dos legisladores, Maistre, à guisa de Montesquieu e do próprio Rousseau, expõe a solução para o problema constitucional:

“Dados a população, os costumes, a religião, a situação geográfica, as relações políticas, as riquezas, os bons e maus atributos de uma determinada nação, encontrar as leis que lhe convenham”(cap. VI).

Este critério serviu-lhe de base para a conhecida crítica (e “boutade”) que dirigira à Constituição de 1795, a saber:

“A Constituição de 1795, como suas predecessoras, foi feita para o *homem*. Mas não existe no mundo nada que se possa chamar de *homem*. Ao longo de minha vida, tenho visto franceses, italianos, russos, etc.; sei também, graças a Montesquieu, *que se pode ser persa*. Mas, quanto ao *homem*, afirmo que, em toda minha vida, jamais o encontrei; se ele existe, desconheço-o completamente” (cap. VI).

Os modernos cientistas políticos certamente não fariam uso da terminologia teológica de Maistre, embora pudessem concordar com ele quanto ao fato de que em relação às leis, os documentos escritos são de pouca importância se comparados aos efeitos das circunstâncias históricas, culturais e sociais³⁴².

³⁴¹ Em nenhum lugar melhor do que no *Essai sur le principe générateur* Maistre afirmará as convicções anti-voluntaristas de seu providencialismo: “O homem é inteligente, livre e sublime, sem dúvida: mas não é menos um instrumento de Deus... [este princípio não encontra] em nenhuma parte aplicação mais justa do que na formação das constituições políticas, onde se pode dizer, com uma dose igual de verdade, que o homem faz tudo e não faz nada” (Parágrafo X). Em seguida, oferece a constituição inglesa como exemplo de geração constitucional bem-sucedida sob o império da Providência: “[a Constituição da Inglaterra] não foi criada *a priori*. Nunca os homens de Estado se reuniram e disseram: *Criemos três poderes; equilibremo-los desta maneira, etc*; ninguém pensou nisso. A Constituição é obra das circunstâncias, e o número dessas circunstâncias é infinito. As leis romanas, as leis eclesiásticas, as leis feudais; os costumes saxões, normandos e dinamarqueses; os privilégios, os preconceitos, e as pretensões de todas as ordens; as guerras, as revoltas, as revoluções, a conquista, as cruzadas; todas as virtudes, todos os vícios, todos os conhecimentos, todos os erros, todas as paixões; todos estes elementos, enfim, agindo em conjunto, e formando por sua mistura e ação recíproca combinações multiplicadas por miríades de milhões, produziram, finalmente, após muitos séculos, a unidade mais complicada e o mais belo equilíbrio de forças políticas jamais visto no mundo” (Parágrafo XII).

³⁴² Tenha-se em vista, por exemplo, a crítica elaborada por de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), à excessiva atividade legislativa de nosso país, que ao engendrar uma pletora de leis que nunca se concretizam numa “*mores*”, cria apenas “leis para inglês ver”.

O próximo capítulo, “Signos de nulidade no governo francês”, não é senão uma aplicação da tese anterior ao processo constitucional que permeou toda a Revolução Francesa até então, isto é, de 1789 a 1795. Diante do exorbitante número de 15.479 leis promulgadas entre primeiro de julho de 1789 a 26 de outubro de 1795, Maistre conclui que por detrás dessa pletora legislativa faltava um legislador, razão pela qual a constituição republicana não passava de um “grande edifício de cartas” construído por “crianças”. Os legisladores revolucionários, adverte Maistre, mostraram-se capazes apenas de destruir, pois não estavam investidos da legitimidade para criar, faltando-lhes inclusive uma certa respeitabilidade junto ao povo. Se, como argumentou Constant, o governo do Diretório era uma realidade, isto, segundo Maistre, devia-se menos ao respeito do súdito do que ao temor e à apatia de uma nação fatigada pela Revolução: tratava-se de uma “república sem republicanos”.³⁴³

Sob a carapuça da soberania do povo, os representantes da nação³⁴⁴ legislavam em causa própria, condenando a sociedade a um “despotismo avançado”. Destituído da dignidade e da honra e contanto apenas com o poder de coerção como aliado, o governo francês estava com os dias contados.

No final do capítulo, Maistre retoma seu requisito contra os Estados Unidos, onde demonstra um profundo e pioneiro conhecimento histórico sobre o caráter da democracia americana, que antecipa em muitos aspectos as teses de Tocqueville³⁴⁵.

Se este mérito foi obscurecido pela temerária e fracassada previsão a respeito da impossibilidade de se construir uma cidade planejada para ser a capital (Washington), é

³⁴³ “Submeteu-se por lassidão, por desânimo em encontrar algo melhor: no excesso de males que a oprimiam, acreditou respirar sob esse frágil amparo. Preferiu um mau porto a um mar proceloso: mas não se viu em parte alguma a convicção nem o consentimento sincero. Se essa Constituição estivesse feita para os franceses, todos os dias a força invencível da experiência lhe conquistaria novos partidários. Ora, ocorre justamente o contrário: cada minuto testemunha um novo desertor da democracia: somente a apatia e o medo conservam o trono dos Pentarcas, e todos os viajantes mais esclarecidos e isentos que percorreram a França repetem, em uníssono: *é uma república sem republicanos*.” in: J. de Maistre. *Considerações...*, cap. VII.

³⁴⁴ “... esses fautores de decretos que exercem a soberania nacional mediante oito miriagramas de frumento ao dia e que vivem de seu poder legislativo; estes homens, realmente, impressionam pouco o espírito, e, quando se trata de saber o quanto valem, não se pode evitar que a imaginação os avalie em frumento.” *Idem.*, cap. VII.

³⁴⁵ I. A América inglesa possuía um rei, porém não lhe via; o esplendor da monarquia era-lhe estranho e o soberano assumia diante dela uma espécie de caráter sobrenatural, que não impressiona os sentidos.

II. Possuía o elemento democrático que existe na constituição da metrópole.

III. Possuía, ademais, aqueles que foram levados a ela por seus primeiros colonos nascidos em meio às desordens religiosas e políticas, e quase todos de espírito republicano.

IV. Os americanos construíram com esses elementos e sobre a base dos três poderes que herdaram de seus antepassados, e não fizeram tábula rasa, como os franceses.

preciso reconhecer, como nos adverte R. Lebrun, que Maistre não se equivocou completamente em seu prognóstico: Washington tornou-se a capital política da nova nação, mas ao contrário de Londres e de Paris, nunca se tornou um centro financeiro, cultural ou industrial do país³⁴⁶.

No próximo capítulo, uma longa digressão histórica sobre a “antiga constituição francesa”, Maistre empreende uma defesa da experiência monárquica européia – vista por ele como a materialização do Estado de direito e o oposto do despotismo – e, por extensão, do pretendente ao trono, Luís XVIII, cuja Declaração de Verona (junho de 1795) foi recebida como excessivamente reacionária pelos republicanos e realistas moderados franceses.

Recorrendo a uma obra redigida por juristas emigrados franceses, *Desenvolvimento dos princípios fundamentais da monarquia francesa* (1795) e contrariando Mallet du Pan, para quem o Antigo Regime francês era desprovido de uma constituição, Maistre procura demonstrar que a monarquia – a qual ele se recusa a denominar como “absolutista” – era constitucional e representativa, de modo que os franceses haviam incorporado o tratamento de “cidadão” muito antes da Revolução. Se, por um lado, a suprema autoridade legislativa cabia ao rei, por outro, não estava reservado ao mesmo o direito de derrogar as leis fundamentais do reino, defendidas pelos parlamentos, legítimos representantes da nação. Estes, por seu turno, tinham o “direito” e o “dever” de admoestar (aconselhar) o rei em caso de abusos³⁴⁷. Ademais, sob a monarquia a administração civil sobrepunha-se ao governo militar, ao contrário do governo revolucionário, que em nome de uma “liberdade positiva”³⁴⁸ se caracterizou como a pior *bâtoncratie*:

“Os tiranos se sucedem, e o povo segue obedecendo. Jamais se viu triunfar um único esforço de sua parte para escapar à sua nulidade. Seus senhores chegaram a aniquilá-lo, escarnecendo-se dele ao mesmo tempo. Disseram-lhe: *Credes que não quereis esta lei, mas*

³⁴⁶ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 153.

³⁴⁷ Se aqui Maistre omitiu o fato de que este direito se limitava a “advertir” e não a “regular” a ação soberana (OC, XII: 431), isto se deveu aos propósitos retóricos do panfleto: era preciso enfatizar o caráter moderado daquela monarquia absolutista, evitando a todo custo assentir com as doutrinas liberais.

³⁴⁸ Aqui, no sentido atribuído por Isaiah Berlin em *Dois conceitos de liberdade*, ao qual nos remeteremos na conclusão.

podeis estar seguros de que a quereis. Se ousardes recusá-la, sereis metralhados como punição por não queredes o que quereis. – E assim o fizeram” (cap. VIII)³⁴⁹.

Após invocar o testemunho do “republicano ardente” Maquiavel³⁵⁰ em seu auxílio, ou seja, para demonstrar que a monarquia francesa estava submetida ao “império das leis”, conclui, num tom hiperbólico, que as desventuras revolucionárias forjaram um rei “ideal” para a França:

“Se existe um lugar-comum na moral, é que o poder e a grandeza corrompem o homem, e que os melhores reis foram os que se submeteram às provas da adversidade. Por que, então, privar-se-iam os franceses da vantagem de serem governados por um príncipe formado na terrível escola da desventura? Quantas reflexões lhe terão sugerido os últimos seis anos! Quão afastado encontra-se da embriaguez do poder! Quão disposto deve estar a lançar-mão de tudo, a fim de reinar com glória! De qual santa ambição deve estar penetrado! Que príncipe no mundo poderia colecionar um maior número de motivos, de desejos, de meios, para curar as feridas da França!” (cap. VIII).

Os capítulos IX e X – especialmente o último – assumem de forma mais explícita o caráter de refutação ao panfleto de Constant. Ao conjecturar sobre “como se fará a contra-revolução” (IX), Maistre apela a uma “retórica da perversidade”³⁵¹, demonstrando que a mesma não se faria através do consentimento popular³⁵². De acordo com essa retórica, se a Revolução se caracterizou pelo extremo esforço de destruição da monarquia e do cristianismo, a mesma só poderia resultar no engrandecimento de ambos.

Vale ressaltar que seu prognóstico político sobre as circunstâncias da Restauração atraiu uma considerável atenção do público da Restauração, dezessete anos depois. O próprio Maistre vangloriar-se-ia de sua precisão, sobretudo na escolha das cidades, como

³⁴⁹ Consulte-se nota de pé indicada da página 240.

³⁵⁰ “Existiram... muitos reis, mas poucos bons reis: refiro-me aos soberanos absolutos, entre os quais não se deve levar em conta os reis do Egito, quando este país, nos tempos mais remotos, governava-se pelas leis; nem os de Esparta; nem, em nossos dias, os da França, sendo o governo deste reino, em nosso conhecimento, o mais moderado pelas leis. In: *Disc. Sopr. Tit.-Liv.* Livro I, cap. LVIII.

³⁵¹ A. O Hirschman. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça* (1991). Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 23.

³⁵² “Cidadãos! Assim são feitas as contra-revoluções. Deus, reservando para si a formação das soberanias, no-lo demonstra ao não confiar jamais à multidão a escolha de seus líderes. Não a utiliza, nesses grandes movimentos que decidem a sorte dos impérios, senão como um instrumento passivo. Nunca obtém o que quer: sempre aceita, nunca escolhe. Divisa-se inclusive uma certa *afetação* da Providência (que se me permita essa expressão), quando os esforços dos povos visando a um fim, sejam apenas os meios que ela emprega para apartá-los do mesmo.” in: J. de Maistre. *Considerações...*, cap. IX.

Bordeaux, Nantes e Lyon. No entanto, como destacou R. Lebrun, isso demonstra menos uma qualidade profética do que um agudo senso histórico do autor das *Considerações*. Afinal, Bordeaux e Nantes eram duas importantes cidades portuárias que viram suas atividades mercantis arruinadas pelos bloqueios das guerras revolucionárias, ao passo que Lyon testemunhou uma das mais atrozes repressões durante o Terror³⁵³.

No capítulo seguinte, como o próprio título enuncia, Maistre trata de demonstrar que os perigos relativos a uma contra-revolução eram hipotéticos e em nada ancorados na realidade dos fatos. Ademais, advertia para o fato de que aqueles, como Constant, que preveniam sobre esses “pretensos perigos”, o faziam mais por interesse – temendo ser penalizados pela aquisição dos “bens nacionais” – do que por convicção.

Maistre reforça sua tese demonstrando que os franceses não tinham nada a perder com a restauração monárquica, uma vez que a Revolução consagrara apenas a violência e a desordem (e Maistre reconstrói em prosa a atmosfera infernal do *Pandemonium* miltoniano do *Paradise Lost*)³⁵⁴, enquanto que a contra-revolução seria o retorno à “saúde”³⁵⁵.

Posteriormente, Maistre apela ao “interesse bem-compreendido” (sim, a expressão foi cunhada pelo saboiano e não por Tocqueville) dos detentores dos bens nacionais (uma prática que condenara como “bandida”), que receberiam garantias do estável governo monárquico, ao contrário do governo republicano, que, ciente da ilegitimidade daquelas aquisições, poderia confiscá-las ou sobretaxá-las sob o argumento de salvação pública.

Diante da delicada questão da vingança dos nobres, Maistre admite corajosamente que a Revolução Francesa representou um castigo à nobreza³⁵⁶ – uma das razões pelas quais as

³⁵³ R. Lebrun. *op. cit.*, p. 153.

³⁵⁴ “Franceses, é em meio aos cantos infernais, das blasfêmias do ateísmo, dos gritos de morte e dos prolongados gemidos da inocência degolada; é ao resplendor das chamas, sobre as ruínas do trono e dos altares – regadas com o sangue do melhor dos reis e de outras inumeráveis vítimas -; é no desprezo dos bons costumes e em meio a todos os crimes, que vossos sedutores e vossos tiranos fundaram aquilo que chamam de *vossa liberdade*.” J. de Maistre. *Considerações...*, cap. X.

³⁵⁵ “Para fazer a Revolução Francesa, foi preciso abater a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e perpetrar todos os crimes: para esta obra diabólica foi preciso empregar um tal número de homens viciosos, que nunca talvez tantos vícios tenham agido em concerto para operar um mal. Ao contrário, para restabelecer a ordem, o rei convocará todas as virtudes: sem dúvida, será este seu desejo; contudo, pela própria natureza das coisas, será forçado a isso. Seu interesse mais premente será o de aliar a justiça à misericórdia; os homens mais estimáveis virão por si mesmos a ocupar os lugares em que possam ser úteis; e a religião, emprestando seu cetro à política, dar-lhe-á forças que só desta augusta irmã pode receber.” *Idem.*, cap. X.

³⁵⁶ “O papel representado por alguns nobres na Revolução Francesa é mil vezes, não digo mais *horrível*, senão mais *terrível*, do que tudo o que se viu durante esta revolução.” *Idem.*, cap. X.

Considerações foram relativamente pouco lidas durante a Restauração³⁵⁷ -, que por um decreto da Providência teve todos os seus esforços malogrados (como o desembarque em Quiberon), de modo que não representavam uma ameaça real³⁵⁸.

Ademais, em nome da ordem e da tranquilidade públicas, o rei seria o primeiro a proscrever essas vinganças fora do âmbito legal, pois ainda que esta não fosse sua intenção original, ver-se-ia forçado pelas circunstâncias a adotar uma política de reconciliação para governar³⁵⁹.

Para reforçar didaticamente esta hipótese, Maistre lança mão de uma célebre antimetábola³⁶⁰, que vale a pena reproduzir: “o restabelecimento da monarquia, que se chama de *contra-revolução*, não será uma *revolução contrária*, mas o *contrário da revolução*.” Em sua dialética providencialista, Maistre considerava impossível retroceder na história e retornar ao Antigo Regime tal como era *ipsis litteris* – visto que, na opinião do saboiano, o Antigo Regime representava uma ordem social visceralmente corrompida -, de modo que a regeneração da monarquia e do cristianismo devem ser interpretados numa lógica de superação e não de negação da Revolução: retornariam num estado mais puro.

No último capítulo, Maistre apropria-se da interpretação histórica de David Hume sobre a Revolução Inglesa e a transfere, de modo propositalmente anacrônico, ao caso francês. Apesar de tê-lo como o maior inimigo da religião que o século XVIII produziu³⁶¹, Maistre antecipou uma tendência da cultura conservadora francesa do século XIX, que emprestava as análises históricas de Hume para fundamentar suas críticas aos princípios Iluministas e às instituições revolucionárias³⁶².

Portanto, se na longa duração a história decretou a derrota das convicções políticas de Maistre, uma vez que a República, após muitos saltos e solavancos, tornou-se a forma de

³⁵⁷ Vide o próximo capítulo desta tese.

³⁵⁸ “Os emigrados não podem nada, podendo-se até afirmar que não são nada; pois todos os dias seu número diminui, apesar do governo, como consequência dessa lei invariável da Revolução Francesa que quer que tudo se faça a despeito dos homens e contra todas as probabilidades”. *Idem.*, cap. X.

³⁵⁹ “O poder da soberania é completamente moral... O rei da França que subir ao trono de seus antepassados não desejará, seguramente, começar seu reinado por abusos; e se o quisesse, seria em vão, pois não seria o bastante forte para satisfazê-lo. O barrete frígio, ao tocar a fronte real, apagou as marcas do santo óleo: o encanto está quebrado, prolongadas profanações destruíram o divino império dos preconceitos nacionais, e, por muito tempo ainda, enquanto a fria razão dobrar os corpos, os espíritos permanecerão em pé.” *Idem.*, cap. X.

³⁶⁰ Ou *reversio*, consiste na repetição das palavras da primeira oração na segunda, mas com sentido diferente.

³⁶¹ OC, III:386.

³⁶² Cf. Laurence Bongie. *David Hume: prophet of counter-revolution*. Oxford, Clarendon Press, 1965.

governo na França a partir da III República, por outro lado, no que tange especificamente à república pós-termidoriana, as análises do saboiano mostraram-se cirurgicamente precisas, visto que “difícilmente pode-se assumi-la... como o triunfo das instituições republicanas na França: pelo contrário, ela demonstrou suas fragilidades, suas débeis fundações, sua tenaz vocação autoritária herdada da monarquia do *ancien régime*”.³⁶³

Além disso, conforme observou Antoine Compagnon, as obras de Maistre, e as *Considerações* em especial, contribuíram para o triunfo estético da “reação romântica” – reação à democracia, ao “individualismo” burguês e à sociedade industrial, à república, à igualdade social, etc., - francesa do século XIX, de Baudelaire a Balzac, Barbey d’Aurevilly e Renan³⁶⁴. E nada atraiu mais essa corrente literária do que o reiterado recurso maistreano aos paradoxos, através dos quais Baudelaire declarou ter aprendido a pensar³⁶⁵.

Isto porque na escritura maistreana os paradoxos deixam de ser meros recursos retóricos e assumem um valor propriamente ontológico. Como um profeta do Velho Testamento, Maistre raciocina através de paradoxos pelo fato de julgar o real como algo intrinsecamente paradoxal, num duplo sentido: seja porque o real está inexplicavelmente cindido em si mesmo devido ao “cisma do ser” que é o mal³⁶⁶, seja porque este real é inexplicavelmente reconciliado em si mesmo pelo “governo temporal da Providência”. Assim, a essência paradoxal do real - apesar de sua identidade com o Bem nos desígnios da Providência - deve-se ao fato de o mal não se deixar dissolver nas luzes do Bem.

“Com efeito, uma vez que os planos da vontade divina nos são ocultados, a reconciliação que vem ao fim da cisão permanece secreta; seu estatuto é aquele do paradoxo precisamente pelo fato de não se tornar objeto de um saber científico, nem de uma apreensão intuitiva, nem de uma compreensão dialética, mas apenas de uma certeza indireta.”³⁶⁷

³⁶³ Biancamaria Fontana. *op. cit.*, p. 118.

³⁶⁴ “Por uma curiosa inversão, ou reversibilidade, da política e da estética, a contra-revolução fracassa politicamente com a Restauração, ao passo que com o romantismo ela triunfa espiritualmente e devia dominar por muito tempo a sensibilidade estética.” in: Antoine Compagnon. *Les antimodernes: de Joseph de Maistre à Roland Barthes*. Paris, Gallimard, 2005, p. 126.

³⁶⁵ “Maistre, o grande gênio de nosso tempo – um visionário... Maistre e Edgar Poe ensinaram-me a pensar.” In: Charles Baudelaire, *Correspondance*, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1973, vol. I, p. 337. *Oeuvres complètes*, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1973, vol. 1, p. 669.

³⁶⁶ *Considerações*, cap. IV.

³⁶⁷ Jean-Yves Pranchère. *L’Autorité contre les Lumières: la philosophie de Joseph de Maistre*. Genève, Droz, 2004, p. 29.

Essa identidade secreta entre o Bem e o mal na ordem providencial revela-se enquanto tal na experiência do sagrado, simultaneamente “maldito” e “santo”³⁶⁸. Pois somente este aspecto “sacro” da Revolução permite explicar o fato dela ter contrariado as ações e as intenções de seus agentes, da “força arrebatadora” de seu “turbilhão” (cap. I), ter arrastado como “leve palha” tudo que se opôs a ela. Diante desse fenômeno grandioso e sublime, os homens, “ao invés de admirar, desviam seus olhares ou desatinam” (cap. I).

É precisamente esta “admiração” pelo divino, pelo “incomensurável”, que Maistre pretende suscitar em seus leitores, e para isto adaptou seu discurso a uma estética do *sublime*, que, segundo a clássica definição de Longino, não visa à persuasão, mas ao êxtase, ao arrebatamento: “seguramente por toda a parte, acompanhado do choque, o maravilhoso sempre supera aquele que visa a persuadir e agradar; já que o ser persuadido, na maior parte do tempo, depende de nós, enquanto aquilo de que falamos aqui [o sublime], trazendo um domínio e uma força irresistíveis, coloca-se bem acima do ouvinte”³⁶⁹.

Para lograr este efeito, Maistre lança mão de uma operação retórica cuja principal característica é a veemência (ou exageração), que Longino traduziu como *deinôsis* para classificar o estilo de Demóstenes, e os latinos como *indignatio*³⁷⁰. A eloquência maistreana visa, portanto, a acrescentar força e violência num fenômeno (Revolução) que já estava repleto de ambos e, à diferença da iniciativa racional dos filósofos, não pretende persuadir, mas raptar e “assombrar” o leitor, transportando-o para hemisférios superiores³⁷¹.

Animado por uma espécie de “cólera santa”, Maistre faz uso extensivo da *indignatio* para atirar à “queima-roupa”³⁷² de seus leitores as terríveis verdades por detrás não só da

³⁶⁸ No *Éclaircissement sur les sacrifices*, Maistre recorda-se que na língua latina a palavra *sacer* possuía dois significados, designando simultaneamente o que era “amaldiçoado” e o que era “santo”. OC, V:308.

³⁶⁹ Longino. *Do Sublime*. Trad. de Filomena Hirata. São Paulo, Martins Fontes, 1996, I, 4.

³⁷⁰ “O tempo do sublime demostênico e de sua extrema tensão está nas indignações, nas paixões violentas, aí onde se deve atordoar completamente o ouvinte.” *Idem.*, XII, 5.

³⁷¹ “A paixão a que o grandioso e sublime na natureza dão origem, quando essas causas atuam de maneira mais intensa, é o assombro, que consiste no estado de alma no qual todos os seus movimentos são sustados por um certo grau de horror. Nesse caso, o espírito sente-se tão pleno de seu objeto que não pode admitir nenhum outro nem, conseqüentemente, raciocinar sobre aquele objeto que é alvo de sua atenção. Essa é a origem do poder do sublime, que, longe de resultar de nossos raciocínios, antecede-os e nos arrebatam como uma força irresistível. O assombro, como se disse, é o efeito do sublime em seu mais alto grau; os efeitos secundários são a admiração, a reverência e o respeito”. In: Edmund Burke. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo* (1757). Trad. de Enid Abreu Dobránszky. Campinas-SP, Papirus, 1993, Parte II, Seção I.

³⁷² “O que se crê verdadeiro, deve-se dizê-lo corajosamente; gostaria, ainda que me saísse caro, de descobrir uma verdade para chocar todo o gênero humano: dir-lhe-ia à queima-roupa.” In: J. de Maistre. *Les Soirées de Saint-Petersbourg*, III diálogo.

Revolução mas de toda história humana. Em sua eloquência apaixonada, Maistre dá livre curso aos requisitórios³⁷³, às interrogações oratórias³⁷⁴, às exortações prementes³⁷⁵, às comparações depreciativas³⁷⁶ e às hipérboles³⁷⁷.

Mas a figura central da retórica maistreana é o oxímoro, como fica explícito pela abertura da obra:

“Estamos todos presos ao trono do Ser Supremo por uma corrente flexível que nos detém sem nos escravizar. O que há de mais admirável na ordem universal das coisas, é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livrementemente escravos, agem a um só tempo voluntária e necessariamente: fazem realmente o que querem, mas sem poder transtornar os planos gerais” (cap. I).

Essa imagem antitética e contraditória do homem como *livrementemente escravo* – ou, como no quinto diálogo das *Soirées*, “movido livremente” - animará todo o pensamento de Maistre.

Os oxímoros são convocados como testemunhos da monstruosidade revolucionária (“pura impureza”, cap. IV) e ilustram a dialética sagrada do castigo/salvação por detrás daquele fenômeno espantoso. São os oxímoros que permitem compreender o sentido primário da *indignatio* maistreana, na medida em que remetem a um terror religioso que o mortal presencia diante de uma “força arrebatadora” e contra a qual percebe que será inútil opor-se. Através deles (oxímoros), a *indignatio* maistreana assume um caráter epifânico: assombra a imaginação do leitor ao revelar-lhe uma grandeza oculta, suscitando-lhe os sentimentos de admiração e veneração que se sucedem à experiência do terror³⁷⁸.

³⁷³ “Que reunião espantosa de baixeza e crueldade, que profunda imoralidade, que olvido do pudor!” in: *Considerações...*, cap. IV.

³⁷⁴ “Não temos visto a França desonrada por mais de cem mil assassinatos, o solo inteiro desse belo reino coberto de cadafalsos e sua infeliz terra encharcada pelo sangue de seus filhos pelos massacres judiciais, enquanto desumanos tiranos o prodigalizavam no exterior para a manutenção de uma guerra cruel, movida pelo seu próprio interesse?” *Idem.*, cap. II.

³⁷⁵ “Acrescentai a essas circunstâncias a fermentação dos espíritos em certos países da Europa... Contemplai, ao mesmo tempo, a tempestade que se forma sobre a Itália; Roma, assim como Genebra, ameaçada pelo poder inimigo de todos os cultos, e a supremacia da religião nacional abolida na Holanda por um decreto da Convenção Nacional. Se a Providência apaga, é sem dúvida para escrever.” In: *Ibidem.*, cap. II.

³⁷⁶ “Quando se escuta esses pretensos republicanos falar de liberdade e de virtudes, cremos estar diante de uma cortesã murcha que, com um rubor pudico, dá os ares de uma virgem.” *Ibidem.*, cap. IV.

³⁷⁷ “Jamais o déspota mais sanguinário dispôs da vida dos homens com tamanha insolência, e jamais um povo passivo apresentou-se à carnificina com maior complacência.” *Ibidem.*, cap. II.

³⁷⁸ Edmund Burke. *op. cit.*, Parte II, Seção II.

Para o saboiano, escrever era um “ato de justiça”³⁷⁹, fundamentado no modelo divino: sua veemência procura subtrair as consciências de sua apatia pecaminosa, ainda que para isso apele ao terror, do qual o terceiro capítulo das *Considerações* é o melhor exemplo, ao descrever a guerra como o estado natural do gênero humano. Era preciso arrancar os franceses das seduções do filosofismo; mostrar-lhes que a vontade humana, abandonada em si mesma, era impotente.

Pode-se concluir que a ferocidade de seu estilo é intrínseca à concepção paradoxal de seu providencialismo, que nos permite vislumbrar uma certa “fecundidade no mal” – visto como um dado inelutável da condição humana desde o pecado original -, enquanto instrumento divino.

Com o objetivo de subjugar o leitor, a retórica maistreana recobra o mesmo sentido autoritário³⁸⁰ da retórica bíblica, como descrita por Erich Auerbach no primeiro capítulo de seu clássico *Mimesis*: verdades ofuscantes que não deixam ao leitor senão a alternativa da conversão.

É assim que Maistre se separa de Burke e, por extensão, de Tocqueville, cuja análise da Revolução devia mais ao irlandês do que a sua prosa encobridora permitia supor³⁸¹. Burke havia sublinhado que a Revolução fora a “mais extraordinária que o mundo já viu”, e que a mesma produzira os “resultados mais surpreendentes... pelos meios mais ridículos e absurdos”³⁸², não descartando inclusive a hipótese de que proviesse de um castigo do céu³⁸³.

Todavia, a estupefação burkeana era rapidamente dissolvida numa análise sociológica da Revolução, a qual, ao esclarecer tudo, realçava o que o fenômeno tinha de grotesco, razão pela qual o comparava a uma “monstruosa tragicomédia”³⁸⁴ encenada por atores de segunda categoria, a saber, os burgueses do “monied interest” e os homens de letras³⁸⁵.

³⁷⁹ OC, VII:273.

³⁸⁰ “Para subjugar o leitor por sua força de convicção, a retórica maistreana transmite-lhe enigmas que escandalizam sua ignorância à explosão de uma verdade ofuscante, não lhe deixando outra escolha senão a submissão a seu poder. Com justiça, pode-se ver em marcha, neste uso do arrebatamento, um modelo político fundado na autoridade.” In: Pierre Glaudes. “Introdução” às *Considérations sur la France*. In: *J. de Maistre: oeuvres*. Paris, Robert Laffont, 2007, p. 195.

³⁸¹ Modesto Florenzano. “Tocqueville diante da Democracia e da Revolução”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XCV, especialmente as páginas 43-47.

³⁸² E. Burke. *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790). Trad. de Renato A. Faria, Denis F. de Souza Pinto e Carmen L.R. Moura, Brasília, UNB, 1982, p.52.

³⁸³ *Idem.*, p. 185.

³⁸⁴ *Ibidem.*, p. 52.

³⁸⁵ *Ibidem.*, p. 126.

O apelo à Providência fazia-se ainda menos necessário na medida em que o clero do antigo regime reunia grandes virtudes³⁸⁶ e a nobreza estava longe de merecer tamanhas provações³⁸⁷.

Portanto, aquilo que para Burke – e, posteriormente, Tocqueville – dissolve o “assombro” diante do fenômeno revolucionário, é o que justifica seu caráter sublime para Maistre: afinal, como homens ignorantes nos assuntos públicos revelaram-se capazes de derrubar todos os imensos obstáculos interpostos à Revolução? Quem observa a Revolução não pode senão ser assaltado por uma sensação de vertigem: pois que sentido atribuir a tamanha violência numa era de Luzes e de filantropia?

³⁸⁶ *Ibidem.*, p. 145.

³⁸⁷ *Ibidem.*, p. 143.

CAPÍTULO III

As Considerações sobre a França na historiografia da Revolução Francesa

O objetivo deste capítulo é oferecer uma visão de conjunto do uso que a historiografia da Revolução Francesa fez das *Considerações* de J. de Maistre. Mais precisamente, pretendemos mostrar a presença e/ou ausência da interpretação de Maistre da Revolução Francesa nas interpretações subseqüentes, a começar pela obra de Mme de Stäel, *Considérations sur la Révolution française*, publicada em abril de 1818.

Optou-se pelo panfleto de Mme de Stäel por se tratar de um livro-chave da historiografia em geral, e da historiografia liberal em particular, uma vez que oferece a primeira interpretação em que a Revolução Francesa – completando àquela altura 29 anos - é vista como um todo, isto é, como um evento histórico já encerrado, lançando suas raízes no passado francês, ao mesmo tempo em que inaugura uma nova época na história.

Apesar do panfleto stäeliano não conter uma única referência ao nome de Maistre, o título³⁸⁸, assim como o momento de sua redação – iniciado em 1813 e curiosamente interrompido em 21 de fevereiro de 1817, devido a um ataque semelhante ao que acometeria Maistre (deixando-a paralisada, porém lúcida até o falecimento, em 14 de julho daquele mesmo ano) -, faziam obrigatória a referência ao panfleto do saboiano, que teve sua primeira edição em solo francês em 1814³⁸⁹.

³⁸⁸ Para Jacques Godechot, é possível que as *Considerações* de Maistre tenham servido como sugestão de título para a obra de Mme. de Stäel. In: J. Godechot. “Introduction” de: *Considérations sur la Révolution française* (1818) de Mme de Stäel. Paris, Tallandier, 1983, p.25.

³⁸⁹ Por exemplo, a fim de demonstrar a necessidade da Revolução, com base tanto no direito natural (pois a França, segundo Stäel, carecia de uma Constituição) como no direito histórico (na França, a liberdade é antiga e o despotismo é moderno), a autora empreende, no início do segundo capítulo da primeira parte, aquilo que Stanley Mellon descreveu como uma “criminologia comparativa” do passado francês (*The Political uses of History. A Study of historians in the French Restoration*. Stanford. Stanford University Press, 1958, p. 28), isto é, para demonstrar o caráter epocal da Revolução - responsável por inaugurar uma era de liberdades e direitos -, Stäel explora o caráter violento da história francesa, especialmente do Antigo Regime, invertendo, portanto, a lógica argumentativa do terceiro capítulo das *Considerações*.

Tampouco em outras importantes interpretações da Revolução Francesa elaboradas durante a Restauração, os trabalhos de Thiers, Mignet, Thierry e Guizot, fomos capazes de identificar qualquer menção a Maistre ou suas *Considerações* -embora Sainte-Beuve pudesse identificar o uso de uma passagem das *Considerações*³⁹⁰ no trabalho de Mignet³⁹¹.

Do lado conservador, a teoria do complô, conforme formulada por Augustin Barruel em suas *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme* (1797), prevaleceu como a mais clara e comum resposta à versão historiográfica liberal inaugurada pelo livro de Stäel³⁹². Entendida como uma conspiração, a Revolução Francesa adquire o aspecto de uma violação da história francesa, trabalho executado por uma minoria contra uma nação satisfeita. Essa tese, conforme sublinhou Amos Hofman³⁹³, possuía a vantagem adicional de oferecer um contraponto à versão da necessidade histórica da Revolução e, para os ultras da Restauração, representava um apelo aos homens do poder para que adotassem medidas políticas preventivas.

Isto, somado às suscetibilidades que as *Considerações* despertavam – pelo fato de a obra conter, segundo Alice Gérard³⁹⁴, uma teoria das circunstâncias para o Terror -, fez com que o panfleto recebesse relativamente pouca atenção durante o período que, em tese, mais deveria acolhê-lo: as *Considerações* tiveram apenas quatro edições durante a Restauração (1814, 1821, 1828 e 1829)³⁹⁵. Porém, a mesma obteve grande publicidade no restante do século XIX, com 22 edições entre 1834 e 1882.

³⁹⁰ Trata-se do seguinte trecho: “Mas a posteridade, que não se preocupará muito com nossas dificuldades e dançará sobre nossos túmulos, rirá de nossa atual ignorância e consolar-se-á facilmente dos excessos a que nós assistimos e que terão conservado a integridade do *mais belo dos reinos depois daquele do Céu*” (*Considerações...*, cap. II). In: Sainte-Beuve. *Portraits Littéraires* (1843). Paris, Garnier frères, 1862, 2 vol. Contudo, utilizamos a versão eletrônica da obra, disponibilizada pela Biblioteca Nacional Francesa em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/CadresFenetre?O=NUMM-35430&M=tdm>, p. 426.

³⁹¹ O qual Sainte-Beuve não nos diz, embora trate-se provavelmente da *Histoire de la Révolution française depuis 1789 jusqu'en 1814*, publicado a partir de 1824.

³⁹² Ao comentarem sobre a historiografia do período, S. Mellon e Massimo Boffa observaram que a tese da conspiração representou a versão interpretativa hegemônica no campo contra-revolucionário. In: S. Mellon. *Idem.*, p.59-60; M. Boffa. “La Rivoluzione e la Controrivoluzione.” In: F. Furet (org.). *L'Eredità della Rivoluzione Francese*. Roma, Laterza, 1989. p.92.

³⁹³ A. Hofman. “Opinion, Illusion, and the Illusion of Opinion: Barruel's Theory of Conspiracy.” In: *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 27, No. 1 (Autumn, 1993), p. 33.

³⁹⁴ Alice Gérard. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. (1970) trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999, p. 28.

³⁹⁵ Amparamos nossos dados em Alain de Benoist, *Bibliographie générale des droites françaises* (vol.4). Paris, Éditions Dualpha, 2005.

Durante a Monarquia de Julho, um período marcado por constante crescimento econômico e industrial (o qual duraria até 1846), o debate político polarizou-se em torno da questão religiosa, o que se refletiu nas interpretações sobre a Revolução Francesa.

Não surpreende que, em suas obras históricas, tanto Michelet quanto Quinet tenham resvalado no nome de Maistre e nas *Considerações*.

Protestante (por parte de mãe), republicano e “girondino”, Quinet foi um crítico contundente de Maistre. Na 13ª lição de seu *Le Christianisme et la Révolution française* (1845), formulou o seguinte juízo sobre as *Considerações*:

“Pelo contágio da violência, o teólogo M. de Maistre torna-se, idealmente, o Robespierre do clero. Ele opõe, em teoria, um terrorismo da Igreja ao terrorismo da Convenção. Seu Deus inexorável, assistido pelo carrasco, Cristo de um Comitê permanente de Salvação Pública, é o ideal de 1793, porém de um 1793 eternizado contra a Revolução. Em nome da Igreja, ele admite o sistema da Montanha, o terror, o cadafalso, do qual faz um altar, a ‘terra continuamente embebida em sangue’, tudo, exceto a liberdade, a igualdade, a fraternidade prometidas. Nesta teologia, que coloca verdadeiramente a morte na ordem do dia, resta, ao fundo, o absolutismo da Convenção, sem a esperança da libertação antes do último dia do globo, Robespierre sem Rousseau, o meio sem o fim. Tão grande é o ódio do catolicismo pela Revolução que, para matá-la no berço, empresta-se dela seu inferno, e rejeita-se apenas seu céu.”

Quanto a Michelet, o fato de aludir às *Considerações* em sua *Histoire de la Révolution française* (1847), apenas confirma a excentricidade desse panfleto contra-revolucionário, que, apesar de representar uma refutação radical da Revolução Francesa, ofereceu ao professor republicano argumentos contundentes que serviram para reforçar suas críticas aos resquícios feudais e à aristocracia do antigo regime:

“Eram uma classe de homens muito heterogêneos, mas em geral fracos e fisicamente decadentes, levianos, sensuais e sensíveis...” É o que reconhece o sr. de Maistre em suas *Considerações sobre a França*.³⁹⁶

Mais adiante, certo é que Michelet se remetia às *Considerações* quando dizia:

³⁹⁶ J. Michelet, *Histoire...*, Livro II, cap. III.

“Os emigrados arriscavam vencer, assassinar a pátria, para sua desonra eterna. Ter-lhes-ia dito M. de Maistre: ‘Oh, infelizes, felicitai-vos por terem sido derrotados pela Convenção!... Teríeis, pois, querido uma França desmembrada e destruída?’”³⁹⁷

Das principais obras historiográficas sobre a Revolução francesa neste período³⁹⁸, verificamos a presença de Maistre apenas em *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), de Alexis de Tocqueville, onde se encontra apenas uma referência às *Considerações*:

“Muitos consideram-na [a Revolução] como a ação visível do demônio na terra. ‘A Revolução Francesa tem um caráter satânico’, diz de Maistre, a partir de 1797.”³⁹⁹

Porém, é bem provável que o alvo da crítica a seguir seja o célebre panfleto de Maistre:

“A Revolução não foi de modo nenhum feita, como se acreditou, para destruir o império das crenças religiosas; ela foi essencialmente, apesar das aparências, uma revolução social e política; e, no círculo das instituições deste gênero, ela em nada tendeu a perpetuar a desordem, a torná-la de algum modo estável, a tornar metódica a anarquia, como dizia um de seus principais adversários, mas antes a fazer crescer o poder e os direitos da autoridade pública.”⁴⁰⁰

A Revolução de 1848 traria um novo público para os livros de Maistre: a burguesia. Diante da ameaça vermelha à propriedade, a burguesia descobriu que preferia a ordem à oportunidade de pôr em prática seu programa completo, decidindo-se, no contexto revolucionário, a esquecer velhas rixas dinásticas e cerrar fileiras em torno do “partido da ordem” com os legitimistas.

Essa inflexão para a direita, refletiu-se num “boom” editorial das *Considerações* (quatorze edições entre 1850-1874) e de outras obras de Maistre⁴⁰¹, suscitando importantes comentários da crítica francesa, com destaque para Sainte-Beuve (1804-1869), Barbey d’Aurevilly (1808-1889)⁴⁰², Charles de Rémusat (1797-1875)⁴⁰³, Alphonse Aulard (o

³⁹⁷ Jules Michelet. *Histoire de la Révolution française.*, Livro XIII, cap. I.

³⁹⁸ Como a *Histoire des Girondins* (1847) de Lamartine; *Histoire de la Révolution française* (1847) de Louis Blanc; *La Révolution* (1865) de Quinet.

³⁹⁹ Alexis de Tocqueville. *L’Ancien Régime et la Révolution* (1856). Livro I, cap. I.

⁴⁰⁰ *Idem.* Livro I, cap.V.

⁴⁰¹ Como as publicações das *Lettres et Opuscules inédits*, de 1851, e da *Correspondance diplomatique*, de 1860.

⁴⁰² Barbey d’Aurevilly escreveria *l’Ensorcelée* (1852), e *Le Chevalier des Touches* (1864), sob forte inspiração de Maistre, como ele nos revela em suas *Mémoires*. Ver: Jacques Petit. *Barbey d’Aurevilly critique*.

homônimo pai do célebre autor da *Histoire politique de la Révolution Française*, 1901) e Alphonse de Lamartine (1790-1869).

A propósito do lançamento das cartas inéditas de Maistre (1851), Sainte-Beuve fez questão de remeter o leitor às *Considerações*, nas quais a Revolução era tratada, segundo ele, “não somente em suas causas próximas e em seus efeitos imediatos, mas em seus princípios e suas fontes, em todo seu alcance e desenvolvimento, mesmo nas suas fases mais afastadas, em que a Restauração futura é predita e quase descrita em seus caminhos e seus meios. A impressão que este livro causou no momento de sua aparição foi viva, mas sua grande explosão viria apenas vinte anos mais tarde, quando os acontecimentos verificaram-lhe os pontos mais memoráveis.”⁴⁰⁴

Nos *Portraits Littéraires*, após informar que as “discussões religiosas” favoreceram a difusão das obras de Maistre na França (p.390), Sainte-Beuve elogia as *Considerações* por haverem julgado “à primeira vista, e de tão alto, a Revolução francesa”.⁴⁰⁵

Na mesma linha de Sainte-Beuve, Aulard oferece-nos um testemunho da grande popularidade de Maistre na cultura francesa de meados do século XIX, a qual advinha de sua eloqüente exaltação da França expressa nas *Considerações*:

“Essas linhas eloqüentes, que testemunham uma altíssima estima por nossa pátria, não se poderia lê-las sem emoção. Elas fazem esquecer muitas violências do estilo, muitas distâncias da lógica, e explicam a espécie de popularidade, misturada à uma resistência, de que goza o conde de Maistre entre nós.”⁴⁰⁶

Lamartine, um pouco mais tarde, manifestaria suas impressões a respeito das *Considerações* e de seu autor:

Paris, Annales Littéraires de l'université de Besançon, 1963. Publica, em 1851, *Les prophètes du passé. J. de Maistre – de Bonald – Chateaubriand – Lamennais*.

⁴⁰³ Ao escrever sobre Maistre, Rémusat declara não pretender menoscabar os talentos literários do saboiano, e sim desautorizar suas idéias, sobretudo as que se encontram nas *Considerações*:

“É ao espírito dos tempos modernos que ele declara uma guerra mortal, a esse espírito tal como se manifestou pelos princípios da Revolução Francesa. Não são os excessos, os extravios, os crimes que ele ataca; os excessos, os extravios, os crimes são, para ele, a essência da Revolução, e querer separá-la do mal que ela produziu, é tentar separá-la dela mesma.” Ch. de Rémusat. “Du Traditionalisme”. *Revue des Deux Mondes*, 9 (27º ano, 2º período): p.243, 15 de Maio, 1857.

⁴⁰⁴ Sainte-Beuve. *Causeries du Lundi* (1851). Recorremos à versão digitalizada da obra, acessível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/CadresFenetre?O=NUMM-37439&M=tdm>, p. 196.

⁴⁰⁵ Sainte-Beuve. *Portraits Littéraires*. Garnier frères, Paris, 1862, p. 420.

⁴⁰⁶ A. Aulard. “Joseph de Maistre”. Paris, *Revue Contemporaine*. 28: 626, 1856.

“Assim é o livro, nulo como profecia, violento como filosofia, desordenado como política... Mas este livro é um clarão de relâmpago oriundo das montanhas dos Alpes para iluminar, com um dia novo e sinistro, todo o horizonte contra-revolucionário da Europa ainda em estupor... Esse estilo breve, nervoso, lúcido, nu de frases, robusto de membros, não se ressentia da moleza do século XVIII, nem da declamação dos últimos livros franceses: era nascido e temperado no vento dos Alpes; era virgem, jovem, áspero e selvagem; carecia completamente de respeito humano, sentia a solidão... Este homem era novo entre os filhos do século.”⁴⁰⁷

Naquela que constitui a principal obra da historiografia sobre a Revolução durante a III República, *Les Origines de la France Contemporaine* (1876-1893) de Hippolyte Taine, conseguimos identificar apenas poucas alusões a Maistre (a mais significativa delas a *Du Pape*), nenhuma às *Considerações*.

Melhor fortuna Maistre e suas *Considerações* obtiveram na obra de Albert Sorel (1842-1906), *L'Europe et la Révolution française* (1885). Sorel evita o “parti pris” de Taine em relação à violência popular, compreendendo-a como um resultado da desastrosa política empreendida pelos emigrados franceses e pelas cortes europeias durante a Revolução. Cita várias passagens das *Considerações* de Maistre, por ele descrito como o “mais eloquente apologista da contra-revolução”⁴⁰⁸, para ilustrar os riscos que a política contra-revolucionária trouxe para a integridade nacional.

Todavia, a maior virtude de Maistre nas *Considerações* consistiu, segundo ele, em haver compreendido melhor do que ninguém a amplitude do fenômeno jacobino que, naquelas injunções de guerras intestinas e externas, foi o maior responsável pelo triunfo da Revolução e pela manutenção da integridade territorial francesa.⁴⁰⁹

No início do século XX, o nome de Maistre viria associado sobretudo à Ação Francesa⁴¹⁰. Apesar de um grande número de autores ter sublinhado a influência do

⁴⁰⁷ Alphonse de Lamartine. *Souvenirs et Portraits*, Paris, Hachette, 1871, 3 vol., t.I, p. 188-9.

⁴⁰⁸ A. Sorel. *L'Europe et la Révolution française*. III Partie: *La Guerre aux Rois*. Paris, Librairie Plon, 20^a edição, 1920 p.479; p.537; p.565.

⁴⁰⁹ Albert Sorel. *Ibidem.*, p. 530.

⁴¹⁰ Fundada em junho de 1899 como um prolongamento da Liga da Pátria Francesa - instituída no ano anterior por um grupo de intelectuais que pretendiam se opor aos defensores de Dreyfus e à Liga dos Direitos do Homem (1898).

pensamento de Maistre sobre Maurras ou sobre a *Action Française* em geral⁴¹¹, essa assimilação não se deu tão naturalmente, como demonstrou Jean Zaganiaris num excelente estudo.

“Seria ilusório pensar as relações entre o pensamento maistreano e a Ação Francesa, em se tratando do monarquismo desse movimento, como algo dado de antemão. Era através da crítica contra aquilo que percebiam ser a triste realidade da III República, decadente, instável e corrompida, e não em razão de uma atração pela realeza, que essa organização contra-revolucionária se constituiu.”⁴¹²

Isto fica demonstrado pelo fato de o movimento ter silenciado sobre o nome de Maistre até 1901, quando o saboiano faz sua primeira aparição numa coleção intitulada “Nos maîtres” (nossos mestres)⁴¹³. Ao selecionar algumas passagens do pensamento de Maistre e dispô-las sob a forma de aforismos – sendo que a maior parte era extraída de seu tratado *De la souveraineté du peuple* –, a Ação Francesa tinha o duplo cuidado de atrair a atenção do público católico sem, no entanto, aludir ao passado maçônico/místico de Maistre, que poderia escandalizar os adeptos de inclinações positivistas. E a escolha do tratado anti-rousseauiano não poderia se encaixar melhor nos desígnios do movimento: afinal, defendia-se a monarquia sem apelo excessivo à Providência, demonstrava-se a impossibilidade da soberania popular numa grande nação e, finalmente, criticava-se a escritura constitucional abstrata.

No ano seguinte, a revista da Ação Francesa de 1º de fevereiro de 1902 trouxe um artigo de Charles Maurras (1868-1952), no qual descrevia-se Maistre como um autor atual e “positivo”, isto é, exaltando sua defesa historicista-pragmática da monarquia:

“Assim pensava Joseph de Maistre. Elevemos-lhe um monumento; mas tratemos, sobretudo, de compreender e divulgar seu método.”⁴¹⁴

⁴¹¹ P. Burrin. “Le fascisme”, in J.F. Sirinelli. *Histoire des droites en France*, Paris, Gallimard, 1992, vol 1, p. 623-638; M. Winock. “L’héritage contre-révolutionnaire”, in M. Winock (org.), *Histoire de l’extrême droite en France*, Paris, Seuil, 1993, p. 17-49.

⁴¹² J. Zaganiaris. *Spectres Contre-Révolutionnaires: interprétations et usages de la pensée de Joseph de Maistre XIX^e- XX^e siècles*. Paris, L’Harmattan, 2005, p.113.

⁴¹³ “Nos maîtres: Joseph de Maistre: Aphorismes de politique positive.” in: RAF, 1º de março de 1901. Antes de Maistre, os “mestres” citados foram, respectivamente, Rivarol, Voltaire (com o curioso subtítulo de “Abaixo os Judeus!”) e Bonald. Até mesmo Machiavelli seria citado, na edição de 1º de julho de 1904. Cf. J. Zaganiaris, *op. cit.*, p.130.

⁴¹⁴ Trata-se do artigo “Le Monument de Chambéry: Xavier et Joseph de Maistre”. In: J. Zaganiaris. *op. cit.*, p. 134-5.

Em 1907, por meio da editora Nouvelle Librairie Nationale, este movimento conservador-reacionário lançava uma nova edição das *Considerações* - a primeira desde 1882 - cujo prefácio ficou a cargo do padre Bernard de Vesins⁴¹⁵. Inspirado pelas idéias maurrassianas, o prefaciador exaltava as críticas do saboiano aos sistemas abstratos aplicados à política, que, a seu ver, fundamentavam as acusações empreendidas pelo movimento à “decadente” III República⁴¹⁶.

“É o grande pensamento da obra: jamais construir cidades futuras segundo os planos de nossa imaginação ou de nossos razoamentos, mas sempre buscar nos costumes estabelecidos a maneira prática de viver em nossas cidades... Era preciso conhecer de cor esses conselhos geniais. Muitas dessas máximas deveriam ser gravadas em letras d’ouro sobre todos os muros desta funesta fábrica de leis opressivas ou destrutivas que constitui a câmara dos deputados.”⁴¹⁷

Curiosamente e de acordo com as estratégias políticas da Ação Francesa, Vesins no final de seu prefácio preferiu acentuar o caráter incisivo, e não a mensagem religiosa do panfleto⁴¹⁸. A esse respeito, Zaganiaris conclui que “o pensamento maistreano era mobilizado num registro de ação que lhe era não apenas estrangeiro, mas cujas formas ele havia rejeitado no final do século XVIII. Segundo Joseph de Maistre, a contra-revolução não era obra dos indivíduos, mas a ação da Providência. Para Bernard de Vesins, a decadência do período tornava necessário a ação de alguns homens que restabeleceriam o rei e poriam um fim a um regime que dava a ilusão aos indivíduos de poderem participar na vida política”.⁴¹⁹

O público da Ação Francesa teria de esperar até 1910 para encontrar artigos em que o nome de Maistre fosse utilizado de maneira central. Tratava-se, desta feita, de uma contra-

⁴¹⁵ O conde Bernard de Vesins (1869-1951) alinhou-se à Ação Francesa em 1903, depois de ter sido aprisionado por opor-se violentamente ao inventário das igrejas, que seria regulamentada dois anos depois pelo artigo III da lei de 9 de dezembro de 1905 - que consolidou o laicismo do Estado francês, obrigando todas as paróquias a inventariar seus bens às prefeituras locais. No contexto do acalorado debate, a reedição da obra cumpria o objetivo tático de unir os membros católicos e positivistas do movimento.

⁴¹⁶ Cf. Zaganiaris., *op. cit.*, p. 174.

⁴¹⁷ B. Vesins *Apud* Zaganiaris 2005:175-6.

⁴¹⁸ “Nesses tempos em que a razão, enervada pelos abusos das discussões, perdeu o hábito e o gosto pela afirmação, em que a verdade quase não ousa mais se mostrar sem um cortejo de erros destinados a torná-la menos assustadora, a leitura de Joseph de Maistre será um remédio salutar para muitos homens abusados. Ela irá dotá-los de virilidade; dissipará suas hesitações; levá-los-á direto à verdade e transformará sua timidez de espírito e de palavra em ardor fervente de apostolado.” In: B. Vesins *Apud* Zaganiaris 2005: 176.

⁴¹⁹ J. Zaganiaris., *op. cit.*, p. 176.

ofensiva do movimento dirigida ao público da Sabóia, uma vez que o governo local decidira homenagear Rousseau em Chambéry, cidade natal do realista, e na presença do presidente da República, M. Fallières, em 1910.

Coube ao professor de letras e ex-presidente da Liga da Pátria Francesa durante a questão Dreyfus, Jules Lemaître (1853-1914), exaltar o nome de Maistre, no artigo “Joseph de Maistre” (*RAF*, 15 de novembro de 1910). Nele, Maistre era descrito como um “juiz” e uma “testemunha” da Revolução, e fazia-se uso extenso das *Considerações* dentre suas obras. Curiosamente, como frisou Zaganiaris⁴²⁰, Lemaître buscou escamotear o tratamento providencial de Maistre sobre o Terror – que ele conhecia bem⁴²¹ –, uma vez que atribuí-lo à ação providencial, como fizera o saboiano, traía as intenções ativistas-“revolucionárias”⁴²² da Ação Francesa. Seu discurso, assim como fizera Maurras em 1902, insistia sobre o “método histórico” com o qual Maistre criticara a Revolução Francesa.

Somente em 1921, por ocasião do centenário de seu falecimento, é que a figura de Maistre reaparecerá na revista do movimento, novamente pela pena de Maurras.⁴²³ O objetivo deste artigo, como o título indica (“A verdade sobre Joseph de Maistre”), era defendê-lo das críticas que lhe eram feitas por seu passado maçônico, destacando que essa participação (a qual era vituperada simultaneamente pelo ramo católico e pelo ramo positivista⁴²⁴ do movimento) era fruto de um excesso de “piedade espiritualista e de cristianismo interior” do saboiano.⁴²⁵

Em 1936, portanto às vésperas do sesquicentenário da Revolução, veio a lume uma nova edição das *Considerações*, com prefácio de François Vermales (principal biógrafo de Maistre nos anos 1930) e René Johannet⁴²⁶.

⁴²⁰ J. Zaganiaris., *op. cit.*, p.141.

⁴²¹ “Entretanto, Joseph de Maistre e o próprio Rivarol foram extremamente severos para com a nobreza antes de 1789... Joseph de Maistre chega a dizer que a ‘a Revolução francesa teve como causa principal a degradação moral da nobreza.’” Lemaître *Apud* Zaganiaris 2005 : 142.

⁴²² Ou seja, na acepção de “revolução contrária”, condenada por Maistre.

⁴²³ C. Maurras, “La vérité sur Joseph de Maistre.”., *A.F.*, 20 février 1921.

⁴²⁴ Na mesma linha de Maurras, o “positivista” Louis de Montesquiou destacava o “espírito sociológico” e “realista” da contra-revolução do século XVIII, sobretudo Maistre, a quem se referia a partir das *Considerações*. Cf. J. Zaganiaris. *op. cit.*, p.149.

⁴²⁵ Maurras *Apud* Zaganiaris 2005: 145.

⁴²⁶ Integrante da ala católica e anti-semita do movimento, Johannet dedica, em 1932, um ensaio a Maistre (*Joseph de Maistre*. Paris, Flammarion, 1932), no momento em que o fascismo ganhava ímpeto na Europa (ele próprio simpático a Mussolini). Neste ensaio, criticava o engajamento maçônico do saboiano (grosso modo, a Ação Francesa reproduzia com seu valor de face as acusações lançadas à maçonaria por Barruel, acrescentando apenas o elemento anti-semita e “financeiro”), o qual, a seu ver, refletia-se sobretudo

Nos anos 1940 e às vésperas da instauração do regime Vichy, Bertrand de Vaulx (1892-1976)⁴²⁷ publicou uma coletânea de textos de Joseph de Maistre⁴²⁸, na qual retomava principalmente passagens das *Considerações sobre a França*. Com isso, buscava aliar o conteúdo positivo com o conteúdo religioso do saboiano:

“Pois se Joseph de Maistre, no estudo da História, apresentou uma análise exata das causas secundárias, capazes de satisfazer o espírito mais positivista, ele sempre vinculou essas causas secundárias a um desígnio providencial. Por exemplo, na Revolução Francesa, ele não se limita em constatar que o patriotismo dos jacobinos e do Comitê de Salvação Pública garantiu a indivisibilidade da França, conservando, assim, a herança legítima, uma visão que já era bastante penetrante; vê ainda nesta proteção a ação da Providência. Os jacobinos, Napoleão, foram os instrumentos da Providência.”⁴²⁹

Mas naquela atmosfera beligerante em que mergulhava a Europa, importava também destacar outro aspecto das *Considerações*, a saber, a visão maistreana sobre a guerra como punição divina:

“Maistre apresenta a guerra como o meio de castigar os males e as desordens gerais. E a quem objetasse que muitos inocentes perecem nos combates, Maistre opõe a teoria da reversibilidade dos méritos e das culpas, segundo a qual o sacrifício do justo beneficia o culpado. Idéia mestra de sua metafísica que se encontra já nas suas *Considerações* e que tomou seu pleno desenvolvimento nas *Soirées*.”⁴³⁰

nas *Soirées* (1821). Concluía, porém, que essa participação foi breve e sem maiores consequências, demonstrando que Burke, e não a maçonaria, constituía a principal fonte de seu pensamento: “Nós sempre procuramos derivar do passado tudo aquilo que possuímos, como uma herança legada por nossos ancestrais. Nossa constituição não é um contrato fictício da fábrica do vosso Rousseau, próprio a ser violado a cada três meses, mas um contrato real, pelo qual rei, nobre, povo, igreja, cada um sustenta os outros e crê-se sustentado. Assim falava Burke em 1790. Sua doutrina encontrará profundos ecos em Maistre.”In: Johannet *Apud* Zaganiaris 2005:192.

O intuito de Johannet era destacar a atualidade do conteúdo religioso das *Considerações* para aquela sociedade laica da III República. Maistre e seu panfleto termidoriano eram convocados para demonstrar que o homem nada podia criar apartado da vontade de Deus, de maneira que o regime republicano, além de condenado à instabilidade, adquiria um caráter ímpio.

⁴²⁷ A exemplo de Pierre Gaxotte, fora secretário de Charles Maurras.

⁴²⁸ B. de Vaulx. “Une politique expérimentale.”A.F. 20 mars 1940. Ainda que a coletânea fosse publicada pela Fayard e não pela Nouvelle Librairie Nationale, é certo que a mesma se inscrevia num quadro de uso estratégico do pensamento maistreano típico de um membro da Ação Francesa, que por sua vez acolheu entusiasticamente aquela publicação. Ver Zaganiaris, *op. cit.*, p.196.

⁴²⁹ B. de Vaulx *Apud* Zaganiaris 2005:199.

⁴³⁰ B. de Vaulx *Apud* Zaganiaris 2005: 199-200.

No pós-guerra, Maurras, em suas *Réflexions sur la Révolution de 1789* (1948)⁴³¹, também se referiu às *Considérations*, embora distorcesse o seu sentido⁴³²:

“Não existe, portanto, revolução jacobina a distinguir de uma Revolução Francesa. Não sei se a Revolução Francesa é satânica como dizia Joseph de Maistre. Ela é certamente, inevitavelmente, antifrancesa. O que teria ela de francesa? Ela destruiu toda a França.”⁴³³

Refeito esse percurso até meados do século XX, constata-se um refluxo nas publicações das *Considérations*. Depois de 1943, a próxima edição em solo francês teria de aguardar até 1980. Nada parecido com o século anterior onde, a cada abalo político, visitava-se o saboiano no céu ou no inferno, dependendo do lado que se assumisse.

Apesar de a historiografia da Revolução entre as décadas de 1920-70 ter sido marcada pela hegemonia do modelo epistemológico marxiano e pela consolidação da história social, nem por isso as *Considérations* de Maistre passaram despercebidas. Encontramos referências a elas nos trabalhos de G. Lefebvre⁴³⁴, Federico Chabod⁴³⁵, Jean-J. Chevalier⁴³⁶, G. de Bertier de Sauvigny⁴³⁷, R. R. Palmer⁴³⁸, Roger H. Soltau⁴³⁹, Norman Hampson⁴⁴⁰; e

⁴³¹ Importa salientar que as *Réflexions*, nascidas do encarceramento que lhe infligiram após a Libertação, não foram redigidas *ex nihilo*, antes constituindo um reagrupamento de idéias anteriores.

⁴³² As *Réflexions* definiam a Revolução Francesa como um processo que havia interrompido a monarquia na França - regime que, a seu ver, melhor representava o interesse público, pois remediava o individualismo e a ambição dos interesses particulares, vitoriosos com o advento do sufrágio universal – e abandonado o país a um grupo heterogêneo composto pelos “metecos”, “franco-maçons”, “protestantes” e “judeus”.

Ao compreender a Revolução como um processo histórico que se repetiria em 1830, 1848, 1871 e 1899 (ano em que Dreyfus foi reconhecido como inocente), Maurras se distanciava da direita anticomunista (mesmo a que integrava os quadros da Ação Francesa), pois, no seu entendimento, a luta tinha de ser dirigida contra os valores de 1789 reiterados pela França da Liberação.

⁴³³ C. Maurras *Apud* Zaganiaris 2005:166.

⁴³⁴ Lefebvre refere-se a Maistre em obras de caráter geral, como o manual *La Révolution Française* (1930), da coleção “Peuples et Civilisations (sob a direção de Louis Halphen e Philippe Sagnac), *La naissance de l'historiographie moderne* (póstuma, 1971), *Réflexions sur l'histoire* (póstuma, 1978). Mesmo sendo socialista e maior expoente da história social, Lefebvre chamou a atenção dos detratores de Maistre para o fato de que o saboiano possuía um grande “sentido da história” (*La Révolution Française*, Paris, PUF, 1951, p.613), e que o mesmo, como “espiritualista”, não negava a liberdade moral (*O Nascimento da Moderna Historiografia*. Lisboa, Sá da Costa, 1981., p.249).

⁴³⁵ Célebre por seus estudos sobre o Renascimento italiano, Maistre e as *Considérations* não passaram imperceptíveis no curso que F. Chabod ministrou sobre a Revolução Francesa na Universidade de Roma, no ano acadêmico de 1951-2. Ver: F. Chabod. *Alle origini della rivoluzione francese*. Organizado por Fausto Borrelli. Firenze-Antella. Passigli Editori, 1998, p. 24-25; 213; 225.

⁴³⁶ Jean-Jacques Chevalier. “Un libro muy extraño: las *Consideraciones sobre Francia* de Joseph de Maistre (1797).” In: *Revista de Estudios Políticos*, XLIV, nº 64, julio-agosto 1952, p.91-108. Excelente resumo de Maistre e das *Considérations*.

⁴³⁷ G. de Bertier de Sauvigny. *La Restauration*. Paris, Flammarion, 1955, p.345.

⁴³⁸ Reporta-se às *Considérations* no seu 1789: *Les Révolutions de la liberté et de l'égalité* (Paris: Calmann-Lévy, 1968, p. 128), o qual é uma versão reduzida de seu *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760-1800*, em dois volumes: *The Challenge* (1959) e *The Struggle* (1964).

especialmente nos trabalhos de Jacques Godechot⁴⁴¹ e de Paul Beik⁴⁴², ambos dedicados às interpretações contra-revolucionárias. E de modo a enfatizar suas críticas à política dos emigrados, até o historiador socialista Albert Mathiez reproduziu a seguinte passagem das *Considerações* em sua *Histoire de la Révolution*: “Que pediam os realistas quando pediam uma contra-revolução feita bruscamente e pela força? Pediam a conquista da França...”⁴⁴³

Curiosamente, não encontramos referências a Maistre nas principais obras conservadoras dos anos 1920, seja em *Les Sociétés de pensée et la démocratie: Études d'histoire révolutionnaire* (1921) de Augustin Cochin, seja em *La Révolution Française* (1928) de Pierre Gaxotte. Somente na reedição de 1974 desta última obra é que Gaxotte, auxiliado por Jean Tulard, citou as *Considerações*, mas a título de referência bibliográfica apenas⁴⁴⁴.

Era certo, todavia, que Maistre sofria de um handicap por vir estreitamente vinculado à Ação Francesa e, por silogismo, ao regime Vichy e ao fascismo.⁴⁴⁵ Pouco importavam as admoestações de Mussolini a respeito da distância que separava sua doutrina daquela apregoada pelo saboiano: “As negações fascistas do socialismo, da democracia, do liberalismo, não devem, contudo, levar-se a crer que o fascismo pretende reconduzir o

⁴³⁹ Roger Henry Soltau. *French Political Thought in the 19th century*. New York. Russel & Russel. 1959, p.16-26.

⁴⁴⁰ Norman Hampson. *A Primeira Revolução Européia* (1969). Lisboa. Editorial Verbo, p. 117.

⁴⁴¹ Jacques Godechot, aluno de Mathiez, lança, em 1961, *La Contre-Révolution: doctrine et action 1789-1804* (1961), no qual dedica quatorze páginas a Maistre.

⁴⁴² Paul H. Beik. *The French Revolution Seen From the Right. Social Theories in Motion, 1789-1799*. New York. Howard Fertig, 1970.

⁴⁴³ Albert Mathiez. *História da Revolução Francesa* (1822-4). *O Terror* (vol.III). Trad. de Paulo Zinco. São Paulo. Atena Editora, s/d, p.102.

⁴⁴⁴ Em 1980, Tulard redigiria pela editora Garnier Frères uma introdução a uma nova edição das *Considerações*.

⁴⁴⁵ Num ensaio escrito em 1960, mas publicado apenas em 1990, o autor liberal I. Berlin considerou Maistre um “profeta do futuro”, mais precisamente, do extremo século XX, (do qual Berlin buscava empreender um balanço), e de tudo o que ele trouxe de mais terrível (totalitarismo, genocídio, perseguições aos intelectuais, tortura, guerra). In: “De Maistre e as origens do fascismo”. *Limites da Utopia. Capítulos da história das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Nesta linha, o historiador italiano Massimo Boffa, ao escrever o verbete “Maistre” para o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* (1988) (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989), relaciona a defesa do absolutismo monárquico e da infalibilidade papal de Maistre ao “decisionismo” político e à moderna defesa da ditadura por Carl Schmitt (M. Boffa, 1989:1010-1011). Como um tratamento digno do assunto ultrapassaria o escopo dessa pesquisa, limitamo-nos à citação de autores que, ao empreenderem o estudo dessa relação, alcançaram um resultado diametralmente oposto ao que nos apresenta Boffa. São eles: Alberto Spektorowski. “Maistre, Donoso Cortés and the Legacy of Catholic Authoritarianism.” *Journal of the History of Ideas*. 2002, p.283-302; Graeme Garrard. “Joseph de Maistre and Carl Schmitt”. In: R. Lebrun (org). *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen's University Press, 2001, p. 220-238. Para uma abordagem contextualista da apropriação maistreana por Schmitt, consulte-se Jean Zaganiaris, *op. cit.*, p. 209-239.

mundo ao que ele era antes de 1789, data que é considerada como o ano de inauguração do século demo-liberal. Não se retorna ao passado. A doutrina fascista não escolheu de Maistre como profeta. Um partido que governa uma nação ‘totalitariamente’ é um fato novo na história.”⁴⁴⁶

Assim, não nos surpreende o fato de que às vésperas do bicentenário da Revolução, o historiador italiano Massimo Boffa, especialista em contra-revolução, tenha estabelecido um severo julgamento contra a interpretação maistreana da Revolução – o qual seria mitigado no verbete “Maistre” que redigiu para o *Dictionnaire critique de la Révolution française*. (1988), de Mona Ozouf e F. Furet: “Por que recomendar à atenção do leitor a obra de Maistre? O interesse de sua obra é, com efeito, longe de ser incontestável... Quando trata da Revolução Francesa, um tema que o perseguirá por toda sua vida, revela-se um historiador medíocre. Pouco importa-lhe saber como o Antigo Regime pôde engendrar a catástrofe em que iria soçobrar, e a preocupação primordial para um historiador – que será aquela dos *doutrinários*, de Tocqueville, do pensamento liberal: ancorar a Revolução na história da França – é-lhe completamente estranha. A imagem ambígua de um devir em que fatores heterogêneos se interpenetram não estimula seu espírito, atraído pela miragem de uma oposição sumariamente maniqueísta entre a representação da ordem de direito divino e o satanismo revolucionário.”⁴⁴⁷

Contudo, não é verdade que na obra de Maistre não exista uma reflexão sobre as causas da Revolução, pois em *Réflexions sur le protestantisme* (1798)⁴⁴⁸, *Du Pape* (1819) e *De l'Église Gallicane* (1821), explica-se a Revolução francesa à luz de um longo processo iniciado pela Reforma religiosa do século XVI, e que se desdobrou na oposição jansenista-parlamentar à monarquia absolutista durante o século XVIII. Recentemente e de acordo com os melhores métodos da erudição histórica, Dale K. Van Kley alcançou os mesmos resultados da polêmica hipótese maistrena.⁴⁴⁹ Do mesmo modo, enquanto certos autores salientam a “séria falha” de Maistre por este haver dispensado pouca atenção aos fatores

⁴⁴⁶ B. Mussolini. *Le Fascisme: doctrine-institutions*. Paris, Denoël et Steele, 1933, p. 49.

⁴⁴⁷ Massimo Boffa. “Joseph de Maistre: la défense de l'autorité”. *Le Débat*, março-maio 1986, n° 39, p.81.

⁴⁴⁸ Publicado apenas em 1870.

⁴⁴⁹ Dale K. Van Kley. *The Religious Origins of the French Revolution: From Calvin to the Civil Constitution, 1560-1791*. New Haven: Yale University Press. 1996.

econômico-sociais na Revolução Francesa⁴⁵⁰, não deveríamos ser relativamente indulgentes com ele e, sem deixar de reconhecê-la, constatar que o mesmo sempre escreveu a partir da experiência obtida da semi-periferia do capitalismo, isto é, na Savóia, em Lausanne ou na Rússia czarista?

Outro fator que não deve ser ignorado por aqueles que acusam Maistre de haver posto demasiada ênfase ao fator providencialista em sua interpretação do fenômeno revolucionário, é a relação entre Estado e Igreja durante a Revolução. Para muitos contemporâneos da Revolução, ela representou acima de tudo um atentado contra a religião, como demonstraram William Doyle⁴⁵¹ e Darrin M. McMahon⁴⁵² em seus trabalhos. Pois, como reconhecia – mas sem concordar com a tese contra-revolucionária – Tocqueville, era impossível destruir a antiga sociedade mantendo-se intacta uma instituição como a Igreja católica, que se confundira intimamente com a política e às instituições feudais.⁴⁵³

Assim, poderíamos concordar em parte com esse juízo de Boffa, mas sem cometer a injustiça de imputar a Maistre uma insuficiência na realização de algo que ele, definitivamente, não se propôs a fazer, isto é, uma *história* da Revolução.

Como observaram Paul Beik⁴⁵⁴, Stéphane Rials⁴⁵⁵, Jean-Yves Pranchère, Michel Winock⁴⁵⁶ e o próprio Boffa do “dicionário”, o que distingue as *Considerações* no conjunto da literatura contra-revolucionária é precisamente a subsunção do fenômeno revolucionário num plano metafísico⁴⁵⁷. Ao descrever a Revolução como um milagre, “Maistre não pretende que ela seja desprovida de causas, nem que seja impossível de reconstituir o

⁴⁵⁰ Como J. Tulard em “Introdução” às *Considérations sur la France* (1797). Paris, Garnier Frères, 1980, p.24; e Peter Davies em *The Extreme Right in France, 1789 to the Present*. London, Routledge, 2002. p.32-33.

⁴⁵¹ William Doyle. *The Oxford History of the French Revolution* (1989). Oxford, Oxford University Press, 1992, p.136-144.

⁴⁵² Darrin M. McMahon. *Enemies of the Enlightenment. The French Counter-Enlightenment and the making of the Modernity*. New York, Oxford University Press, 2001. p. 71-83.

⁴⁵³ “Uma das primeiras iniciativas da Revolução foi atacar a Igreja, e entre as paixões que nasceram dessa Revolução, a primeira ateadada e a última a ser extinta foi a paixão irreligiosa.” In: Alexis de Tocqueville. *L’Ancien Régime et la Révolution*, Livro I, cap.II e Livro II, cap.I.

⁴⁵⁴ Paul H. Beik. *Idem.*, p.65.

⁴⁵⁵ S. Rials. “Lecture de Joseph de Maistre.” In: S. Rials (org.) *Révolution et Contre-révolution au XIX^e siècle*. Paris. Albatros/D.U.C., 1987, p.30.

⁴⁵⁶ M. Winock. “L’héritage contre-révolutionnaire.” In: M. Winock (org.) *Histoire de l’extrême droite en France*. Paris. Éditions du Seuil. 1993, p.32.

⁴⁵⁷ M. Boffa. “Maistre.” In: M. Ozouf e F. Furet (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989, p. 1005.

encadeamento causal que organizou seu curso; sustenta, mais profundamente, que a Revolução não pode ser compreendida a partir das causas *que são efetivamente as suas*".⁴⁵⁸

Ademais, já se fazia presente nas *Considerações* um ensaio de ciência social moderna, através do apelo à história como "política experimental", como sublinharam Paul Beik (1970: 66), Sheldon Wollin⁴⁵⁹, e, mais recentemente, Carolina Armenteros⁴⁶⁰.

Deste modo, as *Considerações* reassumiram sua condição de clássico do conservadorismo, como ficou demonstrado por sua presença nos principais manuais ou dicionários de história, sobretudo os que foram publicados em ocasião das celebrações do bicentenário da Revolução (1989).⁴⁶¹

George Steiner atribuiu a Maistre o mérito de haver sintetizado com clareza, numa "prosa da mais luminosa e lapidar qualidade", os "axiomas metafísico-teológicos inerentes em qualquer refutação fundamental à Revolução Francesa".⁴⁶²

Jack Hayward descreveu Maistre como um "truculento livre-pensador" que empreendeu (nas *Considerações*) a mais "devastadora" reação intelectual à Revolução francesa⁴⁶³, enquanto William Doyle destacou o fato de as *Considerações* terem contribuído ao nascimento de uma perspectiva política de direita que seria hegemônica em muitos governos do século XIX, os quais viam na defesa da religião, no controle da opinião e na proibição ao sufrágio universal, seus principais pilares de sustentação (1992:423). Com o

⁴⁵⁸ J-Yves Pranchère. *L'autorité contre les Lumières: la philosophie de Joseph de Maistre*. Genève, Droz, 2004, p.393.

⁴⁵⁹ Sheldon S. Wolin. *Politics and Vision. Continuity and Innovation in Western Political Thought*. (1960). Princeton, Princeton University Press, 2004, p.322-3.

⁴⁶⁰ Carolina Armenteros. "From Human Nature to Normal Humanity: Joseph de Maistre, Rousseau and the Origins of Moral Statistics." *Journal of the History of Ideas*, vol. 68, Number 1 (January 2007), p.128.

⁴⁶¹ Por exemplo, Alice Gérard. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. (1970) trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999; Denis Huisman, (org.); *Dictionnaire des philosophes*, Paris, P.U.F., 1984, vol. II, pp. 1713-1715; F. Furet e Mona Ozouf (org.) *Dictionnaire critique de la Révolution française*. Paris : Flammarion, 1988; Pierre Manent, "Joseph de Maistre" in *Dictionnaire des oeuvres politiques*. (Org.) Francois Chatelet, Olivier Duhamel, et Evelyne Pisier. PUF, 1986; Michel Vovelle (org.) *França Revolucionária (1789-1799)*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Brasiliense, 1989; Bruno Bongiovanni e Luciano Guerri (org.) *L'albero della Rivoluzione. Le interpretazioni della Rivoluzione francese*. Einaudi, Torino, 1989; M. Prélot et G. Lescuyer, *Histoire des idées politiques*, Paris, Dalloz, 1992, pp. 632-638; Geoffrey Best (org.). *The Permanent Revolution: the French Revolution and its Legacy 1789-1989*, London, The University of Chicago Press, 1988. Gerard Gengembre. *La Contre-Revolution ou l'histoire désespérante*. (1989). Paris. Imago, 2001. Todos dedicam um espaço ao verbete "Maistre" e referem-se às *Considerations*.

⁴⁶² George Steiner. "Aspects of Counter-revolution." In: Geoffrey Best (org.). *The Permanent Revolution: the French Revolution and its legacy: 1789-1989*. University of Chicago Press. Chicago, 1989, p.144.

⁴⁶³ Jack Hayward. *After the French Revolution: six critics of Democracy and Nationalism*. New York University Press. New York, 1991.p.44.

auxílio do panfleto termidoriano de Maistre, Georges Gusdorf pôde sublinhar, em seu estudo comparativo das revoluções americana e francesa, o fracasso do longo processo revolucionário francês (1789-1799) em alcançar uma forma constitucional de governo⁴⁶⁴. Por sua vez, o historiador do pensamento econômico, Albert O. Hirschman, selecionou passagens das *Considerações* para ilustrar o uso da retórica da perversidade pelos modernos políticos conservadores.⁴⁶⁵

Em sua introdução às *Considerações* (1988), Manent acentuou o pioneirismo da obra que, segundo ele, constitui o primeiro esforço das vítimas da Revolução “não para expandir suas queixas, mas para se esforçar em compreendê-la” e vislumbrar o futuro provável: “Pela primeira vez no continente e na mesma língua dos revolucionários, o pensamento se esforça em fazer frente ao radicalismo da Revolução... mais do que as *Reflections* de Burke, suas *Considerações* fundam a tradição da reação, ou da contra-revolução, dessa corrente de pensamento que, ao invés de criticar a Revolução por uma medida ou outra, ou por seus excessos em geral, rejeita-a por inteiro, em seu princípio, como contrária à própria natureza do homem social e moral”.⁴⁶⁶

Mais do que isso, as *Considerações*, conforme destacou F. Furet em *A Revolução em debate* (1999), ao negarem-se em separar uma “boa” Revolução da “má”, avançaram uma leitura da “Revolução-bloco” de tão brilhante futuro⁴⁶⁷. A exemplo de Burke, Maistre identificou no projeto revolucionário do Iluminismo, isto é, no projeto de (re)fundar a sociedade por meio da razão individualista (a qual teve origem na Reforma Protestante do século XVI), as causas da instabilidade política dos sucessivos governos revolucionários (que ele, mesmo após a Restauração, julgava longe de um final feliz para sua causa) e do Terror, de modo que se torna impossível separar uma “era feliz” daquilo que Constant e, posteriormente, a historiografia liberal da Restauração desde Mme de Staël, classificou como traição dos princípios: “A Revolução francesa percorreu um período cujos momentos,

⁴⁶⁴ Georges Gusdorf. *As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. (1988). Trad. de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Ver especialmente p. 273-278.

⁴⁶⁵ A. O. Hirschman. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça* (1991). Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 23.

⁴⁶⁶ P. Manent. ‘Introdução’ às *Considérations sur la France* de J. de Maistre (1988). Paris, Complexe, 2006, p. VII.

⁴⁶⁷ François Furet. *A Revolução em debate* (1999). Trad. Regina C. B. Prates e Silva. Bauru-SP, Edusc, 2001, p.8.

sem dúvida, diferem entre si; porém, seu caráter geral jamais variou, e desde o berço dava sinais daquilo que viria a ser” (*Considerações*, Capítulo V).

A partir desta breve análise da historiografia da Revolução Francesa, pode-se concluir que a interpretação maistreana do fenômeno é a única, dentre aquelas escritas em língua francesa durante e contra a Revolução, que não caiu no esquecimento, sendo incessantemente lida, reeditada e traduzida em diferentes línguas.

CONCLUSÃO

Após o que foi exposto, como classificaríamos Joseph de Maistre? Dadas a variedade temática de sua obra e a ausência de uma exposição sistemática da mesma, cabe a pergunta: o que realmente combatia? Em suma, como desenhar a figura de um modelo que, na bela definição de Paul Vulliaud, “mexe-se” constantemente?⁴⁶⁸

Começaríamos dizendo que todas as composições do saboiano visavam combater o espírito da modernidade – iniciado pela Reforma e levado a um paroxismo pela Revolução Francesa –, simbolizado pelo espírito das Luzes, pelo empirismo científico e pelo individualismo protestante em nome da monarquia e da religião católica, que compunham a base daquilo que designava como um “sistema divino”⁴⁶⁹.

Neste combate contra seus inimigos Iluministas, Maistre preferiu os tratados às longas e metódicas exposições, o estilo à clareza⁴⁷⁰, a polêmica e a conversão ao senso comum e à persuasão, razão pela qual talvez o valor literário de seus trabalhos sobreponha-se às idéias veiculadas pelos mesmos – algo que só se agrava com a assistemática do conjunto.

Com efeito, o autor das *Considerações* estava ciente deste fato e não se preocupou em corrigi-lo, pois concebia seus ensaios como intervenções a favor de um sistema já preexistente: o sistema político-religioso formado historicamente pela aliança da monarquia com o catolicismo e intelectualmente fundado numa teologia política, cuja estrutura filosófica parecia-lhe suficientemente provada nas obras de filósofos e teólogos católicos dos séculos XVII e XVIII.

Assim, por que resgatar das sulfúreas áreas do “inferno liberal” um autor cujo sistema parece pertencer irremediavelmente ao passado, cujas idéias, como a maior parte das obras contra-revolucionárias, estão “plenas de irrealismo”⁴⁷¹?

Seria pelo fato de Maistre ter antecipado uma unidade de projeto tipicamente “furetiana” entre o gulag e o Terror⁴⁷², como propôs inequivocamente George Steiner?⁴⁷³ Ou

⁴⁶⁸ P. Vulliaud. *Joseph de Maistre franc-maçon*. Paris, Nourry, 1926, p. 210.

⁴⁶⁹ *Du Pape*, Livro I, cap. XI.

⁴⁷⁰ A atenção dispensada por Maistre à “filosofia do estilo” (OC, XIII:207) era tamanha que chegava a afirmar que “aquele que não sabe escrever não pode ser considerado um metafísico” (OC, XIV:137).

⁴⁷¹ G. Gengembre. *La Contre-Révolution ou l’histoire désespérante*. Paris, Imago, 1989, p.14.

⁴⁷² François Furet. *Pensando a Revolução Francesa* (1978). Trad. de Luiz Marques e Martha Gambini. São Paulo, Paz e Terra, 1989, p. 26.

ainda pelo fato de que, em muitos aspectos, sua denúncia à vontade planificadora e construtivista da sociedade assume contornos próximos aos veiculados pelo neoliberalismo contemporâneo, como destacou Albert Hirschman?⁴⁷⁴

A começar pela última questão, por mais que haja uma convergência teórica entre Maistre e os pensadores neoliberais⁴⁷⁵, não se pode ignorar que a intenção do tradicionalismo maistreano é explicitamente antiliberal. O liberalismo, de Montesquieu a Hayek, sempre se definiu pela afirmação dos direitos da liberdade individual e pela exigência de uma limitação ao poder soberano, ambos estranhos ao pensamento de Maistre, que não se cansa de repetir, mesmo na fase pré-revolucionária, que o poder soberano dispõe de um poder absoluto que nos obriga a considerá-lo como “infalível”⁴⁷⁶ e que o indivíduo não dispõe de algum direito face ao Estado e à exigência da homogeneidade do corpo social que este encarna: é preciso, diz Maistre, que a razão individual “amesquinhe-se”, uma vez que “todos os povos conhecidos foram bem-aventurados e poderosos à medida em que obedeceram o mais fielmente a esta razão nacional que não é senão o amesquinhaimento dos dogmas individuais e o reino absoluto e geral dos dogmas nacionais, vale dizer, dos preconceitos úteis”⁴⁷⁷.

No entanto, a refutação do projeto construtivista e voluntarista moderno não é o mesmo para o tradicionalismo maistreano e o liberalismo conservador de um Burke ou Hayek. Para estes, a exemplo de Adam Smith e Ferguson, a sociedade é um resultado espontâneo e auto-regulado da multiplicidade das ações humanas, que fundamenta o princípio da autoridade na “prescription”- a sabedoria histórica transmitida e adaptada de geração em geração. Ao contrário, Maistre sustentará que a sociedade é uma construção da vontade divina e que a única autoridade digna desse nome é a palavra de Deus, da qual a igreja católica é a única mediadora.

⁴⁷³ G. Steiner. “Aspects of Counter-revolution”. In: *The Permanent Revolution*. London, G. Best ed., 1988, p. 148-9.

⁴⁷⁴ A. O Hirschman. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça* (1991). Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

⁴⁷⁵ Denúncia da pretensão política planificadora; a afirmação de que a ordem social é o resultado de uma maturação orgânica e espontânea; elogio da tradição, depositária de uma sabedoria prática acumulada.

⁴⁷⁶ *Du Pape.*, Livro I, cap. I.

⁴⁷⁷ *De la souveraineté du peuple.*, Livro I, cap.X.

Em sua refutação ao projeto construtivista revolucionário, Maistre retratou o homem como um “instrumento de Deus”⁴⁷⁸ e a história como um confronto entre o Bem e o mal, de modo que a Revolução Francesa foi seu episódio mais dramático. A violência revolucionária ultrapassou a causalidade humana e anunciou uma revolução negativa (feita pelo orgulho humano) que devia ser sucedida pela revolução positiva (feita por Deus para punir as culpas e regenerar a França). Diferentemente do conservadorismo liberal, o tradicionalismo maistreano inscreve-se numa perspectiva “milénarista” revolucionária, na qual a revolução humana é condenada em nome de uma futura revolução divina⁴⁷⁹.

Com efeito, aquilo que para Maistre constitui a trama satânica da Revolução não é o fato dela ter anunciado o totalitarismo moderno ao ter “encharcado” o solo francês com o sangue de seus cadafalsos, mas sim o fato de a mesma ter representado o triunfo do “individualismo”⁴⁸⁰ e da sociedade liberal contemporâneos. Paradoxalmente, Maistre está mais próximo da tradição interpretativa liberal-jacobina da Revolução do que, por exemplo, da tradição revisionista de Cochin e Furet. Só isto nos possibilita compreender a condenação sem apelação à Restauração, que, ao instalar a sociedade liberal vislumbrada pelos jacobinos, consolidou os projetos revolucionários⁴⁸¹.

Portanto, o que aos olhos de Maistre define a Revolução (e o espírito moderno do qual procede) é o “ódio à autoridade”⁴⁸². A este ódio, opõe uma defesa veemente do “princípio de autoridade”⁴⁸³ que se reflete na monarquia e no catolicismo.

Na visão de mundo maistreana, a autoridade forma um sistema, posto que a autoridade metafísica de Deus realiza-se necessariamente na autoridade política do soberano e na autoridade espiritual do papa. Assim como o mundo deve sua existência e unidade a seu autor, a sociedade política e a sociedade religiosa devem sua existência e unidade à autoridade soberana, a única capaz de fixar as leis e de aplicá-las. A infalibilidade do soberano pontífice na religião e do rei na política refletem apenas uma necessidade lógica: “... a infalibilidade na ordem espiritual e a soberania na ordem temporal são duas palavras perfeitamente sinônimas...; quem governa não é governado, quem julga não é julgado...

⁴⁷⁸ *Essai sur le principe générateur...*, X.

⁴⁷⁹ Maistre era tributário das idéias milénaristas de Joachim de Fiore.

⁴⁸⁰ *OC*, XIV:286.

⁴⁸¹ “A Revolução é muito mais terrível do que no tempo de Robespierre; ao se levantar, refinou-se”. *OC*, XIV:148.

⁴⁸² *De la souveraineté du peuple...*, Livro II, cap.VII.

⁴⁸³ *OC*, XIII:28.

Todo governo é absoluto, e no momento em que se lhe pode resistir sob o pretexto de erro ou injustiça, não existe mais...⁴⁸⁴.

Não se tratava de uma tese nova. Maistre herdou-a da filosofia política moderna, que de Bodin a Hobbes, Puffendorf, e Rousseau, estabelecia que a idéia de uma resistência legal à lei era uma idéia absurda, tendo-se em vista que o poder soberano é a expressão da lei. Maistre simplesmente dotou esse lugar-comum do pensamento político moderno de uma fórmula radical, ao dizer que a alternativa era entre a existência de um poder soberano irresistível e a anarquia da guerra civil: “não existe meio-termo: é preciso negar o governo, ou submeter-se ao mesmo”⁴⁸⁵.

Bodin, que forjou o conceito moderno de soberania, concluiu que “ninguém pode ser soberano numa república senão um só”⁴⁸⁶. Maistre adapta a fórmula bodiniana em seu sistema autoritário ao afirmar que “não há verdadeiro soberano em toda parte onde não houver rei”⁴⁸⁷, de modo que dividir seu poder equivale a destruí-lo⁴⁸⁸. Assim, a própria natureza da soberania endossa a monarquia, não importa qual seja o caminho escolhido para verificar a argumentação: seja pela lógica ou pelo caráter intrinsecamente contraditório da noção de soberania popular⁴⁸⁹.

No entanto, o conceito maistreano de soberania ultrapassa uma significação lógica e constitui o cerne de sua teologia política, pois “a soberania vem de Deus... [que é] o autor de tudo, exceto do mal, e particularmente o autor da sociedade que não pode subsistir sem a soberania”⁴⁹⁰. Disposto pelo próprio Deus na condição de transcendência em relação ao corpo social – por cuja existência é responsável -, o poder soberano não só simboliza a esfera divina como é uma instância da mesma. Segundo Maistre, o católico jamais resiste à autoridade legítima, pois acredita na sacralidade da soberania, a qual foi protegida pelo cristianismo através da idéia de um Sumo Pontífice⁴⁹¹.

⁴⁸⁴ *Du Pape.*, Livro I, cap. I.

⁴⁸⁵ *De l'Eglise Galicane.*, Livro II, cap. IX.

⁴⁸⁶ J.Bodin. *Les six livres de la République.*, VI, cap. IV.

⁴⁸⁷ *De la souveraineté du peuple.*, Livro II, cap. II.

⁴⁸⁸ *Du Pape.*, Livro I, cap. XIX.

⁴⁸⁹ A absurdidade da democracia apresenta-se como um tema constante para Maistre, visto que para ele a soberania não só se exerce sobre o povo, como inclusive o constitui: “O povo é soberano, diz-se; e de quem? – Dele mesmo, aparentemente. Logo, o povo é súdito. Há certamente aqui um equívoco, pois o povo que comanda não é o povo que obedece”. *De la souveraineté du peuple.*, I, cap. I.

⁴⁹⁰ *De la souveraineté du peuple.*, Livro I, cap. I.

⁴⁹¹ *Du Pape.*, Livro II, cap. III.

Pelo fato de ser “corrupto em sua essência”⁴⁹², um “centauro monstruoso”⁴⁹³ – graças ao pecado original -, a humanidade não pode prescindir da espada de Dâmocles da soberania para refrear suas pulsões destrutivas: deve necessariamente ser governado; do contrário, “seria simultaneamente sociável e insociável, e a sociedade seria simultaneamente necessária e impossível”⁴⁹⁴.

Importa observar, a exemplo do que fez Richard Lebrun⁴⁹⁵, que quando se trata de identificar uma finalidade à soberania, o pensamento de Maistre afasta-se da tradição tomista⁴⁹⁶. Nos quatorze volumes de suas *Obras Completas*, identifica-se um único e fugaz tratamento deste problema⁴⁹⁷. Assim, enquanto para a tradição escolástica tardia a

⁴⁹² *Examen d'un écrit de J.-J. Rousseau sur l'inégalité des conditions*, OC, VII:556.

⁴⁹³ *Soirées*, 2º diálogo.

⁴⁹⁴ *Du Pape*, II, cap. I.

⁴⁹⁵ R. Lebrun. *Throne and Altar: The Political and Religious Thought of J. de Maistre*. Ottawa, University of Ottawa Press, 1965.

⁴⁹⁶ Uma vez que o tomismo tornou-se a filosofia oficial da Igreja católica – desde a encíclica *Aeterni patris* (1879) até o Concílio Vaticano II -, o pensamento político maistreano passou a ser visto com estranhamento pela tradição católica – a ponto de um teólogo tomista preferir caracterizá-lo antes como um ‘herege’ do que como um pensador católico (Max Huber. *Die Staatsphilosophie von Joseph de Maistre in Lichte des Thomismus*. Basel/Stuttgart, Helbing & Lichtenbahn, 1958, p. 10 e 60).

Contudo, importa lembrar que dificilmente poderíamos encontrar semelhantes juízos sobre Maistre no momento em que *Du Pape* e as *Soirées* foram publicados, respectivamente em 1819 e 1821. Isto pelo simples fato de que ainda não era chegado o tempo do “renascimento tomista”, de modo que as maiores críticas contemporâneas a *Du Pape* vieram justamente daqueles críticos defensores do Galicanismo, os quais consideravam a tese da infalibilidade papal incompatível com a verdadeira tradição católica. Contra os mesmos, o Concílio Vaticano I, durante o pontificado de Pio IX, concedeu uma legítima vitória póstuma ao autor de *Du Pape*, ao proclamar o dogma da infalibilidade papal em 1870.

Decerto, o providencialismo maistreano é heterodoxo na medida em que politicamente desemboca num estrito historicismo – pelo qual a história, vista como “Mestra da vida” política, reflete o fato como norma do direito (ou seja, justo é tudo aquilo que for desejado por Deus, que por sua vez manifesta sua vontade através da história) -, o qual, por seu turno, admite um relativismo negador de normas universais válidas para a política, sendo as mesmas definidas e justificadas pelas circunstâncias – “o despotismo, para uma determinada nação, é tão natural e legítimo quanto o é a democracia para outra” (*De la souveraineté du peuple*, Livro II, cap. II). Contrária a essas posições, a tradição católica desde são Tomás de Aquino afirma os princípios do direito natural, a saber, que o critério ou norma para a justiça é a legitimidade, cuja compreensão é ditada pela razão (e não pela história), que deve transcender os fatos (e, portanto, obrigando-nos a condenar certas formas políticas como o despotismo). Logo, o providencialismo historicista do saboiano é incontestavelmente incompatível com a tradição do direito natural católico.

Todavia, deve-se observar que este historicismo maistreano remonta a uma tradição cristã inaugurada por São Paulo, conforme expressa na *Carta aos Romanos*: “não há autoridade que não venha de Deus” (Ro13:1). Portanto, a idéia de uma Providência absolutamente soberana e interventora no curso da história não pode ser vista com excessiva estranheza a uma religião que concebe o evento da encarnação de Cristo como o meio que Deus elegeu para que alcançássemos seu conhecimento. Neste sentido e por mais heterodoxo que pareça, o providencialismo maistreano increve-se no interior de uma rica tradição católica, que remonta a São Paulo, Orígenes, Pascal e Bossuet...

⁴⁹⁷ Trata-se da seguinte passagem: “perguntou-se amiúde se o rei era feito para o povo ou o povo para o primeiro. Esta questão supõe, parece-me, a ausência quase absoluta de reflexão. Ambas proposições são falsas tomadas separadamente, e verdadeiras consideradas em conjunto. O povo é feito para o soberano e o soberano é feito para o povo, e ambos são feitos para que exista uma soberania”. in: *Du Pape*, Livro II, cap. I.

autoridade constitucional residia em última instância na sociedade – pois o homem, na qualidade de criatura racional, participa da lei eterna de uma maneira “intelectual e racional”⁴⁹⁸; em outras palavras, a natureza inclina o homem na direção do Estado, cuja implementação cabe à razão humana (assim como a deposição do soberano, legítima quando as atitudes deste representarem uma agressão ou negligenciarem as necessidades sociais dos súditos, conforme admitiam Suarez e Mariana) -, para Maistre, a soberania era como um “fim em si mesmo”, vale dizer, “o homem torna-se um instrumento para propósito político que o ultrapassa”⁴⁹⁹.

Pode-se argumentar, a exemplo do que fez Julien Benda, que a defesa maistreana da infalibilidade papal constituía um tipo-ideal de “traição dos intelectuais”⁵⁰⁰, ou seja, nos livros do saboiano - e especialmente em *Du Pape* – a política prevalecia sobre a revelação, a infalibilidade de uma palavra “arbitrária”, cuja única função era assegurar a unidade da Igreja, prevalecia sobre a infalibilidade da palavra da fê ou, em termos schmittianos, a autoridade “*decisionista*” prevalecia sobre os livres processos deliberativos⁵⁰¹.

⁴⁹⁸ S. Tomás de Aquino. *Summa Theologica.*, I^a – II^{ae}, q. 91, a. 2.

⁴⁹⁹ R. Lebrun. *Throne and Altar*..., p. 101.

⁵⁰⁰ Julien Benda. *La trahison des clercs* (1946). Paris, Grasset, 1975, p. 46.

⁵⁰¹ Foi a partir da experiência das “insurreições espartaquistas” de Rosa Luxemburgo e Wilhiem Liebknecht, entre 1917-8, em que viu pesar sobre si a ameaça revolucionária, que Carl Schmitt assumiria suas escolhas políticas. Segundo ele, as revoluções não conduziam à emancipação, mas recriavam o estado de guerra de todos contra todos. A deliberação e a discussão parlamentar da República de Weimar eram combatidas pelo jurista pela razão de que encarnavam as contradições e as hesitações de uma civilização que deixara de ser governada por um princípio diretor aceito pelo conjunto da nação, fato apenas agravado pela Revolução Russa e sua ameaça vermelha. Neste sentido, Schmitt utilizou o pensamento dos contra-revolucionários, e de Maistre em especial, em seu combate contra o racionalismo das Luzes, contra a abstração das construções especulativas desenraizadas na história. Em sua obra *Teologia política* (1922), mobilizou o pensamento de Maistre – mas também de Bonald, Donoso Cortés e Hobbes – para rejeitar o conceito de soberania popular, que a seu ver só recrudesce a luta de classes e expunha a sociedade alemã a um constante “estado de exceção” – uma vez que, conforme expusera em *Da Ditadura* (1921), o povo não passava de uma massa inculta, incapaz de tomar uma decisão que preservasse os interesses do Estado –, e demonstrar que o poder devia ser exercido por uma esfera única, em nome da necessidade “decisionista”, exclusivamente capaz de dar cabo nas crises engendradas pelas deliberações parlamentares e pela luta de classes. Em *Noção de Política* (1927), grosso modo, retoma o argumento dos teocratas – sobretudo de Maistre -, que consideravam o homem corrompido em sua essência pelo pecado original, para desferir uma crítica aos ideais liberais –os quais, amparados numa antropologia otimista, expressavam a “negação radical” do Estado - e à República de Weimar, por considerar impossível o estabelecimento de uma sociedade sem conflito entre o *amigo* e o *inimigo* (tudo que representasse ameaça aos interesses nacionais, naquele contexto, o comunismo).

No entanto, é preciso lembrar que o moralismo providencialista, cerne do pensamento maistreano, encontra-se absolutamente ausente do pensamento do jurista alemão, para quem a política (e sua esfera decisionista) deveria ser desvencilhada do jugo da moral (*Teologia política*). Ademais, Schmitt diferenciava-se de Maistre pelo anti-semitismo e pela oposição à maçonaria. Sobre a apropriação de Maistre por Schmitt e a diferença entre ambos, consulte-se Graeme Garrard. “Joseph de Maistre and Carl Schmitt”. In: R. Lebrun (ed.). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen’s University Press, 2001, p. 220-238. Para uma abordagem “contextualista”, consulte-se Jean Zaganiaris, J. Zaganiaris. *Spectres Contre-*

Mas não percamos de vista o homem e suas circunstâncias. Aturdido pelo terror do fenómeno revolucionário, Maistre foi conduzido a elaborar uma doutrina sobre o direito divino da monarquia, mas em bases diferentes da teoria clássica. O fato de haver criticado a monarquia absoluta – em sua correspondência bem como no oitavo capítulo das *Considerações* – não o impedia de admitir a doutrina da monarquia de direito absoluto, que, por estar submetida às leis, julgava o oposto do despotismo⁵⁰². O poder absoluto, no entender de Maistre, não era o poder arbitrário da *bâtonecratie* e nem o poder “total” das tiranias do século XX, mas um poder que fundamenta seu próprio caráter absoluto nas leis, uma vez que o soberano obtém seu direito absoluto das leis fundamentais do reino, as quais, por seu turno, são estabelecidas por Deus através do tempo. O poder soberano não obtém seu direito absoluto senão do caráter absoluto da vontade divina. É neste ponto que Maistre se distingue de toda forma de liberalismo, assim como de seu avesso *decisionista*: a ordem natural da sociedade não se deve a um direito natural, nem tampouco a uma ordem (*decisão*) emanada do nada (isto é, do ditador *tout court*), mas à vontade divina⁵⁰³ manifestada através de seu “primeiro-ministro” no mundo, o tempo ou a história⁵⁰⁴.

Assim, o caráter satânico da Revolução não se deveu apenas ao movimento descristianizador, mas também (e sobretudo) à negação de todo princípio de legitimidade tradicional, condenando o projeto construtivista revolucionário às “revoluções permanentes: a vitória revolucionária representou uma “profunda e terrível divisão dos espíritos”, um “protestantismo político levado ao individualismo mais absoluto”. Maistre conservaria até o final de sua vida a noção de que só o processo instável da Revolução – um “despedaçamento ao infinito de todas as doutrinas”⁵⁰⁵ – é que é estável⁵⁰⁶, antecipando os ciclos pelos quais a mesma teria de passar no século XIX.

Révolutionnaires: interprétations et usages de la pensée de Joseph de Maistre XIX^e- XX^e siècles. Paris, L'Harmattan, 2005, cap. VII.

⁵⁰² Para Maistre, a magistratura e o parlamento exerciam uma função consultiva no Estado, isto é, limitando-se a esclarecer – mas jamais regular ou restringir - o soberano sobre as necessidades do reino. A monarquia deve ser consultiva, mas nunca constitucional, pois uma constituição não pode ser obra humana.

⁵⁰³ *De la souveraineté...*, Livro I, cap. IX; *Considerações...*, cap. VI, *Essai sur le prince...*, XXX.

⁵⁰⁴ “Quanto à legitimidade..., Deus se explica pelo seu primeiro-ministro no departamento deste mundo, o tempo.” in: *Essai sur le prince...*; XXVII.

⁵⁰⁵ OC, XIV:286.

⁵⁰⁶ OC, XI:33.

Ao solapar a “vontade geral” e a tradição, a Revolução condenou a si própria, pois “tudo o que rompe com a unidade social não possui valor algum”, sentenciou Rousseau⁵⁰⁷, no que poderia ser endossado por Maistre, que em relação ao genebrino nutria um sentimento ambíguo de admiração e repulsa: ao mesmo tempo em que o insulta por sua “cólera plebéia”⁵⁰⁸ e o designa como um dos sofistas mais perigosos de seu tempo⁵⁰⁹, admite, em contrapartida, que seus livros abundam em “verdades particulares: ninguém melhor do que ele conhece os materiais [...]. Tudo é bom em suas obras, exceto seus sistemas”⁵¹⁰.

Uma vez que o próprio Rousseau reconheceu que a vontade geral (apesar de sempre certa) não pode estar na origem da lei - da qual, por sinal, deve obter sua existência⁵¹¹ - e que só um legislador investido de uma espécie de autoridade divina poderia formá-la, Maistre conclui, triunfante: “os homens jamais respeitam aquilo que fazem; eis porque um rei eletivo não possui a força moral de um soberano hereditário, pois não é suficientemente nobre, isto é, não possui esta espécie de grandeza independente dos homens, que é obra do tempo...”.⁵¹² O homem participa das criações políticas e religiosas apenas na condição de instrumento de Deus, e é nesta condição que devem permanecer se quiserem manter as “correntes” que o atam à ordem Providencial “flexíveis”. Em nome de uma liberdade absoluta, os revolucionários não colheram mais senão heteronomia e tirania: a liberdade, recorda Maistre, nunca nasce das tempestades revolucionárias, mas do “silêncio, da paz, da obscuridade” do tempo⁵¹³. Assim, a primeira necessidade política será a segurança e a paz, e não a instituição de uma justiça ideal cujo conteúdo é-nos inapreensível.

Na Restauração, quando o pólo da argumentação maistreana transferiu-se da defesa da soberania monárquica para a defesa da “soberania papal”, o saboiano não tardou em defender a infalibilidade do papa, atacando os protestantes e seu ramo francês disfarçado, o

⁵⁰⁷ *Do Contrato Social*., Livro IV, cap. VIII.

⁵⁰⁸ *De la souveraineté*..., Livro II, cap. III.

⁵⁰⁹ *Soirées*..., 2º diálogo.

⁵¹⁰ *De la souveraineté*..., Livro I, cap. VI. Tome-se, por exemplo, a seguinte passagem das *Soirées*, certamente inspirada na célebre *Lettre a d'Alembert sur les spectacles* (1758), que marcou o rompimento do genebrino com os filósofos, especialmente com Voltaire: “o teatro nos agrada na medida em que é o eterno cúmplice de todos os nossos vícios e erros” (*Soirées*., 3º diálogo).

⁵¹¹ Porque os homens não podem “ser antes das leis o que devem se tornar a partir delas”. *Do Contrato Social*., II, cap. VI.

⁵¹² *De la souveraineté*..., Livro I, cap. VIII.

⁵¹³ *Idem*., Livro I, cap. VIII.

jansenismo. Contra a religiosidade “desesperada” dos jansenistas, por ele vista como um desdobramento do luteranismo⁵¹⁴, Maistre diagnosticava o “travesseiro” da igreja católica como uma garantia de sono tranquilo aos leitores⁵¹⁵.

A oposição de Maistre ao jansenismo não se limitou à discussão da autoridade no seio da igreja, abrangendo também aspectos metafísicos concernentes à liberdade, ao pecado e à graça. Como molinista, Maistre acreditava que o pecado original não havia corrompido a natureza humana a ponto de lhe haver tolhido a liberdade, em razão de uma “graça suficiente” concedida por Deus – diante da qual os homens eram livres para aceitá-la ou não. Os jansenistas rejeitavam com horror esta hipótese, ao sustentar que o homem, corrompido em todas as suas fibras pelo pecado original, não seria capaz de querer o bem senão pela ação da graça divina. Isto, na visão de Maistre, equivalia a um hobbesianismo moral negador do livre-arbítrio e da moral, uma vez que todas as ações humanas recaíam no âmbito do necessário. Maistre recusou-se a aceitar o pessimismo antropológico radical de Lutero e Pascal, ao dizer que o pecado original afetou sobretudo a vontade humana, deixando praticamente intactos a percepção e a razão: “Ele [homem] não sabe o que quer; quer o que não quer; não quer o que quer; gostaria de querer.”⁵¹⁶

Mesmo ferida, esta vontade não foi abolida, de modo que se pode resistir às tentações e ao pecado, pois do contrário não seríamos seres morais e não se justificariam as punições divinas⁵¹⁷.

Como bem observou Jean-Yves Pranchère⁵¹⁸, Maistre “dramatiza” ou minimiza o peso do pecado original de acordo com o adversário que tem em vista. Quando combate Voltaire e a “seita filosófica” - com sua irremissível crença no progresso humano imanente-, insiste no poder do pecado original e descreve o homem como um “centauro monstruoso”⁵¹⁹. Mas quando se tratava de combater o protestantismo – para ele a causa da Revolução e de todos

⁵¹⁴ A qual se expressa perfeitamente pelos pensamentos de Pascal: “Jesus estará em agonia até o fim do mundo: é preciso não dormir durante esse tempo”. In: *Pensées*., 553.

⁵¹³ Para Maistre, o católico é um homem que “dorme em paz numa embarcação que singra afortunadamente através dos recifes e das tempestades após 1809 anos”, enquanto os demais – e aqui se refere inclusive aos martinistas – empreendem a travessia a nado. in: *Soirées*., 11º diálogo.

⁵¹⁶ *Soirées*..., 2º diálogo.

⁵¹⁷ *Idem.*, 6º diálogo.

⁵¹⁸ J.-Yves Pranchère. “L’ordre de la raison, déraison de l’histoire: l’historicisme de Maistre et ses sources classiques.” in: Philippe Barthelet (org.). *Joseph de Maistre*. Paris, Les Dossiers H – L’age de l’homme, 2005, p. 367.

⁵¹⁹ *Ibidem.*, 2º diálogo.

os males que afligiam a Europa -, assumia uma perspectiva antropológica menos pessimista e conciliatória com uma visão mais “humanista”, e isto graças à teologia emprestada do jesuíta espanhol Luís de Molina (1535-1600)⁵²⁰: “não vos deixeis seduzir pelas teorias modernas sobre a imensidão de Deus... belas frases que não tendem a exaltar Deus, mas a degradar o homem... O homem reina sobre a terra apenas porque é semelhante a Deus”⁵²¹.

Assim, enquanto o jansenismo afirmava a incapacidade da razão humana alcançar a verdade por si mesma, Maistre, em contrapartida, argumentava que a mesma possuía a faculdade de descobrir a verdade, de modo que a revelação apenas confirmaria o julgamento da razão. A defesa da fé contra o filosofismo vinculava-se a uma defesa da razão - capaz de introduzir e confirmar a primeira -, pois a convicção irracionalista maistreana, a saber, de que a obediência à ordem estabelecida pela tradição equivalia à obediência para com Deus, não era senão uma constatação “racionalista” de seu historicismo que, amparado em Descartes e Malebranche, postulava que não podemos conhecer os fins transcendentais de

⁵²⁰ O essencial da teologia de Molina consistia responder como a liberdade humana podia ser conciliada com a graça divina, questão que desde as polémicas de Santo Agostinho com Pelágio, passando pela doutrina tomista, trouxera sérias dificuldades ao cristianismo.

Sto. Agostinho estabeleceu a distinção entre livre arbítrio e liberdade, atribuindo ao livre arbítrio a capacidade de eleger um determinado propósito, seja bom ou mau, enquanto a liberdade era algo distinto, posto que radicada no bom uso desse livre arbítrio. Ora, dada a corrupção da natureza humana (decorrente do pecado original), o “bom” uso do livre arbítrio ou liberdade não pode ocorrer, advoga o bispo de Hipona, sem o concurso da Providência.

A posição tomista, defendida na época de Molina pelos dominicanos, consistia essencialmente na tese da *praemotio* (premoção) *physica*. Tratava-se de saber como era possível que Deus movesse a vontade do homem sem que esta fosse coagida, cabendo a Deus a responsabilidade. S. Tomás julgava que a vontade só poderia ser coagida caso fosse movida contra a sua inclinação própria, o que não sucedia uma vez que Deus, como motor da vontade, era o mesmo que lhe dera a inclinação para o bem. Em todo o caso, a vontade só poderia ser movida «eficazmente» por Deus. Quanto ao modo da intervenção Providencial, a doutrina da *praemotio physica* defendia que era ela quem proporcionava ao sujeito a capacidade para agir, sendo, portanto, anterior à ação.

A solução encontrada por Molina e defendida em *De Concordia Liberi Arbitrii cum Gratiae Donis, divina Praescientia, Providentia, Praedestinatione et Reprobatione* (1588), substituiu a doutrina da premoção pela do concurso: o homem, no pleno uso do seu livre arbítrio, planeja, escolhe e decide, mas carece do concurso divino para poder levar a cabo o seu intento, sem que, no entanto, esse auxílio o determine. Ademais, esse concurso da “causa primária” (Deus) com a “causa secundária” (ação humana) é despertado ou provocado pela última, ou seja, pela decisão livre do homem para realizar um determinado propósito, sendo que o concurso de Deus não é anterior à atuação da vontade, mas simultâneo.

O *concurso simultaneus*, em oposição à tese da *praemotio*, estabelecia uma condição importante de salvaguarda da liberdade humana, ausente na posição dos dominicanos, pois ao salvaguardar a devida distância entre o infinito e o finito, estabelecia um relativo paralelismo entre potências: a humana, que decide agir, mas que carece de poder para agir, e a divina, que provocada ou movida por essa decisão humana, decide prestar o seu auxílio, que atua simultaneamente com a causa secundária em sua ação e efeito. Molina reconhece que não há ação do homem sem a ação de Deus, como era tradição entre os teólogos, mas abre caminho para a tese de que a ação de Deus não obriga necessariamente a ação do homem que permanece livre.

⁵²¹ *Soirées...*, 4º diálogo.

Deus, mas podemos aceder ao conhecimento dos mecanismos do mundo – do mundo natural, moral e político –, os quais foram designados, dispostos e movidos por uma Providência mecanicista.

Destarte, é preciso considerar o que existe como o fim daquilo que existe: em sua imanência, os mecanismos do mundo traduzem os fins que Deus propôs. Por meio desse racionalismo cartesiano herdado de Nicolas Malebranche (1638-1715), Maistre pôde justificar a irracionalidade da história como obra da providência divina.

Por sua vez, a compreensão dessa ordem requer a constatação simultânea de duas verdades contraditórias: de um lado, em virtude do pecado original, o reconhecimento de que “só há violência no universo” e que tudo está “fora de lugar” (*Considerações...*, III); d’outro, e graças à onipotência divina, o reconhecimento de que nada é por acaso e que não há desordem propriamente dita (*Considerações...*, cap.X). O historicismo maistreano culmina na unidade paradoxal de duas verdades: a violência da história (produto do livre-arbítrio humano mal-aplicado) é utilizada por Deus para restabelecer a ordem, visto que “não há desordem que o Amor Eterno não dirija contra o princípio do mal” (*Considerações...*, cap. III).

A ordem da história – e talvez este constitua o maior de todos os paradoxos do historicismo maistreano – não se revela na regularidade ou num desenvolvimento linear e inteligível, mas na irracionalidade (aparente) da história, através de suas guerras, revoluções, conquistas, etc. Pois são nestes momentos, em que a “corrente flexível” estreita-se, que podemos vislumbrar, com mais clareza, os mecanismos de que se serve a Providência para recompor a ordem, compreender os efeitos benéficos do mal, ou, se nos for permitido expressar assim, sua “fecundidade”.

Razão pela qual o estilo paradoxal de sua escrita nada mais fez senão refletir o conteúdo paradoxal de sua cosmologia. Contra o fácil otimismo daqueles que pensavam que o homem, uma vez esclarecido e despojando-se das instituições anacrônicas e carcomidas do passado, poderia trazer à luz um novo mundo, Maistre insistiu nos aspectos sombrios e trágicos inseparáveis de nossa condição “adâmica”, isto é, marcada indelevelmente pelo pecado original.

Priorizando a “conversão” à persuasão, sua estética reforça os traços violentos da existência humana com o objetivo de suscitar o “assombro” e o “terror” em seu leitor, despertando-lhe assim para o caráter sublime das verdades transcendentais.

Somente no interior dessa economia da Providência na história, a qual foi ignorada completamente por Isaiah Berlin no célebre ensaio em que descreveu o saboiano como um precursor do fascismo⁵²², é que sua estética da conversão fará algum sentido.

Assim, os mesmos critérios metodológicos que nos preveniram de associar o jacobinismo ao gulag, serviram-nos também para refutar a tese impressionista de Berlin: para que a noção de totalitarismo, forjada para classificar formas inauditas de despotismo particulares ao século XX, conserve seu sentido, precisamos nos livrar das ilusões retrospectivas, que na visão de J. Huizinga tendem somente a comprometer o trabalho do historiador.

Quando, ainda sob o impacto do Holocausto e das revelações sobre o “arquipélago gulag” no XX Congresso do Partido Comunista soviético, acusou Maistre de apóstolo do totalitarismo, Berlin se esqueceu de que as páginas mais lúgubres das *Considerações* e das *Soirées* foram redigidas sob o impacto do Terror e das guerras napoleônicas, que inauguraram o conceito de “guerra total”.

Assim como qualquer obra de apologética cristã do século XX não poderia eludir questões tão delicadas como as duas guerras mundiais, a Revolução Russa e o Holocausto, Maistre não poderia deixar de esbarrar na Revolução Francesa, no Terror e nas guerras napoleônicas.

Ademais, à diferença da Ação Francesa e dos fascistas, Maistre opunha-se veementemente às “revoluções contrárias”, que a seu ver recrudesciam a crise revolucionária e fortaleciam o inimigo “jacobino”. Berlin ignorou que o ideal político do saboiano era o “contrário da revolução” (*Considerações...*, cap. X), razão pela qual ele, paradoxalmente, encontrava-se com o próprio filósofo liberal no repúdio à “liberdade positiva” manifestada na Revolução Francesa: “*credes que não quereis esta lei, mas podeis*

⁵²² I. Berlin. “De Maistre e as origens do fascismo”. *Limites da Utopia. Capítulos da história das idéias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

estar seguros de que a quereis. Se ousardes recusá-la, sereis metralhados como punição por não queredes o que quereis. – E assim o fizeram” (Considerações..., cap. VIII)⁵²³.

Finalmente, o que a nosso ver justifica a leitura de Maistre em pleno século XXI, é o fato deste teórico tradicionalista ter sido o primeiro a capturar a unidade da modernidade, ao afirmar que a Reforma, o Iluminismo e a Revolução representaram passos sucessivos de um mesmo processo, o qual resumiríamos hoje como o triunfo do “individualismo”, expressão também cunhada pioneiramente por ele.

Conforme reconheceram Adorno e Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento* (1947), um dos méritos de Maistre foi o de ter diagnosticado uma dialética no projeto Iluminista, ao constatar – através da Revolução Francesa - que o terror e a civilização eram inseparáveis⁵²⁴. O domínio racional do mundo, pregado desde o Iluminismo, revela-se um fim irracional em si mesmo quando reduz tudo a critérios utilitários ou instrumentais, quando transforma a razão num mero instrumento para a conservação do sistema científico e industrial. Quando a razão não se encontra mais em condições de definir algum fim

⁵²³ Como demonstrou Cyprian Blamires – um especialista nos três assuntos, Berlin (por quem foi inclusive orientado), Maistre e Fascismo – num recente artigo, a saber, “Berlin, Maistre and Fascism” (V *International Colloquium Joseph de Maistre: Reappraisals/Reconsiderations*. Cambridge/England, University of Cambridge, December 5-6, 2008), a associação entre Maistre e o fascismo por Berlin deve ser lida à luz do ataque implícito dirigido em 1958 pelo filósofo liberal à igreja católica, na célebre palestra inaugural da Universidade de Oxford, intitulada “Dois conceitos de liberdade”.

Neste ensaio, Berlin associou o pensamento escolástico cristão à noção de liberdade positiva, que julgava uma ameaça à liberdade individual, por ele identificada como o grande projeto civilizatório do Ocidente desde o Renascimento e a Reforma: “O pressuposto comum desses pensadores (e de muitos escolásticos antes deles e de jacobinos e comunistas depois deles) é que os fins naturais de nossas verdadeiras naturezas devem coincidir, ou serem levados a coincidir, por mais violentamente que os nossos pobres eus, ignorantes, dominados pelos desejos, apaixonados, empíricos, possam gritar contra esse processo. A liberdade não é a liberdade de fazer o que é irracional, estúpido ou errado. Forçar os eus empíricos a se adaptar aos padrões corretos não é tirania, mas libertação.” In: I. Berlin. “Dois conceitos de liberdade”. In: *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 251.

Segundo Blamires, Berlin estabeleceu uma categoria de pensamento que julgou responsável pelos crimes de Auschwitz, e incluiu o catolicismo nela, como o trecho a seguir permite inferir: “Uma crença, mais do que qualquer outra, é responsável pela matança de indivíduos nos altares dos grandes ideais históricos... Tal crença é a de que em algum lugar, no passado ou no futuro, na revelação divina ou na mente de um pensador individual, nas declarações da história ou da ciência, ou no coração simples de um homem bom não corrompido, existe uma solução final” (Berlin., *op. cit.*, p. 268).

Para Berlin, catolicismo e totalitarismo eram faces de uma mesma moeda. Logo, nada mais estratégico do que atacar o catolicismo através de seu defensor mais polêmico e cujas idéias sobre a autoridade, uma vez subtraídas de seu contexto, adaptavam-se perfeitamente a seu propósito requisitório (Blamires; *op. cit.*, p. 7-8). Ademais o autor recorda que o ensaio de Berlin foi publicado (1990) num contexto em que abundavam os trabalhos dedicados a atacar a postura assumida por Pio XII em face do III Reich e do Holocausto.

⁵²⁴ Sobre a apropriação do pensamento de Maistre por Adorno e, sobretudo, Horkheimer, consulte-se Jean-Yves Pranchère. “The Persistence of Maistrian Thought” (1996). In: R. Lebrun (ed.). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen’s University Press, 2001, p. 313-325.

transcendente, a civilização precipita-se na “irracionalidade racionalizada”, e a sociedade torna-se presa do niilismo - ou “*riénisme*”, como diria Maistre -, que sacrifica o indivíduo no altar da técnica capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Obras de Maistre

MAISTRE, Joseph de. “Considérations sur la France”. In: *Ecrits sur la Révolution*. (ed.) Jean-Louis Darcel. Paris, PUF, 1989.

_____. “Considérations sur la France.” In: *Oeuvres*. (ed.) Pierre Glaudes. Paris, Robert Laffont, 2007.

_____. *Considerations on France*. Tradução inglesa de Richard Lebrun. New York, Cambridge University Press, 1994.

_____. *Consideraciones sobre Francia*. Tradução espanhola de Joaquín Poch Elío. Barcelona, Tecnos, 1990.

_____. *De la souveraineté du peuple. Un anti-contrat social*. (org.) Jean-Louis Darcel. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

_____. “Réflexions sur le protestantisme dans ses rapports avec la souveraineté”. In: *Ecrits sur la Révolution*. Org. Jean-Louis Darcel. Paris, PUF, 1989.

_____. *Lettres sur l’Inquisition espagnole*. <http://www.umanitoba.ca/faculties/arts/history/links/maistre/frwritings.html>.

_____. *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques*. (ed) Pierre Manent. Paris, Editions Complexe, 2006.

_____. *Du Pape*. (ed.) E.M.Cioran. Monaco, Éditions du Rocher, 1957.

_____. *Soirées de Saint-Petersbourg*. In: *Oeuvres*. (ed.) Pierre Glaudes. Paris, Robert Laffont, 2007.

_____. *Examen d’un écrit de J.-J. Rousseau sur l’inégalité des conditions*. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k418514>

_____. *Lettres et opuscules inédits du comte Joseph de Maistre*. (2 vol.). <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k246120>

_____. *De l’Eglise Gallicane*. <http://books.google.com.br/books?id=FYgOAAAAIAAJ&dq=de+l%27eglise+gallica>

_____. *Oeuvres complètes de Joseph de Maistre*. Lyon, Vitte et Perussel, 1886, 14 volumes.

II.

Obras de Referência

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M.. *La dialectique de la Raison* (1947). Trad. francesa de E. Kaufholz. Paris, Gallimard, 1983.

ANDERSON, Perry. *L'état absolutiste. L'europe de l'ouest* (1976). Paris, François Maspero, 1978.

ARMENTEROS, Carolina. *Joseph de Maistre and the Idea of History, 1794-1820*. Cambridge, impresso, 2004.

_____. "From Human Nature to Normal Humanity: Joseph de Maistre, Rousseau, and the Origins of Moral Statistics", *Journal of the History of Ideas*, LXVIII, 1 (2007): 107-130.

_____. "Parabolas and the Fate of Nations: Early Conservative Historicism in Joseph de Maistre's *De la souveraineté du peuple*", *History of Political Thought*, XXVIII, 2 (2007): 230-252.

ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (org.). *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe* (1985). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

AULARD, Alphonse. "Les Premiers Historiens de la Révolution Française." In: *Études et Leçons sur la Révolution Française*. Paris. Félix Alcan, 1910, p.32-134.

BAKER, Keith. *Inventing the French-revolution: essays on French political culture in the eighteenth century* (1990). New York, Cambridge University Press, 1994.

BARBEY D'AUREVILLY, Jules, "Joseph de Maistre", in: *Les prophètes du passé*, Paris, Calmann Lévy, 1889.

BARTHELET, Philippe (org.). *Joseph de Maistre*. Lausanne, L'Age d'Homme, 2005.

BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris, Éditions du Seuil, "Points", 1973

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

BAYLE, F. *Les idées politiques de Joseph de Maistre*. Paris, Editions Domat Montchrestien. 1945

BEIK, Paul. *The French Revolution seen from the Right*. New York, Howard Fertig, 1970.

BENOIST, Alain de. *Bibliographie générale des droites françaises* (vol.4). Paris, Éditions Dualpha, 2005.

BERLIN, I. "De Maistre e as origens do fascismo". in: *Limites da Utopia. Capítulos da história das idéias*. São Paulo : Companhia das Letras, 1991

BEST, Geoffrey Best. *The Permanent Revolution: the French Revolution and its legacy: 1789-1989*. University of Chicago Press. Chicago, 1989.

BÉTOURNÉ, Olivier & HARTIG, Aglaia. *Penser l'histoire de la Révolution. Deux siècles de passion française*. Paris. Éditions La Découverte, 1989.

BOFFA, Massimo. "La Rivoluzione e la Controrivoluzione." *L' Eredità della Rivoluzione Francese*. François Furet (org). Roma, Laterza, 1989.

_____. "Joseph de Maistre: la défense de l'autorité". *Le Débat*, março-maio 1986, nº 39, p.81 –93.

BONCOMPAIN, Claude e VERMALE, Francois. *Joseph de Maistre*. Paris, Éditions du Félin, 2004.

BONGIOVANNI, Bruno e GUERCI, Luciano. *L'albero della Rivoluzione. Le interpretazioni della Rivoluzione francese*. Torino, Einaudi, 1989.

BRADLEY, Owen. *A Modern Maistre: the Social and Political Thought of J. de Maistre*. London, University of Nebraska Press, 1999.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo : séculos XV-XVIII (Os jogos das trocas)*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

CAMCASTLE, Cara. *The More Moderate side of Joseph de Maistre: views on Political Liberty and Political Economy*. Montreal, McGill-Queen's University Press, 2005.

CARPINELLI, G. "Augustin Cochin: Storico della Rivoluzione." In: Bruno Bongiovanni e Luciano Guerci (org.) *L'albero della Rivoluzione. Le interpretazioni della Rivoluzione francese*. Einaudi, Torino, 1989.

CHEVALIER, Jean-Jacques. "Un libro muy extraño: las *Consideraciones sobre Francia* de Joseph de Maistre (1797)." In: *Revista de Estudios Politicos*, XLIV, nº 64, julio-agosto 1952, p.91-108.

CIORAN, E. M. "Joseph de Maistre. Essai sur la pensée réactionnaire", in: *Exercices d'admiration*, Paris, Gallimard, 1986.

COCHIN, Augustin. *L'esprit du jacobinisme: une interprétation sociologique de la Révolution française* (1921). Paris. PUF, 1979.

COGORDAN, George. *Joseph de Maistre*. Paris, Hachette et cie, 1894.

COMPAGNON, Antoine. *Les antimodernes: de Joseph de Maistre à Roland Barthes*. Paris, Gallimard, 2005.

CORREIA, Priscila Gomes. *História, política e revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*, tese de mestrado, Universidade de São Paulo, 2006.

DARCEL, Jean-Louis. "Maistre and the French Revolution". In: R. Lebrun (org). *Maistre Studies*. London/New York. University Press of America, 1988.

_____. - "Maistre's Libraries" (1985). In: R. Lebrun (org.). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988.

_____. "The Sources of Maistrean Sensibility"(1980). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988.

_____. *Introduction à Joseph de Maistre. De la souveraineté du peuple. Un anti-contrat social*. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

_____. "Présentation" de Joseph de Maistre, *Écrits sur la Révolution*. Paris, Quadriage, 1989.

_____. "The Roads of Exile, 1792-1817". *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

_____. "The apprentice years of a counter-revolutionary: Joseph de Maistre in Lausanne, 1793-97." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

_____. "Joseph de Maistre and the House of Savoy: some aspects of his Career". *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

DAVIES, Peter. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present*. London, Routledge, 2002.

DENIZET, Jean. "Joseph de Maistre Economist." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

DESCOSTES, François. *Joseph de Maistre avant la Révolution* (1893). Paris, Elibron Classics, 2006.

_____. *Joseph de Maistre pendant la Révolution: ses débuts diplomatiques, le marquis de Sales et les émigrés, 1789-1797*. Tours. A. Mame et fils, 1895

D'HONDT, Jacques. “ Lumières et Romantisme. Le choc de la Révolution.” *Cahiers de Philosophie Politique et Juridique*. Actes du Colloque de Mai 1989, n. 16.

DOYLE, William. *The Oxford History of the French Revolution* (1989). Oxford, Oxford University Press, 1992.

EATWELL, Roger & SULLIVAN, Noël O' (orgs.). *The Nature of the Right*. London, Pinter Publishers, 1989.

ELLIOTT, J. H. *A Europa Dividida: 1559-1598* (1968). Trad. de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1985.

FAGUET, Émile. “ Joseph de Maistre”, in: *Politiques et moralistes du XIXe siècle*. Paris. Lecène & Oudin, 1891.

FISICHELLA, Domenico. *Joseph de Maistre, pensatore europeo*. Roma, Laterza, 2005.

FLORENZANO, Modesto. *As Reflexões sobre a Revolução em França de Edmund Burke: uma Revisão Historiográfica*. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1994.

_____. *Começar o Mundo de Novo. Thomas Paine e outros estudos*. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1999.

_____. “Tocqueville diante da democracia e da Revolução”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XCV, p.25-55, 1999.

FURET, François e OZOUF, Mona. (org.) *Dictionnaire critique de la Révolution française*. Paris : Flammarion, 1988.

FURET, François. *Penser la Révolution Française* (1978). Paris, Folio/Gallimard, 1985.

_____. *L' Eredità della Rivoluzione Francese*. Roma, Laterza, 1989.

_____. *A Revolução em debate* (1999). Trad. de Regina Célia Bicalho Prates e Silva. Bauru-SP, EDUSC, 2001.

GARRARD, Graeme. “Rousseau, Maistre and the Counter-Enlightenment”. *History of Political Thought*. Vol. XV. N. 1, 1994.

_____. “Joseph de Maistre’s Civilization and its Discontents”. In: *Journal of the History of Ideas*, 1996, p. 429-446.

_____. “Joseph de Maistre and Carl Schmitt”. In: R. Lebrun (org). *Joseph de Maistre’s Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen’s University Press, 2001, p. 220-238

GAXOTTE, Pierre. *La Révolution Française*. (1928). Paris, Editions Complexe, 1988.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. (1970) trad. Sérgio Joaquim de Almeida. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999,

GODECHOT, Jacques. *La Contre-Révolution. Doctrine et Action (1789-1804)*. Paris, P.U.F, 1961.

_____. “Introduction” de: *Considérations sur la Révolution française* (1818) de Mme de Stäel. Paris, Tallandier, 1983

_____. “As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos nossos dias.” *Revista de História-USP*. nº 80, vol. XXXIX, 1969.

GREIFER, Elisha. “Joseph de Maistre and the reaction against the eighteenth century.” *The American Political Science Review*. Vol. XV, 1961.

GUSDORF, Georges. *As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. (1988). Trad. de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HARTZ, Louis. *The Necessity of Choice: Nineteenth-Century Political Thought*. London, Transaction Publishers, 1990.

HAYWARD, Jack. *After the French Revolution: six critics of Democracy and Nationalism*. New York University Press. New York, 1991.

HIRSCHMANN, Albert O. *Retórica da intransigência : perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 2005. 19ª edição.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa (1990)*. trad. Maria Celia Poli. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOFMAN, Amos. "Opinion, Illusion, and the Illusion of Opinion: Barruel's Theory of Conspiracy." In: *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 27, No. 1 (Autumn, 1993), p.27-60.

HUDSON, Nora E. *Ultra-Royalism and the French Restoration*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1936.

HUGUENIN, François. "Souveraine Modernité de J. de Maistre". In: Philippe Barthelet (org.). *Joseph de Maistre*. Lausanne, L'Age d'Homme, 2005, p. 417-422.

HUNTINGTON, Samuel P. "Conservatism as an Ideology". *The American Political Science Review*. Vol. LI, n. 2, 1957.

JASMIN, Marcelo Gantus. "Tocqueville, a Providência e a História". *Dados*, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro 1997, p.199-227.

JENNINGS, J. R. "Conceptions of England and its Constitution in the Nineteenth-Century French Political Thought." *The Historical Journal*, 29, I, 1986.

KAPLAN, Steven Laurence. *Farewell, Revolution. The historians' feud. 1789-1989*. Ithaca and London. Cornell University Press, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1954). Trad.: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco; Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto; 1999.

LAMARTINE, Alphonse. "Vie et œuvres du comte de Maistre", in: *Cours familier de littérature*, Paris, 1859, vol. VII, pp. 393-472; vol. VIII, pp. 5-80.

LASKI, Harold. "*De Maistre and Bismarck*" in: *Studies in the Problem of Sovereignty*. New Haven, Yale University Press, 1937.

LATREILLE, Camille, "Les derniers jours de Joseph de Maistre racontés par sa fille", in: *La Quinzaine*, 16 VII 1905, vol. 65, pp. 149-161

LEBRUN, Richard Allen. Tradução e Introdução de *Considerations on France*. New York, Cambridge University Press, 1994

_____. *Throne and Altar: the Political and Religious Thought of Joseph de Maistre*. Ottawa, University of Ottawa Press, 1965.

_____. *Joseph de Maistre: an intellectual militant*. Quebec, McGill-Queen's University Press, 1988.

_____. (org). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London. University Press of America, 1988.

_____. (org). *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

_____. "Maistrian Epistemology." *Maistre Studies*. Lanham-New York - London. University Press of America, 1988.

_____. "Maistre and Natural Law". *Maistre Studies*. Lanham - New York - London. University Press of America, 1988.

_____. "Maistre's Reading". *Maistre Studies*. Lanham - New York - London. University Press of America, 1988.

_____. "Joseph de Maistre and Edmund Burke: a comparison." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

LEFEBVRE, G. *O Nascimento da Moderna Historiografia*. (1971). Lisboa. Sá da Costa, 1981.

_____. *Réflexions sur l'histoire*. Paris, Maspero, 1978.

_____. "Introduction", in J.-P. Mayer (dir.), *Tocqueville. Œuvres Complètes*. Paris, Gallimard (Tomo II, vol. 1), 1953.

_____. *Études sur la Révolution Française*. Paris, PUF, 1963.

_____. *1789 : o surgimento da Revolução Francesa* (1939). Trad. de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *De près et de loin*. Paris, Odèle Jacob, 1988.

McMAHON, Darrin M. *Enemies of the Enlightenment. The French Counter-Enlightenment and the making of the Modernity*. New York, Oxford University Press, 2001.

McManners, J. "The historiography of the French revolution." In: *The American and French Revolutions, 1763–93* (vol. 8). Ed. A. Goodwin. Cambridge University Press, 1965.

MANNHEIM, Karl. "El Pensamiento Conservador." In: *Ensayos sobre Sociología y Psicología Social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.

MASSONET, Stéphane. "Révolution/Contre-Révolution." In: Philippe Barthelet (org). *Joseph de Maistre. Les Dossiers H*. Lausanne, L'âge d'Homme, 2005.

MATHIEZ, Albert. *História da Revolução Francesa (1822-4). O Terror (vol.III)*. Trad. de Paulo Zing. São Paulo. Atena Editora,s/d.

MELLON, Stanley. *Political Uses of History*. Stanford, Stanford University Press, 1958.

MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*. Paris, Robert Laffont, 2 vol, 1979.

MILTCHYNA, Vera. "Joseph de Maistre in Russia: A look at the reception of his work." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press, 2001.

MOORE, Barrington Jr. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: lord and peasants in the making of the modern world*. Boston, Beacon Press, 1967.

NICOLAS, Jean. *La Savoie au XVIII^e siècle. Noblesse et bourgeoisie* (1978). Montmélian, La Fontaine de Siloé, 2003.

NISBET, Robert. *Os Filósofos Sociais*. Brasília : Unb, 1982

_____. "De Bonald and the concept of the social group." *Journal of the History of Ideas*. January 1944, vol.V, n. I.

_____. *O Conservadorismo*, Lisboa, Estampa, 1987.

OMODEO, Adolfo. *La cultura francese nell'età della Restaurazione*. Arnoldo Mondadori Editori, 1946.

ORTEGA Y GASSET, José. *O Homem e a Gente: intercomunicação humana* (1957). Trad. de J. Carlos Lisboa. RJ, Livro Ibero-Americano, 2^a edição, 1973.

PASTORI, Paolo. *Tradizione e tradizionalismi*. Lecce, Milella, 1997.

PETIT, Jacques. *Barbey d'Aurevilly critique*. Paris, Annales Littéraires de l'université de Besançon, 1963.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo. Edusp. 2003.

_____. *The commonwealth of Oceana; and, A system of politics* / James Harrington ; edited by J.G.A. Pocock. New York. Cambridge University Press, 1992.

PORCHNEV, Boris. *Les soulèvements populaires en France au XVII^e siècle*. (1963). Paris: Flammarion, 1972.

PRANCHÈRE, Jean-Yves. *L'autorité contre les Lumières: la philosophie de Joseph de Maistre*. Genève, DROZ, 2004.

_____. "Joseph's de Maistre Catholic Philosophy of Authority." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Montreal & Ithaca, McGill-Queen's University Press, 2001.

_____. "The Persistence of Maistrian Thought" (1996). In: R. Lebrun (org.). *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Montreal & Ithaca. McGill-Queen's University Press, 2001.

REBOTTON, Jean. "Maistre's Religious Education." *Maistre Studies*. (org.) Richard Lebrun. Lanham - New York - London. University Press of America, 1988.

_____. "Josephus a Floribus during the Revolution." *Maistre Studies* (org.) Richard Lebrun. Lanham - New York - London. University Press of America, 1988.

_____. "Maistre's Religious Education" (1977). In: R. Lebrun (organização e tradução). *Maistre Studies*. Lanham - New York - London, University Press of America, 1988, p. 78-95.

REEDY, W. Jay. "Maistre's Twin? Louis de Bonald and the Enlightenment." *Joseph de Maistre's Life, Thought and Influence*. Richard Lebrun (org.). Quebec, McGill-Queen's University Press,

REMUSAT, Charles de, "Du traditionalisme: Joseph de Maistre", in: *Revue des deux mondes*, 15 mai 1857, pp. 241-270.

RIALS, Stéphane. *Révolution et Contre-Révolution au XIX^e siècle*. Paris, Albatros, 1987.

RIQUET, Michel, "Joseph de Maistre et le père Barruel", in: *Revue des Etudes Maistriennes*, 5-6/1980, pp. 283-295.

ROUSSEL, Jean. *Jean-Jacques Rousseau en France après la Révolution: 1795-1830*. Paris, Armand Colin, 1972.

SAINTE-BEUVE, C.-A. de. *Portraits littéraires*, Paris, 1860.

SAUVIGNY, G. de Bertier de. *La Restauration*. Paris, Flammarion, 1955.

SÉNART, P. "Maistre et Tocqueville" In: Philippe Barthelet (org.). *Joseph de Maistre. Les Dossiers H*. Lausanne, L'age d'Homme, 2005.

SERRA, Teresa. *La critica alla democrazia in Joseph de Maistre e Louis de Bonald*. Roma, Aracne, 2005.

SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e historia* (2002). Trad. espanhola de Cristina Fangmann. Bernal, Univ. Nacional de Quilmes, 2007.

_____. *As fundações do pensamento político moderno* (1978). Trad. portuguesa de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo, Cia das Letras, 5ª reimpressão, 2006.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo, Difel, 1974.

SOREL, Albert. *L'Europe et la Révolution française*. Paris, Librairie Plon, 20ª edição, 8 vol.

SPEKTOROWSKI, Alberto. "Maistre, Donoso Cortés and the Legacy of Catholic Authoritarianism." .” *Journal of the History of Ideas*. 2002, p.283-302.

STÄEL, Mme de. *Considérations sur la Révolution française* (1818). Paris, Tallandier, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *L'Ancien Régime et la Révolution*. Paris, Flammarion, 2006.

_____. "Carta ao conde de Circourt" (14 de Junho de 1852). In: *Memoirs, Letters and Remains of Alexis de Tocqueville*, 2 vol. Cambridge, Londres, 1861, p. 204-5.

TRINDADE, Liana Salvia. *As raízes ideológicas das teorias sociais*. São Paulo, Editora Ática, 1978

TRIOMPHE, Robert. J. de Maistre. *Étude sur la vie et sur la doctrine d'un matérialiste mystique*, Genève. Droz, 1968.

VAN KLEY, Dale K. *The Religious Origins of the French Revolution: From Calvin to the Civil Constitution, 1560-1791*. New Haven: Yale University Press. 1996.

VIATTE, Auguste. *Le Catholicisme chez les Romantiques*. Paris. E. De Boccard, 1922.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo* (1971). Trad. de Modesto Florenzano, Bauru: Edusc, 2003.

VOUGA, Daniel . *Baudelaire et Joseph de Maistre*. Paris, J. Corti, 1957.

VOVELLE, Michel (org.) *França Revolucionária* (1789-1799). Trad. Denise Bottman. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. *Combates pela Revolução Francesa* (2001). Bauru – Edusc, 2004.

WATT, E. D. “*Locked in*”: De Maistre’s Critique of French Lockeanism.” *Journal of the History of Ideas*. January-March 1971, vol. XXXII.

WINOCK, Michel.(org.), *Histoire de l’extrême droite en France*, Paris, Seuil, 1993.

WOLIN, Sheldon. *Politics and Vision. Continuity and Innovation in Western Political Thought*. (1960). Princeton, Princeton University Press, 2004.

WOOLF, Stuart. *A History of Italy (1700-1860)*. London and New York, Routledge, 1979.

ZAGANIARIS, Jean. *Spectres Contre-Révolutionnaires: interpretations et usages de la pensée de Joseph de Maistre XIX^e - XX^e siècles*. Paris, L’Harmattan, 2005.

II PARTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FRANÇA

SOBRE A TRADUÇÃO

Esta tradução foi elaborada a partir da recente edição francesa das *Considérations sur la France*, de autoria de Pierre Glaudes **Joseph de Maistre: Oeuvres** (Paris, Robert Laffont, 2007), a qual teve o mérito de cotejar as versões de 1797 e de 1821 do manuscrito original, republicadas em 1936 (com introdução e notas de René Johannet e François Vermale). Também levamos em conta as criteriosas edições de Pierre Manent (Paris, Complexe, 1988 e 2006) e Jean-Louis Darcel (Paris, PUF, 1989).

Por outro lado, na tradução fizemos o cotejo com as versões inglesa (*Considerations on France*. New York, Cambridge University Press, 1994; tradução de Richard A. Lebrun) e espanhola (*Consideraciones sobre Francia*. Barcelona, Tecnos, 1990; tradução de Joaquín Poch Elío) do texto de Maistre.

Considerações sobre a França

*Dasne igitur nobis, Deorum
immortalitum natura, ratione, potestate,
mente, numine, sive quod est aliud verbum
quo planius significem quod volo, naturam
omnem divitus regi? Nam si hoc non
probas, a Deo nobis causa ordiunda est
potissimum.*^{525*}

Cícero. *De Legibus.*, I, VII.

Capítulo I

Das Revoluções

Estamos todos presos ao trono do Ser Supremo por uma corrente flexível que nos detém sem nos escravizar. O que há de mais admirável na ordem universal das coisas, é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livrementemente escravos, agem a um só tempo voluntária e necessariamente: fazem realmente o que querem, mas sem poder perturbar os planos gerais. Cada um desses seres ocupa o centro de uma esfera de atividade, cujo diâmetro varia segundo o arbítrio do *eterno geômetra*, que sabe estender, restringir, paralisar ou dirigir a vontade, sem alterar sua natureza.

Nas obras do homem, tudo é pobre como o autor; os desígnios são restritos; os meios, rígidos; as molas, inflexíveis; os movimentos, penosos, e os resultados, monótonos. Nas obras divinas, as riquezas do infinito manifestam-se mesmo nos menores elementos; sua

⁵²⁵ “Queiras, portanto [...], condescender nesse ponto[...], a saber, que é por meio da razão, da autoridade, do intelecto, do poder, ou do querer dos deuses imortais - ou por qualquer outro termo que expresse com maior clareza aquilo que tenciono dizer-, que todo o universo é governado? Pois se estiverdes de acordo, precisamente por isso é que devemos começar o debate.” Cícero. *Des Lois* I, VII, 21, ed. Georges de Plinval, Paris, Les Belles Lettres, 1959, p. 12.

* Esta epígrafe encontra-se no manuscrito original das *Considérations*. Com respeito às notas de pé de página da autoria de Maistre, as mesmas virão antecedidas de uma indicação em negrito. Do contrário, as mesmas serão de nossa autoria ou dos autores indicados.

potência opera entreteendo-se; em suas mãos tudo é flexível, nada lhe resiste; para ela, mesmo os obstáculos servem de meios; e as irregularidades produzidas pela ação dos seres livres, incorporam-se à ordem geral.

Se imaginarmos um relógio cujos mecanismos variassem continuamente de força, peso, dimensão, forma e posição, e, ainda assim, mostrasse a hora com exatidão, teremos alguma idéia sobre a ação dos seres livres em relação aos planos do Criador.

No mundo político e moral, como no mundo físico, há uma ordem comum, bem como exceções a essa ordem. Ordinariamente, observamos uma série de efeitos produzidos pelas mesmas causas; porém, em certas épocas, constatamos ações suspensas, causas paralisadas e efeitos novos.

O milagre é um efeito produzido por uma causa divina ou sobre-humana, que suspende ou contradiz uma causa ordinária. Se, em pleno inverno, diante de mil testemunhas, um homem ordenar a uma árvore que se cubra imediatamente de folhas e de frutos, e ela obedecer, todos exultarão o milagre, e inclinar-se-ão diante do taumaturgo. Mas a Revolução francesa, e tudo o que se passa neste momento na Europa, é tão maravilhoso em seu gênero quanto a frutificação instantânea de uma árvore em pleno mês de janeiro: entretanto, ao invés de admirar, os homens desviam seus olhares ou desatinam.

Na ordem física, onde não participa como causa, o homem condescende em admirar aquilo que não compreende; mas na esfera de sua atividade, onde sente que é a causa livre, seu orgulho o leva facilmente a divisar como desordem tudo o que contradiz ou atrapalha sua ação.

Certas iniciativas que se encontram ao alcance do homem, produzem regularmente os mesmos efeitos no curso ordinário das coisas; se não logra seu objetivo, sabe o porquê, ou crê sabê-lo; conhece os obstáculos, aprecia-os, e nada o surpreende.

Porém, nos tempos de revolução, a corrente que ata o homem encurta-se bruscamente, sua ação diminui e seus meios o iludem. Então, arrastado por uma força desconhecida, rebela-se contra ela, e, ao invés de beijar a mão que lhe oprime, a ignora ou a insulta⁵²⁶.

⁵²⁶ Alusão ao Tratado de Bâle (1795), pelo qual a Prússia, em abril, e depois a Espanha, em julho, assinaram uma paz avulsa com os representantes da França revolucionária, conduzidos por François de Barthélemy.

Não compreendo nada disso, é a frase do dia. Esta frase é muito sensata, se nos remete à causa primeira que nesse instante oferece um espetáculo inaudito aos homens; é néscia, se não expressa mais que despeito ou um abatimento estéril.

“Como”, indaga-se aos quatro cantos, “os homens mais culpados do universo triunfam sobre o mesmo?” Um regicídio horrendo obtém todo o sucesso que dele poderiam esperar aqueles que o cometeram! A Monarquia está embotada por toda a Europa! Seus inimigos encontram aliados inclusive nos tronos! Tudo termina bem para os perversos⁵²⁷: executam facilmente os mais gigantescos projetos, ao passo que o bom partido é desditoso e ridículo em tudo o que empreende⁵²⁸! A opinião persegue a lealdade em toda a Europa!⁵²⁹ Os principais homens de Estado equivocam-se invariavelmente, os maiores generais são humilhados, etc!”

Sem dúvida, pois a primeira condição de uma revolução decretada, é que tudo o que podia preveni-la, não exista, e que nada termine bem para os que querem impedi-la. Entretanto, nunca a ordem é tão visível, nunca a Providência é tão palpável, quanto no momento em que uma ação superior substitui a do homem e age isolada: é o que observamos agora.

O que mais impressiona na Revolução francesa, é essa força avassaladora que derruba todos os obstáculos. Seu turbilhão arrasta como uma leve palha tudo o que a força humana soube opor-lhe: ninguém contrariou sua marcha impunemente. A pureza da intenção pôde ilustrar o obstáculo, nada mais; e essa força cega, marchando invariavelmente para o seu objetivo, rejeita igualmente Charette, Dumouriez e Drouet⁵³⁰.

⁵²⁷ É possível que se refira à campanha da Itália de 1796, liderada por Bonaparte.

⁵²⁸ Uma alusão, talvez, aos fiascos realistas, como o desembarque em Quiberon (27 de junho-22 de julho de 1795), na Bretanha, e a jornada do 13 *vendémiaire* do ano III (5 de outubro de 1795). O biógrafo, tradutor e editor de diversos livros de e sobre Maistre em língua inglesa, Richard Lebrun, comparou esse episódio ao frustrado desembarque dos exilados cubanos na Baía dos Porcos em Cuba (1961). Lebrun nos informa que a invasão dos émigrés, com o respaldo da marinha britânica, falhou porque os mesmos não conseguiram obter o necessário apoio da população local. Richard Lebrun. *Considerations on France*. New York. Cambridge, 1994, p. 4.

⁵²⁹ “Luís XVIII, irmão de Luís XVI, e o pretendente não-reconhecido ao trono da França - desde o falecimento de seu sobrinho, Luís XVII, em junho de 1795 -, foi expulso de Verona pelos venezianos, em abril de 1796. Percebendo que não era bem-vindo na Áustria, encontrou finalmente refúgio em Blakenburg, no ducado de Brünswick. O Diretório requisitara a expulsão dos emigrados para a Confederação Suíça, e um grande número de cidades alemãs declarou que não gostaria de recebê-los.” Richard Lebrun. *op. cit.* p. 4-5.

⁵³⁰ Em 10 de agosto de 1792, dia em que a monarquia foi derrubada, Charette tentara, em vão, resgatar Luís XVI do Palácio das Tulherias; adquiriu fama mais tarde como chefe da Vendéia. Dumouriez, que em março de 1792 era ministro dos assuntos estrangeiros, fez o melhor que pôde para provocar a guerra com a Áustria, pois no íntimo acreditava que a mesma levaria os franceses a se unirem em defesa de seu rei.

Constatou-se, com muita razão, que a Revolução Francesa conduz os homens mais do que é conduzida pelos mesmos. Essa observação é da maior exatidão e, ainda que possamos aplicá-la mais ou menos a todas as grandes revoluções, nunca, porém, foi mais evidente do que nesta época.

Os próprios celerados que pareciam conduzir a revolução, dela não participaram senão como simples instrumentos; e desde o momento que têm a ambição de dominá-la, caem de modo ignóbil. Os que estabeleceram a República, fizeram-no sem querê-lo e ignorando o que faziam; foram levados a isso pelos acontecimentos: um plano anterior não teria triunfado.

Jamais Robespierre, Collot ou Barère pensaram em estabelecer o governo revolucionário e o regime do Terror. Foram levados a isso, insensivelmente, pelas circunstâncias e algo parecido jamais voltará a se repetir. Esses homens, excessivamente medíocres, exerceram sobre uma nação culpada o mais terrível despotismo de que a história oferece testemunho, e certamente eram os homens mais estupefatos com seu poder.⁵³¹

Contudo, no mesmo instante em que esses detestáveis tiranos ultrapassaram os limites dos crimes necessários a essa fase da Revolução, bastou um sopro para derrubá-los. Esse poder gigatesco, que fazia tremer a França e a Europa, não suportou o primeiro ataque; e como não poderia restar nada de elevado ou augusto em uma revolução completamente criminosa, quis a Providência que o primeiro golpe fosse desfechado pelos *setembristas*⁵³², a fim de que a própria justiça fosse infame⁵³³.

Posteriormente, na condição de comandante-chefe do exército do Norte, empreendeu uma malograda tentativa, em março de 1793, para derrubar os jacobinos. Drouet, chefe do posto de correios de Saint-Menéhould, identificou a fuga de Luís XVI, tendo sido decisivo para sua captura em Varennes, em junho de 1791. Cf. Richard Lebrun. *op. cit.*, p. 5.

⁵³¹ Três membros do Comitê de Salvação Pública: Robespierre, homem forte do governo revolucionário; Collot d'Herbois, encarregado da política interna e responsável, ao lado de Fouché, pela feroz repressão da insurreição realista de setembro de 1793, em Lyon [e que deixara profundas marcas em Maistre, a julgar pelos vivos relatos que recebera dos émigrés em Lausanne]; Barère foi sucessivamente encarregado das Relações Exteriores, da Marinha, da Instrução pública e dos Assuntos militares no seio do Comitê. Cf. Pierre Glaudes. *Joseph de Maistre. Oeuvres*. Paris, Robert Laffont, p.933.

⁵³² Alusão ao golpe de Estado do 9 Termidor do ano II (27 de julho de 1794), que decretou o fim do poder de Robespierre.

⁵³³ **Nota de J. de Maistre:** “Pela mesma razão, a honra é desonrada. Um jornalista (*Le Republicain*) declarou com muito tino e exatidão: *Compreendo muito bem como se pode despanteonizar Marat, mas não conceberei jamais como se pode desmaratizar o Panteão*. Alguém se queixou ao ver o corpo de Turenne esquecido no canto de um museu, ao lado do esqueleto de um animal: que imprudência! Era o suficiente para suscitar a idéia de lançar ao Panteão esses restos veneráveis.” [O Panteão foi construído nas décadas que antecederam a Revolução como Igreja de Saint-Geneviève, a qual foi convertida para templo da fama (*pantheon*, palavra grega que designa um templo dedicado a todos os deuses) após a morte de Mirabeau, em

Amiúde alguém se surpreende diante do fato de que homens mais que medíocres tenham julgado melhor a Revolução francesa do que os homens de maior talento; que nela acreditassem resolutamente, enquanto políticos consumados não lhe atribuíam crédito. Isso porque semelhante persuasão constituía uma das peças da Revolução, que só podia triunfar em razão da extensão e da energia do espírito revolucionário, ou, se é lícito expressar-se assim, pela *fé* na revolução. Desse modo, homens desprovidos de talento e de conhecimento mantiveram absoluto controle daquilo que designavam como *carro revolucionário*; ousaram tudo sem temer pela contra-revolução; marcharam sempre adiante, sem nunca olhar para trás⁵³⁴; alcançaram tudo, pois eram meros instrumentos de uma força que sabia mais do que eles. Não cometeram erros em sua carreira revolucionária, pela mesma razão que o flautista de Vaucanson⁵³⁵ jamais executou notas falsas.

A torrente revolucionária assumiu sucessivamente diferentes direções, e os homens mais destacados da revolução só adquiriram o grau de poder e de celebridade que podia corresponder-lhes ao seguirem a corrente do momento: no instante em que resolveram cotrariá-la, ou apenas afastar-se dela, isolando-se, trabalhando excessivamente para si mesmos, desapareceram da cena.

Observai esse Mirabeau que imprimiu tantas marcas na revolução: no fundo, era o *rei do mercado público*⁵³⁶. Pelos crimes que cometeu e pelos livros que redigiu, secundou o movimento popular. Ia na esteira de uma massa em movimento e a empurrava para a mesma direção que já havia assumido; seu poder nunca se estendeu para além disso; partilhava com

1791. Permanece como o local de sepultamento dos heróis nacionais franceses. Marat, assassinado em julho de 1793, foi enterrado no Panteão como mártir jacobino em 1794. A partir de 1795, tornou-se um símbolo dos excessos revolucionários, e seu corpo foi removido a um cemitério próximo. Turenne, um dos generais mais famosos de Luís XVI, fora enterrado em Saint-Denis. Quando as tumbas reais foram pilhadas, em 1793, seus restos foram removidos para o museu. O Diretório decidiu honrá-lo, embora nunca tivesse sido levado ao Panteão. Foi finalmente enterrado no Palácio dos Inválidos em 1800, por ordem de Napoleão. Cf. Richard Lebrun., *op. cit.* p.6.]

⁵³⁴ É o que escrevia o deputado Philippe Le Bas, em 20 de janeiro de 1793, amigo de Robespierre: “Ei-nos aqui chegados: os caminhos atrás de nós encontram-se arrasados, é preciso avançar, por bem ou por mal, e é sobretudo agora que se pode dizer: viver livre ou morrer!” Citado por Albert Soboul. *Précis d’histoire de la Révolution française*. Paris, Éd. Sociales, 1962, p. 233.

⁵³⁵ Jacques de Vaucanson (1709-1782). Mecânico francês nascido em Grenoble e que Maistre conhecera. Construtor de vários autômatos (os flautistas, os patos nadadores) que o levaram a adquirir renome por toda Europa.

⁵³⁶ Na estrutura gremial do Antigo Regime, chamavam-se *Rois des métiers* às pessoas de cada ofício que, um tanto ironicamente, designavam-se como reis. Assim, falava-se do *rei dos padeiros* (*roi des boulangers*), dos carpinteiros (*roi des menuisiers*), etc. Quando Maistre refere-se a Mirabeau como *roi de la halle*, parece querer designá-lo, sarcasticamente, como o rei dos quitandeiros, os quais o seguiam em meio aos berros e empurrões.

outro ídolo da revolução⁵³⁷ o poder de agitar a multidão, sem possuir o de dominá-la, o qual constitui o verdadeiro sigilo da mediocridade nas agitações políticas. Facciosos menos brilhantes e, com efeito, mais hábeis e poderosos do que ele⁵³⁸, serviam-se de sua influência em proveito próprio. Vociferava na tribuna enquanto os outros o enganavam. Dizia, ao morrer, *que se sobrevivesse, teria reunido as peças esparsas da Monarquia*; e quando desejasse, no momento de sua maior influência, um simples cargo de ministro, seus subalternos ter-lhe-iam afastado como se fosse uma criança.

Enfim, quanto mais se examinam os personagens aparentemente mais ativos da Revolução, mais claramente divisa-se neles alguma coisa de passivo e mecânico. Nunca será demasiado repetir: não são os homens que conduzem a revolução, é a revolução que emprega os homens. Fala-se com precisão, quando se diz que *ela caminha sozinha*. Essa frase significa que jamais a Divindade se revelou de uma maneira tão clara em algum acontecimento humano. Se ela emprega os instrumentos mais vis, é porque pune para regenerar.

Capítulo II

Conjecturas sobre os desígnios da Providência na Revolução Francesa

Cada nação, como cada indivíduo, recebeu uma missão que deve cumprir. A França exerce sobre a Europa uma verdadeira magistratura, seria inútil contestar, mas da qual abusou da maneira mais repreensível. Encontrava-se, sobretudo, ao vértice do sistema religioso, de modo que, não sem razão, designava-se seu rei como *crístianíssimo*: Bossuet não cometeu exageros neste ponto. Como ela se serviu de sua influência para contradizer sua vocação e desmoralizar a Europa, não é preciso surpreender-se pelo fato de que tenha sido a ela reconduzida pelos meios mais terríveis.

⁵³⁷ La Fayette.

⁵³⁸ É possível que se trate do banqueiro genebrino Étienne Clavière, amigo e conselheiro de Mirabeau para assuntos financeiros. Eleito deputado à Assembléia Legislativa, recebeu a pasta das finanças no primeiro ministério girondino (março-junho de 1792).

Há muito tempo não se testemunhava uma punição tão espantosa infligida a um número tão grande de culpados. Há inocentes, sem dúvida, entre os infelizes, mas bem menos do que comumente se imagina.

Segundo nossa limitada visão, todos aqueles que trabalharam para desatar o povo de sua crença religiosa; todos os que opuseram sofismas metafísicos às leis de propriedade; todos os que disseram: *Golpeai, contanto que tiremos vantagem*, todos aqueles que atentaram contra as leis fundamentais do Estado; todos os que aconselharam, aprovaram, favoreceram as medidas violentas adotadas contra o rei, etc.; todos estes quiseram a Revolução, e todos que a quiseram, foram, com muita justiça, suas vítimas.

Gememos ao ver que sábios ilustres caem sob a lâmina de Robespierre. Humanamente, nunca se lamentará o suficiente; mas a justiça divina não possui a menor consideração pelos geômetras ou pelos físicos⁵³⁹. Inúmeros sábios franceses estiveram entre os principais autores da Revolução; dentre eles, houve muitos que a amaram e a favoreceram, enquanto ela, a exemplo do bastão de Tarquínio⁵⁴⁰, abateu somente as cabeças dominantes. Diziam, como muitos outros: *É impossível que se realize uma grande Revolução sem causar desventuras*. Mas quando um filósofo se consola dessas infelicidades em vista dos resultados e com seu coração diz: *“Toleremos cem mil assassinatos, desde que sejamos*

⁵³⁹ O manuscrito de Maistre nomeia Bailly, matemático, astrônomo, prefeito de Paris durante a primeira fase da Revolução e presidente da Constituinte, célebre por sua atuação no Juramento da Péla (20 de junho de 1789) e, sobretudo, por ter ordenado o fuzilamento dos manifestantes pró-republicanos pela guarda nacional no Campo de Marte, em 17 de julho de 1791; e Lavoisier, considerado o criador da química moderna, mas que angariou a antipatia dos revolucionários por ter integrado a *ferme générale*, uma típica instituição remanescente do Antigo Regime, pela qual o Estado arrendava a cobrança de impostos a agentes privados. Ambos foram guilhotinados durante o Terror. Todavia, é possível supor que Maistre também tivesse em vista os nomes de d'Alembert (e dos Enciclopedistas) e, sobretudo, de Condorcet, um dos “Pais” da Revolução e o qual, por ter sido contrário à pena capital imposta a Luís XVI e dirigir críticas à Constituição de 1793, foi declarado “traidor” da pátria em outubro de 1793. Morreu na prisão no ano seguinte, em circunstâncias desconhecidas. Curiosamente, um dos principais responsáveis pelo indiciamento de Condorcet e pela perseguição aos girondinos, o deputado e então presidente da Convenção, Héroult de Séchelles, foi o enviado pela República francesa para organizar a integração do novo departamento de Mont-Blanc, que incluía a Savóia invadida (setembro de 1792) de Maistre.

⁵⁴⁰ “Tarquínio, o Soberbo, sétimo e último rei de Roma (século VI a.C.). Após ter se apoderado do trono ao fazer o assassinar de seu sogro, Sêrvio Túlio, governa de maneira tirânica e às expensas da aristocracia, cujo poder ele diminui pela opressão, exílio e morte. Maistre refere-se aqui a uma célebre anedota: sem conseguir apoderar-se de Gábia pela força, Tarquínio recorreu à astúcia. Seu filho, Sextus, fingindo estar em desavença com ele, solicitou asilo a seus inimigos, ganhando-lhes a confiança. Em seguida, enviou um mensageiro para perguntar ao pai o que devia ser feito. Este nada respondeu, mas conduziu o mensageiro ao jardim de seu palácio e, com um bastão, abateu as mais altas cabeças das dormideiras que lá se encontravam. O mensageiro relatou o que presenciara a Sextus, que ordenou o massacre dos principais cidadãos da Gábia.” P. Glaudes, *op.cit.*, p. 933.

livres”; se a Providência redarguir-lhe: “Aceito sua aprovação, mas você fará número”, onde está a injustiça? Julgaríamos de outro modo em nossos tribunais?

Os detalhes seriam odiosos; mas entre os franceses classificados como *vítimas inocentes* da Revolução, poucos são os que não escutaram de sua consciência:

*Ao contemplar os tristes frutos de vossos erros ,
Reconhecei os golpes que vós mesmos infligistes*⁵⁴¹

Nossas idéias sobre o bem e o mal, sobre o inocente e o culpado, são amiúde alteradas por nossos preconceitos. Declaramos culpados e infames dois homens que se atacam com um ferro de três polegadas; mas se o ferro for de três pés, o combate torna-se honorável. Censuramos a quem subtrai um centavo da carteira de seu amigo; se lhe toma apenas a esposa, nada demais. Todos os crimes reluzentes que supõem um desenvolvimento de qualidades grandes ou amáveis, sobretudo aqueles que são coroados com o sucesso, nós os perdoamos, quando não os convertemos em virtudes; ao passo que, aos olhos da verdadeira justiça - para quem o maior dos crimes é o abuso de seus dons-, as brilhantes qualidades que envolvem o culpado, obscurecem-no ainda mais.

Cada homem possui certos deveres a cumprir, e a extensão desses deveres é relativa à sua posição civil e à amplitude de seus meios. A mesma ação está longe de ser igualmente criminosa quando executada por dois homens distintos. Para não evadirmos o nosso objeto, aquele ato que, perpetrado por um homem obscuro e revestido bruscamente de um poder ilimitado, foi apenas um erro ou um rompante de loucura, poderia ser uma iniquidade da parte de um bispo ou de um duque e par do reino⁵⁴².

Enfim, existem ações escusáveis e até louváveis aos olhos humanos, mas que no fundo são infinitamente criminosas. Quando se diz, por exemplo: “*Abracei de boa fé a Revolução Francesa, por puro amor à liberdade e à minha pátria; acreditei com minha alma e consciência que ela traria o fim dos abusos e a felicidade pública*”; nada temos a responder. Mas o olho, para o qual todos os corações são diáfanos, enxerga a fibra culpada;

⁵⁴¹ Trata-se da obra de Racine, *Ifigênia*, ato V, cena II.

⁵⁴² Alusão a Talleyrand, bispo de Autun, que aprovara a Constituição Civil do clero, e ao duque d’Orleans, deputado na Convenção sob o nome de Philippe Égalité (Filipe Igualdade), e que aprovara a condenação à morte de seu primo [Luís XVI].

descobre, em uma discórdia ridícula, no menor descontentamento do orgulho, em uma paixão baixa ou criminal, o primeiro móvil dessas resoluções que pretenderam ilustrar aos olhos dos homens; e para ele o embuste da hipocrisia enxertada na traição é um crime a mais. Mas falemos da Nação em geral.

Um dos maiores crimes que se pode cometer é, sem dúvida, o atentado contra a *soberania*, não havendo outro de conseqüências mais funestas. Se a soberania reside em uma cabeça, quando a mesma cai vítima de um atentado, aumenta a atrocidade do crime. Porém, se esse soberano não mereceu esta sorte por qualquer crime anterior; se suas próprias virtudes armaram as mãos dos culpados contra si, não há designação para tal crime. Identificamos aqui a morte de Luís XVI; porém, o que mais importa observar, é que jamais *um crime tão grave teve tantos cúmplices*. A morte de Carlos I teve muito menos e, não obstante, poder-se-ia censurá-lo de uma maneira que Luís XVI não teria merecido. Não obstante, concederam-lhe provas do interesse mais terno e corajoso; o próprio carrasco, que não fazia mais do que obedecer, não se atreveu a revelar-se em público. Na França, Luís XVI marchou para a morte em meio a 60.000 homens armados que não dispararam sequer um mísero tiro de fuzil para Santerre⁵⁴³; nenhuma voz elevou-se a favor do desditoso monarca, as províncias permaneceram tão silenciosas quanto a capital. *Teria sido perigoso*, dizia-se. Franceses! Se acreditais que essa é uma boa razão, não falais tanto de vossa coragem, ou convindes que a empregastes bem mal.

A indiferença do exército não foi menos notável. Serviu melhor ao carrasco de Luís XVI do que ao próprio, uma vez que o traiu. Não se verificou o mais ligeiro sinal de descontentamento de sua parte⁵⁴⁴. Em suma, jamais um crime tão grave pertenceu (em verdade, com inúmeras gradações) a um número tão elevado de culpados.

Resta fazer uma observação importante: que todo atentado cometido contra a soberania, *em nome da Nação*, é sempre, em maior ou menor grau, um crime nacional; pois, de certo

⁵⁴³ Antoine-Joseph Santerre (1752-1809), um bem-sucedido cervejeiro do subúrbio de Saint-Antoine que se torna comandante da guarda nacional desde a insurreição de 10 de agosto de 1792, cargo que renuncia em julho de 1793 para ir combater na Vendéia, sem êxito. Em 18 de janeiro de 1793 (três dias antes da execução de Luís XVI) disse à Convenção: “Tudo está perfeitamente tranquilo; a sentença do antigo rei será executada dentro da maior ordem. Em breve, haverá uma reserva de aproximadamente cinco mil homens prontos para marchar; há canhões por toda parte, mas eles são desnecessários. A tranquilidade não pode ser interrompida.” Citado em R. Lebrun, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁴⁴ Conforme observou R. Lebrun, isto não está inteiramente correto. Após a fuga de Luís XVI a Varennes, a Assembléia Constituinte prescreveu um juramento de lealdade para o exército. Cerca de 2.000 oficiais, de um total de 9.500 da ativa, recusaram-se a fazê-lo Cf. Richard Lebrun, *op. cit.*, p. 12.

modo, é sempre uma responsabilidade da Nação se um dado número de facciosos logrou obter condições para cometer o crime em seu nome. Assim, não temos dúvidas de que nem todos os franceses desejaram a morte de Luís XVI; mas a imensa maioria do povo desejou, durante mais de dois anos, todas as loucuras, injustiças e atentados que conduziram à catástrofe de 21 de janeiro.

Ora, todos os crimes nacionais contra a soberania são punidos sem dilação e de uma maneira terrível; trata-se de uma lei que nunca admitiu exceção. Poucos dias depois da execução de Luís XVI, alguém escrevia no *Mercure universel*⁵⁴⁵: “Talvez não fosse necessário ir tão longe; mas, visto que nossos legisladores assumiram a responsabilidade pelo ocorrido, unamo-nos em torno deles: aplaquemos todos os ódios, e que não se fale mais disso.” Muito bem. Talvez não fosse necessário assassinar o Rei, mas já que o fato está consumado, não falemos mais disso e sejamos bons amigos! Que insensatez! Algo melhor compreendia Shakespeare quando dizia: “*A vida de cada indivíduo é preciosa para ele, mas a vida da qual dependem tantas vidas, a dos soberanos, é preciosa para todos. Pode um crime apagar a majestade real? No lugar outrora ocupado por ela, forma-se um abismo horrendo, e tudo que o circunda, precipita-se nele*”⁵⁴⁶. Cada gota de sangue de Luís XVI custará torrentes do mesmo para a França; quatro milhões de franceses, talvez, pagarão com sua vida o grande crime nacional de uma insurreição anti-religiosa e anti-social coroada por um regicídio.

Onde estão os primeiros guardas nacionais, os primeiros soldados, os primeiros generais⁵⁴⁷ que prestaram juramento à Nação? Onde estão os líderes, os ídolos daquela primeira assembléia tão culpada, para quem o epíteto de *constituente* será um epigrama

⁵⁴⁵ Trata-se na verdade do *Moniteur universel*.

⁵⁴⁶ Maistre equivoca-se na referência da citação. Trata-se do ato III, cena III, de *Hamlet*, e não do ato III, cena VIII da peça. O trecho original é o que segue:

(*Rosencrantz*)

To keep itself from noyance; but much more
That spirit upon whose weal depend and rest
The lives of many. The cease of majesty
Dies not alone; but, like a gulf, doth draw
What's near it with.

⁵⁴⁷ Alusão a La Fayette, prisioneiro dos austríacos, a Dumouriez e a Montesquiou [que em setembro de 1792, como comandante das tropas revolucionárias do Midi, liderou a invasão à Savóia], respectivamente refugiados na Inglaterra e na Suíça.

eterno? Onde está Mirabeau⁵⁴⁸; onde está Bailly, com seu *lindo dia*?⁵⁴⁹ Onde está Thouret⁵⁵⁰, que inventou a palavra *expropriar*? Onde está Osselin⁵⁵¹, o relator da primeira lei que proscreveu os emigrados? Poder-se-ia nomear aos milhares os instrumentos ativos da Revolução que pereceram de forma violenta.

Uma vez mais, podemos aqui admirar a ordem na desordem; pois é evidente, por menos que se reflita a respeito, que os grandes culpados pela Revolução só podiam cair sob os golpes de seus cúmplices. Se apenas a força tivesse operado aquilo que se chama a *contra-revolução* e restabelecido o Rei sobre trono, não teria havido meio de fazer justiça.

A maior desgraça que poderia suceder a um homem sensível, seria o ter de julgar o assassino de seu pai, de seu parente, de seu amigo, ou, simplesmente, o usurpador de seus bens. E teria ocorrido precisamente isto no caso de uma contra-revolução, tal como a concebiam; pois os juízes superiores, somente pela natureza das coisas, teriam pertencido quase todos à classe ofendida; e ainda que a justiça não tivesse feito senão punir, teria assumido ares de vingança. Ademais, a autoridade legítima conserva sempre uma certa moderação na punição dos crimes que têm uma multidão de cúmplices. Quando envia para a morte cinco ou seis culpados pelo mesmo crime, parece um massacre: se ultrapassar alguns limites, torna-se odiosa. Enfim, os grandes crimes exigem, infelizmente, enormes suplícios, e, nesta matéria, é fácil ultrapassar os limites quando se trata de crimes de Lesa-Majestade e quando a adulação transforma-se em carrasco. A humanidade ainda não perdoou a antiga legislação francesa pelo espantoso suplício de Damiens*⁵⁵². Que teriam

⁵⁴⁸ Em decorrência de uma breve doença, Mirabeau veio a falecer em 2 de abril de 1791, aos 42 anos. Seus despojos, inicialmente depositados no Panteão, foram tirados deste santuário em novembro de 1793, depois que a descoberta de uma urna de ferro [novembro de 1792] revelara seu conluio com a Corte.

⁵⁴⁹ Bailly (1736-1793), a quem já nos referimos acima, pronunciou esse frase durante o Juramento da Péla (20 de junho de 1789), do qual foi um dos principais instigadores. Em 17 de julho do mesmo ano, teve seu momento de glória ao entregar a Luís XVI, no Hôtel de Ville (sede da Prefeitura), o penacho tricolor.

⁵⁵⁰ O advogado de Rouen, Guillaume Thouret (1746-1794), antigo presidente da Constituinte, foi guilhotinado em 22 de abril de 1794. No outono de 1789, durante os debates sobre os bens do clero, usou de toda sua influência para que se decidisse por sua venda, sustentando a tese segundo a qual estes bens eram propriedades nacionais. Cf. P. Glaudes, *op. cit.*, p. 934.

⁵⁵¹ O advogado Charles-Nicolas Osselin (1752-1794), deputado de Paris na Convenção, foi executado em 26 de junho de 1794. A primeira lei de proscrição dos emigrados, da qual fora um dos autores, foi votada em 18 de fevereiro de 1793.

⁵⁵² **Nota de J. de Maistre:** Avertere omnes à tantâ foeditate spectaculi oculos. Primum ultimumque illud supplicium apud Romanos exempli parum memoris legum humanarum fuit. Tito Livio, *História de Roma* I, 28, de *O suplício de Mettus*. (“Desviava-se o olhar diante desse terrível espetáculo. Foi a primeira e última vez que os romanos aplicaram esse suplício que desconhece as leis da humanidade”). Maistre evoca aqui o suplício de Mettus: acusado de ter quebrado o pacto entre Alba e Roma, foi esquartejado por quatro cavalos atrelados a duas carroças.

feito os magistrados franceses daqueles trezentos ou quatrocentos Damiens, e de todos os monstros que cobriam a França? Teria caído, ininterruptamente, a sagrada espada da justiça como a guilhotina de Robespierre? Convocar-se-iam em Paris todos os carrascos do reino e todos os cavalos da artilharia para esquartejar os homens? Ter-se-ia dissolvido em vastas caldeiras o chumbo e o pez para vertê-los sobre os membros dilacerados pelas tenazes tingidas de sangue? Além disso, como classificar os diversos crimes, como graduar os suplícios e, mais importante, como punir sem leis?

Dir-se-á que “*alguns grandes culpados seriam escolhidos, e todo o resto obteria a graça*”. Isto é precisamente o que não queria a Providência. Como ela pode tudo que almeja, ignora as graças resultantes da incapacidade de punir. Era preciso que se cumprisse a grande depuração, e que os olhos fossem golpeados; era preciso que o metal francês, uma vez liberado de suas escórias ásperas e impuras, chegasse mais puro e maleável às mãos do futuro rei. Claro está que a Providência não necessita punir temporalmente para justificar-se; mas nesta época coloca-se ao nosso alcance, e pune como um tribunal humano.

Houve nações literalmente condenadas à morte, a exemplo dos indivíduos culpados, e sabemos o porquê⁵⁵³. Estivesse nos desígnios de Deus a revelação de seus planos para a Revolução francesa, leríamos o castigo dos franceses como o decreto de um parlamento. – Mas o que saberíamos a mais? Este castigo não é flagrante? Não temos visto a França desonrada por mais de cem mil assassinatos, o solo inteiro desse belo reino coberto de cadafalsos e sua infeliz terra encharcada pelo sangue de seus filhos pelos massacres judiciais, enquanto tiranos desumanos o prodigalizavam no exterior para a manutenção de uma guerra cruel, movida pelo seu próprio interesse? Jamais o déspota mais sanguinário dispôs da vida dos homens com tamanha insolência, e jamais um povo passivo apresentou-se à carnificina com maior complacência. O ferro, o fogo, o frio, a fome, as privações, os sofrimentos de toda espécie, nada de seu suplício o demoveu; tudo o que foi engajado, deve cumprir sua sorte: não se verá nenhuma desobediência, até que o julgamento se cumpra.

* Preso por tentativa de assassinato, em 5 de janeiro de 1757, contra Luís XV, Robert François Damiens (1715-1757) foi executado no dia 28 de março. O “horrível espetáculo” do suplício, que se arrastou durante quatro dias, comoveu os espíritos, especialmente o de Casanova, que registrou o horrendo episódio em suas *Memórias*: “Tive de desviar os olhos quando lhe ouvi gritar não tendo mais que a metade de seu corpo.” Citado em Pierre Glaudes, *op. cit.*, p.934.

⁵⁵³ **Nota de J. de Maistre:** *Levítico*. XVIII, 24 e seguintes., XX, 23; *Deuteronômio*. XVIII, 9-14; *I Reis* XV, 24; *IV Reis*, XVII, 7-18; XXI, 2; *Heródoto*. Livro II, capítulo 46, e nota de M. Larcher sobre esta passagem.

E, contudo, nessa guerra tão cruel e desastrosa, quantos aspectos interessantes, e, como, a cada instante, passa-se da tristeza à admiração! Transportemo-nos à época mais terrível da revolução; suponhamos que, sob o governo do infernal Comitê⁵⁵⁴, o exército, por uma súbita metamorfose, se tornasse de repente realista; suponhamos que ele convocasse suas assembléias primárias e que nomeasse livremente os homens mais esclarecidos e estimáveis para lhe traçar a rota a ser seguida nessa situação difícil; suponhamos, enfim, que um desses eleitos do exército se erguesse e dissesse: “Bravos e fiéis guerreiros, há circunstâncias em que toda a sabedoria humana se reduz a escolher entre diferentes males. É duro, sem dúvida, combater em favor do comitê de salvação pública, mas haveria algo ainda mais fatal: seria voltar nossas armas contra ele. No instante em que o exército se imiscuir na política, o Estado será dissolvido, e os inimigos da França, aproveitando esse momento de dissolução, a penetrarão e dividirão. Não é para o momento atual que nós devemos agir, mas para a sucessão dos dias: trata-se sobretudo de manter a integridade da França, e nós não podemos fazê-lo senão combatendo pelo governo, qualquer que seja ele; porque deste modo, apesar dos dilaceramentos internos, conseguirá a França conservar sua força militar e sua influência exterior. A bem dizer, não é pelo governo que combatemos, mas pela França e por seu futuro rei, que nos deverá um império maior, talvez, que o encontrado pela Revolução. Para nós, trata-se de um dever derrotar a repugnância que nos faz vacilar. Nossa conduta será alvo de calúnias dos contemporâneos, mas os pósteros render-lhe-ão justiça.”

Esse homem teria falado como grande filósofo. Pois bem, essa hipótese quimérica foi realizada pelo exército sem saber o que fazia; e o Terror, de um lado, e a extravagância e a imoralidade, de outro, empreenderam exatamente o que uma sabedoria consumada e quase profética teria prescrito ao mesmo. Refletindo-se bem a esse respeito, ver-se-á que, uma vez estabelecido o movimento revolucionário, a França e a Monarquia somente poderiam ser salvas pelo jacobinismo.

O rei nunca teve aliados, e o fato de que a coalizão atentava contra a integridade da França, constitui algo tão evidente que não representa nenhuma imprudência enunciá-lo. Ora, como resistir à coalizão? Por via de qual meio sobrenatural quebrar o esforço da Europa conjurada? Somente o gênio infernal de Robespierre podia realizar esse prodígio. O governo revolucionário endurecia a alma dos franceses, mergulhando-a no sangue:

⁵⁵⁴ O Comitê de Salvação Pública foi instituído em 6 de abril de 1793.

exasperava o espírito dos soldados e redobrava suas forças graças a um desespero feroz e a um desprezo pela vida que ostentava algo de raivoso. O horror dos patíbulos, empurrando o cidadão para as fronteiras, alimentava a força exterior, na medida em que aniquilava no interior a menor resistência. Todas as vidas, todas as riquezas, todos os poderes estiveram nas mãos do poder revolucionário; e esse monstro de força, ébrio de sangue e sucesso, fenômeno espantoso, jamais visto e que nunca mais se verá, foi ao mesmo tempo um castigo horrível imposto aos franceses, e o único modo de se salvar a França.

Que reivindicavam os realistas, quando pediam uma contra-revolução tal como eles imaginavam, isto é, feita bruscamente e pela força? Exigiam a conquista da França e, portanto, sua divisão, o amesquinamento de sua influência e o aviltamento de seu rei, ou seja, massacres talvez de três séculos, consequência infalível de uma semelhante ruptura do equilíbrio. Mas a posteridade, que não se preocupará muito com nossas dificuldades e dançará sobre nossos túmulos, rirá de nossa atual ignorância e consolar-se-á facilmente dos excessos a que nós assistimos e que terão conservado a integridade do *mais belo dos reinos depois do Céu*⁵⁵⁵.

Todos os monstros que a Revolução concebeu trabalharam apenas, segundo as aparências, em favor da realeza. Através deles, o brilho das vitórias suscitou a admiração do universo, e envolveu o nome francês de uma glória da qual os crimes da revolução não puderam despojar inteiramente; por meio deles, o rei voltará ao trono com todo seu brilho e poder, quem sabe até com um acréscimo de poder. E quem sabe se, ao invés de sacrificar miseravelmente algumas de suas províncias para obter o direito de reinar sobre outras, pudesse ser restaurado com o orgulho do poder que lhe permitisse dar aquilo que poderia manter? Certamente, coisas menos prováveis foram vistas.

Essa mesma idéia - de que tudo se faz em proveito da Monarquia francesa - persuadiu-me de que toda revolução realista é impossível antes da paz, pois o restabelecimento da Realeza deteria rapidamente todos os recursos do Estado. A magia negra que opera nesse momento dissipar-se-ia como a bruma ante o sol. A bondade, a clemência, a justiça, todas as virtudes suaves e pacíficas, reapareceriam de repente e trariam consigo uma certa brandura geral nos caracteres, uma certa alegria completamente oposta ao rigor sombrio do poder revolucionário. Nada de requisições, roubos escamoteados ou violências. Poderiam os

⁵⁵⁵ **Nota de J. de Maistre:** Grotius. *De jure belli ac pacis; Epist. ad Ludovicum*, XIII.

gerais, precedidos pela flâmula branca, chamar de *rebeldes* os habitantes dos países invadidos que se defendiam legitimamente, ordenando-lhes que ficassem imóveis, sob pena de serem fuzilados por rebeldia? Esses horrores, muito úteis ao futuro rei, não poderiam, entretanto, ser empregados por ele, que só dispunha dos meios *humanos*. Estaria quite com seus inimigos; e o que resultaria desse momento de suspensão que necessariamente acompanha a passagem de um governo a outro? Não o sei. O que posso garantir é que as grandes conquistas dos franceses parecem colocar a integridade do reino sob proteção (creio, inclusive, que a razão das conquistas reside nisto). Todavia, parece sempre mais vantajoso para a França e para a Monarquia que a paz, e uma paz gloriosa para os franceses, se faça pela República, para que uma paz profunda afaste do rei toda espécie de perigo quando ele retornar ao trono.

Por outro lado, é evidente que uma revolução brusca, longe de curar o povo, teria confirmado seus erros, assim como o mesmo jamais perdoaria ao poder que o tivesse apartado de suas quimeras. Como era do povo propriamente dito, ou da multidão, que os facciosos necessitavam para agitar a França, é óbvio que, no geral, deviam ser poupados das vexações que iriam atingir as classes cômodas em primeiro lugar. Era necessário, pois, que o poder usurpador agravasse por muito tempo a condição do povo para que o desgostasse. Até então, apenas assistira à Revolução: era preciso que a sentisse e saboreasse, por assim dizer, suas amargas conseqüências. Talvez, no momento em que escrevo, não se tenha experimentado o suficiente.

E como a reação, ademais, há de ser igual à ação, não vos apresseis, homens impacientes, e imaginai que a própria duração dos males vos anuncia uma *contra-revolução* da qual não tendes a menor idéia. Acalmai vossos ressentimentos, sobretudo não reclameis dos reis, e não demandeis milagres além destes que vedes. Como! Pretendeis que as potências estrangeiras combatam filosoficamente para reabilitar o trono da França, sem alguma esperança de indenização? Mas vós quereis que o homem não seja mais homem; almejais o impossível. Direis, talvez, que consentiríeis no desmembramento da França para restaurar a ordem: mas sabeis o que é ordem? É o que se verá daqui há dez anos, cedo ou tarde. Com efeito, de quem recebestes o direito de estipular em nome do rei, da monarquia

francesa e de vossa posteridade? Quando cegos facciosos decretam a indivisibilidade da República⁵⁵⁶, não vejais senão a Providência a decretar a indivisibilidade do reino.

Lancemos agora um olhar para a perseguição inaudita provocada contra o culto nacional e seus ministros: é uma das faces mais interessantes da Revolução.

Não se pode negar que o sacerdócio, na França, tinha necessidade de ser regenerado, e, ainda que me encontre longe de adotar as declamações vulgares contra o clero, parece-me não menos incontestável que as riquezas, o luxo e a inclinação geral dos espíritos para o relaxamento, fizeram decair esse grande corpo; que sob a túnica estivesse amiúde um cavaleiro no lugar do apóstolo; e, por fim, que nos tempos que precederam imediatamente a Revolução, o clero se encontrava despojado, a exemplo do exército, do lugar que havia ocupado na opinião geral.

O primeiro golpe desfechado contra a Igreja foi a invasão de suas propriedades⁵⁵⁷; o segundo, o juramento constitucional⁵⁵⁸: duas operações tirânicas que deram início à regeneração. O juramento crivou os padres, se me for permitido expressar assim. Todos que o prestaram, salvo poucas exceções das quais é lícito não se ocupar, viram-se gradativamente conduzidos para o abismo do crime e do opróbrio: a opinião sobre esses apóstatas é unânime.

Os padres fiéis, merecedores da confiança pública em virtude de um primeiro ato de firmeza, ilustraram-se ainda mais graças à intrepidez com que souberam afrontar os sofrimentos e inclusive a morte na defesa de sua fé. O massacre dos carmelitas é comparável a tudo o que a história eclesiástica oferece de mais belo nessa matéria⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ Alusão ao decreto de 25 de setembro de 1792, onde se lia: “A República francesa é una e indivisível”.

⁵⁵⁷ Nacionalização dos bens do clero foi votada em 14 de abril de 1790. A legislação de 4 de agosto de 1789 já havia abolido o dízimo.

⁵⁵⁸ À Constituição Civil do Clero, votada em 12 de julho de 1790, seguiu-se o decreto de 27 de novembro de 1790, que exigia o juramento de lealdade constitucional aos seus membros. A esse respeito, Georges Gusdorf observou que estes textos, contrários ao espírito do catolicismo (com efeito, uma diretiva do Vaticano de março de 1791 rejeitara a Constituição Civil do Clero), anunciavam a exasperação dos conflitos civis e a ‘frustração final’ da Revolução. “Os refratários seriam postos fora da lei, o que desencadearia contra eles perseguições, proscricções, deportações, execuções, massacres. Uma significativa parte da população, fiel à fé de seus antepassados, tomou o partido dos perseguidos e se viu empurrada para uma oposição, dissimulada ou aberta, da qual procederiam guerras civis tão inapaziguáveis quanto as guerras religiosas”. In: G. Gusdorf. *As Revoluções da França e da América* (1988). Trad. de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p.82.

⁵⁵⁹ Impossível saber ao certo a que episódio envolvendo os carmelitas referia-se Maistre. Segundo Glaudes, Maistre poderia aludir aqui ao massacre de mais de uma centena de padres no mosteiro dos carmelitas, ocorrido entre 31 de agosto e 2 de setembro de 1792, pelos *septembriseurs*. In: P. Glaudes., *op.*

A tirania que os expulsou de sua pátria aos milhares, contra toda justiça e todo decoro, foi, sem dúvida, o que de mais revoltante pode-se imaginar; mas também nesse ponto, como nos demais, os crimes dos tiranos da França converteram-se em instrumentos da Providência. Era necessário, provavelmente, que os padres franceses fossem mostrados às nações estrangeiras: eles viveram entre as nações protestantes, e essa aproximação contribuiu muito para dirimir os ódios e os preconceitos. A emigração considerável do clero, e particularmente dos bispos franceses para a Inglaterra, parece-me sobretudo uma época notável. Seguramente, ter-se-ão pronunciado palavras de paz! Seguramente, no curso dessa extraordinária reunião, ter-se-ão elaborado projetos de aproximação durante essa reunião extraordinária! Ainda que não se fizesse mais do que desejar em conjunto, isso já seria muito. Se alguma vez os cristãos se aproximarem como tudo os convida a fazê-lo, parece que a *iniciativa* deverá partir da igreja da Inglaterra. O presbiterianismo foi uma obra francesa e, por conseguinte, exagerada. Estamos muito distantes dos sequazes de um culto muito pouco substancial: não há meio de nos entendermos. Mas a igreja anglicana que nos toca com uma de suas mãos, alcança, com a outra, aqueles que não podemos tocar. E por mais que, sob um determinado ponto de vista, esteja exposta aos golpes dos dois partidos, e ofereça o ridículo espetáculo do rebelde que prega obediência, é, não obstante, digna de apreço em outros aspectos, podendo ser comparada a um desses elementos químicos necessários para ligar elementos que são insociáveis por natureza.

Como os bens do clero foram dissipados, nenhum motivo desprezível poderá, durante longo tempo, proporcionar-lhe novos membros, de sorte que todas as circunstâncias concorrem para a reabilitação desse corpo. Ademais, há suficiente razão para crer que a contemplação da obra para a qual parece estar encarregado produzirá esse grau de exaltação que eleva o homem para além de si mesmo, e o coloca em condições de realizar grandes coisas.

Juntai a essas circunstâncias a fermentação dos espíritos em certos países da Europa, as idéias exaltadas de alguns homens destacados, e essa espécie de inquietude que afeta os caracteres religiosos, sobretudo nos países protestantes, e que os impele a seguir por caminhos extraordinários.

cit., p. 935. Lebrun, por sua vez, notifica que 16 freiras carmelitas foram guilhotinadas em Paris durante o mês de julho de 1794. In: R. Lebrun., *op. cit.*, p.19.

Contemplai, ao mesmo tempo, a tempestade que se forma sobre a Itália; Roma, assim como Genebra⁵⁶⁰, ameaçada pelo poder inimigo de todos os cultos, e a supremacia da religião nacional abolida na Holanda por um decreto da Convenção Nacional⁵⁶¹. Se a Providência *apaga*, é sem dúvida para *escrever*.

Observo, ademais, que o estabelecimento das grandes crenças no mundo foram favorecidas pelas grandes conquistas, pela formação de grandes soberanias: divisa-se uma razão nisso.

Finalmente, o que resultará, na época em que vivemos, dessas combinações extraordinárias que burlaram toda prudência humana? Na verdade, seríamos levados a crer que a revolução política é apenas um aspecto secundário do grande plano que se desenvolve diante de nós com uma terrível majestade.

Falei, no início, dessa *magistratura* que a França exerce sobre o resto da Europa. A Providência, que proporciona sempre os meios ao fim, e que oferece às nações, como aos indivíduos, os órgãos necessários ao cumprimento de seu destino, concedeu à nação francesa precisamente dois instrumentos, e, por assim dizer, dois *braços*, com os quais movimenta o mundo: sua língua e o espírito de proselitismo que forma a essência de seu caráter; por isso, ela tem constante necessidade e poder de influenciar os homens.

O poder, quase diria a *monarquia*, da língua francesa é visível: pode-se, no máximo, fingir que não se acredita. Quanto ao espírito de proselitismo, é tão conhecido quanto o sol: do vendedor de roupas ao filósofo, trata-se do elemento mais saliente do caráter nacional.

Esse proselitismo é geralmente havido por ridículo, e de fato ele merece com frequência essa alcunha, sobretudo pelas formas: mas, no fundo, é uma função.

Uma eterna lei do mundo moral reza que toda *função* origina um dever. A igreja galicana era uma pedra angular do edifício católico, ou melhor, cristão, já que, na verdade, só existe um edifício. As igrejas inimigas da igreja universal subsistem somente por causa dela, por mais que não desconfiem disso, semelhantes a essas plantas parasitas, a esses

⁵⁶⁰ Alusão às vitórias de Bonaparte na primeira campanha da Itália, que termina com a assinatura do Tratado de Campoformio, em 18 de outubro de 1797.

⁵⁶¹ A fuga do stathouder para a Inglaterra, após a assinatura do Tratado de La Haye (16 de maio de 1795), permitiu à França vitoriosa impor uma constituição à Holanda nos moldes da que havia sido votada pelo Diretório. A Holanda passou a se chamar República Batava e sua Igreja Reformada teve de enfrentar sérias dificuldades a partir de 1796. Cf. P. Glaudes, *op. cit.*, p. 935.

visgos estéreis que vivem apenas da seiva da árvore que lhes sustenta, e as quais empobrecem.

Disso resulta que, sendo a reação entre as potências opostas sempre igual à ação, os maiores esforços da *deusa Razão* contra o cristianismo tenham se dado na França: o inimigo atacava a cidadela⁵⁶².

O clero da França não deve, portanto, adormecer: tem mil razões para crer que foi chamado a uma grande missão, e as mesmas conjecturas que lhe permitem desvendar as razões de seu sofrimento, permitem-lhe também, crer-se destinado a uma obra fundamental.

Em poucas palavras, se a Europa não passar por revolução moral, se o espírito religioso não for revigorado nessa parte do mundo, o tecido social ficará dissolvido. Não se pode antecipar nada, e pode-se esperar por tudo. Mas se uma feliz reviravolta acontecer a esse respeito, é a França que está destinada a produzi-la, sob pena de a analogia, a indução e toda a arte de conjecturar, não mais existirem.

Isto, acima de tudo, faz-me pensar na Revolução francesa como uma grande época, cujas conseqüências, de todos os gêneros, far-se-ão sentir muito além do tempo de sua explosão e dos limites de seu lar.

Se a observamos em suas relações políticas, confirmamo-nos na mesma opinião. Quanto se enganaram as potências européias a respeito da França! Quantos projetos *fúteis foram meditados!* Vós, que vos considerais independentes porque não possuíis juízes sobre a terra, não digais jamais: *Isso me convém. DISCITE JUSTITIAM MONITI!*⁵⁶³ Que mão, ao mesmo tempo severa e paternal, fulminava a França com todos os flagelos imagináveis, e sustentava seu império por meios sobrenaturais, ao voltar todos os esforços dos seus inimigos contra eles mesmos?

Que não se venha falar dos assignats, da força do número, etc., pois a possibilidade dos assignats e da força do número está precisamente fora da natureza. Ademais, não é pelo papel-moeda nem pela vantagem do número que os ventos favorecem os navios franceses e

⁵⁶² Alusão à cerimônia ocorrida em 10 de novembro de 1793, em Notre-Dame. Neste dia, a catedral foi rebatizada como “Templo da deusa Razão”. Essa cerimônia marcou o apogeu do movimento de descristianização conduzido pela Comuna de Paris.

⁵⁶³ Virgílio, *Eneida*, VI, v. 620.

repelem os de seus inimigos⁵⁶⁴; que o inverno constrói pontes de gelo nos momentos que se necessita deles⁵⁶⁵; que os soberanos que os perturbam, morrem na hora oportuna⁵⁶⁶; que logram invadir a Itália sem canhões, e que as falanges, tidas como as mais corajosas do mundo, depõem as armas em situação de igualdade de número e submetam-se ao seu jugo⁵⁶⁷.

Lede as belas reflexões do senhor Dumas⁵⁶⁸ sobre a guerra atual; vereis nela perfeitamente o *porquê*, mas não em absoluto o *como* ela assumiu o caráter que observamos. É preciso sempre remontar ao Comitê de Salvação Pública, que foi um milagre, e cujo espírito ainda vence batalhas.

Em suma, o castigo dos *franceses* escapa a todas as regras ordinárias, assim como a proteção acordada à *França*; mas esses dois prodígios reunidos multiplicam-se um pelo outro, e apresentam um dos espetáculos mais sublimes que o olho humano jamais contemplou.

Na medida em que os acontecimentos se desenvolverem, ver-se-ão outras razões e relações mais admiráveis. De resto, vejo apenas uma parte daquilo que uma vista mais penetrante poderia descobrir neste instante.

A horrível efusão de sangue humano ocasionada por essa grande comoção é um meio terrível; todavia, é um meio tanto quanto um castigo, e pode dar lugar a reflexões interessantes.

⁵⁶⁴ Para Glaudes, Maistre aludia a um comboio carregado de trigo vindo de Santo-Domingo que, escoltado por apenas três fragatas, conseguiu regressar a salvo à costa francesa em junho de 1794, malgrado a vigilância de 38 navios ingleses. In: P. Glaudes. *op. cit.*, p. 936.

⁵⁶⁵ Em 1795, os hussardos de Pichegru apossaram-se da frota holandesa do Texel que havia atolado no gelo.

⁵⁶⁶ Catarina II, inimiga empedernida da Revolução, faleceu em 17 de novembro de 1796; Gustavo III, rei da Suécia e fiel escudeiro da causa dos reis, foi assassinado em 29 de março de 1792, quando preparava um ataque contra a França.

⁵⁶⁷ Em Mondovi, 21 de abril de 1796, as então renomadas tropas piemontesas abandonaram sua artilharia às tropas francesas, sob a liderança de Bonaparte.

⁵⁶⁸ Mathieu Dumas (1753-1837), ajudante-de-campo de Rochambeau nos Estados Unidos e, posteriormente, de La Fayette durante a Revolução Francesa, foi um dos militares encarregados de reconduzir Luís XVI a Paris, após sua captura em Varennes. Ele abandona a França após 10 de agosto de 1792, para onde retorna apenas depois do 9 Termidor. Eleito para o Conselho dos Anciãos, publicara uma obra intitulada *Des résultats de la dernière campagne* (1797). Cf. P. Glaudes. *op. cit.*, p. 936.

Capítulo III

Da destruição violenta da espécie humana

Não estava errado, infelizmente, aquele rei de Daomé, no interior da África, quando dizia, não faz muito tempo, a um inglês: *Deus fez esse mundo para a guerra; todos os reinos, grandes e pequenos, praticaram-na, em todos os tempos, ainda que sob princípios diferentes*⁵⁶⁹.

A história prova, desgraçadamente, que num certo sentido a guerra é o estado habitual do gênero humano; isto é, que o sangue humano deve escorrer sem interrupção sobre o globo, aqui ou acolá, e que a paz, para cada nação, seja apenas um descanso.

Dão-se como exemplos o fechamento do templo de Janus, sob Augusto; um ano do reinado guerreiro de Carlos Magno (o ano de 790) em que ele não fez guerra⁵⁷⁰; um curto período após a paz de Ryswick, em 1697, e um outro, igualmente curto, após a paz de Carlowitz, em 1699, no qual não houve guerra, não apenas na Europa, mas em todo o mundo conhecido.

Mas essas épocas são apenas momentos. Ademais, quem pode saber o que sucede no globo nesta ou naquela época?

O século que se encerra, começa, para a França, com uma guerra cruel⁵⁷¹ que só foi terminada em 1714, pelo tratado de Rastadt. Em 1719, a França declara guerra à Espanha; o tratado de Paris encerrou-a em 1727. A eleição do rei da Polônia reacende a guerra em 1733; fez-se a paz em 1736⁵⁷². Quatro anos depois, estalou a terrível guerra da sucessão austríaca, que durou ininterruptamente até 1748⁵⁷³. Oito anos de paz começavam a cicatrizar as feridas de oito anos de guerras, quando a ambição da Inglaterra obrigou a França a tomar as armas. A Guerra dos Sete Anos é sobejamente conhecida. Após quinze anos de repouso,

⁵⁶⁹ **Nota de J. de Maistre:** Archibald Dalzel. *History of Dahomey*. Biblioth. Brit., maio de 1796. vol. II, número 1, p.87.

⁵⁷⁰ **Nota de J. de Maistre:** M. de Gaillard. *Histoire de Charlemagne*. t. II, liv. I, chap. V

⁵⁷¹ Guerra de Sucessão espanhola (1701-1714).

⁵⁷² Aqui, trata-se de um pequeno equívoco de Maistre: a Guerra de Sucessão da Polônia, desencadeada pela morte de Augusto II, opõe os dois pretendentes, Stanislaw Leszczyński, apoiado pela França, e o eleitor da Saxônia, candidato da Áustria; o tratado de Viena só lhe poria termo em 1738. Cf. Pierre Glaudes.*op. cit.*, p. 936.

⁵⁷³ Data em que se assinou o Tratado de Aix-la-Chapelle.

a revolução da América arrastou novamente a França para uma guerra, cujas consequências nem sequer toda sabedoria humana podia prever. Firma-se a paz, em 1782 e, sete anos depois, começa a Revolução que ainda dura, podendo ter custado até o momento três milhões⁵⁷⁴ de homens à França.

Portanto, considerando apenas a França, temos quarenta anos de guerra no intervalo de noventa e seis anos. Se algumas nações foram mais felizes, outras o foram muito menos.

Mas não basta considerar um pedaço de tempo e outro do espaço; é preciso lançar um rápido olhar sobre essa longa seqüência de massacres que enodoa todas as páginas da história. Ver-se-á a guerra afligindo sem interrupção, como uma febre contínua marcada por horríveis recaídas. Rogo ao leitor que siga esse quadro a partir do declínio da República Romana.

Mario extermina em uma batalha duzentos mil cimbrios e teutões. Mitríades ordena a degola de oitenta mil romanos: Sila matou-lhe noventa mil homens em um combate protagonizado na Beócia, em que ele mesmo perdeu dez mil. Em seguida vêm as guerras civis e as proscrições. César sozinho foi responsável pela morte de um milhão de homens no campo de batalha (antes dele, essa honra funesta coubera a Alexandre). Augusto fecha por um momento o templo de Janus, para depois abri-lo durante séculos, ao estabelecer o império eletivo. Alguns bons príncipes permitem que o Estado respire, mas a guerra não cessa jamais, e sob o império do *bom* Tito, seiscentos mil homens perecem no cerco de Jerusalém⁵⁷⁵. A destruição dos homens sob o signo das armas romanas é verdadeiramente aterradora⁵⁷⁶. O Baixo Império não foi senão uma sucessão de massacres. A começar por Constantino, que guerras, que batallas! Licínio perde vinte mil homens em Cibales, trinta e quatro mil em Andrinópolis e cem mil em Crisópolis⁵⁷⁷. As nações do norte começam a se agitar. Os francos, os godos, os unos, os lombardos, os alanos, os vândalos, etc., atacam o Império e o dilaceram sucessivamente. Átila coloca a Europa a ferro e fogo. Próximo a Châlons⁵⁷⁸, mais de duzentos mil de seus homens são exterminados pelos francos, e os

⁵⁷⁴ Esse cálculo de Maistre é visivelmente exagerado, de modo que só valeria para os padrões bélicos alcançados na segunda metade do século XIX.

⁵⁷⁵ No ano 70 d.C.

⁵⁷⁶ **Nota de J. de Maistre:** Montesquieu. *Esprit des lois*, Livre XXIII, chap. XIX.

⁵⁷⁷ Valerius Licinius era cunhado de Constantino, com quem dividiu o poder entre 313-323. As batalhas de Cibales, Adrianópolis e Crisópolis ocorreram, respectivamente, em 313, 323 e 325.

⁵⁷⁸ Comandados pelo general Aécio, uma coalizão de francos, burgúndios e visigodos impuseram uma derrota a Átila nos campos Catalúnicos, em 451.

godos, no ano seguinte, impuseram-lhe uma perda ainda mais considerável. Em menos de um século, Roma foi invadida e saqueada três vezes; e numa sedição desencadeada em Constantinopla, quarenta mil pessoas são degoladas. Os godos apoderam-se de Milão e matam trezentos mil de seus habitantes. Totila massacra todos os habitantes de Tivoli, e noventa mil no saque de Roma.⁵⁷⁹ Surge Maomé, o gládio e o alcorão percorrem os dois terços do globo. Os sarracenos se alastram do Eufrates ao Guadalquivir. Destróem de cima a baixo a imensa cidade de Siracusa; perdem trinta mil homens perto de Constantinopla, em um único combate naval, e vinte mil numa batalha terrestre movida por Pelágio⁵⁸⁰. Essas perdas não eram nada para os sarracenos, mas a torrente chocou com o gênio dos francos nas planícies de Tours, onde o filho do primeiro Pepino, em meio a trezentos mil cadáveres, associou ao seu nome o epíteto de *terrível* que até hoje o distingue⁵⁸¹. Ao chegar à Espanha, o islamismo encontra um rival indomável. Talvez nunca se viu maior glória, maior grandeza e maior carnificina. A luta entre cristãos e muçulmanos na Espanha é um combate de oitocentos anos. Numerosas expedições, e um sem-número de batalhas, cobrou-lhes a dívida de vinte, trinta, quarenta e até oitenta mil vidas.

Carlos Magno ascende ao trono e combate durante meio século. Decide a cada ano em que parte da Europa deve enviar a morte. Presente em todas as partes e sempre vencedor, esmaga nações de ferro, como César aniquilava os efeminados da Ásia. Os normandos iniciam a longa série de devastações e crueldades que ainda nos fazem estremecer. A enorme hereditariedade de Carlos Magno é dilacerada: a ambição cobriu-lhe de sangue e o nome dos francos desapareceu na batalha de Fontenay⁵⁸². A Itália inteira é saqueada pelos sarracenos, enquanto os normandos, os dinamarqueses e os húngaros devastavam a França, Holanda, Inglaterra, Alemanha e a Grécia. Enfim, as nações bárbaras se estabelecem e se domesticam. Essa veia não oferta mais sangue, mas outra se abre imediatamente: começam as Cruzadas. A Europa inteira se precipita sobre a Ásia; não se calcula mais que por miríades o número de vítimas. Gengis Khan e seus filhos subjugam e devastam o mundo, da

⁵⁷⁹ Em 547. Foi vencido em 552, por Narses, general de Justiniano I.

⁵⁸⁰ Pelágio, rei das Astúrias (morto em 737), liderou a vitória dos visigodos contra os árabes do emir Alkamah, na batalha de Covadonga (718), considerada como o início da *Reconquista*. Cf. P. Glaudes, *op. cit.*, p. 937.

⁵⁸¹ Trata-se de Carlos Martel (aprox. 688-741), que derrotou os muçulmanos do governador andaluz Abd al-Rahmân, na decisiva batalha de Poitiers (732).

⁵⁸² Durante esta batalha que ocorreu em 25 de junho de 841, Lotário I foi vencido por seus irmãos, Luís, o Germânico, e Carlos, o Calvo. Em 843, os três netos de Carlos Magno assinaram o Tratado de Verdun, que desmembrou o império do Ocidente e delimitou as fronteiras dos primeiros grandes reinos medievais.

China à Boêmia. Os franceses, que fizeram cruzadas contra os muçulmanos, lançam-se contra os hereges, na cruel guerra dos albigenses⁵⁸³. Na batalha de Bouvines⁵⁸⁴, trinta mil homens perderam suas vidas. Cinco anos depois, oitenta mil sarracenos perecem no assédio de Damietta⁵⁸⁵. Guelfos e gibelinos iniciam uma luta que por muito tempo haveria de ensangüentar a Itália⁵⁸⁶. A chama das guerras civis ilumina-se na Inglaterra. Vésperas sicilianas⁵⁸⁷. Sob os reinos de Eduardo e de Filipe de Valois, França e Inglaterra se enfrentam com uma violência inaudita, e inauguram uma nova era de carnificina⁵⁸⁸. Massacre dos judeus; batalha de Poitiers⁵⁸⁹; batalha de Nicopolis⁵⁹⁰: o vencedor cai sob os golpes de Tamerlão, que repete o gesto de Gengis Khan. O duque de Borgonha encomenda o assassinato do duque d'Orléans, dando início à sangrenta rivalidade entre as famílias⁵⁹¹. Batalha de Azincourt. Os hussitas submetem a fogo e sangue grande parte da Alemanha⁵⁹². Maomé II reina e combate por trinta anos⁵⁹³. A Inglaterra, confinada em seus limites, se dilacera com as próprias mãos. As casas de York e de Lancaster banham-na de sangue⁵⁹⁴. A herdeira da Borgonha transfere seus estados para a casa da Áustria, e nesse contrato de matrimônio escreveu-se que os homens se degolariam por três séculos, do Báltico ao

⁵⁸³ Após o assassinato de seu legado Pierre de Castelnau (1208), o papa Inocêncio III convocou a cruzada contra os albigenses.

⁵⁸⁴ Batalha (julho de 1214) que conferiu uma decisiva vitória ao rei Filipe II da França, o Augusto, sobre uma coalizão internacional formada pelo imperador do sacro-imperio Otto IV, pelo rei João Sem-Terra, da Inglaterra, e os vassalos franceses – Fernando de Portugal (mais conhecido como Ferrand, conde de Flandres), e Renaud de Dammartin, conde de Boulogne. Esta vitória reforçou o poder e o prestígio da monarquia francesa no território francês e no resto da Europa.

⁵⁸⁵ No cerco imposto pela sétima cruzada, dita de São Luís, em 1249.

⁵⁸⁶ Os guelfos representavam o partido papal; os gibelinos, o imperial.

⁵⁸⁷ Foi uma revolta contra a monarquia angevina na Sicília, e a qual teve início no Domingo de Páscoa de 1282.

⁵⁸⁸ Filipe VI (1294-1350), primeiro rei francês do ramo dos Valois, ascende ao trono, apesar dos protestos de Eduardo III (1312-1377), rei da Inglaterra (neto de Filipe IV, o Belo, pelo lado materno). Foi derrotado pelos ingleses na batalha de Crécy, em 1346.

⁵⁸⁹ Derrota do rei francês, João o Bom, diante das tropas do Príncipe Negro (filho de Eduardo III, rei da Inglaterra), em 1356, durante a Guerra dos Cem Anos.

⁵⁹⁰ Cidade às margens do Danúbio onde uma expedição cruzada do rei Sigismundo, da Hungria, foi derrotada pelos turcos, em 1396.

⁵⁹¹ Em 1407, Bernardo VII d'Armagnac, sogro de Carlos I de Orléans, assumiu a liderança de uma facção ("os armagnacs"), após o assassinato do pai de seu genro, Luís I de Orléans, pelos partidários de João I, duque da Borgonha, também conhecido como João sem Medo (1371-1419). A rivalidade entre os partidos conduziu à vitória dos ingleses sobre os armagnacs na célebre batalha de Azincourt (1415).

⁵⁹² Partidários de Jean Hus (1371-1415), reformador religioso originário da Boêmia (atual República Checa), excomungado em 1412 e queimado vivo, em 1415, durante o Concílio de Constança, que teve início em 1414.

⁵⁹³ Foi ele quem, após a conquista de Constantinopla, pôs fim ao Império Romano do Oriente, em 1453.

⁵⁹⁴ Guerra das Duas Rosas, 1455-85.

Mediterrâneo⁵⁹⁵. Descoberta do Novo Mundo: é a sentença de morte para três milhões de índios. Carlos V e Francisco I estréiam no teatro do mundo: cada página de suas histórias é rubra de sangue humano. Reino de Solimão; batalha de Mohatz⁵⁹⁶, cerco de Viena⁵⁹⁷, de Malta⁵⁹⁸, etc. Mas é da sombra de um claustro que surge um dos maiores flagelos do gênero humano: Lutero aparece, seguido de Calvino. Guerras dos camponeses⁵⁹⁹; Guerra dos Trinta Anos; Guerra Civil na França; massacre nos Países Baixos; massacre na Irlanda; massacre em Cévennes; noite de São Bartolomeu; mortes de Henrique III, Henrique IV, Maria Stuart, Carlos I e, finalmente, em nossos dias, a Revolução francesa, que brota da mesma fonte.

Não levarei mais adiante esse quadro horrendo: nosso século, e o que o precedeu, são bem conhecidos. Que se considerem as nações do seu berço até nossos dias ou se examinem os povos em todas as posições possíveis, do estado da barbárie ao da civilização mais refinada: encontrar-se-á sempre a guerra. Por este motivo, que é o principal, e por todos que se lhe unem, a efusão de sangue humano nunca é suspensa no universo: ora é menos forte sobre uma superfície maior, ora é mais abundante sobre uma superfície menor, sendo mais ou menos constante. Mas de tempos em tempos, desencadeiam-se eventos extraordinários que a aumentam prodigiosamente, como as guerras púnicas, os triunviratos, as vitórias de César, a irrupção dos bárbaros, as cruzadas, as guerras de religião, a sucessão espanhola, a Revolução Francesa, etc. Se houvesse quadros de massacres como há quadros meteorológicos, quem sabe não se descobririam suas leis ao cabo de alguns séculos de observação?⁶⁰⁰

⁵⁹⁵ O casamento de Maria com Maximiliano I, da Áustria, no mesmo ano da derrota e morte de seu pai, Carlos o Temerário (duque da Borgonha) ante Carlos VII (1477), foi o primeiro passo para a instituição do império dinástico de seu neto, Carlos V.

⁵⁹⁶ Derrota dos húngaros ante os turcos em 1526.

⁵⁹⁷ Primeiro cerco de Viena pelos turcos (cerca de 120 mil soldados) em 1529.

⁵⁹⁸ Os turcos cercaram Malta em 1565.

⁵⁹⁹ Sublevação dos camponeses alemães (1524-25) descontentes com sua vida miserável e galvanizados pelo “comunismo evangélico” dos anabatistas de Thomas Münzer. Lutero recomendou aos príncipes alemães uma repressão implacável contra os rebeldes. Apesar dos anacronismos, a obra de Engels sobre o assunto merece ser revista, em razão de suas inúmeras virtudes analíticas. Ver F. Engels. *Guerras Camponesas na Alemanha* (1850). São Paulo, Grijalbo, 1977.

⁶⁰⁰ **Nota de J. de Maistre:** “Consta, por exemplo, no relatório feito pelo cirurgião-chefe dos exércitos de S.M.I., que de 250mil homens empregados pelo imperador José II contra os turcos, entre 1º de junho de 1788 e 1º de maio de 1789, 33.543 tinham perecido por enfermidades e 80.000 pelas armas (*Gazette nationale et étrangère* de 1790, nº 34). E vê-se, por um cálculo aproximativo feito na Alemanha, que a guerra atual já havia custado, no mês de outubro de 1795, um milhão de homens à França e quinhentos mil às potências coligadas (Resumo de um trabalho jornalístico alemão no *Courrier de Francfort*, 28 de outubro de 1795, nº 296).

Buffon⁶⁰¹ provou com clareza que uma grande parte dos animais está destinada a morrer de forma violenta. Poderia, segundo as aparências, estender sua demonstração ao homem; mas deixemos os fatos falarem por si mesmos.

Ademais, é lícito duvidar que essa destruição violenta represente um mal tão grande como geralmente se atribui: pelo menos, é um desses males que participam de uma certa ordem de coisas onde tudo é violento e *contrário à natureza*, e que produzem compensações. Em primeiro lugar, quando a alma humana perdeu sua energia por causa da moleza, da incredulidade e dos vícios gangrenosos que acompanham os excessos de civilização, não pode ser reanimada senão pelo sangue. Não é nada fácil explicar por que a guerra produz efeitos diversos em circunstâncias distintas. O que se observa com bastante clareza, é que o gênero humano pode ser comparado a uma árvore que uma mão invisível poda sem trégua, e que melhora freqüentemente nesta operação. É verdade que se tiver o tronco lesionado ou a *copa desmochada* [en *tête de saule*], a árvore pode perecer: mas quem conhece os limites para a árvore humana? O que sabemos é que as maiores carnificinas aliam-se amiúde à superpopulação, como se viu nas antigas repúblicas gregas e na Espanha sob o domínio dos árabes⁶⁰². Os lugares-comuns sobre a guerra de nada valem: não é preciso ser muito inteligente para saber que quanto mais os homens se matam, menos sobrevivem, como, quantos mais ramos se cortam, menos dos mesmos restam na árvore. Mas o que realmente importa são as conseqüências da operação. Seguindo sempre a mesma comparação, pode-se observar que o jardineiro habilidoso dirige o corte menos para a quantidade de vegetação do que para a frutificação da árvore: deseja frutos, e não folhas ou madeiras à planta. Ora, os verdadeiros frutos da natureza humana, a saber, as artes, as ciências, os grandes empreendimentos, os altos conceitos, as virtudes viris, dependem sobretudo do estado de guerra. Sabe-se que as nações não atingem o mais alto nível de grandeza de que são capazes, senão depois de longas e sangrentas guerras. Assim, o momento de maior esplendor para os gregos foi a época terrível da Guerra do Peloponeso; o século de Augusto veio imediatamente após a guerra civil e as proscricções; o gênio francês

⁶⁰¹ Algumas especulações do famoso naturalista francês Buffon (1707-88) anteciparam Darwin em alguns aspectos.

⁶⁰² **Nota de J. de Maistre:** A Espanha, naquela época, chegou a ter quarenta milhões de habitantes; hoje, não tem mais que dez. – “Outrora, a Grécia floresceu no seio das mais cruéis guerras. O sangue lá corria aos borbotões e toda a região estava repleta de homens. Parece, disse Maquiavel, *que no meio dos assassinatos, das proscricções, das guerras civis, nossa república se tornou mais poderosa, etc.*” Rousseau. *Do Contrato Social*, Livro III, cap. X.

foi talhado pela Liga e polido pela Fronda: todos os grandes homens do século da rainha Ana nasceram em meio às comoções políticas. Em uma palavra, dir-se-ia que o sangue é o adubo dessa planta que se chama *gênio*.

Não sei se, compreende-se bem o sentido da frase, quando se afirma que “*as artes são amigas da paz*”. Seria preciso pelo menos explicar e precisar a proposição, visto que não encontro nada menos pacífico que os séculos de Alexandre e de Péricles, de Augusto, de Leão X e de Francisco I, de Luís XIV e da rainha Ana.

É possível pensar que a efusão do sangue humano não tenha uma grande causa e grandes efeitos? Reflita-se: a história e a fábula, as descobertas da fisiologia moderna e as tradições antigas, unem-se para fornecer materiais a essas meditações. Não será mais humilhante andar tateando neste terreno que em outros mil mais estranhos ao homem.

Clamemos, contudo, contra a guerra; tratemos de desaconselhá-la aos soberanos, porém, não sucumbamos aos sonhos de Condorcet, esse filósofo tão caro à Revolução, que empregou sua vida a preparar a desdita da geração presente, legando generosamente a perfeição a nossos pósteros⁶⁰³. Só há um meio de reprimir o flagelo da guerra, que é reduzir as desordens que levam a esta terrível purificação.

Na tragédia grega de Orestes, Helena, uma das personagens, é arrebatada pelos deuses para o justo ressentimento dos gregos, e conduzida ao céu ao lado de seus dois irmãos, para ser, em companhia deles, um símbolo de salvação aos navegadores. Apolo aparece para justificar essa estranha apoteose⁶⁰⁴: “*A beleza de Helena*”, disse, “*foi apenas um instrumento de que se serviram os deuses para incitar a guerra entre os gregos e os troianos e fazer seu sangue escorrer, a fim de conter*⁶⁰⁵ *sobre a terra a iniquidade dos homens, já bastante numerosos.*”⁶⁰⁶

Apolo falava muito bem. São os homens que acumulam as nuvens, e se lamentam em seguida das tempestades.

É cólera dos reis que arma a terra,

⁶⁰³ Condorcet, cujo famoso *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1794) foi escrito enquanto se escondia do Terror, parecia a Maistre o pior exemplo desse cego otimismo.

⁶⁰⁴ **Nota de J. de Maistre:** *Dignus vindice nobis*. Hor. Art Poétique, 191.

⁶⁰⁵ **Nota de J. de Maistre:** ‘Ως’ Απαντλοιεν

⁶⁰⁶ **Nota de J. de Maistre:** Eurípedes. *Orestes*, V 1638-1642.

*É a cólera dos céus que arma os reis*⁶⁰⁷.

Percebo com clareza que, em todas essas considerações, somos continuamente acometidos pelo quadro, tão fatigante, dos inocentes que perecem junto aos culpados. Mas sem nos aprofundarmos nessa questão que se relaciona com o que há de mais profundo, podemos considerá-la apenas na sua relação com o dogma universal, e tão antigo quanto o mundo, *da reversibilidade das penas da inocência em proveito dos culpados*.

Ao que parece, foi desse dogma que os antigos derivaram o costume dos sacrifícios, que praticaram por toda parte, e que julgavam úteis não só aos vivos, mas também aos mortos⁶⁰⁸: costume típico que o hábito nos faz contemplar sem assombro, mas cujas raízes não são menos difíceis de se alcançar.

As imolações voluntárias, tão célebres na antiguidade, baseavam-se no mesmo dogma. Décio tinha fé em que o sacrifício de sua vida seria aceito pela Divindade e que poderia contra-arrestar todos os males que ameaçavam sua pátria⁶⁰⁹.

O cristianismo veio consagrar esse dogma infinitamente natural ao homem, ainda que pareça difícil alcançá-lo pela razão.

Assim, pode ter havido no coração de Luís XVI, e no da celestial Elisabeth⁶¹⁰, tal movimento, tal aceitação capaz de salvar a França.

Pergunta-se, às vezes, de que servem essas terríveis austeridades, algumas delas consistindo em sacrifícios, praticadas por algumas ordens religiosas; tanto mais valeria indagar para que serve o cristianismo, que se alicerça inteiramente nesse mesmo dogma ampliado, a saber, da inocência pagando pelo crime.

A autoridade que aprova tal ordenamento escolhe alguns homens e os *isola* do mundo para fazê-los de *condutores*.

Só há violência no universo; mas somos corrompidos por essa filosofia moderna que diz que *tudo está bem*, enquanto o mal contaminou tudo e, num sentido muito exato, *tudo*

⁶⁰⁷ Verso de Jean-Baptiste Rousseau, *Odes*, IV, 8.

⁶⁰⁸ **Nota de J. de Maistre:** Platão. *A República*, livro II. Sacrificavam, literalmente, “para o repouso das almas; e estes sacrifícios”, diz Platão, “são de grande eficácia, pelo que dizem cidades inteiras, os poetas filhos dos deuses, e os profetas inspirados pelos deuses.”

⁶⁰⁹ **Nota de J. de Maistre:** *Piaculum omnis deorum irae... Omnes minas periculaque ab diis, superis inferisque in se unum vertit* (Tit. Liv., lib. VIII, 9 et 10).

⁶¹⁰ Elisabeth da França (1764-1794), irmã de Luís XVI, era conhecida pela sua devoção religiosa e pela dedicação à família real. Partilhou o cativeiro com o rei -irmão, e foi guilhotinada em 10 de maio de 1794.

está mal, já que nada está no seu lugar. Uma vez rebaixada a nota tônica do sistema de nossa criação, todas as outras foram rebaixadas proporcionalmente, segundo as regras da harmonia. *Todos os seres gemem*⁶¹¹ e tendem, com fadiga e dor, a uma outra ordem de coisas.

Os espectadores das grandes calamidades humanas, sobretudo, são conduzidos a essas tristes meditações. Mas guardemo-nos de perder a coragem: não há castigo que não purifique; não há desordem que o AMOR ETERNO não dirija contra o princípio do mal. É consolador, em meio à subversão geral, pressentir os desígnios da Divindade. Em nossa viagem, jamais seremos capazes de ver tudo, e freqüentemente nos equivocaremos; mas em todas as ciências possíveis, salvo as exatas, não estamos reduzidos a conjecturar? Se nossas conjecturas são plausíveis, se a analogia está a seu favor, se se apóiam nas idéias universais, e, sobretudo, se são consoladoras e propícias a fazer-nos melhores, o que lhes falta? Se não são verdadeiras, ao menos são boas; ou melhor, por serem boas, não são as mesmas verdadeiras?

Depois de ter considerado a Revolução francesa de um ponto de vista puramente moral, dirigirei minhas conjecturas para a política, ainda que sem esquecer do objetivo principal de minha obra.

⁶¹¹ **Nota de J. de Maistre:** *Carta de São Paulo aos Romanos*, VIII, 22 e seguintes. O sistema da Palingenesia de Charles Bonnet tem certos pontos de contato com este texto de São Paulo; porém, esta idéia não o conduziu à [noção] de uma degradação anterior; não obstante, há grande concordância entre ambas.

Capítulo IV

*Pode durar a República francesa?*⁶¹²

Melhor seria fazer outra questão: *a República pode existir?* Supõe-se que sim, mas isto é demasiado precipitado, ao passo que a *questão preliminar* parece muito fundada, pois a natureza e a história reúnem-se para estabelecer que uma grande república indivisível é algo impossível. Um pequeno número de republicanos encerrados nos muros de uma cidade pode, sem dúvida, ter milhões de súditos: esse foi o caso de Roma; mas não pode existir uma grande nação livre sob um governo republicano. A coisa é tão clara por si mesma, que a teoria poderia prescindir da experiência; mas a experiência, que decide todas as questões na política como na física, está aqui perfeitamente de acordo com a teoria.

O que se pôde dizer aos franceses para induzi-los a crer em uma República de vinte e quatro milhões de homens? Duas coisas apenas:

- I. Nada impede que agora se veja o que nunca se viu;
- II. A descoberta do sistema representativo torna possível para nós o que estava interdito aos nossos antepassados. Examinemos a força desses dois argumentos.

Se nos dissessem que em um dado, lançado cem milhões de vezes, nunca saíram mais do que cinco números, 1,2,3,4 e 5, poderíamos acreditar que o número 6 se encontra em uma de suas faces? Sem dúvida que não, e ficaria demonstrado, como se o tivéssemos visto, que uma das seis faces é branca ou que um de seus números se repete.

Pois bem, percorramos a história e veremos aquilo que se designa por *a Fortuna*, arremessando os dados, sem descanso, há quatro mil anos: Tirou alguma vez a Grande República? Não. Logo, esse número não estava no dado.

⁶¹² Resposta de Maistre ao panfleto de Benjamin Constant (1767-1830), *De la force du gouvernement actuel de la France et de la nécessité de s'y rallier* (*Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo*; 1796), cujo capítulo VI intitula-se “Das objeções extraídas da experiência contra a possibilidade de uma República em um grande Estado”. Contra os que se apoiavam no exemplo da história para sustentar que um grande Estado não pode suportar por muito tempo um regime republicano, Constant empreendia uma defesa não só da República francesa sob o instável governo do Diretório, como, fundamentalmente, da Revolução, enaltecendo o que ela representara em termos de avanços liberais e progresso civilizatório, a despeito do Terror. A tradução para língua portuguesa, realizada por Josemar Machado de Oliveira, encontra-se na *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2001.

Se o mundo tivesse visto sucederem-se novas formas de governo, não teríamos direito algum de afirmar que essa ou aquela forma é impossível, porque não foi vista jamais; mas a realidade é diferente: viu-se sempre a Monarquia e algumas vezes a República. Se se preferir entrar nas subdivisões, pode-se chamar de *democracia* o governo em que a massa exerce a soberania, e de *aristocracia* aquele em que a soberania pertence a um número mais ou menos restrito de famílias privilegiadas. E tudo está dito.

A comparação com o dado é, portanto, perfeitamente exata: visto que sempre saíram os mesmos números da algibeira da Fortuna, a teoria das probabilidades nos autoriza a sustentar que não há outros neste dado.

Não confundamos as essências das coisas com suas modificações: as primeiras são inalteráveis e sempre reaparecem; as segundas mudam e variam um pouco o espetáculo, ao menos para o vulgo, pois um olho experimentado penetra com facilidade o hábito variável com que a eterna natureza se envolve segundo os tempos e os espaços.

O que há, por exemplo, de particular e de novo nos três poderes que constituem o governo da Inglaterra, os nomes de *Pares* e *Comuns*, a toga dos *Lords*, etc.? Mas os três poderes, considerados de uma maneira abstrata, estão em toda parte onde se encontra uma liberdade sábia e durável; e sobretudo em Esparta, onde o governo, antes de Licurgo, “estava em permanente comoção, inclinando-se ora à tirania, quando os reis detinham demasiado poder, ora à confusão popular, quando a arraia-miúda usurpava uma excessiva autoridade”. Mas Licurgo colocou o Senado entre ambos os poderes, “que foi”, conforme Platão, “um contrapeso salutar... e uma forte barreira, que mantinha ambos extremos em igual equilíbrio e oferecia solidez e segurança ao estado da coisa pública, já que os senadores... alinhavam-se algumas vezes ao lado dos reis quando era preciso resistir à temeridade popular e, pelo contrário, do lado do povo contra os reis, para evitar que estes usurpassem um poder tirânico”⁶¹³.

Assim, pois, não há nada de novo, e a grande república é impossível, visto que jamais existiu uma grande república.

Quanto ao sistema representativo, de quem se espera a solução para o problema, sinto-me impelido a uma digressão que espero, seja-me perdoada.

⁶¹³ **Nota de J. de Maistre:** Plutarco. *Vida de Licurgo*. Trad. d’Amyot.

Comecemos por observar que esse sistema não é, de modo algum, uma descoberta moderna, senão uma *produção* ou, melhor, uma *peça* do governo feudal, quando o mesmo chegou naquele nível de maturidade e equilíbrio que o tornaram o mais perfeito que se viu no universo⁶¹⁴.

A autoridade monárquica, depois de ter criado as comunas, convocou-as para as assembléias nacionais, onde só poderiam estar presentes por meio de seus mandatários: daí o sistema representativo.

O mesmo se deu, diga-se de passagem, com o julgamento por jurados. A hierarquia dos domínios submetia os vassalos de cada ordem à corte de seus respectivos soberanos; disso adveio a máxima de que cada homem devia ser julgado por seus pares (*pares curtis*)⁶¹⁵; máxima que os ingleses mantiveram em toda sua extensão, fazendo-a sobreviver à sua causa geradora, enquanto os franceses, menos tenazes, ou talvez devido a circunstâncias invencíveis, não souberam tirar o mesmo proveito.

Seria necessário ser muito incapaz de penetrar aquilo que Bacon chamava de *interiora rerum*, para imaginar que os homens puderam chegar por meio de um prévio razoamento a tais instituições, e que as mesmas possam ser o fruto de uma deliberação.

De resto, a representação nacional não é exclusiva da Inglaterra: encontra-se em todas as monarquias da Europa; contudo, é mais intensa na Grã-Bretanha, ao passo que alhures, apresenta-se morta ou dormente. Mas não pertence ao âmbito dessa pequena obra examinar se é para a desgraça da humanidade que tenha sido suspensa e se conviria aproximar-se das fórmulas antigas. Basta observar, segundo a história: 1º que na Inglaterra, onde a representação nacional obteve e manteve maior força do que em qualquer outro lugar, não há o menor traço dela até meados do século XIII⁶¹⁶; 2º que a mesma não foi uma invenção, nem o efeito de uma deliberação, ou, ainda, o resultado da ação do povo lançando mão de seus antigos direitos, mas uma criação de um soldado ambicioso que, para satisfazer seus interesses particulares, instituiu realmente o equilíbrio dos três poderes após a batalha de

⁶¹⁴ **Nota de J. de Maistre:** “Não creio que tivesse existido na terra governo tão bem harmonizado..., etc.” Montesquieu. *Esprit des Lois*, livro XI, cap. VIII.

⁶¹⁵ **Nota de J. de Maistre:** Vide o livro dos Feudos, em seguida ao Direito romano.

⁶¹⁶ **Nota de J. de Maistre:** Os democratas da Inglaterra trataram de remontar a um passado muito mais distante os direitos das comunas, e enxergaram o povo até nos famosos Wittenagemots; porém, foi necessário abandonar de bom grado uma tese insustentável. D. Hume. t.I . Apêndice I, p. 144. Apêndice II, p. 407. Editado in 4º, Londres Millar, 1762 [O “witenagemot” ou “witan” era um conselho de “sábios” a quem os reis anglo-saxões recorriam para obter conselho].

Lewes⁶¹⁷, sem saber o que fazia, como sempre ocorre; 3º que a convocação dos Comuns ao conselho nacional não apenas foi uma concessão do monarca, como a princípio, o rei nomeava os representantes das províncias, cidades e burgos; 4º que os Comuns, mesmo após terem arrogado para si o direito de deliberar no Parlamento durante a viagem de Eduardo I à Palestina, nele tiveram apenas voz consultiva; que apresentavam suas *queixas* como os Estados-Gerais da França, e que a fórmula das concessões que emanavam do trono após cada petição era sempre: *outorgada pelo rei e pelos senhores espirituais e temporais, às humildes súplicas dos Comuns*; 5º enfim, que o poder colegislativo atribuído à Câmara dos Comuns, é ainda muito jovem, visto que remonta apenas à metade do século XV.

Se por representação nacional compreende-se um *certo* número de representantes, enviados por *certos* homens provenientes de *certas* cidades ou burgos, em virtude de uma antiga concessão do soberano, não disputemos sobre palavras: esse governo existe, e é o da Inglaterra.

Porém, se o que se quer, é que todo o povo seja representado, que não possa sê-lo senão por via de um mandato⁶¹⁸, e que todo cidadão, com raras exceções física e moralmente inevitáveis, esteja apto a dá-lo ou recebê-lo; e que a uma tal ordem de coisas acrescente-se o desejo de abolir toda distinção e função hereditária, resulta que essa representação é algo que jamais se viu, e nunca se realizará.

Dão-nos a América como exemplo; nada conheço de tão irritante quanto os elogios concedidos a essa criança no cueiro: deixemo-la crescer.

Mas para empregar nessa discussão a maior clareza possível, importa sublinhar que os fautores da República francesa não estão apenas obrigados a provar que a representação *aperfeiçoada*, como dizem os inovadores, é possível e boa, senão que o povo, graças à mesma, pode manter sua *soberania* (como dizem os mesmos) e formar, em sua totalidade, uma República. Aqui está o nó da questão: pois se a *República* está na capital e o resto da França é súdito da República, não se pode falar de *povo soberano*.

⁶¹⁷ Batalha vencida pelos barões liderados por Simon de Montfort contra o rei Henrique III, no ano de 1264. No ano seguinte, pela primeira vez, membros dos burgos eleitos pelos distritos foram convocados ao Parlamento ao lado de prelados, barões e cavaleiros. R. Lebrun adverte que a relação entre esses eventos não era tão clara quanto Maistre sugeriu. In: R. Lebrun. *op. cit.*, p. 35.

⁶¹⁸ **Nota de J. de Maistre:** Supõe-se com frequência, por má-fé ou irreflexão, que apenas o “mandatário” pode ser o representante: trata-se de um erro. Todos os dias, ante todos os tribunais, a criança, o louco e o ausente estão representados por homens que não recebem seus mandatos senão da lei: pois bem, o “povo” reúne eminentemente essas três qualidades, porque é sempre “criança”, sempre “louco” e sempre “ausente”. Por que, então, seus tutores não poderiam prescindir de seus mandatos?

A comissão, ultimamente encarregada de apresentar um projeto para a renovação do terço da Assembléia, estima o número dos franceses em trinta milhões. Admitamos essa cifra e suponhamos que a França mantenha suas conquistas. A cada ano, nos termos da Constituição, duzentos e cinquenta pessoas cedem o lugar para outras duzentas e cinquenta que as substituem. Disso, deduz-se que, se os quinze milhões de varões estimados para esta população fossem imortais, aptos à representação e nomeados pela ordem, invariavelmente cada francês exerceria sua parte de soberania nacional a cada sessenta mil anos⁶¹⁹.

Porém, como não se deixa de morrer de tempos em tempos durante tal intervalo e, ademais, a eleição pode se repetir em proveito das mesmas cabeças, ou ainda, um sem-número de indivíduos, por bom senso e natureza, estará sempre desabilitado à representação nacional, a imaginação aterroriza-se diante do número prodigioso de soberanos condenados a morrer sem ter reinado.

Rousseau sustentou que *a vontade geral não pode ser delegada*; é-se livre para dizer sim ou não, e discutir por mil anos sobre essas questões de academia. Mas é certo que o sistema representativo exclui diretamente o exercício da soberania, sobretudo no sistema francês, onde os direitos do povo limitam-se a nomear os que nomeiam; onde não apenas lhe é vedado o direito de conceder mandatos especiais aos seus representantes, como também a lei se preocupa em romper toda relação entre estes e suas respectivas províncias, advertindo-lhes que *não foram enviados por aqueles que os enviaram*, senão pela Nação – grande palavra, infinitamente cômoda, porque se faz com ela o que se deseja. Em resumo, não se pode imaginar uma legislação melhor calculada para anular os direitos do povo. Estava repleto de razão aquele vil conspirador jacobino, quando declarava francamente perante um interrogatório judiciário: *“Considero o atual governo usurpador da autoridade, violador de todos os direitos do povo, que ele reduziu à mais deplorável escravidão. Este é o terrível sistema da felicidade de poucos, fundado na opressão da massa. O povo encontra-se de tal modo amordaçado e cercado de correntes por esse governo aristocrático, que destituiu-lo tornou-se mais difícil do que nunca.”*⁶²⁰

⁶¹⁹ **Nota de J. de Maistre:** Não me refiro às cinco vagas de Diretores. A esse respeito, a probabilidade é tão pequena que pode ser considerada como zero.

⁶²⁰ **Nota de J. de Maistre:** Vede o interrogatório de G. Babeuf, junho de 1796 [“Gracchus” Babeuf (1760-1797), insatisfeito com os rumos tomados pela reação Termidoriana, defendeu em diversos periódicos (como o *Tribun du peuple*) e clubes, como a *Sociedade dos iguais* (que se reunia no Panteão), a Constituição de 1793, a abolição da propriedade privada e o coletivismo integral. Um dos líderes da “Conspiração dos

Pois, que importa à *Nação* a vã honra da representação se dela participa tão indiretamente, e à qual milhões de indivíduos jamais chegarão? A soberania e o governo ser-lhes-ão menos estrangeiros?

Dir-se-á, porém, retorquindo o argumento: que importa à nação a vã honra da representação, se o sistema recebido estabelece a liberdade pública?

Não se trata disso: a questão não consiste em saber se o povo francês pode ser *livre* por meio da constituição que lhe foi dada, mas se o mesmo pode ser *soberano*. Altera-se a questão para evadir o raciocínio. Iniciemos por excluir o exercício da soberania; insistamos neste ponto fundamental: o soberano estará sempre em Paris e toda essa representação estrepitosa nada significa. O *povo* permanece perfeitamente estrangeiro ao governo, sendo mais súdito do que o seria sob uma monarquia, assim como *grande e república* são palavras que se excluem como as de *círculo quadrado*. Tudo está demonstrado matematicamente.

A questão se reduz em saber se é do interesse do povo francês ser *súdito* de um Diretório executivo e de dois Conselhos instituídos de acordo com a Constituição de 1795, ou antes, de um rei, segundo a forma antiga.

Resolver o problema é muito mais fácil do que formulá-lo.

Portanto, é preciso excluir essa palavra *república* e falar apenas do *governo*. Não examinarei se o mesmo encontra-se apto a promover a felicidade pública; os franceses o sabem melhor! Vejamos apenas se, tal como é, e de qualquer modo que se lhe chame, pode-se acreditar em sua permanência.

Em primeiro lugar, elevemo-nos ao nível que convém ao ser inteligente e, desse ponto de vista privilegiado, consideremos o fundamento desse governo.

O mal nada tem em comum com a existência; não pode criar, porque sua força é puramente negativa: *o mal é o cisma do ser; não é verdadeiro*.

Agora, o que distingue a Revolução francesa e a transforma em um *evento* único da história, é que esta é radicalmente *má*; nenhum elemento de bem alivia a visão do espectador: é o mais alto grau de corrupção conhecido; é a pura impureza.

Iguais”, foi denunciado e preso antes que o movimento tivesse sido desencadeado, em 10 de maio de 1796, e guilhotinado em 27 de maio de 1797].

Em qual página da história encontrar-se-á uma quantidade tão grande de vícios, atuando ao mesmo tempo sobre o mesmo teatro? Que reunião espantosa de baixeza e crueldade, que profunda imoralidade, que olvido de todo pudor!

A infância da liberdade⁶²¹ possui caracteres tão impressionantes que se torna impossível enganar-se. Em tal época, o amor pela pátria é uma religião, e o respeito pelas leis, uma superstição. Os caracteres são fortemente pronunciados e os costumes, austeros: todas as virtudes resplandecem simultaneamente; as facções orientam-se em proveito da pátria, posto que somente se disputa a honra de servi-la; tudo, até mesmo o crime, ostenta o selo da grandeza.

Se se compara esse quadro ao que nos oferece a França, como acreditar na durabilidade de uma liberdade que começa pela gangrena? Ou, para ser mais exato, como esperar que essa liberdade possa nascer (já que ainda não existe) e que, do seio da corrupção mais repugnante, possa sair essa forma de governo que requer mais virtudes do que qualquer outra? Quando se escuta esses pretensos republicanos falar de liberdade e de virtudes, cremos estar diante de uma cortesã murcha, representando o papel de uma virgem com um rubor pudico.

Um jornal republicano transmitiu-nos a seguinte anedota sobre os costumes de Paris. “Debatia-se diante do tribunal civil uma causa de sedução; uma jovem de 14 anos assombrava os juízes por um nível de corrupção que rivalizava com a profunda imoralidade de seu sedutor. Mais da metade do auditório era composta de mulheres jovens e meninas; entre estas, mais de vinte não tinham completado ainda os 13-14 anos. Muitas estavam acompanhadas de suas mães, e, ao invés de cobrirem o rosto, riam estrepitosamente diante dos detalhes necessários, mas desagradáveis, que ruboresciam os homens.”⁶²²

Recordai leitor, daquele romano que, nos bons tempos de Roma, foi castigado por ter abraçado sua esposa diante de seus filhos. Fazei o paralelo, e concluí.

A Revolução francesa percorreu um período cujos momentos, sem dúvida, diferem entre si; porém, seu caráter geral jamais variou, e desde o berço dava sinais daquilo que viria a ser. Era um delírio inexplicável, uma impetuosidade cega, um desprezo escandaloso

⁶²¹ Dessa passagem ao final do capítulo, Maistre reproduz temas já desenvolvidos em escritos anteriores, que remontavam ao fim de 1794. Foram parcialmente publicados em 1870, sob o título de *Fragments sur la France*, Paris, Vaton, p.3-42. Ver: Jean-Louis Darcel (ed.). Joseph de Maistre. *Écrits sur la Révolution*. Paris, P.U.F, 1989, p. 129.

⁶²² **Nota de J. de Maistre:** “Journal de l’Opposition”, 1795, n. 175, p. 705.

pelo que há de mais respeitável entre os homens, uma atrocidade de novo gênero que se divertia com seus crimes, sobretudo, uma prostituição impudente da razão e de todas as palavras concebidas para expressar idéias relativas à justiça e à virtude.

Se nos detivermos, em particular, sobre os atos da Convenção Nacional, é difícil expressar o que se sente. Quando assisto, em pensamento, à época de sua reunião, sinto-me transportado, como o sublime bardo⁶²³ da Inglaterra, para um mundo imaginário; diviso o inimigo do gênero humano sentado sobre o picadeiro e convocando todos os *espíritos malignos* para esse novo *Pandemônio*; escuto distintamente *il rauco suon delle tartare trombe*⁶²⁴; vejo todos os vícios da França acorrer ao chamado, e não sei se escrevo uma alegoria.

Observai, ademais, como o crime serve de base a toda essa construção republicana: a palavra *cidadão*, com que substituíram as antigas formas de cortesia, procede das pessoas mais vis. Foi em uma de suas orgias legislativas que alguns salteadores inventaram esse novo título. O calendário republicano, que não deve ser considerado apenas pelo que tem de ridículo, foi uma conjuração contra a religião; sua era principia com um dos maiores crimes que já desonraram a humanidade: não podem datar um ato sem cobrir-se de vergonha, recordando a infamante origem de um governo cujas próprias festas empalidecem.

Há de sair um governo estável desta lama sangrenta? Que não nos oponham os costumes ferozes e licenciosos dos povos bárbaros, os quais, não obstante, chegaram a ser aquilo o que agora vemos. A ignorância bárbara presidiu, sem dúvida, a inúmeros sistemas políticos; mas a barbárie douta, a atrocidade sistemática, a corrupção calculada e, sobretudo, a irreligião, jamais produziram nada. O verdor leva à maturidade; a podridão, ao nada.

Ademais, viu-se alguma vez um governo e, sobretudo, uma constituição livre, começar a despeito dos membros do Estado e prescindindo do consentimento dos mesmos? Entretanto, seria este fenômeno que o meteoro chamado *república francesa* nos apresentaria, se pudesse durar. Acredita-se que esse governo é forte por ser violento, mas a força difere da violência tanto quanto da fraqueza; e a maneira surpreendente com que opera nesse momento, talvez baste para demonstrar que não se prolongará muito.

⁶²³ Milton, autor de *Paraíso Perdido* (1667). Nesta obra, encontra-se uma sugestiva evocação do Pandemônio, a capital imaginária do paraíso infernal.

⁶²⁴ Torquato Tasso (1544-1595). *Gerusalemme liberata*. IV, 3 (1575).

A Nação francesa não quer esse governo; ela o *sofre* e permanece submissa, ou porque é incapaz de sacudi-lo, ou porque teme por algo pior. A República repousa apenas sobre essas duas colunas, que nada têm de real. Pode-se admitir que ela se sustenta inteiramente sobre duas negações. Assim, é bem digno de nota o fato de que os escritores da República não se empenhem em demonstrar a bondade de tal governo; estão cientes de que se trata do ponto fraco da armadura: limitam-se a dizer, tão atrevidamente quanto podem, que é possível, e, passando ligeiramente sobre a questão como quem atravessa um piso de carvão incandescente, dedicam-se somente a provar aos franceses que se exporiam aos piores males se voltassem ao seu antigo governo. Neste capítulo logram ser eloqüentes: não cessam de falar sobre os inconvenientes das revoluções. Se pressionados, seriam capazes de admitir que a revolução que criou um tal governo, foi um crime, contanto que se lhes conceda que não há de se fazer outra. Prosternam-se diante da Nação francesa; suplicam-lhe que proteja a República. Percebe-se, em tudo o que dizem sobre a estabilidade do governo, não a convicção da razão, senão o sonho do desejo.

Passemos agora ao grande anátema que pesa sobre a República.

Capítulo V

Da Revolução Francesa considerada em seu caráter anti-religioso

Digressão sobre o cristianismo

Há na Revolução Francesa um caráter satânico que a distingue de tudo o que se viu e, quiçá, de tudo o que se verá.

Recordem-se as grandes sessões, o discurso de Robespierre contra o sacerdócio, a apostasia solene dos padres, a profanação dos objetos de cultos, a instituição da deusa Razão, e aquela multidão de cenas inauditas, em que as províncias tratavam de superar Paris: tudo isso escapa ao círculo ordinário dos crimes e parece pertencer a outro mundo.

E mesmo agora em que a Revolução retrocedeu bastante e os grandes excessos desapareceram, os princípios, entretanto, subsistem. Não pronunciaram os *legisladores* (para empregar seus próprios termos) esta frase única na história: “A nação não subsidia

nenhum culto”? Alguns homens da época em que vivemos pareceram-me, em certos momentos, elevar-se até o ódio pela Divindade; mas não era preciso atingir essa espantosa violência para tornarem inúteis os maiores esforços constituintes: o mero esquecimento do grande Ser (não digo nem o desprezo) é um anátema irrevogável sobre as obras humanas em que recai. Todas as instituições imagináveis repousam sobre uma idéia religiosa, ou estão condenadas à efemeridade. São fortes e duradouras na medida em que estão *divinizadas*, se permitido for expressar-se assim. Não só a razão humana, ou o que se chama *filosofia* sem sabê-lo, é incapaz de suprir essas bases que se chamam *superstições* - igualmente sem saber o que se diz - senão que a filosofia é, pelo contrário, uma força essencialmente desorganizadora.

Em uma palavra, o homem não pode imitar o Criador, senão colocando-se em relação com ele. Insensatos que somos! Se quisermos que um espelho reflita a imagem do sol, voltáremos sua face para a terra?

Essas reflexões dirigem-se a todos, dos céticos aos crentes: exponho um fato, não uma tese. Que as idéias religiosas recebam o riso ou a veneração, não importa: verdadeiras ou falsas, constituem a única base de todas as instituições duradouras.

Rousseau, talvez o homem no mundo que mais se equivocou, encontrou, não obstante, esta observação, ainda que não lhe tenha querido extrair todas as conseqüências.

“A lei judaica”, diz, “*sempre subsistente, e a do filho de Ismael, lei que há dez séculos rege a metade do mundo, indicam ainda hoje os grandes homens que as ditaram... a orgulhosa filosofia ou o cego espírito faccioso não vêem neles mais do que impostores de sorte.*”⁶²⁵

Bastava-lhe apenas tirar as conseqüências lógicas disso, ao invés de nos falar d’ *esse grande e poderoso gênio que preside às instituições duradouras*: como se essa poesia explicasse algo!

Quando se reflete sobre os fatos atestados pela história inteira; quando se considera que, na cadeia dos estabelecimentos humanos – desde as grandes instituições que marcaram sua época, como o Império, à menor das organizações sociais, a confraria -, todos contêm uma base divina, e que o poder humano, sempre que se encontra isolado, dota suas obras apenas

⁶²⁵ **Nota de J. de Maistre:** J. J. Rousseau. *Do Contrato Social*, livro. II, cap. VII.

de uma existência falsa e efêmera, o que podemos pensar do novo edifício francês e do poder que o engendrou? De minha parte, jamais acreditarei na fecundidade do nada.

Seria uma coisa curiosa aprofundar-nos, sucessivamente, em nossas instituições européias, e mostrar como estão todas *cristianizadas*; como a religião, misturando-se em tudo, anima e mantém todas as coisas. Por mais que as paixões humanas maculem e até desnaturem as criações primitivas, se o princípio for divino, isso basta para conferir-lhes uma duração prodigiosa. Entre mil exemplos, pode-se citar o das ordens militares. Certamente, não ofenderemos os membros que as compõem, ao afirmar que o objeto religioso talvez não seja o primeiro de que se ocupam: não importa; persistem, e essa longevidade é prodigiosa. Quantos espíritos superficiais escarnecem desse amálgama tão estranho entre o monge e o soldado? Ser-lhes-ia mais digno extasiar-se diante dessa força recôndita pela qual essas ordens atravessaram os séculos, reprimiram poderes formidáveis e resistiram a choques que ainda nos solapam na história. Essa força é o *nome* sobre o qual essas instituições repousam, pois nada *é* senão por *aquela que é*. Em meio à desordem geral de que somos testemunhas, a ausência absoluta de educação atrai sobretudo os olhos inquietos dos amigos da ordem. Em mais de uma ocasião, ouviu-se-lhes dizer que era preciso restabelecer os jesuítas. Não discuto aqui o mérito da ordem, mas esse desejo não supõe pensamentos muito profundos. Não se diria que Santo Inácio está aqui, disposto a servir nossos desígnios? Se a Companhia fosse destruída, talvez algum irmão cozinheiro pudesse restabelecê-la com o mesmo espírito em que foi engendrada; porém, todos os soberanos do mundo não o lograriam.

Há uma lei divina tão certa e palpável como as leis do movimento.

Sempre que um homem se põe, segundo suas forças, em relação com seu Criador e produz uma instituição qualquer em nome da Divindade - não importando sua fraqueza individual, sua ignorância, sua pobreza, seu nascimento obscuro, em uma palavra, sua absoluta miséria humana -, participa de certo modo da onipotência da qual se fez instrumento e produz obras cuja força e duração assombram a razão.

Rogo a todo leitor atento que olhe ao seu redor. Mesmo nos menores objetos encontrará a demonstração destas verdades. Não é necessário remontar ao *filho de Ismael*, a Licurgo, a Numa, a Moisés, cujas legislações foram inteiramente religiosas; uma festa popular, uma dança rústica, bastam ao observador. Verá em alguns países protestantes

certas reuniões, certas celebrações populares, já desprovidas de uma causa aparente e que se devem a costumes católicos absolutamente esquecidos. As festas desse gênero não contêm em si nada de moral, nada de venerável. Não importa: procedem, ainda que remotamente, de idéias religiosas, e isso basta para perpetuá-las. Três séculos não conseguiram apagá-las da memória.

Em contrapartida, vós, senhores da terra, príncipes, reis, imperadores, poderosas majestades, coquistadores invencíveis, tratai simplesmente de conduzir o povo, em certo dia do ano a um determinado local, *para dançar!* Não vos peço muito, mas ousou lançar-vos o desafio solene de que o consigais, ao passo que o mais humilde missionário logrará fazê-lo e se fará obedecer dois mil anos após sua morte. Todo ano, em nome de *São* João, de *São* Martinho, de *São* Benedito, etc., o povo se reúne em torno de algum templo rústico, tomado de uma alegria estrepitosa, porém inocente. A religião santifica a alegria e a alegria embeleza a religião: esquece suas penas e reflete, ao retirar-se, sobre o prazer que sentirá no mesmo dia do ano seguinte, e este dia para ele é uma data⁶²⁶.

Comparai esse quadro ao dos senhores da França, a quem uma revolução inaudita revestiu de todos os poderes e que não podem organizar uma simples festa. Prodigalizam o ouro, apelam a todos artifícios possíveis, mas o cidadão fica em sua casa ou não se rende ao apelo senão para escarnecer os organizadores. Escutai o despeito da impotência; escutai essas palavras memoráveis proferidas por um desses *deputados do povo*, falando ao *corpo legislativo* em uma sessão de janeiro de 1796: “Mas como!”, exclamava, “homens estranhos aos nossos hábitos, aos nossos costumes, teriam conseguido estabelecer festas ridículas para celebrar acontecimentos desconhecidos, em honra de personagens cuja existência é um mistério? Como conseguiram obter o emprego de fundos imensos para repetir, todos os dias, com triste monotonia, cerimônias insignificantes e amiúde absurdas, enquanto os homens que derrubaram a Bastilha e derrotaram toda a Europa, não lograrão conservar em festas nacionais a memória dos grandes acontecimentos que imortalizaram nossa Revolução?”⁶²⁷

⁶²⁶ **Nota de J. de Maistre:** *Ludis publicis... popularem laetitiam in cantu et fidibus et tibiis moderanto, EAMQUE CUM DIVUM HONORE JUNGUNTO.* Cic., *De Leg.*, II, 9.

⁶²⁷ A data que Maistre oferece é equivocada; a referida discussão ocorreu em 1795. Cf. R. Lebrun. *op. cit.*, p.44.

Quanto delírio, ó profunda impotência humana! Legisladores, meditai sobre essa grande confissão: ela vos ensina o que sois e o que podeis.

O que mais nos falta para julgar o sistema francês? Se sua nulidade não estiver clara, não há nada seguro no universo.

Estou tão persuadido das verdades que defendo que, quando considero o enfraquecimento geral dos princípios morais, a divergência das opiniões, a oscilação das soberanias que carecem de fundamento, a imensidão de nossas necessidades e a inanição de nossos meios, parece-me que todo verdadeiro filósofo deve optar entre essas duas hipóteses: ou vai se formar uma nova religião, ou o cristianismo será revitalizado de um modo extraordinário. É preciso escolher entre essas duas suposições, segundo o partido que se tenha adotado, acerca da verdade do cristianismo.

Esta conjectura será rechaçada com desdém somente por esses homens míopes que só crêem no que vêem. Que homem da antiguidade pudera prever o cristianismo, e que homem estranho a essa religião pudera, nos seus princípios, prever seus êxitos? Como sabemos que uma grande revolução moral não começou? Plínio, como sua famosa carta demonstra, não tinha a menor idéia a respeito desse gigante de que testemunhava apenas a infância.

Porém, que multidão de idéias assaltam-me nesse momento, elevando-me às mais altas considerações!

A presente *Geração* é testemunha de um dos maiores espetáculos já contemplados pela visão humana: é o combate extremo entre o cristianismo e o filosofismo. A luta está aberta, os inimigos se enfrentam, e o mundo observa. Vê-se, como em Homero, *o pai dos deuses e dos homens levantando a balança* que pesa os dois grandes interesses; em breve, um dos pratos penderá.

Para o homem prevenido, para aquele, sobretudo, cujo coração convenceu a cabeça, os acontecimentos nada provam; tendo-se tomado irrevogavelmente o partido do sim ou do não, a observação e o razoamento são igualmente inúteis. Mas para vós, homens de boa-fé, que negastes ou duvidastes, talvez esta grande época do cristianismo decidirá vossas irresoluções.

Há dezoito séculos reina sobre a maior parte do mundo e especialmente sobre a área mais esclarecida do globo. Essa religião não se detém tampouco na época antiga: chegada a seu fundador, enlaça-se com uma outra ordem de coisas, com um tipo de religião originária

que a precedeu. Uma não pode ser verdadeira sem a outra o seja; uma se vangloria de prometer, o que a outra se vangloria de cumprir, de modo que esta, por um encadeamento evidente, remonta à origem do mundo.

*Ela nasceu no dia em que os dias nasceram*⁶²⁸.

Não há exemplo de uma tal duração e, para nos atermos somente ao cristianismo, não há instituição no mundo que lhe possa fazer frente. Comparam-no a outras religiões apenas para chicanear: inúmeros caracteres surpreendentes excluem qualquer comparação. Não é este o lugar de esmiuçá-los: uma palavra bastará. Que se nos mostre outra religião fundada sobre fatos milagrosos, e reveladora de dogmas incompreensíveis, que tenha sido seguida durante mais de dezoito séculos por uma considerável parcela do gênero humano, e defendida, através dos tempos, pelos homens mais ilustres de cada época, de Orígenes a Pascal, apesar dos últimos esforços de uma seita inimiga, que não cessou de rugir de Celso⁶²⁹ a Condorcet.

Fenômeno admirável! Quando se reflete acerca dessa grande instituição, a hipótese mais natural e melhor amparada pelas evidências, é a de uma fundação divina. Se a obra for humana, não há meio de explicar seu êxito: ao excluir o milagre, exclui-se a explicação.

Diz-se que todas as nações tomaram o cobre por ouro. De acordo: mas este cobre tem sido lançado no crisol europeu e submetido à nossa observação química ao longo de dezoito séculos? Ou, se tem sofrido esta prova, saiu-se com honra dela? Newton acreditava na encarnação, mas Platão, segundo penso, acreditava pouco no nascimento fantástico de Baco.

O cristianismo tem sido pregado pelos ignorantes e acreditado pelos sábios, e é nisso que não se assemelha a nada conhecido.

Ademais, sobreviveu a todos os testes. Afirma-se que a perseguição é um vento que nutre e propaga a chama do fanatismo. Que seja: Diocleciano favoreceu o cristianismo; porém, segundo essa suposição, Constantino o teria sufocado, algo que não ocorreu. Ele resistiu a tudo: à paz, à guerra, aos cadafalsos, aos triunfos, aos punhais, às tentações, ao

⁶²⁸ Citação de Louis Racine (1692-1763), *La Religion*, canto III, verso 36. Louis era filho do célebre dramaturgo Jean Racine (1639-1699).

⁶²⁹ Celso (século II) era conhecido por seu platonismo e pelos ataques que dirigia ao cristianismo, em especial a Orígenes. Escrevera *Discurso verdadeiro* (aprox. 178).

orgulho, à humilhação, à pobreza, à opulência, à noite da Idade Média, e aos grandes dias dos séculos de Leão X e Luís XIV. Um imperador⁶³⁰ todo-poderoso e dono da maior parte conhecida do mundo outrora esgotou contra ele todos os recursos de seu gênio, sem esquecer de nada que pudesse resgatar os dogmas antigos, como a hábil tentativa de associá-los às idéias platônicas então na moda. Ocultando a raiva que o animava sob a máscara de uma tolerância puramente exterior, emprega contra o culto inimigo as armas a que nenhuma obra humana teria resistido: entregou-o ao ridículo; empobreceu o sacerdócio para torná-lo desprezível; privou-o de toda sustentação que o homem pode oferecer às suas obras; difamações, cabalas, intrigas, injustiças, opressões, ironia, força e astúcia, tudo redundou inútil; o *Galileu* triunfou sobre Juliano, o *filósofo*.

Hoje, enfim, a experiência se repete em circunstâncias ainda mais favoráveis; nada lhe falta para torná-la decisiva. Ficai atentos, vós que não fostes suficientemente instruídos pela história. Afirmáveis que o cetro sustentava a tiara, porém não restou algum cetro sobre a grande arena: está despedaçado, e seus pedaços foram lançados na lama. Não sabíeis em que grau a influência de um sacerdócio rico e poderoso podia sustentar os dogmas que pregava: não creio o bastante que exista um poder que possa fazer crer. Não há mais padres: foram perseguidos, degolados, vilipendiados, despojados, e os que lograram escapar da guilhotina, das fogueiras, dos punhais, dos fuzilamentos, dos afogamentos, das deportações, recebem hoje a esmola que outrora eram solícitos em oferecer. Tínheis receio da força do costume, da ascendência da autoridade, das ilusões da imaginação: não há mais nada disso. Não há mais costume, nem autoridade; o espírito de cada homem está encerrado em si mesmo. Desde que a filosofia corroeu o cimento que unia os homens, já não existem agregações morais. A autoridade civil, favorecendo com todas as suas forças a derrocada do antigo sistema, concede aos inimigos do cristianismo todo o apoio que outrora lhe outorgava; o espírito humano assume todas as formas imagináveis para combater a antiga religião nacional. Esses esforços são aplaudidos e remunerados, e os esforços contrários são classificados como crime. Não tendes nada mais a temer do encantamento dos olhos, que são sempre os primeiros enganados: pomposos aparatos e vãs cerimônias não seduzem mais homens diante dos quais, nos últimos sete anos, tudo vem sendo alvo de pilhérias. Os templos estão fechados, ou se abrem apenas para as deliberações ruidosas ou para as

⁶³⁰ Juliano o Apóstata, sobrinho de Constantino, imperador de 361-363.

bacanais de um populacho extraviado. Os altares estão revirados; nas ruas, leva-se a passeio animais imundos com o hábito de pontífices; os cálices sagrados serviram a abomináveis orgias e, sobre esses altares, que a antiga fé povoou de querubins extasiados, fez-se desfilar prostitutas nuas. O filosofismo não tem do que se queixar: todas as possibilidades humanas estão a seu favor; faz-se tudo a seu favor e tudo contra seu rival. Se vencer, não dirá como César, *Cheguei, vi, venci*, mas, ao cabo, terá vencido. Pode aplaudir e sentar-se orgulhosamente sobre uma cruz abatida. Porém, se o Cristianismo sair dessa terrível provação mais puro e revigorado, se o Hércules cristão, apenas com sua força, levanta o *filho da terra* e o esmaga entre seus braços, *patuit Deus*. Franceses, acolhei seu Rei cristianíssimo, levai-o vós mesmos sobre seu antigo trono e que o ouro de seu estandarte passeie de um pólo ao outro com a divisa triunfal:

CRISTO IMPERA, CRISTO REINA

CRISTO VENCE

Capítulo VI

*Da influência divina nas constituições políticas*⁶³¹

O homem pode modificar tudo dentro de sua esfera de atividade, mas não cria nada: essa é a sua lei, para a física como para a moral. Pode, indubitavelmente, plantar uma semente, fazer uma árvore crescer e aperfeiçoá-la por meio de enxerto ou centenas de podas diferentes; porém, jamais imaginaria que tivesse o poder de fazer uma árvore. Como imaginou que tivesse o de fazer uma constituição? Seria pela experiência? Observemos o que ela nos ensina.

Todas as constituições livres conhecidas no mundo originaram-se de duas maneiras: algumas vezes *germinaram*, por assim dizer, de uma maneira insensível, pela reunião de uma multidão dessas circunstâncias que designamos como fortuitas; em outras, tiveram um autor único que apareceu como um fenômeno e fez-se obedecer. Em ambos os casos, vê-se

⁶³¹ Esse capítulo condensa *Étude sur la Souveraineté* (1794-1796), que só viria a ser publicado em 1870.

como Deus nos recorda de nossa fraqueza e do direito que ele se reservou na formação dos governos:

I. Nenhuma Constituição é o resultado de uma deliberação; os direitos dos povos jamais são escritos, ou, ao menos, os atos constitutivos ou as leis fundamentais escritas são apenas títulos declaratórios de direitos anteriores, dos quais não se pode dizer outra coisa senão que existem porque existem⁶³².

II. Uma vez que Deus não julgou conveniente empregar meios sobrenaturais nessa área, circunscreveu as ações humanas de tal maneira que, na formação das Constituições, as circunstâncias fazem tudo, não sendo os homens senão parte das mesmas. Inclusive, com muita frequência, quando perseguem um objetivo, obtêm outro diferente, como temos visto na constituição inglesa.

III. Os direitos do *povo* propriamente ditos partem amiúde de uma concessão dos Soberanos, e neste caso pode-se constatar historicamente; mas os direitos do soberano e da aristocracia, ao menos os direitos essenciais, constitutivos e *radicais*, se for permitido expressar-se assim, não possuem data nem autores.

IV. As próprias concessões do soberano foram sempre precedidas por um estado de coisas que as tornavam necessárias e que não dependiam do mesmo.

V. Ainda que as leis escritas sejam apenas declarações de direitos anteriores, contudo, as mesmas estão longe de prescrever tudo; sempre há na Constituição algo que não pode ser escrito⁶³³, devendo ser deixado em uma nuvem espessa e venerável, sob pena de arruinar o Estado.

⁶³² **Nota de J. de Maistre:** *Haveria de estar louco para perguntar quem deu a liberdade às cidades de Esparta, de Roma, etc. Estas repúblicas não receberam suas cartas dos homens. Foram-lhes dadas por Deus e pela natureza. O autor é insuspeito.* [Algernon] Sidney. *Discourses concerning government* [1698]., tom. I, § 2 [Sidney (1617-1683), filho do 2º conde de Leicester, foi um dos precursores dos “commonwealthmen” ingleses do século XVIII, havendo participado ativamente da atribulada história inglesa do século XVII, como político e autor: servira ao New Model Army, participara da comissão encarregada de julgar Carlos I (embora fosse contrário à sua execução), opusera-se à ditadura do Lord Protector e, inclusive, envolvera-se em projetos constitucionais em colônias norte-americanas. Foi condenado à morte pela suposta participação no complô de Rye House para executar o rei Carlos II e seu irmão (1683)].

⁶³³ **Nota de J. de Maistre:** O sábio Hume fez amiúde essa observação. Citarei apenas a passagem seguinte: “É este ponto da Constituição Inglesa [direito de admoestação ao rei] que é muito difícil ou, melhor dito, impossível de regularizar com leis: deve ser dirigido por certas idéias delicadas de conveniência e de decência, antes que pela exatidão das leis e ordenanças.” (Hume. *História da Inglaterra*, Carlos I, cap. LIII, nota B).

VI. Quanto mais se escreve, mais débil será a instituição, e a razão disso é clara: as leis são apenas declarações de direitos, e os mesmos não são declarados senão quando atacados, de sorte que a multiplicidade das leis constitucionais escritas prova apenas a multiplicidade de choques e o perigo de uma destruição. Eis porque a instituição mais vigorosa da antiguidade profana foi aquela da Lacedemônia, na qual nada se escrevia.

VII. Nenhuma nação pode dar-se a liberdade se não a possui.⁶³⁴ Quando começa a refletir sobre si mesma, suas leis já estão prontas. A influência humana não vai além do desenvolvimento dos direitos existentes, os quais eram, porém, ignorados ou contestados. Se alguns imprudentes ultrapassam esses limites por meio de reformas temerárias, a nação perde aquilo que tinha sem alcançar o que desejava. Disso resulta a necessidade de só inovar muito raramente, e sempre com moderação e temor.

VIII. Quando a Providência decreta a mais rápida formação de uma constituição política, aparece um homem investido de um poder indefinível: fala e é obedecido; mas esses homens maravilhosos pertencem apenas ao mundo antigo e à infância das nações. Em todo caso, pode-se assinalar um caráter distintivo desses legisladores por excelência: eram reis ou pertenciam à alta nobreza. Não há e tampouco pode haver exceção a essa regra. Foi neste ponto que falhou a obra de Sólon, a mais frágil da antiguidade⁶³⁵. A grande época de Atenas, tão efêmera⁶³⁶, foi ademais interrompida por invasões e tiranias; e o próprio Sólon chegou a ver os Pisistrátidas.

Thomas Paine é de outro parecer, como se sabe. Este autor pretende que uma Constituição só exista na medida em que a mesma possa ser colocada no bolso.

⁶³⁴ **Nota de J. de Maistre:** “Uno popolo uso a vivere sotto un principe, se per qualche accidente diventa libero, con difficoltà mantiene la libertà”. Machiavelli, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, libro I, cap. XVI [“É difícil a um povo habituado a viver sob as leis de um príncipe, conservar a liberdade, quando algum acidente feliz lhe permite ganhá-la.” In: N. Maquiavel. *Comentários sobre a primeira década de Tito Livio: discorsi*. Trad: Sérgio Bath. Brasília. UNB. 1979, p. 69].

⁶³⁵ **Nota de J. de Maistre:** Plutarco compreendeu muito bem esta verdade. “Sólon”, disse, “não logrou manter por muito tempo uma cidade em união e concórdia..., porque havia nascido de raça popular, e não era um dos mais ricos da cidade, senão apenas da classe média”. Plutarco. *Vida de Sólon*. [Versão que traduzimos é a que se encontra nas *Considerações*, uma tradução d’Amyot].

⁶³⁶ **Nota de J. de Maistre:** “Haec extrema fuit aetas imperatorum Atheniensium, Iphicratis, Chabriae, Thimothei: neque post illorum obitum quisquam dux in illâ urbe fuit dignus memoriâ.” [“Aqui se encerra a era dos ilustres chefes atenienses: Ifícrates, Chabrias, Timóteo; após a morte desses grandes homens, nenhum general daquela cidade foi digno de lembrança.” In: P. Glaudes, *Ibid.*, p. 943]. Cornelius Nepos, *Vida de Timóteo*, cap. IV. Da Batalha de Maratona [490 a.C.] à de Leocade [376 a.C.], vencida por Timóteo, transcorreram 114 anos. Este foi o *diapasão* da glória de Atenas.

IX. Esses mesmos legisladores, com todo seu extraordinário poder, nada mais fazem do que reunir elementos preexistentes nos costumes e no caráter dos povos: todavia, essa reunião, essa formação rápida que se assemelha a uma criação, só se executa em nome da Divindade. A política e a religião interpenetram-se na fundação: distingue-se com dificuldade o legislador do padre, e as instituições públicas consistem principalmente em *cerimônias e feriados religiosos*.⁶³⁷

X. A liberdade, em certo sentido, sempre foi um dom dos reis, porque todas as nações livres foram instituídas por eles. Trata-se de uma regra geral e as exceções que se poderiam indicar, reentrariam na regra geral se fossem discutidas⁶³⁸.

XI. Jamais existiu uma nação livre que não tivesse em sua constituição natural gérmenes de liberdade tão antigos quanto ela; e jamais nação alguma chegou a desenvolver eficazmente, por meio de leis fundamentais escritas, outros direitos senão os que já prefiguravam em sua constituição natural.

XII. Uma assembléia qualquer de homens não pode constituir uma nação; uma tal empresa excede em loucura o que todos os *Bedlams*⁶³⁹ do mundo podem inventar de mais absurdo e extravagante⁶⁴⁰. Provar com detalhes essa asserção, após o que acabo de dizer, seria, segundo penso, faltar com respeito aos que conhecem e prestar demasiada honra aos ignorantes.

XIII. Referi-me a um dos principais caracteres dos verdadeiros legisladores, restando por dizer um outro que, de tão notável, poder-se-ia escrever um livro inteiro. É que estes jamais pertencem à categoria que se chama de *sábios*; não escrevem, agem mais por instinto e por impulso que por razoamento, e não dispõem de outro instrumento para agir, senão uma certa força moral que curva as vontades como o vento arqueia uma seara.

⁶³⁷ **Nota de J. de Maistre:** Plutarco. *Vida de Numa*.

⁶³⁸ **Nota de J. de Maistre:** “Neque ambigitur quin Brutus idem, qui tantum gloriae, superbo exacto rege, meruit pessimo publico id facturus fuerit, si libertatis immaturae cupidine priorum regum alicui regnum extorsisset, etc.” [“É incontestável que este mesmo Brutus, que mereceu a glória de expulsar o soberbo rei, teria agido em prejuízo do estado se sua paixão por uma liberdade prematura o tivesse levado a arrancar o poder a um dos reis precedentes.” In: P. Glaudes. *op. cit.*, p. 943]. Tito Lívio. *História de Roma*. Livro II. A passagem inteira é digna de ser meditada.

⁶³⁹ Criado em 1547 por Henrique VIII, Bedlam era um célebre manicômio situado próximo a Londres.

⁶⁴⁰ **Nota de J. de Maistre.** “È necessario che uno solo sia quello che dia il modo, e della cui mente, dipenda qualunque simile ordinazione.” *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, livro I, cap. IX [“É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado”].

Ao mostrar que esta observação é apenas o corolário de uma verdade geral da mais alta importância, poderia dizer coisas muito interessantes, mas receio extraviar-me: prefiro eliminar os trâmites e ir direto ao resultado.

Há entre a política teórica e a legislação constituinte a mesma diferença que existe entre a poética e a poesia. O insigne Montesquieu é para Licurgo, na escala geral dos espíritos, o que Batteux⁶⁴¹ é para Homero ou Racine. Ademais, esses dois talentos excluem-se mutuamente, como se viu pelo exemplo de Locke, que fracassou estrondosamente quando pretendeu dar leis aos americanos.⁶⁴²

Tenho visto um grande defensor da República lamentar seriamente que os franceses não tenham notado, entre obras de Hume, a intitulada *Plano para uma República perfeita. O coecas hominum mentes!*⁶⁴³ Se virdes um homem qualquer dotado de bom senso, mas que nunca tenha dado, em terreno algum, qualquer sinal exterior de grandeza, não podeis assegurar que não possa ser legislador. Não há razão para que se diga sim ou não. Porém, quando se tratar de Bacon, de Locke, de Montesquieu, etc., dizeis *não* sem vacilar, pois o talento que possuem demonstra que lhes faltam outros⁶⁴⁴.

Impõe-se, naturalmente, a aplicação à constituição francesa dos princípios que acabo de expor; mas convém considerar o problema sob um ponto de vista particular.

Os maiores inimigos da Revolução Francesa devem convir com franqueza que a Comissão dos Onze, responsável pela última constituição, possui, segundo todas as aparências, mais espírito que sua obra, tendo feito, talvez, tudo o que estivesse ao seu alcance. Dispunha de materiais recalcitrantes que não lhe permitiam aplicar os princípios; e

⁶⁴¹ O abade Charles Batteux (1713-1780), gramático, tradutor e retórico, era professor do Collège de France e membro da Academia Francesa, desde 1761. *Cours de Belles Lettres* (1750), *Les Beaux-Arts réduits à un seul principe* (1746) e *Les Quatre Poétiques d'Aristote, d'Horace, de Vida et de Boileau* (1771), foram suas principais obras.

⁶⁴² Como secretário do conde de Shaftesbury, um dos proprietários da Carolina, Locke auxiliou seu patrono e paciente (lembremos que a profissão original de Locke era a medicina) na redação das *Constituições Fundamentais* da colônia em 1669, as quais foram recusadas pelos colonos em 1693.

⁶⁴³ “Quão cegas são as mentes dos homens.” Trata-se, possivelmente, de uma passagem alterada de um verso de Lucrécio: “*O miseras hominum mentes, o pectora caeca*” [“Quão miseráveis são os espíritos dos homens, quão cegos são seus corações”]. *Da natureza das coisas*, I, II.

⁶⁴⁴ **Nota de J. de Maistre:** “Platão, Zenão, Crisipo fizeram livros; mas Licurgo fez atos”. Plutarco. *Vida de Licurgo*. Não há uma única sã idéia na moral e na política que tenha escapado ao bom senso de Plutarco.

apenas a divisão dos poderes, ainda que não estejam separados senão por um muro⁶⁴⁵, representa uma bela vitória sobre os prejuízos do momento.

Todavia, não se trata do mérito intrínseco da Constituição. Não está nos meus planos escrutinar os defeitos particulares que nos asseguram que não pode durar; de resto, tudo já foi dito a esse respeito. Indicarei apenas o erro teórico que serviu de base a essa Constituição, e que extraviou os franceses desde a primeira hora da Revolução.

A Constituição de 1795, como suas predecessoras, foi feita para o *homem*. Mas não existe no mundo nada que se possa chamar de *homem*. Ao longo de minha vida, tenho visto franceses, italianos, russos, etc.; sei também, graças a Montesquieu, *que se pode ser persa*. Mas, quanto ao *homem*, afirmo que, em toda minha vida, jamais o encontrei; se ele existe, desconheço-o completamente.

Existe um único lugar do mundo onde não se possa encontrar um Conselho dos Quinhentos, um Conselho dos Anciãos e cinco Diretores? Pode-se propor essa Constituição a todas as associações humanas, da China até Genebra. Mas uma Constituição que é feita para todas as nações, não é feita para nenhuma: é uma pura abstração, uma obra escolástica feita para exercitar o espírito, partindo de uma hipótese ideal, e que está destinada ao *homem*, nos espaços imaginários em que habita.

O que é uma Constituição? Não é a solução do seguinte problema?

Dados a população, os costumes, a religião, a situação geográfica, as relações políticas, as riquezas, os bons e maus atributos de uma determinada nação, encontrar as leis que lhe convenham.

Porém, esse problema nem sequer foi abordado na Constituição de 1795, que só conseguiu pensar no *homem*.

Portanto, todas as razões imagináveis concertam-se para estabelecer que o cunho divino está ausente nessa obra. Trata-se somente de um *tema*⁶⁴⁶.

Em virtude disso, já neste momento, quantos sinais de caducidade!

⁶⁴⁵ **Nota de J. de Maistre:** “Sob hipótese alguma, podem-se reunir os dois Conselhos em uma mesma sala.” Constituição de 1795, Título V, artigo 60.

⁶⁴⁶ No sentido antigo de trabalho de colégio.

Capítulo VII

Signos da nulidade do governo francês

O legislador assemelha-se ao Criador: não trabalha sempre, engendra e depois repousa. Toda legislação verídica possui seu *sabbat*, e a intermitência é seu caráter distintivo, de sorte que Ovídio enunciou uma verdade de primeira ordem quando proferiu: *Quod caret alternâ requie durabile non est*⁶⁴⁷.

Se a perfeição fosse um apanágio da natureza humana, cada legislador só falaria uma vez; mas, ainda que todas as nossas obras sejam imperfeitas e, na medida em que as instituições políticas se deterioram, o soberano esteja obrigado a sustentá-las com o apoio de novas leis, todavia, a legislação humana aproxima-se de seu modelo por essa intermitência de que falava há um instante. Seu repouso a honra tanto quanto sua atividade primitiva: quanto mais ativa, tanto mais humana, vale dizer, mais frágil.

Observai os trabalhos das três Assembléias nacionais francesas: que número prodigioso de leis! Do dia primeiro de julho de 1789, ao mês de outubro de 1791:

Assembléia Nacional sancionou.....	2. 557 leis
A Assembléia Legislativa promulgou em onze meses e meio.....	1.712
Aconvenção Nacional, do primeiro dia da República, ao 4 brumário do ano IV (26 de outubro de 1795), promulgou, em 57 meses	<u>11.210</u>

TOTAL: 15.479⁶⁴⁸

Duvido que as três dinastias dos reis da França tenham dado à luz uma coleção desta categoria. Quando se reflete sobre esse número infinito de leis, experimentam-se sucessivamente dois sentimentos bem distintos. O primeiro é de admiração ou, ao menos, de surpresa. Em companhia do sr. Burke, surpreendemo-nos com o engendramento de

⁶⁴⁷ Ovídio, *Heroides*, IV, 89 [“O que se priva da alternância do repouso não é duradouro”].

⁶⁴⁸ **Nota de J. de Maistre:** Este cálculo, feito na França, é reproduzido em um jornal estrangeiro do mês de fevereiro de 1796. Este número de 15. 479 em menos de seis anos parecia-me já bastante honesto, quando encontrei entre minhas fichas a afirmação de um amável jornalista que pretende, resolutamente, em uma de suas páginas cintilantes (*Quotidienne* de 30 de novembro de 1796, nº 218), que a República Francesa possuía dois milhões e algumas centenas de milhares de leis impressas, e um milhão e oitocentos mil que não o são. De minha parte, concordo plenamente.

trabalhadores tão obstinados em uma nação cuja frivolidade já se tornou proverbial⁶⁴⁹. O edifício de tais leis é uma obra de atlantes, cuja contemplação produz vertigem. Mas o estupor logo se converte em compaixão, quando se pensa na nulidade dessas leis; e não se vê senão crianças que se matam para construir um castelo de cartas.

Por que tantas leis? Porque não há legislador algum. O que têm feito esses pretensos legisladores nos últimos seis anos? Nada, pois *destruir* é diferente de *fazer*.

Não nos cansamos de contemplar o incrível espetáculo de uma nação que se outorga três Constituições em cinco anos. Nenhum legislador vacilou: disse *fiat* à sua maneira e a máquina pô-se em movimento. Apesar dos diferentes esforços que as três assembléias empreenderam nessa matéria, tudo saiu de mal a pior, porque na obra dos legisladores sempre faltou o assentimento da Nação.

Decerto, a Constituição de 1791 foi um belo monumento de desatino; todavia, é preciso confessá-lo, arrebatara o coração dos franceses; foi de boa-fé, ainda que tresloucadamente, que a maioria da nação jurou lealdade à *nação*, às *leis* e ao *rei*. Os franceses entusiasmaram-se de tal forma por esta Constituição que, quando já tinha perdido a validade, era ainda possível escutá-los a dizer que *para voltar à verdadeira monarquia, era necessário passar pela Constituição de 1791*. Ou seja, que para voltar da Ásia para a Europa, impunha-se passar pela Lua; porém, só me refiro ao fato⁶⁵⁰.

A Constituição de Condorcet⁶⁵¹ nunca foi submetida à prova, e tampouco valia a pena; preferiu-se uma que, não obstante ser obra de alguns salteadores⁶⁵², agradava seus semelhantes, e esta falange, graças à Revolução, não é pouco numerosa na França. Ao fim e ao cabo, das três Constituições, a que teve menos apoio é justamente a atual. Nas

⁶⁴⁹ Devo ao prof. Richard Lebrun a observação de que aqui Maistre se referia à *Letter to a Member of the National Assembly* (1791), de Edmund Burke.

⁶⁵⁰ **Nota de J. de Maistre:** Um homem de talento, que tinha suas razões para elogiar esta Constituição, pretendendo resolutamente que ela seja um “*monumento da razão escrita*”, reconhece, todavia, que, sem falar do horror relativo às duas Câmaras e da restrição do veto, ela “*ainda encerra muitos outros princípios de anarquia*” (20 ou 30 por exemplo). Vide *Coup d’oeil sur la Révolution française, par un ami de l’ordre et des lois*, de M. M... [o general Montesquiou], Hamburgo, 1794, p. 28 e 77. Porém o que segue é mais curioso: “*esta constituição*”, diz o autor, “*não peca pelo que contém, senão pelo que lhe falta.*” *Ibid.*, p. 27. Compreende-se a razão disso: a Constituição de 1791 seria perfeita se estivesse feita: é o Apolo de Belvedere, menos a estátua e o pedestal.

⁶⁵¹ Em 11 de outubro de 1792, a Convenção nomeou um *Comitê de Constituição* composto de nove membros, tendo Condorcet como relator e inspirador. In: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 148.

⁶⁵² Após o golpe de Estado de 31 de maio de 1793 contra Brissot e a Gironda, os montanheseiros triunfantes incluíram nesse *Comitê de Constituição* cinco novos membros: Hérault de Séchelles, Ramel, Saint-Just, Mathieu e Cothon. Foi Hérault de Séchelles quem redigiu a nova Constituição do ano II, a qual foi aprovada no dia 24 de junho de 1793. Cf. J.-Louis Darcel., *op. cit.*, p. 148.

assembléias primárias em que a aprovaram (segundo afirma o governo), vários membros escreveram ingenuamente: *aceita, na falta de coisa melhor*. Trata-se, com efeito, da disposição geral da Nação. Submeteu-se por lassidão, por desespero de encontrar algo melhor: no excesso de males que a oprimiam, acreditou respirar sob esse frágil amparo. Preferiu um mau porto a um mar proceloso: mas não se viu em parte alguma a convicção nem o consentimento sincero. Se essa Constituição estivesse feita para os franceses, todos os dias a força invencível da experiência conquistar-lhe-ia novos partidários. Ora, ocorre justamente o contrário: cada minuto testemunha um novo desertor da democracia: somente a apatia e o medo conservam o trono dos Pentarcas, e todos os viajantes mais esclarecidos e isentos que percorreram a França, repetem em uníssono: *é uma república sem republicanos*.

E se, como se pregou em demasia aos reis, a força dos governos residir inteiramente no amor dos súditos; se o temor for, por si só, um meio insuficiente para manter as soberanias, o que pensar da República francesa?

Abri os olhos e vereis que ela não vive! Que imenso aparato, quantas molas e engrenagens, que estrepitoso chocar de peças, que enorme quantidade de homens mobilizados para reparar os danos! Tudo anuncia que a natureza está ausente nesses movimentos, pois a primeira característica de suas criações é o poder unido à economia de meios: como tudo está no seu lugar, não há ondulações ou abalos; como os atritos são suaves, não há ruídos, e este silêncio é augusto. É assim que, na mecânica física, a ponderação perfeita, o equilíbrio e a simetria exata das partes fazem que da própria celeridade do movimento resulte uma grata aparência de repouso.

Não há, pois, soberania na França. Tudo é factício e violento; tudo anuncia que tal ordem de coisas não pode durar.

A filosofia moderna é ao mesmo tempo demasiado materialista e presunçosa para perceber o verdadeiro funcionamento do mundo político. Um de seus desatinos consiste em acreditar que uma Assembléia possa constituir uma nação; que uma *Constituição*, isto é, o conjunto de leis fundamentais que convêm a uma nação e que hão de lhe dar uma forma de governo ou outra, seja uma obra como outra qualquer, que exige apenas inteligência, conhecimentos e prática; que alguém possa aprender o *ofício de constituinte*, e que alguns homens, no dia que se lhes ocorra, possam dizer a outros homens: *faça-nos um governo*, como se diz a um operário: *faça-nos uma bomba a vapor ou um tear de meias*.

Entretanto, há uma verdade tão certa, em seu gênero, quanto uma proposição matemática: que *nenhuma grande instituição é o resultado de uma deliberação*, e que as obras humanas são frágeis em proporção ao número de homens que delas participam e ao aparato de ciência e de raciocínio que nelas se empregam *a priori*.

Uma Constituição escrita tal como a que atualmente rege os franceses, não passa de um autômato, que só possui formas exteriores de vida. O homem, por suas próprias forças, logra no máximo ser um *Vaucanson*⁶⁵³; para ser *Prometeu*, é preciso remontar ao céu, pois *o legislador não se pode fazer obedecer nem pela força nem pelo raciocínio*.⁶⁵⁴

Pode-se dizer que, nesse momento, a experiência acabou, pois quando se diz que a Constituição francesa *está em marcha*, toma-se a Constituição pelo governo. Este último, um despotismo muito avançado, marcha em demasia, ao passo que a Constituição só existe no papel. É observada ou violada segundo a conveniência dos governantes⁶⁵⁵: o povo não conta para nada e os ultrages que lhe são endereçados sob o véu do respeito por seus líderes, são bem próprios para curá-lo dos seus erros.

A vida de um governo é algo tão real como a vida de um homem; sentimo-la, ou melhor, vemo-la, e ninguém, pode equivocar-se neste ponto. Suplico a todos os franceses dotados de uma consciência que se perguntem se não necessitam fazer-se certa violência para dar a seus representantes o título de *legisladores*, se esse título de etiqueta e de cortesia não lhes exige o menor esforço, algo semelhante ao que experimentavam quando, sob o Antigo Regime, condescendiam em chamar de *Conde* ou *Marquês* ao filho de um secretário do rei?

Toda honra vem de Deus, diz o velho Homero⁶⁵⁶, que fala como São Paulo, ao pé da letra, sem tê-lo plagiado. Certo é que não depende do homem a transmissão desse caráter indefinível que se chama *dignidade*. Somente à soberania pertence a *honra* por excelência; e

⁶⁵³ Ver nota nº 533 da página 173.

⁶⁵⁴ **Nota de J. de Maistre:** Rousseau. *Do Contrato Social*, II, cap. VII. É preciso vigiar sem descanso esse homem, para surpreendê-lo quando deixa escapar a verdade por distração [A passagem correta de Rousseau é a que segue: “Desse modo, pois, o Legislador, não podendo empregar nem a força nem o raciocínio, recorre necessariamente a uma autoridade de outra ordem, que possa conduzir sem violência e persuadir sem convencer”. In: J-Jacques Rousseau. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo. Nova Cultural, p. 112].

⁶⁵⁵ Os membros da Convenção, pelo decreto dos Dois-terços, prorrogaram seus poderes legislativos: dois-terços dos deputados tinham de, necessariamente, ser escolhidos entre os atuais membros da Convenção cujos mandatos estavam prestes a expirar.

⁶⁵⁶ **Nota de J. de Maistre:** *Ilíada*, I, 178 [Para Darcel, essa tradução de Maistre é um tanto quanto forçada. Ver J.-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 151].

é dela, como de um vasto depósito, que se distribui em quantidade, peso e medida entre as classes e os indivíduos.

Percebi que um dos membros da legislatura foi ironizado pelos jornais ao mencionar seu *status* em um escrito público, pois esses títulos não existem mais na França, restando apenas o *poder* que se obtém pela força. O povo não vê no deputado senão a sentingentésima quinquagésima parte do poder de fazer muitos males.⁶⁵⁷ Se respeitado, o deputado deve isso menos à qualidade de *deputado* que a seu caráter respeitável. Todos gostariam de ter pronunciado o discurso de M. Siméon⁶⁵⁸ sobre o divórcio, mas todos queriam também que o mesmo tivesse sido pronunciado no seio de uma assembléia legítima.

Talvez seja uma ilusão minha, mas esse *salário*, que um vaidoso neologismo alcunha de *indenização*, parece-me um mal antecedente à representação francesa. O inglês, livre pela lei e independente por sua fortuna, que vem a Londres para representar a Nação às suas custas, possui algo de imponente. Porém, esses *legisladores franceses* que cobram cinco ou seis milhões de libras da Nação para dar-lhe leis; esses *fautores de decretos* que exercem a soberania nacional mediante oito miriagramas de frumento ao dia e que vivem de seu poder legislativo; estes homens, realmente, impressionam pouco o espírito, e, quando se trata de saber o quanto valem, não se pode evitar que a imaginação os avalie em frumento⁶⁵⁹.

Na Inglaterra, essas duas letras mágicas M.P.⁶⁶⁰, unidas ao nome mais desconhecido, exaltam-no subitamente e dão-lhe o direito a um matrimônio distinto. Na França, um homem que disputasse um assento parlamentar com o fito de obter um matrimônio vantajoso, falaria, provavelmente, em seus cálculos.

Isso porque todo representante, um instrumento qualquer de uma soberania falsa, só pode excitar a curiosidade ou o terror.

Tão incrível é a fragilidade do poder humano abandonado a si mesmo, que nem sequer é capaz de estabelecer uma moda. Quantos relatórios dirigiram-se ao Corpo legislativo

⁶⁵⁷ A Constituição do ano III havia fixado em 750 o número de deputados para os dois Conselhos.

⁶⁵⁸ Joseph-Jérôme Siméon (1749-1842), antigo professor de direito que perdera sua posição durante a Revolução (em razão de sua oposição à Constituição Civil do Clero), elegeu-se para o Conselho dos Quinhentos durante o Diretório. Seu discurso, proferido no Conselho dos Anciãos em janeiro de 1797, estabelecia um paralelismo entre o divórcio e a prostituição. Preso no golpe de estado do Frutidor, Siméon sobreviveu para preencher importantes cargos nos regimes subsequentes. Cf. R. Lebrun., *op. cit.*, p. 58.

⁶⁵⁹ A Constituição do ano III fixava o salário dos deputados em 3.000 miriagramas de trigo anuais.

⁶⁶⁰ Membro do Parlamento (Member of Parliament).

sobre a indumentária de membros? Três ou quatro, pelo menos, mas sempre em vão. Vendem-se, nos países estrangeiros, as imagens desses belos trajes, enquanto a opinião pública de Paris os ridiculariza.

Uma indumentária ordinária, contemporânea de um grande acontecimento, pode ser consagrada por ele; então, o caráter de que está marcada a subtrai ao império da moda: enquanto as outras mudam, permanece a mesma, e o respeito a envolve para sempre. É mais ou menos assim que se consagram as indumentárias dos grandes dignitários.

Ao observador atencioso pode parecer interessante notar que, de todos os adereços revolucionários, os únicos que gozam de algum prestígio são o echarpe e o penacho, que procedem da cavalaria. Embora denegridos, subsistem, a exemplo dessas árvores das quais se extraiu a seiva nutritiva, mas que ainda não perderam a beleza. O *funcionário público* coberto desses símbolos desonrosos é muito semelhante a um desses ladrões, que se pavoneia com o traje da última vítima.

Não sei se leio bem, mas em todas as partes leio a nulidade desse governo.

Que se preste muita atenção: as conquistas francesas são a causa de que se creia na duração do seu governo; o esplendor das façanhas militares fascina até as mentes sãs que, no entanto, não percebem de imediato o quanto estes êxitos são estranhos à estabilidade da República.

As nações venceram sob todos os governos possíveis, e mesmo as revoluções, ao exaltarem os espíritos, conduzem à vitória. Os franceses triunfarão sempre na guerra sob um governo firme que tenha a habilidade de desprezá-los enquanto os lisonjeia, e de lançá-los contra os inimigos como projéteis, prometendo-lhes epitáfios nas gazetas.

Robespierre segue vencendo as batalhas; é seu férreo despotismo que conduz os franceses à carnificina e à vitória. É prodigando o ouro e o sangue e forçando todos os meios, que os senhores da França obtiveram o êxito do qual somos testemunhas. Uma nação superiormente intrépida, exaltada por um fanatismo qualquer e guiada por hábeis generais, vencerá sempre, mas pagará um alto preço pelas conquistas. Recebeu a Constituição de 1793 o selo da longevidade por esses três anos de vitória, dos quais ocupa o centro? Por que seria de outro modo com a Constituição de 1795, e por que a vitória dar-lhe-ia um caráter que não pôde imprimir à outra?

Ademais, o caráter das nações é sempre o mesmo. Barclay, no século XVI, descreveu com maestria o dos franceses sob o aspecto militar. *É uma nação, diz, extraordinariamente valente e que traz no seu bojo uma massa invencível; mas quando se exalta, não é mais a mesma. Daí que nunca tenha podido conservar o império sobre os povos estrangeiros, e que só para sua desgraça seja poderosa*⁶⁶¹.

Ninguém mais do que eu sente melhor que as circunstâncias atuais são extraordinárias e que é muito possível que não se veja o que sempre se viu; mas esta questão é indiferente ao objeto desse trabalho. Basta-me indicar a falsidade desse raciocínio: *a República vence; logo durará*. Se me visse forçado a vaticinar, preferiria dizer: *a guerra dá-lhe a vida; logo, a paz a matará*.

O autor de um sistema de física exultaria, sem dúvida, se a seu favor tivesse todos os elementos da natureza, como tenho os da História. Examino de boa-fé os monumentos que ela nos proporciona e não encontro nada que favoreça esse sistema quimérico de deliberação e de construção política baseada em raciocínios prévios. Poder-se-ia também citar a América; porém já me havia antecipado na resposta ao dizer que não é o momento de citá-la. Não obstante, acrescentarei algumas reflexões.

I. A América inglesa possuía um rei, mas não o via; o esplendor da monarquia era-lhe estranho e o soberano assumia diante dela uma espécie de caráter sobrenatural, que não impressiona os sentidos.

II. Possuía o elemento democrático que existe na constituição da metrópole.

III. Possuía, ademais, aqueles que foram levados a ela por seus primeiros colonos nascidos em meio às desordens religiosas e políticas, e quase todos de espírito republicano.

IV. Os americanos construíram com esses elementos e sobre a base dos três poderes que herdaram de seus antepassados, e não fizeram *tábula rasa*, como os franceses.

⁶⁶¹ **Nota de J. de Maistre:** *Gens armis strenua, indomitae intra se molis; at ubi in externos exundat, statim impetûs sui oblita: eo modo nec diu externum imperium tenuit, et sola est in exitum suû potens.* J. Barclaius, *Icon. animarum*, cap. III., [John Barclay (1582-1621), escritor inglês célebre pelas controvérsias que manteve com Belarmino sobre o poder do papa].

Porém, tudo o que existe de verdadeiramente novo em sua Constituição, tudo o que resulta da deliberação comum, constitui o que há de mais frágil no mundo; não se poderiam reunir maiores sintomas de fraqueza e de caducidade.

Não apenas não creio na estabilidade do governo americano, senão que suas instituições particulares não me inspiram nenhuma confiança. As cidades, por exemplo, animadas por um zelo pouquíssimo respeitável, não puderam convir sobre o local onde se assentará o Congresso; nenhuma quis ceder essa honra a outra. Em decorrência disso, decidiu-se pela construção de uma cidade nova que seria a sede do governo. Escolheu-se a locação mais vantajosa, às margens de um grande rio; decretou-se que essa cidade chamar-se-á Washington⁶⁶²; assinalou-se o lugar de todos os edifícios públicos; colocou-se a mão à obra e o plano da cidade-rainha já circula por toda Europa. Essencialmente, nada há nisso que supere as forças humanas; É perfeitamente possível edificar uma cidade: não obstante, há excessiva deliberação, demasiada *humanidade* neste empreendimento; e poder-se-ia apostar mil contra um em que a cidade não se construirá, ou que não se chamará Washington, ou que o Congresso não residirá nela.

⁶⁶² Criada *ex nihilo* sobre o rio Potomac, a capital federal foi construída a partir de 1791, segundo os planos do arquiteto Pierre l'Enfant. Somente em 1800 o governo americano instalou-se nela. Cf: P. Glaudes. *op. cit.*, p. 945. Na sua edição das *Considerações*, Darcel observou que Maistre nuançou sua previsão sobre a capital americana com uma nota na segunda edição do panfleto, a qual, entretanto, foi omitida pelos editores na edição de 1821. Nela, lia-se que “Washington é antes uma cidade planejada do que construída. São necessários ainda cinquenta anos para que signifique alguma coisa.” In: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 155.

Capítulo VIII⁶⁶³

Da antiga Constituição francesa

Digressão sobre o Rei e sua declaração aos franceses do mês de julho de 1795⁶⁶⁴

Sustentaram-se três posições distintas sobre a antiga Constituição francesa: alguns pretenderam que a nação não tinha Constituição em absoluto; outros sustentaram o contrário; outros, enfim, adotaram, como ocorre em todas as questões importantes, uma posição mediana, defendendo que os franceses tinham verdadeiramente uma constituição, mas que não era observada.

A primeira posição é insustentável; as outras duas não se contradizem realmente.

O erro dos que sustentaram que a França não tinha Constituição, procedia de um grave erro sobre o poder humano, a deliberação prévia e as leis escritas.

Se um homem de boa-fé, contando apenas com seu bom senso e retidão, perguntar o que era a antiga Constituição francesa, pode-se-lhe responder atrevidamente:

“Era o que sentíeis quanto estáveis na França; era essa mescla de liberdade e de autoridade, de leis e de opiniões, que persuadia o estrangeiro súdito de outra monarquia e de viagem pela França, de que estava sob um governo diferente do seu.”

Porém, se se preferir aprofundar a questão, encontrar-se-ão, nos monumentos do Direito Público francês, caracteres e leis que elevam a França acima de todas as monarquias conhecidas.

⁶⁶³ Esse capítulo sobre a antiga constituição francesa desagradou o pretendente ao trono, Luís XVIII, e sua *entourage*. Maistre o soube por intermédio de uma carta que recebera do conde d’Avaray, a qual esteve na origem de uma série de desventuras para nosso autor (leia capítulo I da tese). Maistre negou-se a alterar o texto na segunda edição, como havia solicitado d’Avaray, mas consentiu em adicionar um *Post-scriptum*, que se verá adiante.

⁶⁶⁴ A Declaração de Verona de junho de 1795, feita por Luís XVIII após a morte na prisão de seu sobrinho e sucessor ao trono francês, foi recebida como excessivamente reacionária pelos republicanos e realistas moderados franceses. Nela, Luís XVIII exigia, dentre outras coisas: a punição aos regicidas responsáveis pela morte de Luís XVI (quase a metade dos membros da Convenção), o retorno à antiga constituição da monarquia hereditária (embora com a reforma dos abusos), o restabelecimento do catolicismo como religião do Estado (com tolerância para outros cultos), a restauração dos Parlamentos como guardiões da lei, a reconstituição dos três Estados, e a convocação de um Estado Geral que deveria votar novas taxas e apresentar petições ao rei (mas o rei manteria o direito de veto). A declaração não fez menção alguma às propriedades confiscadas da Igreja e dos nobres, embora muitos dessem por vencido que Luís XVIII estava disposto a restaurá-las aos seus antigos donos. *In*: R. Lebrun., *op. cit.*, p. 62.

Constitui um traço peculiar dessa monarquia a posse de um certo elemento teocrático que lhe é próprio e que lhe concedeu mil e quatrocentos anos de duração: não há nada tão nacional quanto esse elemento. Os bispos, sucessores dos druidas a esse respeito, só o aperfeiçoaram.

Não creio que nenhuma outra monarquia européia tenha empregado, para o bem do Estado, um maior número de pontífices no governo civil. Meu pensamento remonta desde ao pacífico Fleury até aqueles santos Ouen e Léger⁶⁶⁵, assim como a outros, tão distintos politicamente na noite de seu século; verdadeiros Orfeus da França, que domesticaram os tigres e se fizeram seguir pelas oliveiras: duvido que se encontre algo parecido em outro lugar.

Porém, ainda que o sacerdócio fosse na França uma das três colunas que sustentavam o trono, e que desempenhasse nos comícios da nação, nos tribunais, no ministério, nas embaixadas, um importante papel, não se percebia ou se percebia muito pouco sua influência na administração civil; e nem sequer quando um padre era primeiro-ministro, não se tinha um *governo de padres* na França.

Todas as influências encontravam-se muito bem equilibradas, e todo mundo estava em seu lugar. Neste aspecto, a Inglaterra é quem mais se parecia com a França. Se alguma vez expulsar de seu vocabulário político essas palavras *Church and State*, seu governo perecerá como o de sua rival.

Era moda na França (pois tudo é moda neste país) dizer que se era escravo. Mas por que, então, encontrava-se na língua francesa a palavra *citoyen*⁶⁶⁶, que não pode ser traduzida em outras línguas européias, mesmo antes de que a Revolução tivesse se apoderado dela para desonrá-la? Racine⁶⁶⁷, o filho, dedicava esse belo verso ao rei da França, em nome de sua cidade, Paris: *Sob um rei cidadão, todo cidadão é rei.*

⁶⁶⁵ Cardeal Fleury (1653-1743) bispo de Fréjus, preceptor e depois ministro de Estado de Luís XV; santo Ouen (605-683), bispo de Rouen, chanceler de Dagoberto I; santo Léger (616-678), bispo d'Autun, regente do reino durante a minoridade de Clotário III.

⁶⁶⁶ Cidadão.

⁶⁶⁷ Trata-se de Louis Racine (1692-1763), último filho do célebre dramaturgo francês. Segundo P. Glaudes, é possível que Maistre tenha confundido Racine com Favart, em cuja comédia, *Les Trois Sultanes*, lê-se exatamente a mesma passagem supracitada. Ver: P. Glaudes. *op. cit.*, p. 945.

Para elogiar o patriotismo de um francês, dizia-se: *é um grande cidadão*. Tentar-se-ia em vão introduzir essa expressão em outras línguas: *gross burger*⁶⁶⁸ em alemão; *gran cittadino* em italiano; etc., não seriam toleráveis⁶⁶⁹. Porém, é necessário sair das considerações gerais.

Vários membros da antiga magistratura reuniram e desenvolveram os princípios da Monarquia francesa em um livro interessante, que parece digno da total confiança dos franceses⁶⁷⁰.

Estes magistrados começam, como convém, pela prerrogativa real; certamente, não há nada mais magnífico.

“A constituição atribui ao rei o poder legislativo; dele emana toda jurisdição. Tem o direito de fazer justiça, e de vê-la administrada por seus oficiais, de outorgar graças, conceder privilégios e recompensas; de dispor dos cargos; de conferir nobreza; de convocar e dissolver as assembleias da nação sempre que julgar sábio proceder assim; de fazer a paz e a guerra, e de convocar os exércitos”(P.28).

Não resta dúvida de que são grandes prerrogativas; mas vejamos o que a constituição francesa dispôs sobre o outro prato da balança.

“O rei não reina senão pela lei e não tem o poder de fazer tudo o que lhe apeteça”(P. 364).

⁶⁶⁸ **Nota de J. de Maistre:** *verbum humile apud nos et ignobile* [Bürger: “termo baixo e desprovido de nobreza entre nós”]. J. A. Ernesti. *Dedicat. Opp. Ciceronis*, Hale, 1777, p. 79. [Johann August Ernesti (1707-1781) era um importante filólogo e teólogo protestante alemão, tradutor de bem-sucedidas edições de Xenofonte, Calímaco, Políbio, Cícero, Suetônio e Tácito. Deve-se também ao mesmo um ensaio hermenêutico sobre o Novo Testamento: *Institutio interpretis Novi Testamenti* (1761).].

⁶⁶⁹ **Nota de J. de Maistre:** Rousseau fez uma nota absurda sobre esta palavra *cidadão* em seu *Do Contrato Social*, livro I, capítulo VI. Acusa irrefletidamente um grande sábio de ter *incorrido em sérios erros* neste ponto, quando é ele, Rousseau, que incorre em sérios erros em cada linha e demonstra a mesma ignorância a respeito de idiomas, metafísica e história. [O sábio a quem Rousseau acusava de ter confundido *bourgeois* com *citoyen*, era Jean Bodin (1530-1596), no livro primeiro de seu clássico *Les six livres de la République* (1576)].

⁶⁷⁰ *Développement des principes fondamentaux de la monarchie française (Exposição dos princípios fundamentais da monarquia francesa, 1795, in-8º)*. Este livro, escrito entre o verão de 1791 e o de 1792 e entregue aos príncipes emigrados em outubro do mesmo ano, foi o resultado de inúmeros encontros que os magistrados dos antigos Parlamentos franceses mantiveram, como emigrados, em Klobenz e Mannheim. Apesar da reação contrária dos príncipes, os autores publicaram uma edição revisada, em 1795. Maistre equivocou-se ao assumir que essa obra anônima recebera aprovação de Luís XVIII; na verdade, o futuro rei considerava o livro um resumo das reivindicações dos Parlamentos, os quais disputavam uma luta secular contra a monarquia pelo direito parlamentar de veto à autoridade arbitrária do rei.

“Há leis diante das quais os próprios reis confessam estar, para usar uma expressão que se tornou famosa, *na feliz impossibilidade de violar; são as leis do reino*, diferentemente das leis circunstanciais ou não-constitucionais, denominadas *leis do rei*” (P. 29 e 30).

“Assim, por exemplo, a sucessão ao trono é uma primogenitura masculina de modo invariável” (P. 253).

“Os matrimônios dos príncipes de sangue, contraídos sem a autorização real, são nulos. Se a dinastia reinante vier a se extinguir, cabe à nação atribuir-se um rei” (P.263, etc.).

“Os reis, como legisladores supremos, falaram sempre de forma positiva ao publicar suas leis. Todavia, há também um consentimento do povo, mas este consentimento é somente a expressão do desejo, do reconhecimento e da aceitação da nação”⁶⁷¹ (P.271).

“Três ordens, três câmaras, três deliberações: assim encontra-se representada a nação. O resultado das deliberações, quando unânime, exprime o desejo dos Estados Gerais” (P.332).

“As leis do reino só podem ser feitas em assembléia geral de todo o reino, com o comum acordo dos membros dos três estados. O príncipe não pode derogar estas leis e, se ousa tocá-las, seu sucessor poderá anular tudo o que fez” (P. 292, 293).

“A necessidade do consentimento da nação para o estabelecimento dos impostos, é uma verdade incontestável, reconhecida pelos reis” (P. 302).

“O voto das duas ordens não pode vincular a terceira, se isso não for do seu alvedrio” (P. 302).

“O consentimento dos Estados gerais é necessário para a validade de toda alienação perpétua do domínio” (p.303); “e a mesma vigilância é-lhes recomendada para impedir todo desmembramento parcial do reino” (P. 304).

“A justiça é administrada em nome do rei por magistrados que examinam as leis, e comprovam se as mesmas não contrariam as leis pétreas” (P. 343). Uma parte de seu dever consiste em resistir à vontade extraviada do soberano. Amparado nesse princípio, o célebre chanceler de l’Hospital⁶⁷² dirigiu ao Parlamento de Paris, em 1561, as seguintes palavras:

⁶⁷¹ **Nota de J. de Maistre:** Se se examinar atentamente esta intervenção da Nação, ver-se-á que é *menos* que um poder co-legislativo e *mais* do que um mero consentimento. É um exemplo dessas coisas que é preciso deixar numa certa obscuridade e que não podem ser submetidas a regulamentações humanas: é a parte “mais divina” das Constituições, se assim se pode dizer. Diz-se amiúde: “Basta fazer uma lei para saber a que se ater.” Nem sempre. Há “casos excepcionais”.

⁶⁷² Michel de L’Hospital (1507-1573). De origem burguesa, estudou direito na Universidade de Pádua, tornando-se, posteriormente, presidente do Tesouro (1554) e chanceler do reino, entre 1560-1568 (nos reinados de Francisco II e Carlos IX). Notabilizou-se pelas tentativas de conciliação entre católicos e

Os magistrados não se devem deixar intimidar pela cólera passageira dos soberanos, nem pelo temor de cair em desgraça, senão conservar sempre presente o juramento de obedecer às ordenanças, que são os verdadeiros mandatos dos reis (P. 345).

Vê-se Luís XI, bloqueado por uma recusa dupla de seu Parlamento, desistir de uma alienação inconstitucional (P. 343).

Vê-se Luís XIV reconhecer solenemente esse direito de livre verificação (P. 347), e ordenar aos seus magistrados *que o desobedeçam, sob pena de desobediência*, no caso de remeter-lhes mandatos contrários à lei (P. 345). Essa intimação não é um jogo de palavras: o rei proíbe que se obedeça ao homem; não possui maior inimigo.

Este soberbo monarca, ademais, ordena a seus magistrados que considerem nulas todas as cartas-patentes portando indicações ou recomendações para o julgamento das causas civis e criminais, e inclusive que *castiguem os portadores das ditas cartas* (P. 363).

Os magistrados exclamam: *Feliz terra, onde a servidão é desconhecida!* (P.361). É um padre, renomado tanto por sua ciência como por sua piedade (Fleury⁶⁷³), escreve ao expor o direito público na França: *Na França, todos os particulares são livres; não há o menor traço de escravidão: liberdade para domicílios, viagens, comércios, matrimônios, escolha de profissão, aquisições, disposição dos bens, sucessões* (P. 362).

“O poder militar não se deve interpor na administração civil.” *A jurisdição dos governadores de província não vai além daquilo que concerne às armas; não podendo servir-se das mesmas senão contra os inimigos do Estado, e não contra o cidadão, que está submetido à justiça do Estado* (P. 364).

protestantes na França (era casado com uma huguenote). Com Catarina de Médicis, articulou a declaração de maioridade do rei Carlos IX e o Editto de Amboise (que garantia maior liberdade de culto aos protestantes), ambos em 1563. Em 1564, impediu que as resoluções do Concílio de Trento fossem adotadas na França, como gostaria o Cardeal da Lorena, um “guisardo”. Mas após a tentativa frustrada do partido huguenote de se apoderar da pessoa do rei Carlos IX, em Meaux (setembro de 1567), de l’Hospital, que já tinha contra si os Guise (líderes da Liga Santa) e ninguém menos que o novo papa, Pio V, perdeu o importante apoio da rainha mãe (que o acusara de ser excessivamente conivente com os huguenotes, e cuja política de moderação em relação aos mesmos mudou da água para o vinho após o episódio de Meaux), fato que determinou sua retirada da política (1568). Sobreviveu por pouco aos massacres da Noite de São Bartolomeu (agosto de 1572), quando uma horda camponesa invadiu seu castelo de Vignay, e veio falecer em fevereiro de 1573, semanas após a Corte ter exigido sua renúncia como chanceler. Ver: E. Le Roy Ladurie. *O Estado Monárquico. França 1460-1610*. (1987). São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

⁶⁷³ Claude Fleury (1640-1723), célebre prelado galicano, membro da Academia francesa, confessor de Luís XV em 1716. Escreveu uma *Histoire ecclésiastique* em 20 volumes. Maistre o cita amiúde em *Du Pape e De l’église gallicane*, referindo-se ao mesmo com severidade. Cf. J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p.159. Não confundir com o cardeal Fleury supracitado.

“Os magistrados são inamovíveis, e esses importantes ofícios só podem vacar em razão do falecimento do titular, demissão voluntária ou prevaricação julgada”⁶⁷⁴ (P. 356).

“O rei, nas causas que lhe concernem, pleiteia nos seus tribunais contra seus súditos, e já se lhe viu condenado a pagar o dízimo dos frutos de seu jardim, etc.” (P. 367, etc.).

Se os franceses examinam-se de boa-fé e silenciando as paixões, sentirão que isso é o bastante, e *talvez mais que o bastante*, para uma Nação demasiado nobre para ser escrava, e demasiado fogosa para ser livre.

Dir-se-á que essas belas leis não eram executadas? Neste caso, a culpa era dos franceses, e já não há mais para eles esperança de liberdade, porque quando um povo não sabe tirar proveito de suas leis fundamentais, é inútil que busque outras: é sinal de que não está feito para a liberdade ou de que está irremissivelmente corrompido.

Contudo, rechaçando essas hipóteses sinistras, citarei um testemunho, sob todos os pontos de vista irrefutável, acerca da excelência da Constituição francesa: o do grande político e ardoroso republicano, Maquiavel.

*Existiram, diz, muitos reis, mas poucos bons reis: refiro-me aos soberanos absolutos, entre os quais não se deve levar em conta os reis do Egito, quando este país, nos tempos mais remotos, governava-se pelas leis; nem os de Esparta; nem, em nossos dias, os da França, sendo o governo deste reino, em nosso conhecimento, o mais moderado pelas leis*⁶⁷⁵.

O reino da França, diz em outro lugar, é feliz e tranqüilo, porque o rei está submetido a uma infinidade de leis que constituem a garantia dos povos. Aquele que instituiu esse

⁶⁷⁴ **Nota de J. de Maistre:** Sabia-se bem o que se fazia, quando se declamava tão veementemente contra a venalidade dos cargos da magistratura? A venalidade não devia ser considerada senão como um meio de fazê-los hereditários, de modo que o problema se reduz em saber se em um país como a França, ou como tem sido a França nos últimos dois ou três séculos, podia haver melhor maneira de administrar a justiça senão pelos magistrados hereditários. É uma questão muito difícil de resolver. A enumeração dos inconvenientes é um argumento enganoso. O que há de ruim em uma Constituição, mesmo o que deverá destruí-la, forma, não obstante, tanto parte dela quanto aquilo que tem de melhor. Remeto-me à passagem de Cícero, “Nimia potestas est tribunorum quis negat, etc.” *De Legibus*, III, 10 [“O poder dos tribunos é excessivo”... Lembremos que Maistre pertencia a um Senado com funções muito semelhantes àquelas exercidas pelos Parlamentos franceses, com a diferença de que, na Savóia, não existia a venalidade dos cargos, sendo os mesmos auferidos pelo rei em caráter não-hereditário].

⁶⁷⁵ **Nota de J. de Maistre:** *Disc. Sopr. Tit.-Liv.* Livro I, cap. LVIII.

governo⁶⁷⁶ quis que os reis dispusessem a seu talante das armas e dos tesouros; mas, quanto ao resto, submeteu-lhes ao império da lei⁶⁷⁷.

Quem não se impressionaria ao ver como essa poderosa inteligência considerava, há tres séculos, as leis fundamentais da monarquia francesa?

Os franceses foram burlados neste ponto pelos ingleses que, sem convicção, disseram-lhes que a França era escrava - assim como que Shakespeare era superior a Racine - e os franceses o acreditaram. Mesmo o honesto juiz Blackstone⁶⁷⁸, ao final de seus *Comentários*, emparelha a França à Turquia: sobre tal procedimento impõe-se dizer, como Montaigne: *Nunca se escarneceria a impudência desse acoplamento o bastante.*⁶⁷⁹

Porém, esses ingleses, quando fizeram sua revolução (ou ao menos aquilo que se experimentou), suprimiram a realeza ou a Câmara dos Pares para dar-se à liberdade? Absolutamente. Antes, deduziram a declaração de seus direitos a partir de sua antiga constituição posta em movimento.

Não há nação cristã na Europa que não seja de direito *livre*, ou *suficientemente livre*; nenhuma que não tenha, nos monumentos mais puros de sua legislação, todos os elementos da constituição que lhe convém. Mas importa, sobretudo, precaver-se contra o enorme erro de crer em que a liberdade seja qualquer coisa de absoluta, não suscetível de mais ou de menos. Recordem-se os dois tonéis de Júpiter⁶⁸⁰; no lugar do bem e do mal, coloquemos o repouso e a liberdade. Júpiter distribui às nações, *mais de um e menos do outro*: o homem não participa dessa divisão.

Outro erro muito funesto é o de ater-se rigidamente aos monumentos antigos. É necessário, sem dúvida, respeitá-los; porém, acima de tudo, há de se levar em conta o que os jurisconsultos chamam de *o último estado*. Toda Constituição livre é, por natureza, variável,

⁶⁷⁶ **Nota de J. de Maistre:** Bem que gostaria de conhecê-lo.

⁶⁷⁷ **Nota de J. de Maistre:** *Discorsi...*I, XVI.

⁶⁷⁸ William Blackstone (1723-1780), professor de Oxford, era considerado o melhor jurisconsulto da Inglaterra moderna.

⁶⁷⁹ *Ensaio*, livro II, cap. XII. A citação exata é: “Nous n’aurons jamais assez bafoué l’impudence de cet accouplement.” Com essa frase, Montaigne responde a uma citação de Cícero (*De natura deorum*, II, LIV), que, *grosso modo*, compara os homens aos deuses. Ver: P. Glaudes. *op. cit.*, p.946.

⁶⁸⁰ Alusão aos dois tonéis colocados diante de Júpiter (*Ilíada*, XXV, 527-533). Um contém o bem, o outro, os males. Para compor o destino de cada homem, o deus combina a seu gosto a quantidade a ser extraída de cada tonel.

e variável na medida em que é livre⁶⁸¹; querer reconduzi-la a seus rudimentos, sem renunciar a nada, seria puro desatino.

Tudo concorre para demonstrar que os franceses almejavam ultrapassar o poder humano; que esses esforços desordenados os conduzem à escravidão; que não necessitam senão conhecer o que já possuem, já que, se estão feitos para um grau superior de liberdade do que o experimentado há sete anos (o que não é de todo claro), encontram à mão, em todos os monumentos de sua história e de sua legislação, tudo o que for necessário para restituir-lhes a honra e a inveja da Europa.⁶⁸²

Mas se os franceses estão feitos para a monarquia, e se se trata apenas de assentar a monarquia sobre suas verdadeiras bases, que erro, que fatalidade, que prevenção funesta poderia afastá-los de seu rei legítimo?

A sucessão hereditária, em uma monarquia, é algo tão precioso que qualquer outra consideração deve ceder diante dessa. O maior crime que um realista francês pode cometer, é ver em Luís XVIII outra coisa que seu rei, e diminuir a benevolência com a qual é preciso rodeá-lo, discutindo de maneira desfavorável suas qualidades como homem ou suas ações. Seria extremamente culpado e vil o francês que não ruborizasse ao remontar a tempos passados para neles buscar os agravos verdadeiros ou falsos! A ascensão ao trono é um novo nascimento; conta-se somente a partir desse momento.

Se existe um lugar-comum na moral, é que o poder e a grandeza corrompem o homem, e que os melhores reis foram os que se submeteram às provas da adversidade. Por que, então, privar-se-iam os franceses da vantagem de serem governados por um príncipe

⁶⁸¹ **Nota de J. de Maistre:** Hume. *História da Inglaterra*, “Carlos I”, cap. L: “All the human governments, particularly those of mixed frame, are in continual fluctuation.”

⁶⁸² **Nota de J. de Maistre:** Um homem, de quem considero igualmente a pessoa e as opiniões (o falecido Mallet du Pan), e que não é de meu parecer sobre a antiga Constituição francesa, teve o trabalho de expor-me uma parte de suas idéias em uma interessante carta, pela qual sou-lhe infinitamente grato. Objeta-me, entre outras coisas, que “o livro dos magistrados franceses citado neste capítulo teria sido queimado, nos reinados de Luís XIV ou de Luís XV, como atentatório às leis fundamentais da monarquia e aos direitos do monarca.” Bem o creio. Como o livro de M. Delolme teria sido queimado em Londres (possivelmente com o autor) sob os reinados de Henrique VIII e de sua filha. Quando se toma partido nas grandes questões com pleno conhecimento de causa, muda-se de opinião muito raramente. Todavia, desconfio de meus preconceitos tanto quanto o devo, embora esteja seguro de minha boa-fé. Observar-se-á que não citei neste capítulo nenhuma autoridade contemporânea, por receio de que as mais respeitáveis parecessem suspeitas. Quanto aos magistrados autores do *Développement des principes fondamentaux*, etc., se me servi de sua obra, é porque não gosto de fazer o que já está feito, e todos esses senhores atêm-se às fontes, precisamente do que eu necessitava [Jean-Louis Delolme (1741-1806), cidadão de Genebra e advogado, refugiou-se em Londres em 1766, onde estuda o direito constitucional inglês. Sua obra, *La Constitution de l'Angleterre ou l'État du gouvernement anglais* (Amsterdã, 1771), obteve grande repercussão pela Europa. De retorno a Genebra, em 1775, foi nomeado membro do Conselho dos Duzentos].

formado na terrível escola da desventura? Quantas reflexões ter-lhe-ão sugerido os últimos seis anos! Quão afastado encontra-se da embriaguez do poder! Quão disposto deve estar a lançar-mão de tudo, a fim de reinar com glória! De que santa ambição deve estar penetrado! Que príncipe no mundo poderia colecionar um maior número de motivos, desejos, e de meios, para curar as feridas da França!

Não provaram os franceses por muito tempo o sangue dos Capetos? Sabem, por uma experiência de oito séculos, que seu sangue é amável; por que mudar? Em sua declaração⁶⁸³, o chefe dessa grande família mostrou-se leal, generoso, profundamente penetrado de idéias religiosas; ninguém lhe contesta uma grande inteligência natural e os muitos conhecimentos adquiridos. Houve tempo, porventura, em que era preferível que o rei não soubesse ortografia; mas neste século, crédulo em livros, um rei letrado é uma vantagem. E o que é mais importante: não se lhe pode imputar nenhuma dessas idéias exageradas, capazes de alarmar os franceses. Quem poderia esquecer que desagradou a Koblenz? É um grande dado a seu favor. Em sua declaração, pronunciou a palavra *liberdade*, e se alguém objetar que essa palavra foi deixada à sombra, pode-se-lhe responder que um rei não deve falar a linguagem das revoluções. Um discurso solene que endereça ao seu povo, deve distinguir-se por uma certa sobriedade de projetos e de expressões que nada têm de comum com a precipitação de um particular sistemático. O rei da França, ao falar *que a Constituição francesa submete as leis às formas por ela consagradas, e o próprio soberano à observância das leis, a fim de prevenir a sabedoria do legislador contra as armadilhas da sedução e defender a liberdade dos súditos contra os abusos da autoridade*, acabou por dizer tudo, pois prometeu a *liberdade pela Constituição*. O rei não deve falar como um orador da tribuna parisiense. Caso tenha descoberto que é um equívoco falar da liberdade como sendo algo absoluto; que ela é, pelo contrário, algo suscetível de mais ou de menos, e que a arte do legislador não é fazer o povo livre, mas livre *o bastante*; descobriu uma grande verdade, de modo que é preciso louvá-lo por seu comedimento ao invés de censurá-lo. Um célebre romano⁶⁸⁴, no momento em que restituía a liberdade ao povo mais constituído para

⁶⁸³ Proclamação de Luís XVIII, também conhecida como Declaração de Verona, feita pelo monarca em junho de 1795 e publicada pelo editor Louis Fauche-Borel, foi muito difundida na França durante o Diretório.

⁶⁸⁴ Titus Quinctus Flaminius, general romano, cônsul em 198 a.C. Maistre refere-se ao discurso pronunciado pelo cônsul para os deputados gregos reunidos em uma Assembléia em Corinto. Ver P. Glaudes. *op.cit*, p. 947.

ela e livre há mais tempo, exclamava: *Libertate modicè utendum*⁶⁸⁵. Que haveria dito aos franceses? Seguramente, o rei, ao falar sobriamente da liberdade, pensava menos em si que nos interesses dos franceses.

A Constituição, acrescenta o rei, prescreve condições para o estabelecimento dos impostos, a fim de assegurar ao povo que os tributos pagos são necessários para a saúde do Estado. O rei, portanto, não tem o direito de taxar arbitrariamente, e essa confissão, por si só, exclui o despotismo.

Confia [a Constituição] aos primeiros corpos da magistratura a custódia das leis, para que velem por sua execução e esclareçam a doutrina do monarca se estiver errada. Eis o registro das leis entregue às mãos dos magistrados superiores; eis o direito de admoestação consagrado. Pois, onde quer que um corpo de grandes magistrados hereditários, ou pelo menos inamovíveis, tenha, segundo a Constituição, o direito de advertir o monarca, de esclarecer sua religião e de protestar contra os abusos, não pode haver despotismo.

[A Constituição] Põe as leis fundamentais sob a salvaguarda do rei e das três ordens, a fim de prevenir as revoluções, a maior de todas as calamidades que possam afligir os povos.

Há, portanto, uma Constituição, uma vez que a constituição é apenas o conjunto das leis fundamentais que não podem ser alteradas pelo rei, sob pena de as três ordens obterem o direito de *veto* sobre ele, como o que cada uma detém sobre as outras.

E, seguramente, enganar-se-ia quem acusasse o rei de ter sido demasiado vago em sua fala, pois esta vaguidade é precisamente a prova de uma alta prudência. O rei teria procedido muito imprudentemente se tivesse imposto limites que o teriam impedido de avançar e de retroceder: reservando-se uma certa latitude de ação, estava inspirado. Os franceses convencer-se-ão disto algum dia, e confessarão que o rei prometeu tudo quanto podia prometer.

Carlos II agiu acertadamente ao ter aderido às propostas dos escoceses? Disseram-lhe, como se falou a Luís XVIII: “É preciso adaptar-se aos tempos e ceder: *É um desatino sacrificar uma coroa para salvar a hierarquia.*” Fez muito mal ao crer nisso. O rei da França é mais sábio: como os franceses obstinam-se em não lhe fazer justiça?

⁶⁸⁵ **Nota de J. de Maistre:** Tito Lívio. XXXIV, 49 [Trata-se de uma citação da obra *História de Roma*, cuja transcrição exata seria: “*Libertate modice utantur*” – “É preciso fazer uso comedido da liberdade”].

Se este príncipe tivesse incorrido na insensatez de propor aos franceses uma nova Constituição, poder-se-ia acusá-lo de uma vagueza pífida, pois, de fato, nada teria dito: se tivesse proposto uma obra de sua autoria, levantar-se-ia um grito unânime contra si, o qual estaria bem justificado. Com que direito, efetivamente, far-se-ia obedecer, se abandonasse as leis antigas? Não é a arbitrariedade um domínio comum, a que todos têm igual direito? Não restara sequer um jovem na França que não apontasse os defeitos da nova obra e não propusesse correções. Examine-se bem a situação e ver-se-á que ao rei, uma vez abandonada a antiga Constituição, só restaria dizer: *Farei o que se quiser*. A esta frase indecente e absurda ver-se-iam reduzidos os mais belos discursos do rei, traduzidos em linguagem clara. Pensam realmente no que dizem os que acusam o rei de não haver proposto aos franceses uma nova Revolução? Desde que a insurreição deu início às solapadoras desditas de sua família, testemunhou três constituições aceitas, juradas, solenemente consagradas. As duas primeiras duraram apenas um instante, e a terceira só existe no nome. Deveria o rei ter oferecido a seus súditos cinco ou seis a mais para que elegessem entre elas? De tão caros que lhes saíram esses três ensaios, nenhum homem sensato atrever-se-ia a propor-lhes outro. Porém, essa nova proposta, que seria uma loucura da parte de um particular, vinda do rei, seria uma loucura e um crime.

Não importa o que fizesse, o rei não podia contentar a todos. Havia inconvenientes tanto em não publicar nenhuma declaração, como em publicá-la tal como o fez ou de qualquer outra maneira. Na dúvida, fez bem em ater-se aos princípios e de ofender só as paixões e os preconceitos, ao proclamar *que a Constituição francesa será para ele a arca da aliança*. Se os franceses examinarem serenamente essa declaração, esterei muito equivocado se não encontrarem nela razões para respeitar o rei. Nas circunstâncias terríveis em que se encontrava, nada era mais sedutor do que transigir com os princípios para reconquistar o trono. Muitos disseram e acreditaram que o rei se perdia por sua obstinação nas velhas idéias. Parecia tão natural escutar propostas de acomodamento! Era, sobretudo, tão fácil aceder a essas propostas com a segunda intenção de voltar à antiga prerrogativa sem faltar com a lealdade, apoiando-se unicamente na força das circunstâncias, que há muita coragem, franqueza e nobreza em dizer para os franceses: “Não posso fazer-vos felizes; não posso e não devo reinar senão pela Constituição: não violarei a arca do Senhor; espero que retorneis à razão e que tenhais concebido essa verdade tão simples e tão evidente, não obstante vossa

obstinação em rejeitá-la, a saber, *que com a mesma Constituição, posso dar-vos um regime completamente diferente.*”

Quão sábio mostrou-se o rei quando, ao dizer aos franceses *que sua antiga e sábia constituição era para ele a santa arca, e que lhe era proibido tocá-la com uma mão temerária*, não obstante, acrescentou *que pretende lhe restituir toda sua pureza que o tempo corrompera, e todo seu vigor que o tempo debilitara*. Uma vez mais, estas palavras são inspiradas, pois nelas vê-se claramente a separação entre o que está ao alcance dos homens e o que não pertence senão a Deus. Não há uma única palavra, nessa declaração tão pouco meditada, que não recomende o rei aos franceses.

Seria desejável que essa nação impetuosa, que só sabe retornar à verdade depois de haver esgotado o erro, quisesse, enfim, perceber uma realidade bem palpável: que é joguete e vítima de um pequeno número de indivíduos que se colocam entre ela e seu soberano legítimo, do qual só pode esperar benefícios. Imaginemos a pior hipótese: *o Rei deixará cair a espada da justiça sobre alguns parricidas; castigará com humilhações alguns nobres que o desagradaram*; bom, o que isto importa a ti, bom lavrador, artesão laborioso, cidadão pacífico, quem quer que sejas, a quem o céu presenteou com a obscuridade e a felicidade! Imagina, pois, que com seus semelhantes compões quase toda a Nação; e que se o povo inteiro sofre todos os males da anarquia, é só porque um punhado de miseráveis inspira-lhes temor pelo soberano, do qual eles mesmos têm medo.

Nunca um povo terá deixado escapar ocasião mais bela, se continua recusando seu rei, uma vez que se expõe a ser dominado pela força ao invés dele mesmo coroar o seu soberano legítimo. Que mérito teria ante este príncipe! Por meio de quais esforços de zelo e de amor trataria o rei de recompensar a fidelidade de seu povo? Teria sempre diante de seus olhos os votos da nação, para animá-lo às grandes empresas e aos trabalhos obstinados que a regeneração da França exige de seu chefe, fazendo com que todos os momentos de sua vida fossem consagrados à felicidade dos franceses.

Porém, se os mesmos obstinam-se em recusar seu rei, sabem qual será sua sorte? Os franceses encontram-se hoje amadurecidos o bastante pela desgraça para que compreendam uma dura verdade, a saber, que quem os observa friamente em meio aos acessos de sua liberdade fanática, sente-se amiúde inclinado a exclamar, como Tibério: *O homines ad*

*servitutum natos!*⁶⁸⁶ Há, como se sabe, várias espécies de coragem, e os franceses certamente não as possuem todas. Intrépido diante do inimigo, não o é ante a autoridade, por mais injusta que seja. Nada iguala a paciência desse povo que se proclama *livre*. Em cinco anos, fizeram-lhe aceitar três constituições e o governo revolucionário. Os tiranos sucedem-se, e o povo segue obedecendo. Jamais se viu triunfar um único esforço de sua parte para escapar à sua nulidade. Seus senhores chegaram a aniquilá-lo, escarnecendo-se dele ao mesmo tempo. Disseram-lhe: *Credes que não quereis esta lei, mas podeis estar seguros de que a quereis. Se ousardes recusá-la, sereis metralhados* * *como punição por não queredes o que quereis.* – E assim o fizeram⁶⁸⁷.

Faltou pouco para que a nação francesa ainda se encontrasse sob o terrível jugo de Robespierre. Pode certamente *felicitar-se*, mas não se *glorificar* de ter escapado a essa tirania; e não sei se para ela os dias de sua servidão foram mais vergonhosos que os de sua liberação.

A história do 9 Termidor⁶⁸⁸ não é longa: *alguns celerados fizeram perecer outros celerados.*

Sem essa desavença familiar, os franceses ainda padeceriam sob o cetro do Comitê de Salvação Pública.

E mesmo agora, um pequeno número de facciosos não fala em colocar um Orléans sobre o trono? Aos franceses, só lhes falta o opróbrio de ver pacientemente elevar-se sobre o trono o filho de um supliciado no lugar do irmão de um mártir. No entanto, se não se apressarem em retornar à sua soberania legítima, nada lhes garante que não sofrerão esta

⁶⁸⁶ “Ó, homens nascidos para a escravidão.” Tácito, *Anais*, III, 45.

* Aqui, entenda-se por tiros de “mitraille” (“nous tirerons sur vous à mitraille”) os estilhaços de chumbo ou de diversos materiais disparados a esmo pela explosão de um canhão, e não os projéteis disparados automática e sucessivamente por um artefato de fácil recarga. No mundo francófono, o artefato, tal como hoje o concebemos, só seria fabricado em 1851, pelo belga Joseph Montigny, recebendo a designação de “mitrailleuse”. Como observa-se na nota seguinte, os editores francófonos de Maistre optaram por conservar o termo em seus comentários, razão pela qual julgamos correta a utilização do mesmo. Tudo indica que o signo antecedeu o significante.

⁶⁸⁷ Alusão à jornada do 13 vendémiaire do ano III (5 de outubro de 1795), em que Barras, auxiliado pelo jovem general Bonaparte, metralhou os realistas – que protestavam contra o decreto dos dois-terços – na escadaria da Igreja de São Roque. Cf. Jean-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 168.

⁶⁸⁸ Ou 27 de julho de 1794, data que ficou marcada pelo fim do período mais radical da Revolução Francesa e pela derrocada política (seguida de morte) de dois de seus principais líderes, Robespierre e Saint-Just (ambos foram condenados e guilhotinados no dia seguinte).

humilhação⁶⁸⁹. E quem sabe ainda o que o futuro lhes reserva? Ofereceram tamanhas provas de paciência que não há nenhum gênero de degradação que não possam temer. Grande lição, não digo ao povo francês que, mais que qualquer outro do mundo, sempre aceitará seus líderes e nunca os escolherá, mas ao pequeno número de bons franceses que as circunstâncias tornarão influentes, para não negligenciar na salvação da nação dessas flutuações aviltantes, lançando-a aos braços de seu Rei. Ele é humano, sem dúvida, mas por acaso ela espera ser governada por um anjo? Ele é um homem, porém hoje se está seguro de que ele o sabe, o que não é pouco. Se o desejo dos franceses o reconduzisse ao trono de seus pais, desposaria sua Nação, que encontraria tudo nele: bondade, justiça, amor, reconhecimento, e talentos indiscutíveis, amadurecidos na severa escola da desventura.⁶⁹⁰

Os franceses pareceram ter prestado pouca atenção às palavras de paz que lhes dirigiu. Não elogiaram sua declaração – criticam-na inclusive - e, provavelmente, esqueceram-na; mas um dia render-lhe-ão justiça: um dia, a posteridade reconhecerá esse documento como um modelo de sabedoria, franqueza e de estilo real.

O dever de todo bom francês, nesse momento, é dirigir incansavelmente a opinião pública em favor do Rei, e apresentar cada um de seus atos sob uma luz favorável. É neste ponto que os realistas devem examinar-se com a máxima severidade, e não se permitir nenhuma ilusão. Não sou francês, ignoro todas as intrigas, não conheço ninguém. Porém, suponhamos que um realista francês diga: “Estou disposto a verter meu sangue pelo rei: todavia, sem derogar a fidelidade que lhe devo, não posso deixar de censurá-lo, etc.” Responderia a esse homem o que lhe diria sua consciência, sem dúvida mais alto do que eu: *“Mentis ao mundo e mentis a vós; se fôsseis capaz de sacrificar vossa vida ao rei, sacrificar-lho-íeis também os preconceitos. Ademais, não é de vossa vida que precisa, mas de vossa prudência, de vosso zelo equilibrado, de vossa devoção passiva, e, inclusive, de vossa indulgência (para cobrir todas as possibilidades); conservai vossa vida, da qual não se necessita nesse momento, e prestai-lhe os serviços de que tem necessidade: crede que os mais heróicos são os que declamam nas gazetas? Os mais obscuros, pelo contrário,*

⁶⁸⁹ Esta passagem, que dispõe sobre os partidários do duque de Chartres, não foi riscada do manuscrito original, figurando pois nas primeiras edições da obra. Contudo, só a encontramos na edição de Jean-Louis Darcel, que nos informa que o próprio Maistre a suprimiu na edição de 1821, no que foi seguido pelas *Oeuvres Completes* da edição Vitte e por todas as demais. Cf. J.-Louis Darcel. *Joseph de Maistre: Écrits sur la Révolution. op. cit.*, p. 168.

⁶⁹⁰ **Nota de J. de Maistre:** Tratarei do interessante tema da anistia no capítulo X.

podem ser os mais eficazes e os mais sublimes. Não se trata aqui dos interesses de vosso orgulho; tranqüilizai vossa consciência e a quem vo-la deu.

Como aqueles fios que uma criança romperia ao brincar, mas que, unidos, formarão o cabo que suportará a âncora de um navio de alto bordo, uma multidão de críticas insignificantes podem criar um exército formidável. Quantos serviços não se prestariam ao rei da França combatendo-se esses preconceitos que se estabelecem não se sabe como e que duram não se sabe por quê! Homens que crêem ter razão, não censuraram ao rei sua inação? Outros, não o compararam a Henrique IV, ao observar que, para conquistar sua coroa, este príncipe bem que poderia ter encontrado armas diferentes das intrigas e das proclamações? Mas, posto que estamos exercitando o espírito, por que não condená-lo por não haver conquistado a Alemanha e a Itália como Carlos Magno, para ali viver nobremente, à espera de que os franceses se dignem escutar a razão?

Quanto ao partido mais ou menos numeroso que lança altos brados contra a monarquia e o monarca, nem tudo é ódio no sentimento que o anima, e parece que esse sentimento composto merece ser analisado.

Não há sequer um homem inteligente na França que não se despreze mais ou menos. A ignomínia nacional pesa sobre todos os corações (pois nunca povo algum foi desprezado por senhores mais desprezíveis); todos têm necessidade de consolar-se, e os bons cidadãos o fazem à sua maneira. Contudo, o homem vil e corrompido, alheio a todas as idéias elevadas, vinga-se de sua abjeção passada e presente ao contemplar, com essa volúpia inefável que só a baixeza conhece, o espetáculo da grandeza humilhada. Para elevar-se a seus próprios olhos, direciona-os ao Rei da França, e se contenta com sua estatura ao paragoná-la com esse colosso derrocado. Insensivelmente, por um esforço de sua imaginação desenfreada, chega a observar essa grande queda como obra sua; reveste-se com todo o poder da República; apostrofa o rei; chama-o orgulhosamente de *um pretense Luís XVIII*; e lançando sobre a monarquia seus panfletos furibundos, se chega a inspirar medo em alguns *chouans*⁶⁹¹, eleva-se como um dos heróis de La Fontaine: *Sou, pois, um raio da guerra.*

⁶⁹¹ Nome dado aos participantes da *chouannerie* (camponeses, realistas, padres, foragidos de toda sorte), movimento de guerrilha desencadeado no interior da Bretanha e outras áreas do Oeste da França (como a Vendéia) contra as medidas do governo revolucionário, mormente a Constituição Civil do Clero e o Decreto da Convenção Nacional de 24 de fevereiro de 1793, que dispunha sobre o alistamento. Deve-se o nome a um de seus líderes, Jean Cottureau, conhecido como Jean Chouan (1757-1794), ex-contrabandista de sal que, a partir de 1793, integrou guerrilhas contra-revolucionárias pelo interior da Bretanha.

É preciso ter em conta o medo, que grita contra o rei, por temor de que seu retorno represente mais tiros de fuzil.

Povo francês: não te deixes seduzir pelos sofismas do interesse particular, da vaidade ou da covardia. Não escutes os razoadores: razoa-se demasiado na França, e *o razoamento expulsa a razão*. Entrega-te sem receio e sem reserva ao instinto infalível de tua consciência. Queres elevar-te a teus próprios olhos? Queres adquirir o direito de auto-estima? Queres fazer um ato de soberano? ... Chama teu soberano.

Perfeitamente estranho à França⁶⁹², a que nunca vi, e nada podendo esperar de seu rei, que não conhecerei jamais, se cometo erros, os franceses podem, ao menos, lê-los sem cólera, pois são inteiramente desinteressados.

Porém, que somos nós, débeis e cegos humanos, e o que é essa luz trêmula que chamamos *Razão*? Quando tivermos reunido todas as probabilidades, interrogado a história, discutido todas as dúvidas e todos os interesses, ainda podemos abraçar uma névoa enganosa no lugar da verdade. Que decreto pronunciou esse grande Ser ante o qual nada de grande existe; que decretos pronunciou sobre o rei, sobre sua dinastia, sobre sua família, sobre a França e sobre a Europa? Onde e quando terminarão as perturbações, e por quantas desgraças ainda devemos comprar a tranquilidade? É para construir que ele solapou, ou, antes, seus rigores são irreversíveis? Ah, uma nuvem sombria oculta o porvir, e nenhum olho pode trespassar essas trevas. Todavia, tudo anuncia que a ordem das coisas estabelecidas na França não pode durar e que a invencível natureza deve restabelecer a monarquia. Que nossos desígnios se cumpram ou que a inexorável Providência tenha se decidido de outro modo, é curioso e inclusive útil investigar, sem nunca perder de vista a história e a natureza do homem, como ocorrem essas grandes mudanças, e que papel poderá representar a multidão em um acontecimento no qual apenas a data parece incerta.

⁶⁹² Na verdade, Maistre conhecera importantes cidades do sudeste francês como Grenoble e Lyon, mas só conseguiu visitar Paris uma única vez, em julho 1817, quando teve uma audiência com o rei (nada agradável, por sinal).

Capítulo IX

*Como se fará a contra-revolução, se acontecer?*⁶⁹³

Ao conjecturar sobre a contra-revolução, incorre-se demasiado amiúde no erro de razonar como se essa contra-revolução tivesse que ser o resultado de uma deliberação popular e não pudesse ser de outra maneira. *O povo teme, diz-se; o povo quer, o povo jamais consentirá; não convém ao povo, etc.* Lamentável! O povo não conta para nada nas revoluções, ou, ao menos, conta só como instrumento passivo. Quatro ou cinco pessoas, quem sabe, darão um rei à França. Algumas cartas de Paris anunciarão às províncias que a França tem um rei, e as províncias bradarão: *Viva o rei!* Na mesma Paris, todos os habitantes, à exceção de uma vintena, inteirar-se-ão, ao despertar, de que têm um rei. *É possível, exclamarão, tal mudança singular dos eventos? Quem sabe por qual porta entrará? Seria prudente, talvez, alugar janelas de antemão, sob pena de não se sufocar.* Se a monarquia for restaurada, não será o povo a decretá-la, assim como o mesmo não decretou o estabelecimento ou a destruição do governo revolucionário.

Suplico aos meus leitores que considerem atentamente essas reflexões, em especial aos que julgam a contra-revolução impossível, sob a alegação de que há muitos franceses ligados à República, e que uma tal mudança faria sofrer muita gente. *Scilicet is superis labor est!*⁶⁹⁴ Pode-se certamente indagar se a maioria apóia ou não a República: apoiando ou não, isso não tem a menor importância: o entusiasmo e o fanatismo não são estados duradouros. Esse grau de eretismo esgota rapidamente a natureza humana, de modo que, ainda supondo que um povo, sobretudo o francês, possa querer algo por muito tempo, certo

⁶⁹³ Este capítulo, mais do que qualquer outro, explica a voga das *Considerações* a partir de 1814. Os contemporâneos atribuíram ao autor um dom profético por ter oferecido, com dezoito anos de antecedência, detalhes tão exatos sobre o retorno do rei e a Restauração. Cf. J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 172. Sobre o caráter “profético” das *Considerações* (o qual se deve muito a este capítulo), Sainte-Beuve escreveu: “A impressão que o livro causou, no momento em que apareceu, foi viva, mas sua grande explosão só ocorreu vinte anos mais tarde, quando os acontecimentos tinham-lhe confirmado os pontos mais memoráveis.” In: *Causeries du Lundi*, Tomo IV, p. 196. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/CadresFenetre?O=NUMM-37439&M=tdm>.

⁶⁹⁴ Virgílio, *Eneida*, IV, 379. “Portanto, eis o trabalho dos deuses.”

é que não poderá querê-lo com paixão. Pelo contrário, remido do acesso de febre, o abatimento, a apatia, a indiferença sucedem sempre aos grandes esforços do entusiasmo. Assim encontra-se a França, que nada mais deseja com paixão, salvo o repouso. Ainda quando se supusesse, pois, que a República detém a maioria da França (e isso é indubitavelmente falso), que importa? Quando o rei se apresentar, certamente não se contarão os votos e ninguém se moverá; em primeiro lugar, porque até quem prefere a República à Monarquia, prefere, não obstante, o repouso à república; e ademais, porque as vontades contrárias à realeza não poderão se reunir.

Na política, como na mecânica, as teorias enganam, se não se levarem em conta as diferentes qualidades dos materiais que formam *as máquinas*. À primeira vista, por exemplo, parece verdadeira a seguinte proposição: *O consentimento prévio dos franceses é necessário ao restabelecimento da monarquia*. Contudo, nada é mais falso. Abandonemos as teorias e voltemos aos fatos.

Um correio que chega a Bordeaux, a Nantes, a Lyon, etc., traz a notícia de que o rei *foi reconhecido em Paris; que uma facção qualquer (dê-se-lhe nome ou não) apoderou-se da autoridade e declarou que não a possui senão em nome do rei: que se despachou um correio ao soberano, que é ansiosamente aguardado e homenageado com insígnias brancas espalhadas por toda parte*. A fama apodera-se dessas notícias, enriquecendo-as de mil circunstâncias imponentes. O que se fará? Para melhorar as chances da República, concedo-lhe a maioria e até mesmo um corpo de tropas republicanas. Num primeiro momento, talvez, essas tropas assumirão uma atitude rebelde, porém, como desejarão jantar neste mesmo dia, começarão a se afastar do poder que não remunera. Cada oficial, que não goza de nenhuma consideração - e que o sente muito bem, diga-se o que quiser -, vê com toda clareza que o primeiro a gritar viva o Rei, terá um grande destino: o amor-próprio desenha-lhe, com um lápis sedutor, a imagem de um general dos exércitos de *Sua Majestade Cristianíssima*, resplandecente de signos honoríficos e observando, do alto de sua grandeza, aqueles homens que antanho davam-lhe ordens do palanque da prefeitura. Essas idéias são tão simples, tão naturais, que não podem escapar a ninguém: sente-as cada oficial, donde se conclui que todos são suspeitos uns aos outros. O temor e a desconfiança produzem a deliberação e a frieza. O soldado, não mais galvanizado por seu oficial, sente-se ainda mais desanimado: o vínculo da disciplina recebe esse golpe inexplicável e mágico que o afrouxa

subitamente. Um deles dirige seu olhar para o pagador real que se aproxima; outro aproveita o instante para reunir-se com sua família. Já não se sabe nem mandar nem obedecer; não há mais conjunto.

Entre os cidadãos, é uma outra história: alguns vão, outros vêm, todos tropeçam e interrogam-se: cada um teme aquele de quem poderia necessitar no futuro; a dúvida consome as horas e os minutos são decisivos: a audácia esbarra na prudência por toda parte. O velhote carece de determinação e o jovem, de conselho. De um lado há terríveis perigos, de outro, uma anistia certa e prováveis benefícios. Por sua vez, onde estão os meios para resistir? Onde estão os líderes? Em quem confiar? Não há perigo no repouso e o menor movimento pode representar uma falta irremissível: é preciso, pois, esperar. Espera-se, mas no dia seguinte recebe-se a notícia de que uma tal cidade fortificada abriu suas portas; razão a mais para não se precipitar. Sabe-se em seguida que a informação era falsa; porém, duas outras cidades, que a creram verdadeira, ofereceram o exemplo quando pensavam que o recebiam: terminam por submeter-se, e induzem a primeira, que nem sequer pensava em fazê-lo. O governador dessa praça apresenta ao rei as chaves de *sua leal cidade de...* É o primeiro oficial que teve o privilégio de recebê-lo em uma cidadela de seu reino. Na mesma porta, o rei nomeou-lhe marechal da França; uma patente imortal cobriu seu escudo de *inúmeras flores-de-lis*; seu nome será para sempre o mais belo da França. A cada minuto, o movimento realista se fortalece; em breve, torna-se irresistível. *Viva o Rei*, exclamam o amor e a fidelidade, no píncaro da glória; *Viva o Rei*, responde o republicano hipócrita, no cume do terror. Que importa? O grito é unânime. – E o rei está sagrado.

Cidadãos! Assim são feitas as contra-revoluções. Deus, reservando para si a formação das soberanias, no-lo demonstra ao não confiar jamais à multidão a escolha de seus líderes. Não a utiliza, nesses grandes movimentos que decidem a sorte dos impérios, senão como um instrumento passivo. Nunca obtém o que quer: sempre aceita, nunca escolhe. Divisa-se inclusive uma certa *afetação* da Providência (que se me permita essa expressão), quando os esforços dos povos visando a um fim, sejam apenas os meios que ela emprega para apartá-los do mesmo. Assim, o povo romano atribuiu-se senhores acreditando combater a aristocracia, seguindo César. Esta é a imagem de todas as insurreições populares. Na Revolução Francesa, o povo tem sido constantemente acorrentado, ultrajado, arruinado, mutilado por todas as facções; e as facções, por sua vez, joguetes umas das outras, têm ido

constantemente à deriva, apesar de seus esforços, para finalmente espatifar-se no escolho que as esperava.

Se se quiser conhecer o resultado provável da Revolução Francesa, basta examinar em quê estiveram de acordo todas as facções: todas quiseram o envilecimento e, inclusive, a destruição do Cristianismo universal e da monarquia; *donde se segue* que todos seus esforços resultarão na exaltação do Cristianismo e da Monarquia.

Todos os homens que escreveram ou meditaram sobre a história, admiraram essa força secreta que zomba dos conselhos humanos. Era de nossa opinião aquele grande capitão da antiguidade, que a honrava como um poder inteligente e livre, e nada empreendia sem recomendar-se a ela.⁶⁹⁵

Porém, é sobretudo no estabelecimento e na derrocada da soberania que a ação da Providência resplandece da maneira mais solapadora. Não só a massa do povo não participa desse grande movimento senão como a madeira e o cordame utilizados por um maquinista, como seus próprios líderes não são tais senão para os olhos distraídos: na verdade, são dominados como eles dominam o povo. Esses homens que, tomados em conjunto, parecem os tiranos da multidão, são, por sua vez, tiranizados por dois ou três homens, que o são por apenas um. E se esse único indivíduo pudesse e quisesse confessar o seu segredo, ver-se-ia que o mesmo não sabe como se apoderou do poder; que sua influência constitui um mistério tão grande para si quanto para outrem, e que circunstâncias que não podia prever nem preparar, fizeram tudo para ele e sem ele.

Quem teria dito ao orgulhoso Henrique VI⁶⁹⁶ que uma servente de cabaré⁶⁹⁷ arrancar-lhe-ia o cetro da França? As explicações néscias que se formularam a respeito desse grande acontecimento não o despojam de seu caráter maravilhoso; e, ainda que tenha sido desonrado duas vezes, primeiro pela ausência⁶⁹⁸, e depois pela prostituição do talento⁶⁹⁹,

⁶⁹⁵ **Nota de J. de Maistre:** Cornelius Nepos. Vita Timoleona, cap. IV.

Nihil rerum humanarum sine Deorum numine geri putabat Timoleon; itaque suae domi sacellum Automatas constituerat, idque sanctissime colebat [“Timoleão estava convencido de que, sobre a terra, nada se executava sem a ordem dos deuses; assim, ordenara a construção de um oratório dedicado à deusa Fortuna em sua casa.” Seguimos a tradução francesa de J.-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 175].

⁶⁹⁶ Rei da Inglaterra (1422-1461), proclamado rei da França e da Inglaterra com a morte de Carlos VI.

⁶⁹⁷ Joana d’Arc, que os ingleses alcunharam de servente pelo fato de seu tio ser um taberneiro em Vaucouleurs.

⁶⁹⁸ *La Pucelle* de Chapelain (1656).

⁶⁹⁹ *La Pucelle* de Voltaire (1762).

todavia permanece sendo o único objeto da história da França verdadeiramente digno da épica musa.

Pode-se crer que *se tenha encurtado o braço* que outrora se serviu de tão débil instrumento, e que o supremo ordenador dos impérios pedirá o parecer dos franceses para dar-lhes um rei? Não: escolherá, como sempre fez, *o que há de mais débil para confundir o que há de mais forte*. Não necessita de legiões estrangeiras, tampouco da *coalizão*; e como tem mantido a integridade da França, não obstante os conselhos e a força de tantos príncipes - *que são a seus olhos como se não existissem* -, chegado o momento, restabelecerá a monarquia francesa, apesar de seus inimigos. Varrerá esses insetos ruidosos *pulveris exigui jactu*⁷⁰⁰: o rei virá, verá e vencerá.

Assombrar-se-á, então, quem se der conta da profunda nulidade desses homens que pareciam tão poderosos. Hoje, cabe aos prudentes antecipar esse julgamento e estar seguros, antes que a experiência o tenha demonstrado, de que os dominadores da França possuem somente um poder efêmero e factício, cujo próprio excesso prova seu vazio; *que não foram plantados nem semeados; que seu tronco não deitou raízes na terra, e que um sopro os arrastará como a palha*⁷⁰¹.

É bastante em vão que muitos escritores⁷⁰² insistem nos inconvenientes do restabelecimento da monarquia; que alarmam aos franceses com as consequências de uma contra-revolução; e quando concluem que os franceses, por temor a esses inconvenientes, jamais permitirão o restabelecimento da monarquia, concluem muito mal, pois os franceses não deliberarão, e, quem sabe, é das mãos de uma donzela que receberão um rei.

Nenhuma nação pode-se atribuir um governo: só quando tal ou qual direito existe em sua Constituição⁷⁰³, e este direito é ignorado ou oprimido, alguns homens, auxiliados por certas circunstâncias, podem afastar os obstáculos e fazer reconhecer os direitos do povo: o poder humano não se estende além.

Ademais, ainda que a Providência não se inquiete em absoluto com o que deve custar aos franceses o ter um rei, não é menos importante observar que existe erro ou má-fé nestes

⁷⁰⁰ Virgílio. *Geórgicas*, IV, 87 [“lançando um pouco de poeira”].

⁷⁰¹ **Nota de J. de Maistre:** Isaías, XL, 24.

⁷⁰² Benjamin Constant e Mme de Stäel, sobretudo.

⁷⁰³ **Nota de J. de Maistre:** Refiro-me à sua Constituição “natural”, pois sua Constituição “escrita” é apenas papel.

escritores que amedrontam os franceses com os males que trará o restabelecimento da monarquia.

Capítulo X

Dos supostos perigos de uma contra-revolução

I. Considerações Gerais

Um sofisma muito corrente nesta época é o de insistir sobre os perigos de uma contra-revolução, para demonstrar que não é necessário voltar à monarquia. Um grande número de obras destinadas a persuadir os franceses a se manterem na República, não é senão o desenvolvimento desta idéia. Os autores dessas obras insistem sobre os males inseparáveis das revoluções: depois, ao observar que a Monarquia não pode se restabelecer na França sem uma nova revolução, concluem que é preciso manter a República.

Esse prodigioso sofisma, quer se origine do medo⁷⁰⁴, quer do desejo de enganar, merece ser cuidadosamente discutido.

As palavras engendram quase todos os erros. Costuma-se empregar o nome de *contra-revolução* a qualquer movimento que deva matar a Revolução; e, sendo esse movimento contrário ao outro, conclui-se que será do mesmo gênero: conviria concluir o contrário.

Persuadir-se-ia alguém, por acaso, de que o retorno da enfermidade à saúde é tão penoso quanto a passagem da saúde à enfermidade, ou que a Monarquia, arruinada por monstros, por seus semelhantes deva ser restabelecida? Não. Os mesmos que empregam esse sofisma fazem-lhes justiça, no fundo de seus corações! Sabem o bastante que os amigos da religião e da monarquia são incapazes de nenhum desses excessos que desonraram seus

⁷⁰⁴ Alusão aos receios dos compradores dos bens nacionais, como o próprio Benjamin Constant, de cujas especulações imobiliárias Maistre sabia por seus amigos de Lausanne. Com efeito, Constant comprara por um preço irrisório uma propriedade em Seine-et-Oise, uma das razões pelas quais temia as consequências de uma restauração.

inimigos; sabem bem que, na pior das hipóteses e levando-se em conta todas as fragilidades humanas, o partido oprimido encerra mil mezes mais virtudes que o dos opressores! Sabem bem que o primeiro não sabe nem se defender nem se vingar: dirigiram-se-lhe amiúde palavras públicas de escárnio a esse respeito.

Para fazer a Revolução Francesa, foi preciso abater a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e perpetrar todos os crimes: para esta obra diabólica foi preciso empregar um tal número de homens viciosos, que nunca talvez tantos vícios tenham agido em concerto para operar um mal. Ao contrário, para restabelecer a ordem, o rei convocará todas as virtudes: sem dúvida, será este seu desejo; contudo, pela própria natureza das coisas, será forçado a isso. Seu interesse mais premente será o de aliar a justiça à misericórdia; os homens mais estimáveis virão por si mesmos a ocupar os lugares em que possam ser úteis; e a religião, emprestando seu cetro à política, dar-lhe-á forças que só desta augusta irmã pode receber.

Não duvido de que uma multidão de homens peça que se lhes mostre o fundamento dessas magníficas esperanças; porém, crê-se, então, que o mundo político marche ao acaso, e que não esteja organizado, dirigido, animado por essa mesma sabedoria que brilha no mundo físico? As mãos culpadas que arruinam um Estado produzem, necessariamente, dolorosas dilacerações: pois nenhum agente livre pode contrariar os planos do Criador sem atrair, na esfera de sua atividade, males proporcionais à magnitude de seu atentado, devendo-se esta lei menos à justiça que à bondade do grande Ser.

Porém, quando o homem trabalha para restaurar a ordem, associa-se ao seu autor; e vê-se favorecido pela *natureza*, isto é, pelo conjunto das causas secundárias, que são os ministros da Divindade. Sua ação tem algo de divino sendo, ao mesmo tempo, suave e imperiosa. Nada força, e nada lhe resiste. Saneia as coisas ao ordená-las: à medida que opera, vê-se cessar essa inquietude, essa agitação penosa, que é o efeito e o sintoma da desordem; como, sob as mãos de um cirurgião hábil, o membro deslocado é advertido de que voltou a se encaixar pelo cessamento da dor.

Franceses, é em meio aos cantos infernais, das blasfêmias do ateísmo, dos gritos de morte e dos prolongados gemidos da inocência degolada; é ao resplendor das chamas, sobre as ruínas do trono e dos altares – regadas com o sangue do melhor dos reis e de outras inumeráveis vítimas -; é no desprezo dos bons costumes e da fé pública, em meio a todos os

crimes, que vossos sedutores e vossos tiranos fundaram aquilo que chamam de *vossa liberdade*.

É em nome de DEUS GRANDÍSSIMO E MISERICORDIOSO, na comitiva dos homens que ele ama e inspira, e sob a influência de seu poder criador, que voltareis à vossa antiga constituição, e que um rei dar-vos-á a única coisa que deveríeis prudentemente desejar, *a liberdade pelo Monarca*.

Por qual deplorável cegueira obstinai-vos em lutar miseravelmente contra esse poder, que anula todos vossos esforços para vos advertir de sua presença? Sois impotentes apenas porque ousastes separar-vos dele, e inclusive contrariá-lo: do momento em que obreis em concerto com ele, participareis de algum modo em sua natureza; todos os obstáculos aplanar-se-ão ante vós, e rireis dos medos pueris que vos perturbam hoje. Como todas as peças da máquina política têm uma tendência natural para o lugar que lhes é designado, essa tendência, que é divina, favorecerá todos os esforços do Rei; e como a ordem é o elemento natural do homem, nela encontrareis a felicidade que em vão buscais na desordem. A Revolução fez-vos sofrer porque foi obra de todos os vícios, e os vícios são, com toda justiça, os verdugos do homem. Pela razão contrária, o retorno à monarquia, longe de produzir os males que temeis no porvir, cessará os que vos consomem hoje. Todos vossos esforços serão positivos: destruireis somente a destruição.

Desenganai-vos de uma vez por todas dessas desoladoras doutrinas que desonraram nosso século e desgraçaram a França. Já aprendestes a conhecer os predicadores destes dogmas funestos, mas a impressão que exerceram sobre vós não está apagada. Em vossos planos de criação e de restauração, esqueceis ninguém menos que Deus; separaram-vos dele: é só mediante um esforço de raciocínio que elevais vossas reflexões até a fonte inesgotável de toda existência. Quereis enxergar apenas o homem - sua ação tão débil, tão dependente, tão circunscrita; sua vontade tão corrompida, tão vacilante – e a existência de uma causa superior é somente uma teoria para vós. Não obstante, ela vos pressiona, vos rodeia: podeis senti-la, e todo o universo vo-la anuncia. Quando vos é dito que sem ela não sereis fortes senão para destruir, não se está a recitar-vos uma vã teoria, mas uma verdade prática fundada na experiência de todos os séculos e no conhecimento da natureza humana. Observai a história: não encontrareis uma única criação política; que digo! Não vereis nenhuma instituição, por menor que seja sua força e duração, que não repouse sobre uma

idéia divina, independente de sua natureza: pois não há sistema religioso que seja inteiramente falso. Não faleis mais das dificuldades e das desditas que vos alarmam como consequências do que chamais *contra-revolução*. Todas as desventuras que tendes experimentado procedem de vós mesmos. Por que não séreis feridos pelas ruínas do edifício que derrubastes sobre vós mesmos? Reconstruir é algo bem distinto: retornai apenas à via que pode conduzir-vos a isso. Não é pelo caminho do nada que chegareis à criação.

Quão culpáveis são esses escritores embusteiros ou pusilânimes que se permitem assustar o povo com esse vão espantinho que se chama *contra-revolução*; que, convindo que a Revolução foi um flagelo espantoso, sustentam, não obstante, que é impossível retroceder.⁷⁰⁵ Não se diria que os males da Revolução estão terminados e que os franceses chegaram ao porto? O reinado de Robespierre esmagou de tal maneira esse povo, golpeou de tal modo sua imaginação, que considera como suportável e quase feliz todo estado de coisas em que não se degole ininterruptamente. Durante o fervor do terrorismo, os estrangeiros observavam que todas as cartas da França que narravam as medonhas cenas dessa cruel época, encerravam-se com os seguintes dizeres: *Agora se está tranquilo*, isto é, *os carnífcies descansam; readquirem forças; entretanto, tudo vai bem*. Esse sentimento sobreviveu ao regime infernal que o produziu. O francês, petrificado pelo Terror e desalentado pelos erros da política estrangeira, encerrou-se em um egoísmo que não lhe permite ver fora de si mesmo e do lugar ou do momento em que se encontra: Assassina-se em cem pontos da França; não importa, pois não foi ele que se saqueou ou massacrou; se foi na mesma rua, ao lado de sua casa, que se cometeram estes atentados, tampouco importa. O pior já passou; *agora tudo está tranquilo*: reforçará seus ferrolhos e não pensará mais nisso: numa palavra, todo francês considera-se suficientemente feliz no dia em que não o matam.

Todavia, as leis carecem de vigor e o governo reconhece a própria impotência em fazê-las cumprir. Por toda parte, multiplicam-se os crimes mais infames: o demônio revolucionário ergue orgulhosamente a cabeça; a Constituição não passa de uma teia de aranha, e o poder permite-se horríveis atentados. O matrimônio não é senão uma

⁷⁰⁵ Assim B. Constant encerrava seu panfleto: “Trata-se de encontrar esse repouso na República ou de recomeçar, em sentido inverso, a rota terrível que a França percorreu, e de retornar à tirania, subindo o rio de sangue que se viu correr em nome da liberdade.” In: *Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo*. Tradução de Josemar Machado de Oliveira. *Revista de História* 145 (2001), p.230.

prostituição legal⁷⁰⁶; já não há autoridade paterna, nem temor para o crime, nem asilo para a indigência. O horrendo suicídio denuncia ao governo o desespero dos infelizes que o acusam. O povo desmoraliza-se do modo mais aterrador e a abolição do culto, unida à absoluta ausência de educação pública, prepara para a França uma geração da qual apenas a idéia provoca calafrios.

Otimistas covardes! Esta é a ordem de coisas que temeis ver alterada! Sai de uma vez de vossa desditosa letargia! Em vez de mostrar ao povo os males imaginários que resultarão de uma mudança, empregai vossos talentos em fazê-lo desejar a comoção suave e curadora que devolverá o rei ao seu trono, e a ordem à França.

Mostrai-nos, homens timoratos, mostrai-nos esses males tão terríveis de que sois ameaçados para desgostar-vos da Monarquia; não vedes que vossas instituições republicanas não possuem raízes, que estão apenas *postas* sobre vosso solo, enquanto as precedentes estavam *plantadas* nele? Foi necessário um machado para derrubar estas últimas; as outras cairão com um sopro e não deixarão rastro. Não é absolutamente o mesmo, sem dúvida, tolher de um presidente do Parlamento sua dignidade hereditária, que era uma propriedade, ou rebaixar um juiz temporário e sem dignidades de sua cadeira⁷⁰⁷. A Revolução provocou muito sofrimento porque causou muita destruição, porque violou brusca e duramente todas as propriedades, todos os preconceitos e todos os costumes; porque, sendo toda tirania plebéia irascível, insultante e impiedosa por natureza, aquela que a Revolução Francesa operou tinha que levar esses caracteres ao extremo, nunca tendo o universo testemunhado tirania mais baixa e absoluta.

A opinião é a fibra mais sensível do homem: arrancam-se-lhe pungentes brados quando se lhe fere neste ponto. Isso é o que tornou a Revolução tão dolorosa, pois a mesma pisoteou todas as grandezas da opinião. Agora, ainda que o restabelecimento da monarquia causasse a um número igual de homens as mesmas privações reais, haveria sempre uma diferença imensa, já que não destruiria nenhuma dignidade; pois não há dignidade na França, pela razão de que não há soberania.

⁷⁰⁶ Alusão à lei de 20 de setembro de 1792, que instituía o divórcio mediante consentimento mútuo ou pela vontade de um dos solicitantes.

⁷⁰⁷ A noite de 4 de agosto de 1789 aboliu um dos maiores traços do Antigo Regime, a saber, os cargos venais, e tornou as funções judiciárias eletivas.

Porém, mesmo considerando apenas as privações físicas, a diferença não seria menos surpreendente. O poder usurpador imolava os inocentes; o rei perdoará os culpados. Um abolia as propriedades legítimas; o outro refletirá sobre as propriedades ilegítimas. Um assumiu como divisa: *Diruit, aedificat, mutat quadrata rotundis*⁷⁰⁸. Após sete anos de esforços, não foi capaz de organizar uma escola primária ou uma festa campestre; não há, mesmo entre seus partidários, quem não zombe de suas leis, empregos, instituições, festas, e até de seus trajes. O outro, construindo sobre uma base verdadeira, não tateará, e agirá apenas para restaurar: ademais, toda ação regular não aflige senão o mal.

Também constitui um grande erro imaginar que o povo tenha algo a perder com o restabelecimento da Monarquia, porque o mesmo só em teoria ganhou com a comoção geral. Ele *tem direito a todos os postos*, diz-se. Que importa? Trata-se de saber o que estes valem. Estes postos, de que tanto se fala e que se oferecem ao povo como uma grande conquista, nada são, de fato, ante o tribunal da opinião. Mesmo a carreira militar, glorificada na França mais do que qualquer outra, perdeu sua auréola: perdeu a grandeza aos olhos da opinião e a paz irá reduzi-la ainda mais. Ameaça-se com o restabelecimento da monarquia os militares, que convém a eles mais do que a ninguém. Nada é mais evidente do que a necessidade em que se encontrará o rei de mantê-los em seus postos, competindo aos mesmos, cedo ou tarde, alterar essa necessidade política em necessidade de afeto, de dever e de reconhecimento. Por uma combinação extraordinária de circunstâncias, neles não há nada que possa melindrar a opinião mais realista. Ninguém tem o direito de desprezá-los, visto que só combatem pela França. Não há entre eles e o rei nenhuma barreira de preconceitos capaz de estorvar seus deveres: o rei é francês acima de tudo. Que se recordem de Jaime II durante o combate de la *Hogue*⁷⁰⁹, aplaudindo, da beira do mar, o valor daqueles ingleses que acabavam de destroná-lo: poderiam duvidar de que o rei não estivesse orgulhoso de seu valor e não os visse em seu coração como os defensores da integridade do reino? Não aplaudiu publicamente este valor, lamentando (era preciso fazê-lo) *que não se desdobrasse para uma melhor causa*? Não felicitou os valentes do exército de Condé *por haver vencido ódios que o mais profundo artifício se esforçava por manter há tempos*?⁷¹⁰

⁷⁰⁸ “Ela demole, constrói, arredonda o que era quadrado”. Horácio. *Epístolas*, I, 1, v. 100.

⁷⁰⁹ Local da batalha naval em que a frota anglo-holandesa derrotou a frota francesa, em 1692.

⁷¹⁰ **Nota de J. de Maistre:** Carta do Rei ao Príncipe de Condé de 3 de janeiro de 1797, publicada em todos os periódicos.

Os militares franceses, depois de suas vitórias, só necessitam de uma coisa: que a soberania legítima venha legitimar seu caráter. Atualmente, teme-se-lhes e se lhes deprecia. A mais profunda despreocupação é o prêmio por seus trabalhos, e seus concidadãos são os homens do universo mais indiferentes aos triunfos do exército: chegam às vezes, inclusive, a detestar essas vitórias que alimentam o humor guerreiro de seus senhores. O restabelecimento da Monarquia dará subitamente aos militares uma posição elevada junto à opinião. Os talentos recolherão pelo caminho uma dignidade efetiva, um lustre sempre crescente, que será a propriedade dos guerreiros e que estes transmitirão a seus filhos. Essa glória pura, este esplendor tranquilo, substituirão com vantagem as menções honoríficas e o ostracismo do esquecimento que sucederam ao cadafalso⁷¹¹.

Se se considera a questão sob um ponto de vista mais geral, ver-se-á que a Monarquia é, inequivocamente, o governo que mais distribui distinções a um maior número de pessoas. A soberania, nessa espécie de governo, possui suficiente brilho para comunicá-lo em parte, com as gradações necessárias, a uma multidão de agentes aos quais distingue mais ou menos. Na República, a soberania não é palpável como na monarquia; é um ente puramente moral, e sua grandeza é incomunicável: assim, os empregos da República nada são fora da cidade em que reside o governo e, ainda por cima, só valem quando ocupados por membros do governo. É o homem, portanto, que honra o emprego, e não o emprego que honra o homem: este não brilha como *agente*, mas como *parte* do soberano.

Pode-se observar nas províncias que obedecem às repúblicas que os empregos (exceto os que estão reservados aos membros do soberano) elevam pouquíssimo os homens aos olhos de seus semelhantes, não significando quase nada junto à opinião; pois a república, por sua natureza, é o governo que concede mais direitos ao menor número de homens a que se chama de *o soberano*, e retira mais de todos os outros, que se chamam *os súditos*.

Quanto mais próxima da democracia pura estiver uma república, tanto mais surpreendente será a observação.

Recorde-se essa multidão inumerável de empregos (fazendo inclusive abstração de todos os empregos abusivos) que o antigo governo da França oferecia à ambição universal. O clero secular e regular, a espada, a toga, as finanças, a administração, etc.: quantas portas abertas a todos os talentos e a todos os gêneros de ambição! Que incalculáveis gradações de

⁷¹¹ Alusão às execuções de generais e de oficiais em 1793.

distinções pessoais! Desse número infinito de postos, nenhum fora posto acima das pretensões do cidadão comum pela lei⁷¹²: havia, inclusive, uma quantidade enorme que, sendo propriedades preciosas que faziam realmente do proprietário um *notável*, eram patrimônio exclusivo do Terceiro Estado.

Que os primeiros postos fossem de mais difícil acesso ao simples cidadão, era algo bastante razoável. Há demasiado movimento no Estado, e insuficiente subordinação, quando *todos* podem aspirar a *tudo*. A ordem exige que, em geral, os cargos estejam graduados conforme o estado dos cidadãos, e que os talentos, e, algumas vezes, inclusive a simples proteção, abaixem as barreiras que separam as diferentes classes. Desta maneira, há emulação sem humilhação e movimento sem destruição; a distinção unida a um cargo deriva, como diz o ditado, da maior ou menor dificuldade de alcançá-lo.

Se se objeta que essas distinções são nocivas, muda-se o estado da questão; digo, porém: se vossos empregos não elevam os que os possuem, não vos gabeis de dá-los a todo mundo; pois nada dareis. Se, ao contrário, os empregos são e devem constituir distinções, repito que nenhum homem de boa-fé poderá negar-me que a monarquia é o governo que, só pelos cargos e independente da nobreza, *distingue* um maior número de homens do resto de seus concidadãos.

Não se pode deixar enganar, por seu turno, por aquela igualdade ideal que só existe em palavras. O soldado que tem o privilégio de falar ao seu oficial em um tom grosseiramente familiar, nem por isso é seu igual. A aristocracia dos cargos que, à primeira vista, não se podia perceber em meio à desordem geral, começa a se formar. A nobreza, inclusive, recobra sua indestrutível influência. As tropas de terra e de mar já se encontram, em parte, sob o comando dos fidalgos ou dos alunos que o Antigo Regime havia enobrecido ao agregá-los a uma profissão nobre. A República obteve por meio deles seus maiores êxitos. Se a delicadeza⁷¹³, talvez desditosa, da nobreza francesa não a tivesse afastado da França, mandaria já por toda parte, de modo que é bastante comum ouvir-se: *que se a nobreza quisesse, ter-se-lhe-iam dado todos os cargos*. Certamente, no momento em que escrevo (4

⁷¹² **Nota de J. de Maistre:** A famosa lei que excluía o Terceiro Estado do serviço militar não podia ser cumprida; era simplesmente uma galhofa ministerial, de quem a paixão falou como se de uma lei fundamental tratasse.

⁷¹³ Maistre fazia questão de se diferenciar dos seus congêneres emigrados franceses. Isso em razão de não ser um émigré voluntário, mas forçado. Era-lhe claro que a nobreza francesa tivera grande responsabilidade pelo recrudescimento da Revolução que, a priori – e sempre respeitando as representações dos próprios atores –, nem sequer pleiteava a República.

de janeiro de 1797), bem que a República gostaria de ver seus navios tripulados pelos nobres que fez massacrar em Quiberon⁷¹⁴.

O povo, ou a massa dos cidadãos, não tem, portanto, nada a perder; pelo contrário, tem tudo a ganhar com o restabelecimento da Monarquia, que reintegrará uma multidão de distinções reais, lucrativas e até mesmo hereditárias, no lugar dos empregos passageiros e indignos que oferece a República.

Não insisti sobre os emolumentos correspondentes aos cargos, pois é notório que a República não paga ou paga mal. Não produziu senão fortunas escandalosas: só o vício enriquece-se a seu serviço.

Terminarei esse artigo com observações que provam claramente (assim me parece) que o perigo que se divisa na contra-revolução, encontra-se precisamente no atraso desta grande mudança.

A família dos Bourbons não pode ser tocada pelos chefes da República: existe; seus direitos são visíveis e seu silêncio talvez fale mais alto que todos os manifestos possíveis.

É uma verdade ululante que a República francesa, mesmo quando parece ter suavizado suas máximas, não pode ter verdadeiros aliados. Por sua natureza, é inimiga de todos os governos: tende a destruir todos, na medida em que todos pretendem destruí-la. A política pode, sem dúvida, dar aliados à República⁷¹⁵, porém essas alianças são contrárias à natureza ou, se preferir, a *França* tem aliados, mas a *República francesa* não os tem.

Amigos e inimigos por-se-ão sempre de acordo para dar um rei à França. Cita-se amiúde o sucesso da Revolução Inglesa no último século, porém, que diferença! A Monarquia não foi derrubada na Inglaterra. Somente o monarca havia desaparecido para dar lugar a outro. O mesmo sangue dos Stuarts estava sobre o trono, do qual o novo rei derivava seus direitos. Este rei era por si mesmo um príncipe forte, com toda a potência de sua Casa e

⁷¹⁴ A desastrosa expedição de Quiberon terminou com 6.000 prisioneiros, dentre os quais 1.000 emigrados franceses. Estes acabaram fuzilados a mando do general Hoche. Dentre eles, muitos integravam a marinha francesa pré-revolucionária. Ver: R. Lebrun. *op. cit.*, p.90.

⁷¹⁵ **Nota de J. de Maistre:** *Scimus, et hanc veniam petimusque damusque vicissim; Sed non ut placidis coeant immitia, non ut Serpentes avibus gementur, tigribus agni.*
[Os pintores e os poetas sempre gozaram da mesma forma do poder de ousarem o que quisessem... “Sabemo-lo, e é um privilégio que, vez por outra, reclamo e autorizo, mas não a ponto de colocar lado a lado animais mansos de bestas ferozes, de emparelhar as serpentes com os pássaros, os cordeiros com os tigres.”]. Horácio, *Arte Poética*, V, II, 13.

Isto é o melhor que certos gabinetes podem dizer à Europa que os interroga!

as respectivas relações de família. Ademais, não havia nada no governo da Inglaterra que oferecesse riscos aos demais: era uma Monarquia, como antes da Revolução; entretanto, faltou muito pouco para que Jaime II⁷¹⁶ conservasse seu cetro: tivesse um pouco mais de sorte ou apenas mais habilidade, não o teria perdido. Ainda que a Inglaterra tivesse um rei; ainda que os preconceitos religiosos se unissem aos preconceitos políticos para excluir o pretendente; ainda que a situação ímpar desse reino o defendesse contra uma invasão; não obstante, até meados deste século, o perigo de uma segunda revolução pairou sobre a Inglaterra. Tudo dependeu, como se sabe, da batalha de *Culloden*⁷¹⁷.

Na França, ao contrário, o governo não é monárquico, sendo inclusive inimigo de todas as monarquias circundantes. Não é um príncipe quem comanda, e, se porventura o Estado for atacado, não parece provável que os parentes estrangeiros dos Pentarcas⁷¹⁸ convoquem tropas para defendê-lo. Estará a França sob a ameaça constante de guerra civil, que terá duas causas constantes – pois terá de temer incessantemente os justos direitos dos Bourbons, ou a astuta política de outras potências que poderiam tentar se aproveitar das circunstâncias. Enquanto o trono da França estiver ocupado pelo soberano legítimo, nenhum príncipe do universo poderá sonhar em apoderar-se do mesmo; porém, enquanto estiver vago, todas as ambições reais podem cobiçá-lo e disputá-lo. Ademais, o poder está ao alcance de todos, desde que foi reduzido a pó. O governo regular exclui uma infinidade de projetos, mas, sob o império de uma falsa soberania, nenhum projeto é quimérico. Todas as paixões estão desenfreadas e todos as esperanças têm fundamento. Os poltrões que se opõem ao rei, por medo da guerra civil, estão preparando justamente os materiais para a mesma. É por quererem loucamente *o repouso* e a *constituição*, que não terão nem o repouso nem a constituição. Não há segurança perfeita para a França no estado em que se encontra. Só o Rei, e o Rei legítimo - levantando do alto de seu trono o cetro de Carlos Magno -, pode extinguir ou desarmar todos os ódios, burlar todos os projetos sinistros, ordenar as ambições ao ordenar os homens, acalmar os espíritos agitados e criar subitamente em torno do poder essa muralha mágica que é sua verdadeira guardiã.

⁷¹⁶ Jaime II, rei da Inglaterra de 1685 a 1688, convertera-se ao catolicismo em 1671. Foi destronado por seu genro, Guilherme de Nassau, príncipe de Orange. Terminou sua vida na França, no castelo de Saint-Germain-en-Laye.

⁷¹⁷ Charles Edward, pretendente Stuart, foi derrotado na batalha de Culloden, na Escócia, em 1746. Foi a última das rebeliões jacobitas que tiveram lugar na Grã-Bretanha entre 1688 e 1746.

⁷¹⁸ Os cinco Diretores.

Há, ademais, uma reflexão que deve estar continuamente presente aos olhos daqueles franceses que fazem parte da autoridade atual, e cuja posição os coloca em condições de influir no restabelecimento da monarquia. Os mais estimáveis dentre eles não devem esquecer que, cedo ou tarde, serão arrastados pelo turbilhão; que o tempo corre e que a glória se lhes escapa. Aquela da qual podem gozar é uma glória relativa: fizeram cessar as matanças; trataram de enxugar as lágrimas da nação: brilham, porque sucederam aos maiores celerados que já tenham desonrado a Terra. Porém, quando cem causas reunidas tiverem levantado o trono, a *anistia*, na acepção da palavra, caberá a eles; e seus nomes, para sempre obscuros, permanecerão sepultados no olvido. Que jamais percam de vista, pois, a auréola imortal que deve envolver os nomes dos restauradores da monarquia. Como toda insurreição popular contra os nobres acaba por criar novos nobres, vislumbra-se já como se formarão essas novas raças, cujas circunstâncias acelerarão seu lustre e que, desde o berço, poderão almejar a tudo.

II. Dos Bens Nacionais

Intimidam-se os franceses com a restituição dos bens nacionais ; acusa-se o rei de não se ter atrevido a abordar, em sua declaração⁷¹⁹, este assunto delicado. Poder-se-ia dizer a uma grande parte da Nação: que vos importa? E não seria uma má resposta. Mas para que não pareça que tergiversamos, convém observar que, a propósito dos bens nacionais, o interesse visível da França, em geral, como o interesse bem-compreendido dos compradores destes bens, em particular, harmonizam-se com o restabelecimento da Monarquia. Os latrocínios praticados em relação a estes bens ferem a consciência mais insensível. Ninguém crê na legitimidade dessas aquisições, e mesmo quem declama com mais eloquência sobre esse tema, em defesa da legislação atual, apressa-se em revender para assegurar seu lucro. Ninguém se atreve a desfrutar plenamente; e quanto mais os espíritos se resfriarem, menos se atreverão a dispendar nestes fundos. As construções degradar-se-ão, e, por muito tempo, não se ousará levantá-las novamente; os empréstimos serão escassos; o capital da França decairá consideravelmente. Já se produziu suficiente mal neste campo, e aqueles que

⁷¹⁹ Declaração de Verona.

puderam refletir sobre os abusos dos *decretos*, devem compreender o que significa lançar um decreto sobre a terça parte, quem sabe, do mais poderoso reino da Europa.

Freqüentemente, no seio do corpo legislativo, traçaram-se impressionantes quadros sobre o estado deplorável destes bens. O mal aumentará continuamente, até que a consciência pública não tenha mais dúvida sobre a solidez dessas aquisições; mas que vista pode vislumbrar esse momento?

Tendo-se em conta apenas os compradores, o primeiro perigo para eles provém do governo. Que ninguém se engane a esse respeito: para o governo, não é indiferente tomar daqui ou de lá: o mais injusto que se possa imaginar não pedirá senão que lhe preencham seus cofres produzindo-se menos inimigos possíveis. Agora, sabe-se em quais condições os compradores adquiriram; por meio de quais manobras infames, de qual *ágio* escandaloso, esses bens foram objeto. O vício primitivo e continuado das aquisições é indelével a todos os olhos, de modo que o governo francês não pode ignorar que, ao oprimir esses compradores, terá a opinião pública ao seu lado, sendo injusto somente para eles; ademais, nos governos populares, incluindo os legítimos, a injustiça não tem pudor; pode-se julgar o que será da França, onde o governo, variável como as pessoas e carente de identidade, não crê jamais retificar sua própria obra ao anular o que está feito.

Cairá, pois, sobre os bens nacionais assim que puder. Apoiado pela consciência, e (o que não se pode esquecer) pela inveja de todos que não os possuem, atormentará os compradores, seja por meio de novas vendas alteradas de alguma maneira, seja por demandas gerais pelo suplemento do preço, ou por impostos extraordinários. Numa palavra, nunca estarão tranqüilos.

Todavia, tudo é estável sob um governo estável, de maneira que aos próprios compradores dos bens nacionais interessa que a Monarquia seja restabelecida, para saber a quem se ater. É um despropósito censurar o rei por não ter falado claramente sobre esse assunto em sua declaração: não poderia fazê-lo sem uma extrema imprudência. Uma lei sobre este assunto talvez não seja, quando for chegado o tempo, a maior façanha da legislação.

Porém, o que disse no capítulo precedente deve ser recordado aqui. As conveniências desta ou daquela classe de indivíduos não deterão a contra-revolução. Tudo o que pretendo demonstrar, é que lhes importa que o reduzido número de homens que pode influir nesse

grande acontecimento não espere que os abusos acumulados pela anarquia o façam inevitável e o precipitem bruscamente; pois quanto mais necessário for o rei, mais dura há de ser a sorte dos que ganharam com a Revolução.

III. Das Vinganças

Outro espantalho que se utiliza para suscitar temor nos franceses do retorno de seu rei são as vinganças de que este retorno deve estar acompanhado.

Esta objeção, como as outras, é sugerida, sobretudo, por homens talentosos que não acreditam nela; todavia, convém discuti-la em favor das pessoas honradas que a crêem fundada.

Numerosos escritores realistas repeliram como um insulto esse desejo de vingança que se atribui a seu partido. Um só falará por todos: cito-o para meu deleite e para o de meus leitores. Não se me acusará de escolhê-lo entre os realistas empedernidos.

“Sob o império de um poder ilegítimo, deve-se temer as mais horríveis vinganças; pois quem teria o direito de reprimi-las? A vítima não pode invocar em seu auxílio a autoridade das leis que não existem e nem de um governo, que é apenas obra do crime e da usurpação.

Totalmente distinto é o que se passa em um governo assentado sobre bases sagradas, antigas, legítimas. Tem o direito de sufocar as mais justas vinganças e de punir com a espada da lei, num instante, quem quer que se deixe levar mais pelos sentimentos da natureza que pelos de seu dever.

Só um governo legítimo tem o direito de proclamar a anistia e os meios de fazê-la observar.

Fica demonstrado, então, que o mais perfeito, o mais puro dos realistas, o mais gravemente ultrajado na sua família e nas suas propriedades, deve ser punido com a morte, sob um governo legítimo, se ousa vingar por si mesmo suas injúrias quando o rei lhe tiver ordenado o perdão.

É, pois, sob um governo fundado sobre nossas leis, que a anistia pode ser seguramente concedida e severamente observada.

Ah! Não resta dúvida de que seria fácil discutir até que ponto o rei pode estender uma anistia. As exceções que prescreve o primeiro de seus deveres são bem evidentes. Tudo que foi tingido com o sangue de Luís XVI só pode esperar perdão de Deus; porém, quem ousará traçar depois com uma

mão segura os limites em que se devem circunscrever a anistia e a clemência do rei? Meu coração e minha pluma recusam-se igualmente a fazê-lo. Se alguém ousar escrever sobre semelhante tema, será sem dúvida esse homem raro e talvez único – se é que existe – que nunca se equivocou no curso desta terrível Revolução, e cujo coração, tão puro quanto sua conduta, nunca precisou de perdão.”⁷²⁰

A razão e o sentimento não poderiam se expressar com mais nobreza. Seria preciso compadecer-se do homem que não reconhecesse o acento da convicção neste trecho.

Dez meses após a data deste escrito, o rei pronunciou em sua declaração esta frase tão conhecida e tão digna de sê-lo: “*Quem ousaria vingar-se quando o rei perdoa?*”

Só excetuou da anistia aqueles que votaram pela morte de Luís XVI, os colaboradores, os instrumentos diretos e imediatos de seu suplício, e os membros do Tribunal Revolucionário que enviaram ao patíbulo a rainha e a madame Elisabeth. Tratando, inclusive, de restringir o anátema em relação aos primeiros, tanto quanto a consciência e a honra permitiam-lhe, não elencou entre os parricidas aqueles dos quais se pode supor *que só se misturaram aos assassinos de Luís XVI com o desígnio de salvá-lo*.

E mesmo tratando-se *desses monstros que a posteridade não nomeará senão com horror*, o rei limitou-se a dizer, com suficiente mesura e justiça, *que a França inteira convoca sobre suas cabeças a espada da justiça*.

Porém, não se privou com esta frase do direito de conceder perdão em casos particulares: cabe aos culpados ver o que poderiam pôr na balança para compensar seu crime. Monk serviu-se de Ingolsby para prender Lambert. Pode-se fazer ainda melhor que Ingolsby⁷²¹.

⁷²⁰ **Nota de J. de Maistre:** *Observations sur la conduite des puissances coalisées*, pelo M. conde d’Antraigues, 1795, Prólogo, p. 34 e seguintes [Emmanuel Henri Louis-Alexander de Launay, conde d’Antraigues (1754-1812), não era um realista tão desinteressado quanto parecia. Fora ministro de Luís XVI e elegeu-se deputado da nobreza pela senescalia de Villeneuve-de-Berg, quando alinhou-se com o partido dos monarquianos. De crítico aos privilégios fiscais da nobreza e defensor dos Direitos do Homem (26/08/1789), passou a adversário intransigente da Revolução, após a invasão do palácio de Versalhes pelo povo (5/10/1789). Fora forçado a emigrar em fevereiro de 1790, depois que se revelara sua participação num complô para resgatar a família real das Tulherias. No exílio, organizou uma rede privada de espionagem, a qual vendia informações para a Áustria, Espanha, Inglaterra, Rússia, etc. Em Verona, serviu como uma espécie de chefe de polícia de Luís XVIII (1797) Ver: Paul Beik. *The French Revolution seen from the Right: Social Theories in Motion, 1789-1799*. New York. Howard Fertig, 1970].

⁷²¹ John Lambert (1619-1684), nomeado major-general do New Model Army em 1647 e braço-direito de Oliver Cromwell nas campanhas da Escócia (1650-1651). Cassou o Rump Parliament (1659), tentou reavivar a chama republicana que se extinguia, mas sua derrota frente ao general George Monk, comandante das forças inglesas na Escócia, abriu as portas para a Restauração, em 1660. Capturado pelo regicida Ingolsby – um dos

Observarei ademais, sem pretender dirimir o justo horror que é devido aos assassinos de Luís XVI, que aos olhos da justiça divina não são todos igualmente culpados. Na moral como na física, a força da fermentação é proporcional às massas que fermentam. Os setenta juízes de Carlos I eram bem mais donos de si mesmos que os juízes de Luís XVI. Houve certamente entre eles culpados perfeitamente lúcidos que nunca serão detestados o suficiente; mas estes grandes culpados tiveram a arte de excitar um tal terror, tinham produzido nos espíritos menos vigorosos tamanha impressão que, não tenho dúvidas, muitos deputados foram privados de uma parte de seu alvedrio. É difícil formar-se uma idéia clara do delírio indefinível e sobrenatural que se apoderou da Assembléia na época do julgamento de Luís XVI. Estou persuadido de que vários culpados, ao recordarem dessa época funesta, acreditam tratar-se de um pesadelo; que estão inclinados a duvidar do que fizeram, e que se explicam menos a si mesmos do que nós podemos explicá-los.

Estes culpados, aflitos e perplexos de sê-lo, deveriam tratar de fazer sua paz.

De resto, esta diz respeito somente a eles; pois a Nação seria muito vil se considerasse a punição de tais homens como um inconveniente da contra-revolução; porém, mesmo para aqueles que tivessem essa fraqueza, pode-se observar que a Providência já começou o castigo dos culpados: mais de sessenta regicidas, entre os mais culpáveis, pereceram de morte violenta; outros perecerão, sem dúvida, ou deixarão a Europa antes que a França tenha um rei; pouquíssimos cairão nas mãos da justiça.

Os franceses, perfeitamente tranqüilos quanto às vinganças judiciais, também devem sê-lo em relação às vinganças particulares. Têm a esse respeito a segurança mais solene; têm a palavra de seu rei; não lhes é permitido temer.

Entretanto, como é necessário falar a todos os espíritos e prevenir todas as objeções, como, também, responder aos que não crêem na honra e na fé, é necessário provar que as vinganças particulares não são possíveis.

O soberano mais poderoso tem apenas dois braços e não é forte senão pelos instrumentos que emprega e a opinião lhe concede. Ademais, por mais que as evidências mostrem que o rei, após a suposta restauração, só pensará em perdoar, imaginemos, na pior das hipóteses, uma eventualidade contrária. Como procederia se quisesse perpetrar

juízes de Carlos I -, foi sentenciado à morte (1662), embora viesse a falecer na prisão. Para Maistre e outros contra-revolucionários, Pichegru era um Monk francês. Ver: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p.191.

vinganças arbitrárias? O exército francês, tal como o conhecemos, seria um instrumento dócil em suas mãos? A ignorância e a má-fé comprazem-se em representar este futuro rei como um Luís XIV, que, semelhante a um Júpiter de Homero, limitar-se-ia a franzir as sobancelhas para abalar a França. Não se ousa demasiado em provar a falsidade dessa suposição. O poder da soberania é completamente moral. Comanda inutilmente se não estiver orientado para ela; é necessário possuí-lo em sua plenitude para poder abusá-lo. O rei da França que subir ao trono de seus antepassados, não desejará seguramente começar seu reinado por abusos; e se o quisesse, seria em vão, pois não seria o bastante forte para satisfazê-lo. O barrete frígio, ao tocar a fronte real, apagou as marcas do santo óleo: o encanto está quebrado, prolongadas profanações destruíram o divino império dos preconceitos nacionais, e, por muito tempo ainda, enquanto a fria razão dobrar os corpos, os espíritos permanecerão em pé. Aparenta-se temer que o novo rei da França castigue seus inimigos: desditado! Poderá, pelo menos, recompensar seus amigos?⁷²²

Os franceses têm, pois, dois fiadores infalíveis contra as pretensas vinganças com que se trata de assustá-los: o interesse do rei e sua impotência.⁷²³

O regresso dos emigrados oferece também aos adversários da monarquia um tema inesgotável de temores imaginários. É importante dissipar essa visão.

O primeiro aspecto a observar, é que há proposições verdadeiras cuja verdade tem um tempo de vigência limitado; contudo, costuma-se repeti-las muito depois de que o tempo as tenha convertido em falsas e inclusive ridículas. O partido ligado à Revolução podia temer o retorno dos emigrados pouco tempo depois da lei que os proscreeveu: não afirmo, contudo, que tivessem razão; porém, que importa? Trata-se de uma questão puramente ociosa e da qual seria muito inútil ocupar-se. A questão é saber se, *neste momento*, o retorno dos emigrados representa algum perigo para a França.

A nobreza enviou 284 deputados para aqueles Estados Gerais de funesta memória, que produziram tudo o que temos visto. Segundo uma pesquisa empreendida nos vários bailios,

⁷²² **Nota de J. de Maistre:** Conhece-se o chiste de Carlos II sobre o pleonasma da fórmula inglesa, *ANISTIA e OLVIDO*: “Entendo...”, diz, “anistia para meus inimigos e olvido para meus amigos.”

⁷²³ **Nota de J. de Maistre:** Os acontecimentos corroboraram todas essas predições do bom senso. Desde que se concluiu esta obra, o governo francês publicou a documentação das duas conspirações descobertas e que se julgam de um modo um pouco diferente: uma jacobina e a outra realista. Na bandeira do jacobinismo estava escrito: *Morte a todos os nossos inimigos*; na do realismo: *Graça a todos que não a negarem*. Para impedir que o povo tirasse as conseqüências, disseram-lhe que o Parlamento devia anular a anistia real; mas esta estupidez ultrapassa o *maximum*: seguramente não terá fortuna.

nunca se encontrou mais do que 80 eleitores para cada deputado. Não é absolutamente impossível que determinados bailios tenham apresentado um número de eleitores maior; mas é preciso também considerar os indivíduos que votaram em mais de uma circunscrição.

Tudo considerado, pode-se avaliar em 25.000 o número de chefes-de-família nobres que enviaram deputados aos Estados Gerais; e, multiplicando por cinco, número comum atribuído, como se sabe, a cada família, teremos 125.000 cabeças nobres. Digamos 130.000, em uma hipótese exagerada. Deduzamos as mulheres; restam 65.000. Suprimamos deste último número: 1.º os nobres que nunca emigraram; 2.º os que voltaram; 3.º os idosos; 4.º as crianças; 5.º os enfermos; 6.º os padres; 7.º todos os que pereceram na guerra, nos suplícios ou unicamente pela ordem natural das coisas. Restará um número que, mesmo não podendo ser definido com exatidão, não pode, sob qualquer ponto de vista que se assuma, alarmar a França.

Um príncipe⁷²⁴ digno deste nome leva aos combates cinco ou seis mil homens, no máximo; este exército, que nem sequer está composto totalmente de nobres, deu provas de extremo valor no embate contra as tropas estrangeiras; mas se o isolarmos, desaparece. Enfim, claro está que, sob o aspecto militar, os emigrados não são e não podem nada.

Há, ademais, uma consideração que se relaciona mais particularmente com o espírito desta obra e que merece ser desenvolvida.

Não existe o acaso no mundo, e, mesmo num sentido secundário, não há desordem, pelo fato de que a desordem é ordenada por uma mão soberana que a submete à regra e a força a concorrer para um fim.

Uma revolução é apenas um movimento político que deve produzir um determinado efeito em determinado tempo. Esse movimento tem suas leis, e, observando-as atentamente durante certo espaço de tempo, pode-se deduzir conjecturas bastante certas sobre o porvir. Pois bem, uma das leis da Revolução Francesa determina que os emigrados não podem atacá-la senão em prejuízo próprio, e que estão totalmente excluídos de qualquer obra que se realize.

⁷²⁴ Louis Joseph de Bourbon, príncipe de Condé (1736-1818), primo de Luís XVI, emigra em seguida à Tomada da Bastilha. Violentemente hostil às idéias democráticas, organiza em Koblenz um corpo de exército destinado a combater a Revolução. Em 1797, o exército de Condé, que nos seus primórdios agrupava até 120.000 soldados, estava reduzido a um quarto deste número em razão das perdas resultantes dos diversos enfrentamentos. Cf. P. Glaudes. *op. cit.*, p. 950.

Das primeiras quimeras da contra-revolução, à empresa, para sempre lamentável, de Quiberon, nada empreenderam que tivesse êxito ou que não se voltara contra os mesmos. Não só não obtiveram êxito, senão que tudo o que empreendem está de tal modo marcado por um caráter de impotência e nulidade, que a opinião já se acostumou a observá-los como homens que se obstinam em defender um partido proscrito; o que lança sobre eles um descrédito que até seus amigos percebem.

E este descrédito surpreenderá pouco aos homens que pensam que a Revolução francesa teve por causa principal a degradação moral da nobreza.

M. de Saint-Pierre observou em algum lugar de seus *Estudos da Natureza* que, ao se comparar a figura dos nobres franceses com a de seus antepassados, cuja fisionomia foi-nos transmitida pela pintura e pela escultura, vê-se com clareza que estas estirpes degeneraram.⁷²⁵

Pode-se-lhe acreditar neste ponto, mais do que sobre as fusões polares e sobre a forma da Terra.

Há em cada Estado um certo número de famílias que se poderiam chamar de *co-soberanas*, inclusive nas monarquias, pois a nobreza, nestes governos, é apenas um prolongamento da soberania. Estas famílias são os depositários do fogo sagrado, que se extingue quando deixam de ser *virgens*.

A questão é saber se estas famílias, uma vez extintas, podem ser totalmente substituídas. Não se pode crer que, propriamente falando, os soberanos possam *nobilitar*. Há famílias novas que se lançam, por assim dizer, na administração do Estado; que se subtraem da igualdade de uma maneira surpreendente, elevando-se sobre as demais como uma alta e vigorosa árvore em meio ao rocío. Os soberanos podem sancionar esses enobrecimentos naturais; a isso se restringe seu poder. Se contrariarem um número excessivamente grande dessas nobilitações ou se as concederem em demasia *por seu pleno poder*, trabalham em prol da destruição de seus Estados. A falsa nobreza era uma das grandes pragas da França; outros impérios menos brilhantes estão esgotados e desonrados por causa dela, à espera de outras desgraças.

⁷²⁵ “Para Bernardin de Saint-Pierre, os homens tornam-se feios na medida em que são ou se tornam maus: ‘a beleza do rosto é... a expressão das harmonias da alma.’ *Études de la Nature*, 1784. IN: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p. 195.

A filosofia moderna, que aprecia tanto falar em *acaso*, fala acima de tudo do *acaso* do *nascimento*, uma de suas frases prediletas. Porém, não há mais acaso neste ponto do que em outros: há famílias nobres como há famílias soberanas. Pode o homem fazer um soberano? No máximo, pode servir de instrumento para depor um soberano e entregar seus estados a outro que já é príncipe de antemão⁷²⁶. De resto, jamais existiu uma família soberana da qual se possa assinalar uma origem plebéia: se esse fenômeno ocorresse, seria uma nova época do mundo.⁷²⁷

Guardadas as proporções, o que vale para a nobreza, vale para soberania. Sem entrar em grandes detalhes, contentemo-nos em observar que, se a nobreza abjura os dogmas nacionais, o Estado está perdido.⁷²⁸

O papel representado por alguns nobres na Revolução Francesa é mil vezes, não digo mais *horrível*, senão mais *terrível*, de tudo o que se viu durante esta revolução. Não houve signo mais arrepiante, mais decisivo, do espantoso juízo recaído sobre a monarquia francesa.

Perguntar-se-á, talvez, o que essas faltas podem ter de comum com os emigrados, que as detestam. Respondo que os indivíduos que compõem as nações, as famílias, e também os corpos políticos, são solidários: trata-se de um fato. Respondo, em segundo lugar, que as causas daquilo que sofre a nobreza emigrada são muito anteriores à emigração. A diferença que percebemos entre um nobre e outro é, aos olhos de Deus, só uma diferença de longitude e de latitude: não é porque se está aqui ou acolá que se é o que se deve ser. *Nem todos os que dizem Senhor! Senhor!..., entrarão no Reino*. Os homens julgam apenas pela aparência; mas um nobre qualquer, em Koblenz, poderia censurar-se com maior gravidade do que o faria um nobre que tomava assento do lado esquerdo na Assembléia dita *Constituinte*.

⁷²⁶ **Nota de J. de Maistre:** E até o modo em que o poder humano se aplica nestas circunstâncias serve para humilhá-lo. É especialmente neste ponto que se pode dirigir ao homem estas palavras de Rousseau: “Mostra-me teu poder, e mostrar-te-ei tua debilidade”.

⁷²⁷ **Nota de J. de Maistre:** Ouvimos dizer repetidamente que “se Richard Cromwell tivesse tido o gênio de seu pai, teria tornado o Protetorado hereditário em sua família.” Grande verdade!

⁷²⁸ **Nota de J. de Maistre:** Um sábio italiano fez uma singular observação. Após ter observado que a nobreza é a guardiã natural e, num certo sentido, depositária da religião natural, e que este caráter é mais evidente à medida que se remonta à origem das nações e das coisas, acresce: “Talche dee esser’ un gran segno que vada a finire una nazione ove i nobili disprezzano la religione natia”[“É de tal modo um grande signo de decadência para uma nação que os nobres desprezem a religião nativa”]. Vico, *Principi di Scienza nuova*, Lib. II., Napoli, 1754, in-8º, p. 246. Quando o sacerdócio é membro político do Estado e suas altas dignidades estão ocupadas, em geral, pela nobreza, disso resulta a mais forte e durável de todas as Constituições possíveis. Assim, o filosofismo, que é o solvente universal, acaba de empreender sua obra-prima sobre a Monarquia francesa.

Enfim, a nobreza francesa não deve repreender mais que a si mesma por todas as suas desventuras, e quando estiver persuadida desse fato, terá dado um grande passo. As exceções, mais ou menos numerosas, são dignas do respeito do universo, porém, não se pode falar senão em geral. Hoje, a nobreza desditada (que não pode sofrer senão um eclipse) deve baixar a cabeça e resignar-se. Um dia deverá abraçar de boa-fé *os filhos que não levou em seu seio*. Enquanto espera, deve deixar de empreender ações públicas; talvez seria de desejar, inclusive, que nunca a tivessem visto em uma atitude ameaçadora. Em todo caso, a emigração foi um erro e não uma culpa; a maior parte acreditava obedecer à honra.

*Numen abire jubet; prohibent discedere leges*⁷²⁹

Deus devia prevalecer.

Poder-se-iam estabelecer muitas reflexões sobre este ponto; atenhamo-nos aos fatos, que são evidentes. Os emigrados não podem nada, podendo-se até afirmar que não são nada; pois todos os dias seu número diminui, apesar do governo, como consequência dessa lei invariável da Revolução Francesa que quer que tudo se faça a despeito dos homens e contra todas as probabilidades.

Suavizados pelas longas desgraças, todos os dias aproximam-se os emigrados de seus concidadãos; a acrimônia desaparece; de ambas as partes começa-se a recordar de uma pátria comum; estendem-se as mãos, e, até no campo de batalha, reconhecem-se como irmãos. O estranho amálgama que vemos há algum tempo não tem causa visível, pois as leis seguem sendo as mesmas; mas nem por isso é menos real. Assim, comprova-se que os emigrados não são nada quanto ao número, nada quanto à força, e que logo não serão nada quanto ao ódio.

No que tange às paixões mais robustas de um reduzido número de homens, pode-se negligenciar isso.

Porém, há mais uma reflexão importante que não posso passar em silêncio. Utilizaram-se alguns discursos imprudentes, que jovens temerários ou amargurados pela desgraça deixaram escapar, para atemorizar os franceses com o retorno destes homens. Concedo, para

⁷²⁹ **Nota de J. de Maistre:** Ovídio. *Metamorfose*. XV, 28 [“Um deus ordenou-lhe a partida; as leis impediam-no de se distanciar”].

colocar todas as hipóteses em minha desvantagem, que estes discursos realmente anunciam intenções bem resolutas: crê-se que os proponentes estejam em condições de executá-las após o restabelecimento da monarquia? Enganar-se-ia muito quem assim pensasse. Do momento em que o governo legítimo se restabelecera, estes homens teriam força apenas para obedecer. A anarquia necessita da vingança; a ordem a exclui severamente. Um homem que, neste momento, só fala em castigar, encontrar-se-á então rodeado de circunstâncias que o forçarão a querer só o que a lei deseja; e, por seu próprio interesse, será um cidadão tranqüilo e abandonará a vingança aos tribunais. Sempre há quem se deixe deslumbrar pelo seguinte sofisma: *Um partido foi cruel quando estava no poder; portanto, o partido contrário será cruel quando for a sua vez de dominar.* Nada mais falso. Em primeiro lugar, esse sofisma supõe que exista de uma parte e da outra a mesma soma de vícios, o que, seguramente não é verdade. Sem insistir muito sobre virtudes dos realistas, estou seguro de ter a meu favor a consciência universal, quando afirmo simplesmente que há menos virtudes no campo da República. Além disso, os preconceitos, separados das virtudes, bastariam para assegurar à França que ela não pode sofrer da parte dos realistas nada semelhante ao que experimentou da parte de seus inimigos.

A experiência já preludiou sobre este ponto para tranquilizar os franceses; viram, em mais de uma ocasião, que o partido que tudo sofrera da parte de seus inimigos não soube vingar-se quando os mesmos estiveram sob seu poder. Um pequeno número de vinganças, as quais tiveram grande ressonância, prova o mesmo; porque se viu que só a mais escandalosa denegação da justiça pôde trazer estas vinganças, e que ninguém teria feito justiça com as próprias mãos, se o governo pudesse ou quisesse fazê-la.

É, portanto, da maior evidência que o interesse mais urgente do rei será o de impedir as vinganças. Não é ao sair dos males da anarquia que desejará trazê-la de volta. A simples idéia da violência o fará empalidecer, e este crime será o único que não se acreditará no direito de perdoar.

Aliás, a França está muito cansada de convulsões e de erros; não quer mais sangue; e, uma vez que a opinião neste momento encontra-se bastante forte para combater o partido que o quisesse, pode-se julgar qual será sua força quando tiver o governo a seu lado. Após tão longos e tão terríveis males, os franceses repousarão suavemente nos braços da

Monarquia. Todo atentado contra essa tranquilidade seria um verdadeiro crime de *lesa-pátria*, que os tribunais talvez não teriam tempo de castigar.

Estas razões são tão convincentes que ninguém pode se equivocar a seu respeito. Portanto, é preciso não se deixar enganar por esses escritos, onde vemos uma filantropia hipócrita evitar a condenação dos horrores da revolução e apoiar-se em seus excessos para demonstrar a necessidade de prevenir sua repetição. Na verdade, se condenam a Revolução, é só para não suscitar contra si a indignação universal: porém, os mesmos a amam, assim como amam seus autores e seus resultados; e de todos os crimes que a mesma engendrou, só condenam os que não lhe eram necessários. Não há um só destes escritos em que não se encontrem provas evidentes de que seus autores estão inclinados ao partido que condenam por pudor.

Assim, pois, os franceses, sempre enganados, o são nesta ocasião mais do que nunca; temem por si mesmos, em geral, quando não há nada a temer, e sacrificam sua felicidade para contentar alguns miseráveis.

E se as teorias mais óbvias são incapazes de convencer os franceses, e se os mesmos, ainda, não se dão conta de que a Providência é a guardiã da ordem e que não é o mesmo agir contra ou a favor dela, julguemos, ao menos, o que fará pelo que já fez. E se o razoamento escorrega sobre nossos espíritos, escutemos pelo menos a história, que é a política experimental. A Inglaterra ofereceu, no século passado, quase o mesmo espetáculo que a França ofereceu no nosso. O fanatismo da liberdade, exaltado pelo da religião, penetrou nas almas muito mais profundamente do que o fez na França, onde o culto à liberdade apóia-se sobre o nada. Que diferença, ademais, de caráter entre as duas nações, assim como dos autores que representaram algum papel nas duas cenas! Onde estão, não digo os Hamden⁷³⁰, senão os Cromwell da França? E, contudo, apesar do fanatismo ardente dos republicanos, apesar da firmeza refletida do caráter nacional, apesar dos erros, mais do que motivados, dos numerosos culpados e, sobretudo, do exército, o restabelecimento da Monarquia provocou, na Inglaterra, dilaceramentos comparáveis aos que haviam nascido de uma revolução regicida? Que se nos mostrem as atrozes vinganças dos realistas. Alguns

⁷³⁰ **Nota de J. de Maistre:** Hume, t. X, cap. LXII, 1660 [John Hampden (1595-1643), político inglês hostil à Carlos I e que se tornou célebre em toda a nação por ter se recusado a pagar o imposto do *ship-money*, e por ter sido um dos artífices da *Grand Remonstrance* parlamentar (1641) contra Carlos I. Morreu em combate contra os realistas, tornando-se um símbolo da liberdade].

regicidas tombaram pela autoridade da lei; de resto, não houve nem combates nem vinganças particulares. O retorno do Rei foi marcado apenas por um grito de júbilo, o qual ressoou em toda a Inglaterra; todos os inimigos se abraçaram. O Rei, surpreso pelo que via, exclamava enternecido: *Não é minha culpa, se por muito tempo fui rechaçado por um povo tão bom?* O ilustre Clarendon⁷³¹, testemunha e historiador íntegro destes grandes acontecimentos, diz-nos *que já não se sabia onde estava aquele povo que cometera tantos excessos e privara, por um longo período, o rei da alegria de reinar sobre súditos tão excelentes*. Isto é, o povo não reconhecia mais o povo. Impossível expressá-lo melhor.

Porém, esta grande transformação, a que se devia? A nada, ou melhor, a nada visível: um ano antes, ninguém a julgava possível. Tampouco se sabe, inclusive, se foi conduzida por um realista; pois é um problema insolúvel saber quando foi que Monk começou a servir, de boa-fé, à Monarquia.

Por acaso, foram as forças realistas que se impuseram ao partido contrário? Absolutamente: Monk dispunha de apenas seis mil homens; os republicanos tinham cinco ou seis vezes mais: ocupavam todos os cargos, e dominavam militarmente o reino inteiro. Não obstante, Monk não se viu obrigado a livrar um único combate sequer; tudo se fez sem esforço, e como que por um encanto: do mesmo modo será na França. O retorno à ordem não pode ser doloroso, porque será natural, e porque será favorecido por uma força secreta, cuja ação é totalmente criadora. Ver-se-á precisamente o contrário do que se tem visto. Ao invés daquelas comoções violentas, daquelas dilacerações dolorosas, daquelas oscilações perpétuas e desesperadoras, uma certa estabilidade, um repouso indefinível, um bem-estar universal, anunciarão a presença da soberania. Não haverá abalos, nem violências, nem sequer suplícios, salvo aqueles que a verdadeira nação aprovar: mesmo o crime e a usurpação serão tratados com uma severidade comedida, com uma justiça tranqüila que só pertence ao poder legítimo. O rei tocará as chagas do Estado com mão tímida e paternal. Esta, enfim, é a grande verdade da qual os franceses nunca poderão se convencer o bastante: o restabelecimento da monarquia, que se chama de *contra-revolução*, não será uma *revolução contrária*, mas o *contrário da revolução*.

⁷³¹ Edward Hyde, conde de Clarendon (1608-1674). Partidário dos Stuarts, serviu a Carlos I e acompanhou Carlos II no exílio. Nomeado primeiro-ministro e chanceler em 1660, caiu em desgraça sete anos mais tarde, em razão de suas simpatias por Roma e pela França. Aos olhos de Maistre, é o exemplo inglês de monarquista irredutível, ao mesmo tempo defensor do direito divino dos reis e da religião estatal, apesar de suas inclinações católicas. Ver: J.-Louis Darcel, *op. cit.*, p. 200; P. Glaudes, *op. cit.*, p. 951.

Capítulo XI

Fragmento de uma História da Revolução Francesa por David

*Hume*⁷³²

EADEM MUTATA RESURGO

(Ainda que diferente, retorno igual)

... O Longo Parlamento declarou, em um juramento solene, que não podia ser dissolvido (p. 181). Para assegurar seu poder, não cessava de agir sobre o espírito do povo, ora inflamando os ânimos com proclamações artificiosas (p.176), ora estimulando o envio, de todas as partes do Reino, de petições favoráveis à Revolução (p. 133). O abuso da imprensa era levado ao extremo: por toda parte, numerosos clubes produziam fragorosos tumultos: o fanatismo possuía sua língua particular; era um jargão novo, inventado pelo furor e pela hipocrisia dos tempos (p.131). A mania universal era invectivar contra os antigos abusos (p.129). Todas as antigas instituições foram destronadas, uma após outra (p.125; p.188). O *self-deniance bill* e o *New Model Army* desorganizaram completamente o exército, atribuindo-lhe uma nova forma e uma nova composição que forçaram muitos dos antigos oficiais a abdicar de suas comissões (p.13). Todos os crimes vinham atribuídos aos realistas (p.148); e a arte de enganar o povo e de atemorizá-lo chegou a fazê-lo crer que os realistas haviam minado o Tâmis (p.177). Não ao rei! Não à nobreza! Igualdade universal!; era o grito geral (p.87). Porém, em meio à efervescência popular, distinguia-se a entusiástica seita dos *Independentes*, que terminou por agrilhoar o Longo Parlamento (p. 374).

⁷³² **Nota de J. de Maistre:** Cito a edição inglesa da Basiléia, 12 volumes in-8º, Legrand, 1789 [Maistre escolheu este título anacrônico para incitar, certamente, a curiosidade do leitor, mas sobretudo porque, a seus olhos, a Revolução Francesa apresentava analogias impressionantes com a Revolução Inglesa dos anos 1640. Todas as edições das *Considerações* publicadas em vida do autor trouxeram este título. A edição Vitte, das *Oeuvres Complètes*, e, em seguida, a edição Vrin, preferiram alterar o título para *Fragmentos de uma História da Revolução inglesa por David Hume*. Escolha contestável, pois além de trair as intenções formalmente expressas pelo autor, traz o inconveniente de cortar o firme vínculo que unia o último capítulo das *Considerações* aos dez precedentes].

Contra semelhante tempestade, a bondade do rei era inútil; as mesmas concessões feitas a seu povo eram caluniadas como se fossem engendradas em má-fé (p. 186).

Era por meio dessas preliminares que os rebeldes haviam preparado a ruína de Carlos I; mas um simples assassinato não teria satisfeito seus desígnios: o crime não teria sido nacional o bastante; a vergonha e o perigo teriam recaído apenas sobre os assassinos. Então, era preciso imaginar um outro plano; era preciso aturdir o universo com um procedimento inaudito, adornar-se com as aparências de justiça e mascarar a crueldade com a audácia; era necessário, em uma palavra, fanatizar o povo com as noções de uma igualdade perfeita, assegurar a obediência da multidão, e formar gradualmente uma coalizão geral contra a monarquia (t. 10, p. 91).

O aniquilamento da monarquia foi a preliminar da morte do rei. Este príncipe foi destronado de fato, e a constituição inglesa foi abatida (em 1648), pela *Carta de isenção de petições*, que o separou da constituição.

De imediato difundiram-se as mais atrozes e ridículas calúnias contra o rei, para matar aquele respeito que é a salvaguarda do trono. Os rebeldes não se esqueceram de nada para denegrir sua reputação; acusaram-no de haver entregado cargos aos inimigos da Inglaterra, de ter provocado o derramamento de sangue de seus súditos. Pela calúnia preparavam-se para a violência (p. 94).

Durante a prisão do rei no castelo de Carisborne, os usurpadores do poder empenharam-se em submeter aquele infeliz príncipe a todos os gêneros de provações. Privaram-no de seus servidores, não lhe permitiram qualquer tipo de comunicação com seus amigos: nenhuma sociedade e nenhuma distração eram-lhe consentidas para suavizar a melancolia de seus pensamentos. Esperava ser, a todo instante, assassinado ou envenenado⁷³³; pois a idéia de um julgamento não lhe entrava na mente. (p. 59; p. 95).

Enquanto o rei sofria cruelmente em sua prisão, o Parlamento fazia publicar que o mesmo encontrava-se muito bem, e que estava de ótimo humor (*ibid*)⁷³⁴.

A grande fonte da qual o rei tirava suas consolações, em meio às calamidades que o abrumavam, era, sem dúvida, a religião. Esse príncipe não continha, em si, nada de duro ou austero, nada que lhe inspirasse ressentimento contra seus inimigos, ou que pudesse alarmá-

⁷³³ **Nota de J. de Maistre:** Esta também era a opinião de Luís XVI. Vide seu elogio histórico.

⁷³⁴ **Nota de J. de Maistre:** Alguém se recorda de haver lido no diário de Condorcet um trecho sobre o bom apetite do Rei em seu retorno de Varennes.

lo sobre o porvir. Ainda que tudo ao seu redor adquirisse um aspecto hostil; ainda que sua família, seus parentes, seus amigos fossem mantidos à distância ou na impossibilidade de lhe serem úteis, lançava-se confiantemente nos braços do grande *Ser*, cujo poder penetra e sustenta o universo, e cujos castigos, recebidos com piedade e resignação, pareciam ao rei garantias mais seguras de uma recompensa infinita (p. 95-96).

Os homens da lei conduziram-se muito mal nesta circunstância. Bradshaw, que exercia essa profissão, não se ruborizou ao presidir o tribunal que condenou o rei; e Coke investiu-se de procurador do povo inglês (p. 123). O tribunal foi composto de oficiais do exército rebelde, de membros da Câmara baixa, e de burgueses de Londres; quase todos eram de baixa extração (p. 123).

Carlos não tinha dúvidas de sua morte; sabia que raramente um rei é destronado sem perecer; mas antes de um julgamento solene, acreditava em um assassinato (p.122).

Em sua prisão, já estava destronado: havia-se-lhe negada toda pompa devida à sua condição, e as pessoas que se lhe aproximavam tinham recebido a ordem de tratá-lo sem nenhuma deferência (p. 122). Acostumou-se depressa a suportar as familiaridades e, inclusive, a insolência destes homens, como suportara outras calamidades (p. 123).

Os juízes do rei intitulavam-se os *representantes do povo* (p.124). Do povo.... a única fonte de todo poder legítimo (p. 127), e a ata de acusação estampava: *que ao abusar do poder limitado que lhe fora confiado, tratara, traidora e maliciosamente de elevar um poder ilimitado e tirânico sobre as ruínas da liberdade.*

Depois da leitura da ata, o presidente disse ao rei *que podia falar*. Em suas respostas, Carlos deu provas de elevada presença de espírito e força de ânimo (p.125). E todos concordam que sua conduta, nesta última cena de sua vida, honra sua memória (p. 127). Firme e intrépido, aplicou em todas as suas respostas a maior clareza e a maior precisão de pensamento e de expressão (p. 128). Sempre dócil e constante, o poder injusto que se exercia sobre ele não logrou fazê-lo sair dos limites da moderação. Sua alma, sem esforço e sem afetação, parecia estar no seu equilíbrio ordinário, contemplando com desprezo os esforços da injustiça e da iniquidade humanas (p. 128).

O povo, em geral, permaneceu naquele silêncio que as grandes paixões reprimidas provocam nos homens; mas os soldados, seduzidos por encorajamentos de todo tipo,

alcançaram ao fim e ao cabo uma espécie de raiva, e consideraram como um título de glória o horrendo crime com o qual se manchavam (p. 130).

Concedeu-se o prazo de três dias ao rei; passou este tempo tranqüilamente, empregando-o na maior parte com leituras e exercícios de piedade; foi-lhe permitido ver sua família, que recebeu dele excelentes conselhos e grandes mostras de ternura (p. 130). As noites que precederam seu suplício foram bem e serenamente dormidas, como de costume. Na manhã do dia fatal, levantou-se bem cedo e dedicou especial atenção ao seu traje. Um sacerdote, um homem dotado daquele caráter dócil e daquelas virtudes sólidas que distinguem o rei, assistiu-o em seus últimos momentos (p. 132).

O cadafalso foi colocado, propositalmente, diante do palácio, para mostrar de uma maneira mais impressionante a vitória alcançada pela justiça do povo sobre a majestade real. Assim que o rei subiu ao cadafalso, encontrou-o rodeado de uma força armada tão considerável que não pôde se consolar de ser escutado pelo povo, tendo sido obrigado a dirigir suas últimas palavras a um reduzido número de pessoas que se encontravam próximas dele. Perdoou a seus inimigos; não acusou ninguém; deu graças a seu povo. *Senhor*, disse-lhe o prelado que o assistia, *um passo a mais! É difícil, porém é breve, e deve conduzir-vos ao céu.* – *Trocarei*, respondeu o rei, *uma coroa efêmera por uma coroa incorruptível e uma felicidade inalterável.*

Um único golpe separou a cabeça do corpo. O carrasco exibiu-a ao público, gotejando sangue e dizendo em voz alta: *Eis a cabeça de um traidor* (p. 132-133)!

Antes do epíteto de *bom*, este príncipe mereceu o de *grande*. Algumas vezes, prejudicou os negócios ao encomendá-los erroneamente ao juízo de pessoas de uma capacidade inferior à sua. Estava mais dotado para conduzir um governo regular e pacífico do que para eludir ou repelir os assaltos de uma assembléia popular (p. 136), mas, se lhe faltava coragem para agir, não lhe faltava para sofrer. Nasceu, para sua desgraça, em tempos difíceis, e, se não teve suficiente habilidade para subtrair-se de uma situação tão embaraçosa, deve-se desculpá-lo, visto que mesmo após os fatos – quando é comumente fácil perceber todos os erros –, constitui ainda um grande problema saber o que deveria ter feito (p. 137). Exposto sem auxílio ao choque das mais furiosas e implacáveis paixões, nunca lhe foi possível cometer o menor erro sem atrair sobre si as conseqüências mais fatais; posição cuja dificuldade excede as forças do maior talento (p. 137).

Pretendeu-se semear dúvidas sobre sua boa-fé; porém o exame mais escrupuloso de sua conduta, que hoje é perfeitamente conhecida, refuta plenamente esta acusação. Pelo contrário, se considerarmos as circunstâncias excessivamente espinhosas de que se viu rodeado, se compararmos sua conduta às suas declarações, seremos forçados a confessar que a honra e a probidade constituíam a parte mais saliente de seu caráter (p. 137).

A morte do rei selou a destruição da monarquia. Foi abolida por um decreto expresso do corpo legislativo. Gravou-se um selo nacional, com a legenda: *O ANO PRIMEIRO DA LIBERDADE*. Todas as formas mudaram, e o nome do rei desapareceu de todos os lugares, dando lugar ao dos *representantes* do povo (p. 142). O *Banco do Rei* denominou-se *Banco Nacional*. A estátua do rei, erigida na Bolsa de Valores, foi derrubada, e sobre o pedestal gravaram-se estas palavras: EXIIT TYRANNUS REGUM ULTIMUS (p. 143).

Carlos, ao morrer, deixou a seus povos uma imagem de si mesmo (ΕΙΚΩΝ ΒΑΣΙΛΙΚΗ⁷³⁵) naquele escrito famoso, obra-prima de elegância, de candura e de simplicidade. Esta peça, que só respira piedade, brandura e humanidade, deixou profundas marcas nos espíritos. Vários chegaram até a crer que se devia a ela o restabelecimento da Monarquia (p. 146).

É raro que o povo ganhe algo com as revoluções que alteram a forma dos governos, pela razão de que o novo estabelecimento, necessariamente diligente e desconfiado, necessita, para sustentar-se, de maiores proibições e severidades que o antigo (p.100).

Nunca a verdade desta observação fizera-se sentir com mais vigor do que agora. As declarações contra alguns abusos na administração da justiça e das finanças haviam sublevado o povo; e, como prêmio pela vitória que obteve sobre a monarquia, encontrou-se onerado por uma multidão de impostos desconhecidos até então. Às duras penas o governo se dignava a revestir-se de uma sombra de justiça e de liberdade. Todos os cargos foram confiados ao mais abjeto populacho, que se via assim elevado acima de tudo o que respeitara até então. Hipócritas entregavam-se a todos os gêneros de injustiças sob a máscara da religião (p. 100). Exigiam empréstimos forçados e exorbitantes a todos que declaravam suspeitos. Nunca a Inglaterra conhecera governo mais duro e arbitrário como o destes patronos da liberdade (p. 112-113).

⁷³⁵ *Eikon Basilique* (expressão grega para “imagem real”), um livro composto sob a forma de diário contendo a biografia do rei decapitado. De autoria desconhecida, foi publicado dez dias após sua morte (6 de fevereiro de 1649).

O primeiro ato do Longo Parlamento havia sido um juramento, pelo qual declarou que não podia ser dissolvido (p. 181).

A confusão geral que sobreveio à morte do rei não dependia somente da destruição dos antigos poderes, mas também do espírito de inovação, que era a enfermidade do dia. Cada um queria fazer sua república; cada um tinha seus planos, que gostaria de fazê-los adotar por seus concidadãos pela persuasão ou pela força: mas estes planos eram apenas quimeras estranhas à experiência, e que se recomendavam à multidão apenas pelos jargões da moda e pela eloquência popularesca (p.147). Os *Niveladores* rejeitavam toda espécie de dependência e de subordinação⁷³⁶. Uma seita particular esperava o reino de mil anos⁷³⁷; os *antinomianos* sustentavam que as obrigações da moral e da lei natural estavam suspensas. Um partido considerável pregava contra os dízimos e os abusos do sacerdócio: pretendiam que o Estado não protegesse e nem financiasse algum culto, deixando cada um livre para pagar o que quisesse. Além disso, todas as religiões eram toleradas, exceto a católica. Outro partido invectivava contra a jurisprudência do país e os professores que a ensinavam, e, sob o pretexto de simplificar a administração da justiça, propunha abolir todo o sistema da legislação inglesa, por ser demasiado vinculado ao governo monárquico (p. 148). Os republicanos ardentes aboliram os nomes de batismo, substituindo-os por outros extravagantes, análogos ao espírito da revolução (p. 242). Decidiram que o matrimônio, sendo apenas um simples contrato, devia ser celebrado diante dos magistrados civis (p. 242). Enfim, uma lenda na Inglaterra afirma que levaram o fanatismo a ponto de suprimir a palavra *reino* na oração dominical, dizendo: *Venha a nós a vossa República*. Quanto à idéia de uma *propaganda* à guisa daquela de Roma, deveu-se a mesma a Cromwell (p. 285).

Os republicanos menos fanáticos colocavam-se igualmente acima de todas as leis, de todas as promessas, de todos os juramentos. Todos os liames sociais estavam relaxados, e as paixões mais perigosas eram encorajadas por máximas especulativas ainda mais anti-sociais (p. 148).

Os realistas, privados de suas propriedades e expulsos de todos os ofícios, observavam com horror seus ignóbeis inimigos que os esmagavam com seu poder; conservavam, por

⁷³⁶ **Nota de J. de Maistre:** “Queremos um governo... em que as distinções não nasçam senão da própria igualdade; em que o cidadão esteja submetido ao magistrado; o magistrado ao povo; e o povo à justiça.”Vide o *Moniteur* de 7 de fevereiro de 1794.

⁷³⁷ **Nota de J. de Maistre:** Esse paralelo não merece o mais ligeiro comentário.

princípio e por sentimento, o mais terno afeto pela família do desditoso soberano, do qual não cessavam de honrar a memória e de deplorar o trágico fim.

Por outro lado, os presbiterianos, fundadores da república, cuja influência havia feito valer as armas do Longo Parlamento, estavam indignados ao ver que o poder lhes escapava e que, pela traição ou superior habilidade de seus próprios associados, perdiam todo o fruto de seus esforços dispendidos. Este descontentamento os empurrava para o partido monarquista, sem poder ainda decidi-los: restavam-lhes grandes preconceitos a vencer; deviam superar muitos temores, muitas invejas, antes que lhes fosse possível ocupar-se sinceramente da restauração de uma família que haviam ofendido tão cruelmente.

Depois de ter assassinado o seu rei com tantas formas aparentes de justiça e solenidade - porém, na verdade, com extrema violência e inclusive raiva -, estes homens pensaram em outorgar-se uma forma regular de governo: estabeleceram um grande Comitê ou Conselho de Estado, que estava revestido do poder executivo. Esse Conselho comandava as forças da terra e do mar, recebia todas as petições, fazia executar as leis e preparava todos os assuntos que deviam ser submetidos ao Parlamento (p. 150-151). A administração estava dividida entre vários comitês, que se haviam apoderado de tudo (p. 134) e nunca prestaram contas de seus atos (p. 166-7).

Ainda que os usurpadores do poder, por seu caráter e pela natureza dos instrumentos que empregavam, fossem mais aptos a empresas vigorosas que às meditações da legislatura (p. 209), não obstante, a Assembléia, como corpo, aparentava ocupar-se somente da administração do país. Segundo dizia, trabalhava em um novo plano de representação, e desde o momento em que tivesse terminado a constituição, não tardaria em devolver o poder à sua fonte, o povo (p. 151).

Neste ínterim, os representantes do povo julgaram oportuno estender as leis de alta traição para muito além dos limites fixados pelo antigo governo. Simples discursos, e até intenções, ainda que não fossem exteriorizadas, levaram o nome de *conspiração*. Afirmar que o governo atual não era legítimo; sustentar que a Assembléia dos Representantes ou o Comitê exerciam um poder ilegal ou tirânico; tratar de abater sua autoridade, ou excitar contra eles algum movimento sedicioso, equivalia a tornar-se culpado de alta traição. Este poder de encarcerar, do qual se havia privado o rei, julgou-se necessário depositá-lo no

Comitê, e todas as prisões da Inglaterra abarrotaram-se de homens que as paixões do partido dominante apresentavam como suspeitos (p. 163).

Para os novos amos, constituía um grande deleite despojar os domínios dos nomes de seus antigos senhores, e, quando o valoroso Montrose foi executado na Escócia, seus juízes não cessaram de chamá-lo de *James Graham* (p. 180).

Além das imposições, desconhecidas até então e severamente aplicadas, arrecadava-se junto ao povo noventa mil libras por mês, para a manutenção dos exércitos. As quantias imensas que os usurpadores do poder sacavam dos bens da coroa, do clero e dos realistas, não bastavam às enormes despesas ou, como se dizia, às *depredações* do Parlamento e de suas criaturas (p. 163-4).

Os palácios do rei foram pilhados e seu mobiliário posto a leilão; seus quadros, vendidos a um preço vil, enriqueceram todas as coleções da Europa; títulos que haviam custado 50.000 guinéus foram cedidos por 300 (p. 388).

Os pretensos representantes do povo não gozavam, no fundo, de nenhuma popularidade. Incapazes de pensamentos elevados e de grandes concepções, nada lhes era menos apropriado do que o papel de legisladores. Egoístas e hipócritas, avançavam tão lentamente na grande obra da constiuição, que a nação começou a temer que sua intenção fosse a de se perpetuar em seus postos e repartir o poder entre sessenta ou setenta pessoas que se intitulavam os *representantes da República inglesa*. Enquanto se vangloriavam de restabelecer a Nação em seus direitos, violavam os mais preciosos daqueles direitos dos quais usufruía desde tempos imemoriais. Não se atreviam a confiar seus julgamentos de conspiração a tribunais regulares, que teriam servido mal a seus propósitos: estabeleceram, então, um tribunal extraordinário que recebia as atas de acusação apresentadas pelo Comitê (p. 206-207). Este tribunal compunha-se de devotos do partido dominante, que se distinguiam pelo anonimato, pela falta de caráter e pela capacidade de sacrificar tudo em nome de sua segurança e de sua ambição.

Quanto aos realistas detidos com as armas em punho, um conselho militar os enviava à morte (p. 207).

A facção que se havia apoderado do poder dispunha de um poderoso exército; era-lhe suficiente, embora não perfizesse mais que uma minúscula minoria da nação (p. 149). Tamanha é a força de um governo qualquer uma vez estabelecido, que esta república –

ainda que fundada sobre a usurpação mais iníqua e mais contrária aos interesses do povo -, não obstante, tinha a força de recrutar, em todas as províncias, soldados nacionais, que vinham se juntar às tropas de linha para combater, com todas as forças, o partido do rei (p. 199). Em Newbury (em 1643), a guarda nacional de Londres lutou tão bem quanto as milícias veteranas. Os oficiais exortavam seus soldados, e os novos republicanos marchavam ao combate cantando hinos fanáticos (p. 13).

Um exército numeroso tinha o duplo efeito de manter no interior uma autoridade despótica, e de excitar o terror nas nações estrangeiras. As mesmas mãos concentravam a força das armas e o poder financeiro. As dissensões civis haviam exaltado o gênio militar da nação. O derrocamento universal promovido pela revolução permitia a homens nascidos nas últimas fileiras da sociedade, de se elevar a postos de comandos militares dignos de sua coragem e de seus talentos, mas cuja obscuridade de nascimento tê-los-ia apartado para sempre de uma outra ordem de coisas (p. 209). Viu-se um homem, com cinquenta anos de idade (Blake), passar subitamente do serviço de terra ao de mar, e nele se distinguir da maneira mais brilhante (p. 210). Em meio às cenas tão ridículas quanto deploráveis, proporcionadas pelo governo civil, a força militar era conduzida com muito vigor, unidade e inteligência, e jamais a Inglaterra havia-se mostrado tão temível aos olhos das potências estrangeiras (p. 248).

Um governo inteiramente militar e despótico é quase certo que caia, ao cabo de algum tempo, num estado de languidez e impotência; porém, quando sucede de imediato a um governo legítimo, pode, nos primeiros momentos, desempenhar uma força surpreendente, porque emprega com violência os meios acumulados pela doçura (p. 262). Foi este espetáculo que a Inglaterra apresentou naquela época. O caráter suave e pacífico de seus últimos reis, as dificuldades financeiras e a segurança perfeita em que se encontrava com respeito a seus vizinhos, deixaram-na desatenta em relação a seus vizinhos; de maneira que a Inglaterra tinha, de algum modo, perdido a posição que lhe pertencia no sistema geral da Europa – porém o governo republicano restituiu-lha subitamente (p. 263). Ainda que a Revolução tivesse custado rios de sangue à Inglaterra, a mesma jamais apareceu tão formidável a seus vizinhos (p. 209) e a todas as nações estrangeiras (p. 248). Nunca, durante os reinados dos mais justos e valorosos reis, fez-se sentir tão fortemente seu peso na balança da política que sob o império dos mais violentos e dos mais odiosos usurpadores (p. 263).

O Parlamento, ensoberbecido pelos seus êxitos, pensava que nada podia resistir à força de suas armas; tratava com a maior arrogância as potências de segunda ordem e, quanto às reais ou pretensas ofensas, declarava guerra ou exigia retratações solenes (p. 221).

Este famoso Parlamento, que cobrira a Europa com os ecos de seus crimes e de seus êxitos, viu-se, entretanto, acorrentado por um único homem (p. 128); e as nações estrangeiras não conseguiam entender como um povo tão turbulento, tão impetuoso que, para reconquistar *seus direitos usurpados*, havia destronado e assassinado um excelente príncipe - nascido de uma longa linhagem de reis -, tornara-se escravo de um homem há pouco tempo desconhecido da nação, e cujo nome era raramente pronunciado na esfera obscura em que nascera (p. 236)⁷³⁸.

Porém, esta mesma tirania que oprimia a Inglaterra no interior, oferecia-lhe no exterior uma consideração de que não havia desfrutado desde o penúltimo reinado. O povo inglês parecia enobrecer-se por seus sucessos no exterior, à medida que se envilecia no interior pelo jugo que suportava; e a vaidade nacional, lisonjeada pelo importante papel que a Inglaterra representava no exterior, sofria menos impacientemente as crueldades e os ultrajes que se via obrigada a devorar (p. 280-1).

Parece oportuno lançar um rápido olhar sobre o estado geral da Europa nesta época e considerar as relações da Inglaterra e sua conduta a respeito das potências vizinhas (p. 262).

Richelieu era então o primeiro-ministro da França. Foi ele quem, por meio de seus emissários, ateou o fogo da rebelião na Inglaterra. Depois, quando a corte da França percebeu que os materiais do incêndio eram inflamáveis o suficiente, e que o mesmo fizera grandes progressos, não julgou mais conveniente incitar os ingleses contra seu soberano; ao contrário, ofereceu sua mediação para o príncipe e seus súditos, e manteve com a família real exilada as relações diplomáticas prescritas pela decência (p. 264).

No fundo, todavia, Carlos não encontrou em Paris nenhuma assistência, assim como não se foi pródigo em cortesias a seu respeito (p. 170, 266).

Viu-se a rainha da Inglaterra, filha de Henrique IV, dormir em Paris, junto aos seus parentes, privada de lenha para aquecer-se (p. 266).

⁷³⁸ **Nota de J. de Maistre:** “Os homens que então regulavam os assuntos eram tão alheios aos talentos da legislação, que se lhes viu fabricar em quatro dias o ato constitucional que colocou Cromwell no comando da República.” *Ibid.*, p. 245.

Pode-se recordar a esse respeito daquela Constituição de 1795, feita em alguns dias por alguns jovens, como se disse em Paris após a queda de seus operários.

Finalmente, o rei julgou conveniente deixar a França, para evitar a humilhação de receber a ordem de abandoná-la (p. 267).

A Espanha foi a primeira potência que reconheceu a República, ainda que a família real fosse aparentada com a da Inglaterra. Enviou um embaixador a Londres em troca do que recebeu do Parlamento (p. 268).

A nova República buscou e obteve o apoio da Suécia, que então se encontrava no ponto mais alto de sua grandeza (p. 263).

O rei de Portugal atrevera-se a fechar suas portas ao almirante republicano; contudo, prontamente atemorizado por suas perdas e pelos terríveis perigos de uma luta desigual, operou todos os atos de submissão imagináveis à orgulhosa República, que houve por bem reatar a antiga aliança da Inglaterra com Portugal (p. 210).

Na Holanda, amava-se o rei, ainda mais porque era aparentado com a casa de Orange, extremamente cara ao povo holandês. Compadecia-se, ademais, desse desventurado príncipe, assim como se detestava aos assassinos de seu pai. Todavia, a presença de Carlos, que viera buscar asilo na Holanda, constrangia os Estados Gerais, que temiam se comprometer com aquele Parlamento tão temível por seu poder e tão venturoso em suas empresas. Havia tantos riscos em ofender homens tão altaneiros, tão violentos, tão precipitados em suas resoluções, que o governo julgou necessário dar uma prova de deferência à República, ao se apartar do rei (p. 169).

Viu-se Mazarino empregar todos os recursos de seu gênio flexível e intrigante para cativar o usurpador, de cujas mãos ainda escorria o sangue de um rei, parente próximo da família real francesa. Viu-se-lhe escrever a Cromwell: *Lamento que os negócios impeçam-me de ir à Inglaterra para apresentar meus respeitos em pessoa ao maior homem do mundo* (p. 307).

Viu-se este mesmo Cromwell tratar de igual a igual com o rei da França e colocar seu nome diante do de Luís XIV na cópia de um tratado entre as duas nações, que foi enviado à Inglaterra (p. 268, nota).

Por fim, viu-se o Príncipe Palatino aceitar um emprego ridículo e uma pensão de oito mil libras esterlinas daqueles mesmos homens que haviam degolado seu tio (p. 263, nota).

Tal era o ascendente da República sobre outros países.

Em seu interior, a Inglaterra encerrava um grande número de pessoas cujo princípio consistia em vincular-se ao poder do momento e sustentar o governo estabelecido, qualquer que fosse (p. 239). No comando deste sistema estava o ilustre e virtuoso Blake, que dizia a seus marinheiros: *Nosso dever invariável é o de lutarmos por nossa pátria, sem nos preocuparmos em saber em quais mãos reside o governo* (p. 279).

Contra uma ordem de coisas tão bem estabelecida, os realistas só empreenderam falsas empresas, que se voltaram contra eles. O governo tinha espiões por toda parte, não sendo muito difícil desvendar os projetos de um partido que se distinguia mais por seu zelo e fidelidade que pela prudência e discrição (p. 259). Um dos grandes erros dos realistas era o de crer que todos os inimigos do governo eram do seu partido: não viam que os primeiros revolucionários, despojados do poder por uma facção nova, não tinham outra causa de descontentamento, e que estavam ainda menos afastados do poder atual que da monarquia, cujo restabelecimento os ameaçava com as mais terríveis vinganças (p. 259).

A situação desses desditosos, na Inglaterra, era deplorável. Não se reclamava, em Londres, por nada melhor do que essas conspirações imprudentes, as quais justificavam as medidas mais tirânicas (p. 260). Os realistas foram encarcerados e confiscou-se a décima parte de seus bens, para indenizar a República dos gastos que lhe custaram os ataques hostis de seus inimigos. Não se podiam remir senão por meio de vultosas somas, reduzindo-se um grande número deles à miséria. Bastava ser suspeito para ser esmagado por todas estas exações (p. 260-1).

Acima da metade dos bens móveis e imóveis, rendas e depósitos do reino, estava seqüestrada. Era comovente a ruína e a desolação de uma multidão de famílias antigas e honoráveis que se arruinaram por ter cumprido o seu dever (p. 66-7). O estado do clero não era menos deplorável: mais da metade desse corpo estava reduzido à mendicância, sem outro crime que a sua fidelidade aos princípios civis e religiosos, garantidos pelas leis e sob o império das quais haviam escolhido seu estado, e pela recusa em prestar um juramento pelo qual nutriam horror (p. 67).

O rei, que conhecia o estado das coisas e dos espíritos, advertia os realistas a se manterem quietos e esconderem seus verdadeiros sentimentos sob a máscara republicana (p. 254). De sua parte, errava pela Europa, pobre e negligenciado, mudando de asilo segundo as

circunstâncias e consolando-se de suas calamidades presentes com a esperança de um melhor porvir (p. 152).

Entretanto a causa deste infeliz monarca parecia absolutamente desesperada ao mundo inteiro (p. 341), ainda mais que, para selar suas desgraças, todas as municipalidades da Inglaterra acabavam de firmar, sem hesitação, o compromisso solene de manter a forma atual de governo (p. 325)⁷³⁹. Seus amigos fracassaram em todas as iniciativas que tentaram ao seu serviço (*Ibid.*). O sangue dos mais ardorosos realistas vertera-se sobre o cadafalso; outros, em grande número, perderam sua coragem nas prisões; todos estavam arruinados pelos confiscos, multas e impostos extraordinários. Ninguém se atrevia a confessar-se realista, parecendo este partido tão pouco numeroso aos olhos superficiais que, se alguma vez a nação fosse livre para escolher (o que não parecia provável, em absoluto), resultaria muito difícil saber que forma de governo adotaria (p. 342). Mas, em meio a essas aparências sinistras, *a fortuna*⁷⁴⁰, por uma volta extraordinária, aplanava ao rei o caminho ao trono, e o reconduzia em paz e em triunfo à condição de seus ancestrais (p. 342).

Quando Monk começou a pôr em execução seus grandes projetos, a Nação havia caído em uma anarquia completa. Este general tinha apenas seis mil homens, e as forças que se lhe podiam opor eram cinco vezes mais fortes. Em seu caminho a Londres, a elite dos habitantes de cada província acorria à sua passagem e rogava-lhe que se dignasse a servir como o instrumento que devolveria à Nação a paz, a tranquilidade, o gozo daquelas franquias que pertenciam aos ingleses por direito de nascimento, e das quais haviam sido privados durante muito tempo por circunstâncias desditosas (p. 352). Esperava-se dele, sobretudo, a convocação legal de um novo Parlamento (p. 353). Os excessos da tirania e da anarquia, as lembranças do passado, o temor pelo porvir, a indignação contra os excessos do poder militar, todos estes sentimentos reunidos haviam aproximado os partidos e formado uma coalizão tácita entre os realistas e os presbiterianos. Estes convinham em que haviam ido demasiado longe, e as lições da experiência finalmente os reuniam ao resto da Inglaterra no desejo de um rei, único remédio para tantos males (p. 333; p. 353)⁷⁴¹.

⁷³⁹ **Nota de J. de Maistre:** Em 1659, um ano antes da Restauração! Curvo-me diante da vontade do povo.

⁷⁴⁰ **Nota de J. de Maistre:** Sem dúvida!

⁷⁴¹ **Nota de J. de Maistre:** Em 1659, quatro anos antes, os realistas, segundo o mesmo historiador, enganavam-se grandemente quando imaginavam que os inimigos do governo eram os amigos do rei. Vide página 242.

Monk não tinha ainda, entretanto, a intenção de responder ao voto de seus concidadãos (p. 353). Será sempre um mistério saber quando quis um rei de boa-fé (p. 345). Quando chegou em Londres, felicitou-se, no seu discurso ao Parlamento, por ter sido escolhido pela Providência para a restauração daquele corpo (p. 354). Acrescentou que cabia ao Parlamento atual pronunciar sobre a necessidade de uma nova convocação, e que, se ele se rendesse aos votos da Nação sobre este ponto importante, bastaria, para a segurança pública, excluir da nova assembléia os fanáticos e os realistas, duas espécies de homens feitos para destruir o governo ou a liberdade (p. 355).

Serviu inclusive ao Longo Parlamento em uma medida violenta (P. 356). Mas, desde que se decidira por uma nova convocação, todo o reino rejubilou-se. Os realistas e os presbiterianos se abraçavam e se reuniam para maldizer seus tiranos (p. 358). Não restavam a estes senão alguns homens desesperados (p. 353)⁷⁴².

Os republicanos resolutos, sobretudo os juizes do rei, não se descuidaram nesta ocasião. Por si mesmos ou por seus emissários, faziam crer aos soldados que todos os atos de bravura que os engrandecera aos olhos do Parlamento, seriam tratados como crimes pelos realistas, cujas vinganças não teriam limites; que não se devia crer em todas as promessas de olvido e de clemência; que a execução do rei, a de tantos nobres, e o encarceramento dos demais, eram crimes imperdoáveis aos olhos dos realistas (p. 366).

Contudo, o acordo de todos os partidos formava uma dessas torrentes populares que nada pode deter. Os próprios fanáticos estavam desarmados e, suspensos entre o desespero e o estupor, permitiam o que não podiam impedir (p. 363). A Nação queria, *com um ardor infinito*, ainda que em silêncio, o restabelecimento da monarquia (*ibid.*)⁷⁴³. Os republicanos, *que ainda nesta época eram quase inteiramente os senhores do reino*⁷⁴⁴, quiseram falar então de *condições* e invocar antigas proposições, mas a opinião pública reprovava estas capitulações com o soberano. Abrumados por tantos sofrimentos, a simples idéia de negociações e adiamentos apavorava os homens. Ademais, o entusiasmo da liberdade, levado ao extremo, cedeu lugar, por um movimento natural, a um espírito geral de lealdade

⁷⁴² **Nota de J. de Maistre:** Em 1660; mas em 1655, *temiam a restauração da monarquia mais do que odiavam o governo estabelecido*, p. 359.

⁷⁴³ **Nota de J. de Maistre:** Contudo, no ano precedente, O POVO assinava, *sem hesitar*, o compromisso de manter a República. Assim, não foram necessários mais do que 365 dias para transformar, no coração deste Soberano, *o ódio ou a indiferença em ardor infinito*.

⁷⁴⁴ **Nota de J. de Maistre:** Observai bem!

e de subordinação. Depois das concessões feitas à nação pelo defunto rei, a constituição inglesa parecia suficientemente consolidada (p. 364).

O Parlamento, cujas funções estavam a ponto de expirar, aprovara realmente uma lei para vedar ao povo a faculdade de eleger certas pessoas na próxima assembléia (p. 365), porque se dava conta de que, nas circunstâncias atuais, convocar livremente a Nação, equivalia a trazer o rei (p. 361). Mas o povo ignorou a lei e nomeou os deputados que lhe convieram (p. 365).

Tal era a disposição geral dos espíritos, quando...

*Coetera DESIDERANTUR*⁷⁴⁵

FIM

⁷⁴⁵ Esta expressão latina “Faltam outras coisas” levantou a suspeita de que Maistre deixara a obra inacabada, suspeita que o historiador J.-Louis Darcel tratou de descartar, como a própria palavra “FIM” o demonstra. O que *faltava* ainda em 1797 era o ato final da Revolução, a aparição de um Monk francês a restabelecer o trono ao rei da França. Daí a legenda do inacabamento do livro, a qual teve início com o primeiro leitor do manuscrito, Louis Vignet des Etoles, que, segundo parece, tomou a iniciativa de anunciar no índice um décimo-segundo capítulo: “Diferença entre a Revolução inglesa e a francesa – desideratur”. Ignora-se se este capítulo fora considerado pelo autor.” In: J.-Louis Darcel. *op. cit.*, p.216.

*Post-scriptum*⁷⁴⁶

A nova edição desta obra⁷⁴⁷ estava quase terminada quando alguns franceses, dignos de minha inteira confiança, asseguraram que o livro *Développement des vrais principes*, etc., o qual citei no capítulo VIII, contém máximas que o rei desaprova.

“Os autores do livro em questão”, dizem-me, “são magistrados que reduzem nossos Estados Gerais à faculdade de apresentar queixas e atribuem aos Parlamentos o direito executivo de verificar as leis, mesmo aquelas que emanaram de um requerimento dos Estados; vale dizer, que eles puseram a magistratura acima da nação.”

Confesso que não percebi este monstruoso erro na obra dos magistrados franceses (que não mais se encontra à minha disposição); pareceu-me, inclusive, que alguns textos desta obra, como os citados nas páginas 229 e 230 da minha, estavam isentos deste erro; e pôde-se ver, na nota da página 234, que o referido livro ensejou objeções de um gênero totalmente distinto.

Se, como me asseguram, os autores apartaram-se dos verdadeiros princípios sobre os direitos legítimos da nação francesa, não me espantaria que seu trabalho, ainda que pleno de excelentes objetos, tivesse alarmado o rei, pois mesmo as pessoas que não têm a honra de conhecê-lo, sabem, graças a uma multidão de testemunhos irrecusáveis, que esses direitos sagrados não têm partidário mais leal que ele, e que não se poderia ofendê-lo mais sensivelmente senão atribuindo-lhe sistemas contrários.

Reitero que li o livro do *Développement*, etc., desprovido de qualquer visão sistemática. Apartado de meus livros há muito tempo e obrigado a empregar não os que buscava, mas os que encontrava; freqüentemente reduzido a citar de memória ou através de anotações empreendidas anteriormente, necessitava de um resumo desta natureza para conjuntar minhas idéias. Fora-me recomendado (devo dizê-lo) pelo mal que dele diziam os inimigos

⁷⁴⁶ Publicou-se este *Post-scriptum* na segunda edição (Basiléia, setembro de 1797). Joseph de Maistre escreveu-o a pedido de Luís XVIII, que desaprovava o conteúdo excessivamente “parlamentar” do capítulo oitavo das *Considerações*, mas não alterou nenhuma vírgula do texto anterior, pois expressava suas convicções políticas mais íntimas – diferentemente do que sustentou I. Berlin, para quem a Revolução Francesa sufocara o tênue, ou melhor, “marginal” liberalismo de Maistre. Vide: Isaiah Berlin. *Limites da Utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.94.

⁷⁴⁷ **Nota de J. de Maistre:** É a terceira em cinco meses, contando com a fraudulenta versão francesa que acaba de aparecer. Esta última copiou fielmente as inumeráveis faltas da primeira e acrescentou-lhe outras.

da realza⁷⁴⁸; porém, se contiver erros que me escaparam, desaprovo-os sinceramente. Estranho a todos os sistemas, a todos os partidos, a todos os ódios por caráter, convicção e posição, ficaria certamente muito satisfeito se fosse lido com intenções tão puras quanto as que ditaram minha obra.

Ademais, se quisesse examinar a natureza dos diversos poderes de que se compunha a antiga constituição francesa; se quisesse remontar à fonte dos equívocos e apresentar idéias claras sobre a essência, as funções, os direitos, os agravos e os erros dos Parlamentos, ultrapassaria os limites de um *post-scriptum* assim como os de minha obra, e empreenderia, de resto, algo perfeitamente inútil. Se a Nação francesa retornar a seu rei, como todo amigo da ordem deve desejá-lo; e se a mesma possui assembleias nacionais regulares, os poderes, quaisquer que sejam os mesmos, virão naturalmente acomodar-se em seus lugares, sem contradição e sem abalo. Em todo caso, as pretensões exageradas dos Parlamentos, as discussões e as querelas que engendraram, parecem-me pertencer inteiramente à história antiga.

⁷⁴⁸ Mais uma vez, Maistre visa a Constant, como demonstra sua carta ao conde d'Avaray (30 de agosto de 1797): "Esse engraçadinho Constant, em seu desprezível panfleto."